

UFRRJ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS
SOCIAIS EM DESENVOLVIMENTO
AGRICULTURA E SOCIEDADE

DISSERTAÇÃO

**Sindicalistas e Pesquisadores na Região de Marabá:
uma Análise do Centro Agroambiental do Tocantins
(CAT)**

Luciano Leal Almeida

2011



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E
SOCIEDADE**

**SINDICALISTAS E PESQUISADORES NA REGIÃO DE MARABÁ:
UMA ANÁLISE DO CENTRO AGROAMBIENTAL DO TOCANTINS
(CAT)**

LUCIANO LEAL ALMEIDA

Sob a Orientação da Professora

Leonilde Servolo de Medeiros

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Ciências**, no Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade.

Rio de Janeiro
Setembro/2011

335.8209815	Leal Almeida, Luciano
A447s	Sindicalistas e Pesquisadores na Região de Marabá: uma Análise do Centro Agroambiental do Tocantins (CAT) / Luciano Leal Almeida, 2011. 210 f.
T	<p data-bbox="708 1189 1267 1227">Orientador: Leonilde Servolo de Medeiros.</p> <p data-bbox="651 1261 1362 1379">Dissertação (mestrado) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais.</p> <p data-bbox="708 1413 1034 1451">Bibliografia: f. 176 - 181</p> <p data-bbox="651 1485 1362 1736">1. Mediação - Teses. 2. Centro Agroambiental do Tocantins (CAT) - Teses. 3. Sindicalismo rural - Teses. 4. Marabá, PA - Teses. I. Medeiros, Leonilde Servolo de. II. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Instituto de Ciências Humanas e Sociais. III. Título.</p>

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE

LUCIANO LEAL ALMEIDA

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Ciências**, no Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 02/09/2011.

Leonilde Servolo de Medeiros Dr^a. UFRRJ
(Orientadora)

Delma Pessanha Neves Dr^a. UFF e UFOPA

Gutemberg Armando Diniz Guerra Dr^o. UFPA

DEDICATÓRIA

Não sei se a vida é curta ou longa para nós, mas sei que nada do que vivemos tem sentido, se não tocarmos o coração das pessoas.

Muitas vezes basta ser: colo que acolhe, braço que envolve, palavra que conforta, silêncio que respeita, alegria que contagia, lágrima que corre, olhar que acaricia, desejo que sacia, amor que promove.

E isso não é coisa de outro mundo, é o que dá sentido à vida. É o que faz com que ela não seja nem curta, nem longa demais, mas que seja intensa, verdadeira, pura enquanto durar. Feliz aquele que transfere o que sabe e aprende o que ensina.

Cora Coralina

AGRADECIMENTOS

Esta parte é o momento de nomear aquelas pessoas, instituições, momentos, “coisas”, [...] enfim, tudo que, de forma muito variada, influíram neste ciclo de minha vida que esteve, prioritariamente, voltado para o Mestrado e que agora é parcialmente materializado nessa dissertação. Ao mesmo tempo, não posso negar que é uma parte que desperta algum nível de constrangimento. Isto porque, além do risco da omissão pelo esquecimento, o espaço restrito impõe a necessidade de promover uma seleção.

Ainda que as contribuições tenham sido de forma muito particular e em alguns casos bastante pontual, esta dissertação é o que é e hoje eu sou o que sou, por “culpa” de todos e de tudo que aqui nomeei e muito mais que aqui está omitido. Assim, minha sincera gratidão assume também o sentido de um convite a partilharem comigo a autoria desse trabalho e, ao mesmo tempo, o reconhecimento de que fui me construindo neste ambiente de infinitas influências.

No mais, só me resta agradecer:

Aos meus pais, Raimundo e Lúcia e aos meus irmãos, Luciana, Juliana, Adriana, e Lucivaldo, e aos meus cunhados, Edson, Cleuto e Joventino, pela confiança depositada e pela ajuda incondicional em vários momentos dessa caminhada;

Aos meus sobrinhos, Gustavo, Edson Júnior, Daniel, Joanne, Taylor, Thalisson, Julia e Taynar, pelos momentos de carinho, descontração e brincadeiras em que estivemos juntos;

Aos meus amigos da “Rural”, Eva Adriana, Ivis, Eró, Edilene, Nayane, Itaynara, Nina Valéria, Rodrigo Ferrerez, Rodrigo de Lima, Ciro, Vander, Deivison, Patusso, “Sininho”, Bárbara, Natália, Juliana, Jamileh, Joana, Mariana, Nana, Andréia, Patrícia, Joice, Osmir e tanto outros que estiveram presentes desde a graduação ou de muito antes, e que são fundamentais na minha vida;

Aos meus amigos do Pará, Fábio Rogério, Rafael, Fernando, Geovane, Zaquel, Kátia, Jezeabe, Geane, Lázaro, Wilton, Gileno e tanto outros, pela amizade, pelo “apoio logístico” (casa, comida, roupa lavada ...), pelos momentos de alegria, que fizeram com que meu trabalho de campo se tornasse algo ainda mais prazeroso;

À Dione Melo da Silva, pela companhia, pela amizade, pelo carinho e por tudo que passamos morando juntos nesses últimos dois anos, e aos demais amigos de “casa” (Melque e Katiane);

À Francisco Fábio Cavalcante Barros, pelo carinho, pelo amor, pela confiança e por tudo que passamos juntos nesses últimos meses e que fizeram este trabalho se tornar mais fácil;

Aos meus colegas da turma de mestrado 2009, Jaqueline, Marco, Vanessa, Tiago, Diógenes, Gustavo, Débora, Paulo, Ayman, Alex, Wagner, e das demais turmas com as quais estabeleci alguma relação;

À minha orientadora, Prof^a. Leonilde Servolo de Medeiros, que além da orientação imprescindível, se mostrou uma grande amiga e motivadora do meu trabalho;

Ao CPDA/UFRRJ, que me oportunizou esta fascinante experiência do acesso ao conhecimento do “mundo rural” e a todos os seus funcionários e professores com os quais convivi nestes dois anos;

Aos dirigentes sindicais e aos pesquisadores da UFPA que não se incomodaram com as minhas perguntas e o revirar de suas histórias;

Aos pesquisadores Gutemberg Guerra, William Assis, Luis Mauro Silva, pelo apoio na pesquisa de campo e por disponibilizar alguns materiais da pesquisa;

À Jean Hébette, pela gentileza de ceder os materiais sobre o Programa CAT e por me receber na sua casa sempre com muita atenção;

A todas aquelas pessoas e instituições não nomeadas aqui, mas que exerceram algum papel nesta minha caminhada do mestrado. Também àqueles que deveriam ser destacados, mas que no momento em que escrevi estes agradecimentos haviam saído de minha mente e se refugiado apenas em meu coração. Desculpem meu esquecimento e se sintam agradecidos;

À CAPES pela concessão de uma bolsa de estudos sem a qual não seria possível haver concluído este curso de mestrado, aliás, seria impensável o ingresso em um mestrado com tais características. Que o financiamento da pesquisa e da pós-graduação no Brasil siga, cada vez mais e com maior convicção, sendo prioridade para qualquer governante.

RESUMO

Esta pesquisa procurou compreender a diversidade de processos que envolveram a criação e a atuação do Programa CAT na região de Marabá. Este Programa foi fundado em 1988 a partir de uma parceria entre pesquisadores ligados à Universidade Federal do Pará, pesquisadores estrangeiros, um grupo de sindicalistas e entidades parceiras. O Programa se estruturou em quatro entidades principais: a Fundação Agrária do Tocantins-Araguaia (FATA), o Laboratório Sócio-Agrônomo do Tocantins (LASAT), a Cooperativa Camponesa do Araguaia-Tocantins (COCAT) e a Escola Família Agrícola (EFA). Teve como um dos objetivos permitir a estabilização da agricultura familiar, melhorar a gestão dos recursos naturais, principalmente florestais, e consolidar os sindicatos de trabalhadores rurais como ator fundamental na luta por terra e por direitos. Partindo do princípio de que as relações de mediação criam vínculos ambivalentes que podem envolver relações de dominação e valorizando a presença de mediadores sociais e políticos, podemos afirmar que os diferentes agentes envolvidos nesse espaço social, considerado como um campo de forças e como um campo de lutas, se enfrentaram com meios e fins diferenciados conforme sua posição na estrutura do campo, contribuindo assim para a conservação ou a transformação dos rumos do Programa CAT. A desestruturação do Programa se deu no início do século XXI, dentro de um contexto de mudanças regionais e de disputas dentro do movimento sindical de trabalhadores rurais.

Palavras chaves: Mediação; Universidade; Sindicalismo Rural.

ABSTRACT

This research sought to understand the diversity of processes involving the creation and performance of the CAT program the region of Marabá. This program was founded in 1988 from a partnership between researchers working at the Federal University of Pará, foreign researchers, a group of union members and partner organizations. The program is structured in four main entities: the Agricultural Foundation of Tocantins-Araguaia (FATA), the Laboratory of Socio-Agronomic Tocantins (LASAT), Cooperativa Campesina of Araguaia-Tocantins (COCAT) and the Family Farm School (EFA). Had as an objective to stabilize the family farms, improve the management of natural resources, especially forest, and consolidate the rural workers' unions as key player in the struggle for land and rights. Assuming that relations mediation create links that can involve ambivalent relations of domination, and emphasized the importance of social e political mediators, we can say that the different actors involved in this social space, considered as a field of forces and as a field struggles, faced with different means and ends according to their position in the field structure, thus contributing to the conservation or transformation of the direction of the CAT program. The breakdown of the program took place early twenty-first century, within a context of regional changes and disputes within the union movement of rural workers.

Keywords: Mediation; University; Rural Unionism.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 Área de abrangência do Programa CAT

Figura 02 Principais fluxos migratórios para a região sudeste do Pará a partir da década de 1960

Figura 03 Mapa das principais estradas que cortam a região sudeste do Pará

Figura 04 Área de atuação do Programa CAT

Figura 05 Croqui da área da FATA/EFA

LISTA DE FOTOS

Foto 01 Instalações do Programa CAT: Refeitório/Cozinha

Foto 02 Dormitórios dos estudantes.

LISTA DE SIGLAS

ACB	Ação Católica Brasileira
ADETUNI	Associação dos Trabalhadores Unidos de Nova Jacundá
AIMFR	Associação Internacional dos Movimentos Familiares de Formação por Alternância
ANPEC	Associação Nacional de Centros de Pós-graduação em Economia
APEFA	Associação dos Pais da Escola Família Agrícola
ASSEMA	Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
BASA	Banco da Amazônia
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAP	Centro Agropecuário da UFPA
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CAT	Centro Agroambiental do Tocantins
CCFD	Comitê Católico contra a Fome e pelo Desenvolvimento
CEB	Comunidade Eclesial de Base
CECON	Centro de Convivência da FATA
CECUT	Congresso Estadual da Classe Trabalhadora
CEE	Comunidade Econômica Européia
CFR	Casa Familiar Rural
CEFFAS	Centros Familiares de Formação por Alternância
CEPASP	Centro de Estudo e Pesquisa e Assessoria Sindical e Popular
CIBRAZEM	Companhia Brasileira de Armazenamento
CIRAD	Centro de Pesquisa Agrícola para o Desenvolvimento
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNPQ	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CNS	Conselho Nacional de Seringueiros
CNS	Conselho Nacional de Segurança
CONTAG	Confederação Nacional de Trabalhadores na Agricultura
COCAT	Cooperativa Camponesa do Araguaia Tocantins
CONSEP	Conselho Superior de Ensino e Pesquisa
COOPSERVIÇOS	Cooperativa de Prestação de Serviços
COPEMA	Cooperativa Agrícola de Marabá
CPDA/UFRRJ	Curso de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DAZ	Curso de Especialização e Desenvolvimento em Agriculturas Amazônicas
DFID	Departamento para o Desenvolvimento Internacional
DNTR	Departamento Nacional de Trabalhadores Rurais
EFA	Escola Família Agrícola
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EQUIP	Escola Quilombo dos Palmares
ESAU	Escola Sindical do Alto Uruguai
ESMA	Escola Sindical Margarida Alves
FADESP	Fundação de Amparo Desenvolvimento da Pesquisa do Estado do Pará
FCAP	Faculdade de Ciências Agrárias do Pará
FASE	Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional
FAT	Fundo de Amparo ao Trabalhador
FATA	Fundação Agrária do Tocantins Araguaia
FECAP	Federação de Associações do Estado do Pará
FECAT	Federação das Cooperativas do Araguaia-Tocantins
FERA	Fórum de Entidades pela Reforma Agrária
FETAGRI	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Pará e Amapá
FETRAF	Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar
FINEP	Financiadora de Estudos e Projetos
FNN	Fundação Nativo da Natividade
FNO	Fundo Constitucional para Região Norte
FREC	Fórum Regional da Educação do Campo
FRS	Fetagri Regional Sudeste
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
FUNRURAL	Fundo de Assistência e Previdência ao Trabalhador
GERDAT	Grupo de Estudos e Pesquisa para o Desenvolvimento da Agricultura Tropical
GETAT	Grupo Executivo de Terras do Araguaia Tocantins
GRAAL	Grupo de Apoio a Agricultura Familiar de Fronteira
GRET	Grupo de Investigação e Intercâmbio Tecnológico.
IBAMA	Instituto Brasileiro de Meio Ambiente
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDESP	Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Pará
IECLB	Igreja Evangélica da Confissão Luterana do Brasil
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INRA	Instituto Nacional de Investigação Agronômica
INSS	Instituto Nacional de Seguridade Social
JFC	Juventude Feminina Católica
LAET	Laboratório Agroecológico da Transamazônica
LASAT	Laboratório Sócio-Agrônomo do Araguaia Tocantins
LO	Licença de Ocupação
MAFDS	Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MEB	Movimento de Educação de Base
MEC	Ministério da Educação
MPF	Ministério Público Federal
MR-8	Movimento Revolucionário Oito de Outubro
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MSTR	Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais
NAEA	Núcleo de Altos Estudos Amazônicos
NEAM	Núcleo de Educação Ambiental

NEAF	Núcleo de Estudos Integrados Sobre Agricultura Familiar
NUER	Núcleo de Educação Rural
ODA	Organização para o Desenvolvimento Ultramarino
ONG	Organização Não Governamental
ORSTOM	Instituto Francês de Pesquisa Científica para o Desenvolvimento em Cooperação
PA	Projeto de Assentamento
PAF	Projeto Agroflorestal
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PC do B	Partido Comunista do Brasil
PD	Pesquisa-Desenvolvimento
PDSP	Pesquisa-Desenvolvimento em Sistemas de Produção Agrícola
PDTU	Programa de Desenvolvimento do Trópico Úmido
PFD	Pesquisa-Fomação-Desenvolvimento
PGC	Programa Grande Carajás
PLADES	Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento
PO	Programação Operacional
POEMA	Pobreza e Meio Ambiente na Amazônia
POLAMAZÔNIA	Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia
PPP	Projeto Político Pedagógico
PRC	Partido Revolucionário Comunista
PROCERA	Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária
PROEX	Pró-Reitoria de Extensão
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONERA	Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
PROPEPS	Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PT	Partido dos Trabalhadores
SAGRI	Secretaria de Agricultura do Estado do Pará
SDT	Secretaria de Desenvolvimento Territorial
SECTAM	Secretária Executiva de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente
SEDUC	Secretaria de Estado de Educação
SEMED	Secretaria Municipal de Educação de Marabá
SEPLAN	Secretária de Planejamento
SPDDH	Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos
SR27E	Superintendência Regional 27 E
STR	Sindicato dos Trabalhadores Rurais
SUDAM	Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
UFRA	Universidade Federal Rural da Amazônia
UFPA	Universidade Federal do Pará
UFRRJ	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
A construção do objeto de estudo	04
A base das informações e a metodologia da pesquisa.....	100
Análise das informações coletadas.....	144
Estrutura do texto	15
CAPÍTULO I A REGIÃO DE MARABÁ: FORMAÇÃO POLÍTICA, ECONÔMICA E A CONSOLIDAÇÃO DO SINDICALISMO DE TRABALADORES RURAIS	17
1.1. A Ocupação do Espaço Regional: Extrativismo, Pecuária e a Formação de um <i>Campesinato de Fronteira</i>	17
1. 2. Atuação do Estado e os Projetos de Colonização.....	200
1.3. A Atuação da Igreja.....	29
1.4. O Surgimento dos STRs: A Consolidação de um Novo Ator Regional.....	33
CAPÍTULO II A FORMAÇÃO DO PROGRAMA CAT	42
2.1. O Fim da Ditadura Militar e o Surgimento do Programa CAT.....	42
2.2. O Contexto do NAEA no Surgimento do CAT.....	50
2.3. Fatores que Contribuíram para o Surgimento do Programa CAT.....	57
2.4. A Atuação dos Mediadores Sociais.....	59
CAPÍTULO III OS ALICERCES DO PROGRAMA CAT: PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS E ESTRUTURAÇÃO	73
3.1. Objetivos do Programa CAT.....	73
3.2. O Centro de Convivência da FATA	84
CAPÍTULO IV AS ATIVIDADES DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO E A ATUAÇÃO DO CAT NA REGIÃO DE MARABÁ	94
4.1. As Atividades no Âmbito do LASAT e da FATA	94
4.1.1. Os estágios com os agricultores.....	96

4.1.2. O projeto de comercialização do arroz.....	96
4.1.3. A Cooperativa Camponesa do Araguaia-Tocantins (COCAT)	99
4.1.4. Estágios de base e estágios temáticos	100
4.1.5. Outras Atividades realizadas no âmbito do Programa CAT.....	103
4.2. O Projeto Agroflorestal.....	104
4.2.1. Concepção e atividades realizadas	104
4.2.2. Avaliação da primeira etapa do PAF.....	109
4.2.3. A segunda fase do PAF	117
4.3. A atuação do Programa CAT: Sindicalismo, Assistência Técnica, Pesquisa e Agricultores.....	122
4.3.1. As atividades do CAT e o movimento sindical	122
4.3.2. As atividades do Programa CAT e o fortalecimento da agricultura familiar	127
CAPÍTULO V AS ATIVIDADES DE FORMAÇÃO NO PROGRAMA CAT	134
5.1. A Formação no Programa CAT.....	134
5.1.1. A formação no âmbito da FATA	134
5.1.2. A formação no LASAT	136
5.1.3. O NEAF e os cursos de graduação.....	140
5.2. A Escola Família Agrícola	143
CAPÍTULO VI AS TRANSFORMAÇÕES NO PROGRAMA CAT: CONTEXTO REGIONAL E CONFLITOS	150
6.1. A Reestruturação da FATA.....	150
6.2. O Afastamento entre FATA e LASAT	153
6.3. O Programa CAT após o Fim da Parceria entre FATA e LASAT	165
CONSIDERAÇÕES FINAIS	169
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	176
ANEXO 01.....	185
ANEXO 02.....	193

INTRODUÇÃO

O Centro Agroambiental do Tocantins (CAT) foi fundado em 1988 a partir de uma parceria entre pesquisadores ligados à Universidade Federal do Pará (UFPA), pesquisadores franceses do Grupo de Investigação e Intercâmbio Tecnológico (GRET) e um grupo de sindicalistas que atuavam na região de Marabá, sudeste do Pará.¹

Seu surgimento se insere no contexto específico de transformações na fronteira amazônica nas décadas de 1970 e 1980. Ao longo desses anos migraram para essa região, no rastro da colonização, seja oficial, privada ou espontânea, milhares de trabalhadores rurais de várias regiões do país, que buscavam terra para se reproduzir enquanto camponeses.

Distribuídos em comunidades com fortes laços de vizinhança e parentesco, esses agricultores recém chegados desenvolveram relações de solidariedade que garantiram sua existência social, a despeito da frágil participação nas esferas da política e da representação profissional. Porém, a expressão pública dos agricultores se fez notar a partir do momento em que um conjunto de políticas governamentais incrementou o processo migratório para a região, intensificando os conflitos pela posse da terra. Nessa condição, resistiram na terra quando ameaçados de perdê-la e passaram a se organizar, com apoio da Igreja Católica, em Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), caixas agrícolas e, mais tarde, em sindicatos (ASSIS, 2007).

Os primeiros Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STRs) dessa região surgiram a partir da década de 1970 e sob a tutela do Estado autoritário. Durante a década de 1980, com o apoio de diferentes grupos de mediação, lideranças rurais oriundas das CEBs criaram associações (HÉBETTE, 1997), empenharam-se na construção de oposições sindicais, assumiram gradativamente a direção dos sindicatos e tornaram-se os principais porta-vozes dos agricultores. Inseriram-se nas disputas políticas regionais e construíram uma imagem de resistência ao latifúndio, defesa e luta pela terra (ASSIS, 2007).

Entretanto, o processo de ocupação do sudeste paraense não trouxe somente trabalhadores rurais para a região. Também vieram outros agentes das mais diversas instituições públicas, entre as quais o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), as Polícias Civil e Militar, as Forças Armadas e alguns pesquisadores da Universidade Federal do Pará, em especial do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA)². A região atraiu ainda agentes de instituições religiosas (um bispo em Marabá, padres, religiosos e leigos progressistas de outras regiões do país e do exterior), militantes do

¹ O que denominamos neste trabalho como “região de Marabá” abrange os municípios de Marabá, Itupiranga, Jacundá, Nova Ipixuna, São João do Araguaia e São Domingos do Araguaia, raio de atuação do Laboratório Sócio-Agrônomo do Tocantins/LASAT. Trata-se, pois, de uma denominação fundada na área de atuação de determinadas forças sociais e políticas e não por critérios geográficos. Optamos por utilizá-la porque ela possui legitimidade entre os atores locais e sua delimitação espacial se articula com as dinâmicas territoriais que se sucedem nessa porção do estado. Essa região praticamente coincide com a delimitação proposta pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SDT/MDA) para o território do Sudeste do Pará (ASSIS; OLIVEIRA; HALMENSCHLAGER, 2008).

² O NAEA surgiu dentro da UFPA com a reforma universitária de 1971, funcionando como um órgão de integração dentro da Universidade para fomentar a pesquisa e a extensão, voltada, naquela época, por uma série de razões, para a área das Ciências Humanas.

Movimento de Educação de Base (MEB)³ e da Comissão Pastoral da Terra (CPT), e de partidos clandestinos (em especial do Partido Comunista do Brasil/PC do B) envolvidos na Guerrilha do Araguaia⁴.

Como apontam Hébette & Navegantes (2000) e como procuraremos mostrar ao longo da dissertação, nesse contexto regional heterogêneo, permeado de conflitos pela posse de terra, irá se constituir o substrato fundamental que permitiu a articulação do Programa CAT.

Segundo os autores, a partir da década de 1970, os pesquisadores da UFPA que acompanhavam os sindicatos, tantos nas atividades de pesquisa quanto de assessoria, eram frequentemente indagados pelos agricultores, sem poderem oferecer respostas técnicas sobre novos produtos, principalmente destinados ao mercado, que pudessem complementar a renda obtida com as culturas temporárias tradicionais. A preocupação que se observava nos encontros das CEBs ou dos STRs – que, na verdade, muitas vezes se confundiam –, além das estratégias de ocupação de terras, também envolvia a fixação duradoura e a consolidação de um projeto agrícola em condição de um mínimo de bem-estar.

A resposta a estas preocupações proporcionou o surgimento de novas organizações a serviço dos agricultores, orientadas pela busca de soluções técnicas e econômicas para os problemas e, portanto, voltadas diretamente para as condições de produção e trocas econômicas, sem deixar de fora as questões políticas, que eram muito fortes na região de Marabá. Uma das organizações que se destacou nesse período na região de Marabá foi o Centro de Estudos, Pesquisas e Assessoria Sindical e Popular (CEPASP). Ao se constituírem em unidades autônomas de produção, não mais diretamente subordinadas a um patrão fazendeiro, dono de engenho, comerciante da castanha ou aos comerciantes de fora da região, as famílias de agricultores passaram a se articular mais diretamente com o mercado, sem a intermediação obrigatória do barracão ou da casa comercial do patrão e a barganhar com compradores e vendedores das feiras e do comércio urbano. Sentiram, assim, de maneira mais aguda, a realidade e o caráter das trocas desiguais a respeito das quais teorizavam os assessores nas CEBs e nos sindicatos (HÉBETTE, 1996a).

Entretanto, nessa busca de soluções para todos os problemas dos agricultores, os sindicatos inicialmente se dispersavam e não conseguiam elaborar um projeto de alguma amplitude. Por outro lado, nem sempre obtinham a adesão para alguma proposta nova. Muitos dos que se dirigiam aos sindicatos o faziam em busca de assistência à saúde ou aposentadoria (MEDEIROS, 2002). A criação de um espaço autônomo por parte dos trabalhadores rurais a partir da década de 1980, com a “retomada dos sindicatos”⁵, pretendia mudar esse quadro. Um duplo desafio apresentava-se aos novos sindicalistas: uma redefinição dos objetivos e dos rumos do sindicalismo rural por um lado, e a obtenção de meios materiais para a ação, por outro. Em ordem de importância, vinha o primeiro: era uma questão cuja solução exigia

³ O Movimento de Educação de Base (MEB) surgiu em 1961, a partir de um esforço comum entre Presidência da República, Ministério da Educação e Cultura e a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), visando alfabetizar jovens e adultos das regiões mais empobrecidas do país por meio da educação de base. Como instrumento pedagógico, o MEB utilizava a metodologia “ver, julgar e agir”, associada à Ação Católica e, depois, a elementos da filosofia de Paulo Freire, numa perspectiva de educação libertadora (<http://www.meb.org.br/conhecaomeb/descricaoentidade/>).

⁴ A Guerrilha do Araguaia ocorreu na região sudeste do Pará e norte do estado do Tocantins, ao longo do rio Araguaia, entre fins da década de 1960 e a primeira metade da década de 1970. Foi criada pelo Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e tinha como objetivo criar um movimento de resistência à ditadura militar e fomentar uma revolução socialista, a ser iniciada no campo, baseado nas experiências vitoriosas das revoluções cubana e chinesa.

⁵ Movimento das oposições sindicais, surgido no fim da década de 1970 e início da década de 1980, para retomar as direções dos sindicatos de lideranças consideradas “pelegas”.

tempo. Em ordem de urgência, predominava o segundo: as fontes e os recursos exteriores destinadas a um sindicalismo que, por sua própria concepção, devia ser sustentado por seus associados, não se encontravam facilmente. O acesso a elas passava pela montagem de projetos, ou seja, pelo apoio das Igrejas de cuja dependência os novos sindicalistas queriam se libertar (HÉBETTE, 1996a).

A dupla oportunidade de formalizar uma proposta de ação e obter recursos para executá-la foi oferecida aos STRs, por meio da UFPA, como interlocutora pelo Brasil num projeto franco-brasileiro de apoio à pequena e média agricultura. A interação estabelecida durante os tempos de ditadura entre uma equipe de pesquisa do NAEA/UFPA, as CEBs e os STRs orientou naturalmente esses STRs à proposta de uma parceria. Em 1988, quatro sindicatos da região de Marabá (Itupiranga, São João do Araguaia, Jacundá e Marabá) se juntaram com uma equipe de pesquisadores para levar adiante estratégias de fortalecimento do campesinato local. A proposta resultou na criação do Centro Agroambiental do Tocantins. As estratégias ainda não estavam definidas com precisão, mas se tratava de elaborar um projeto abrangente, cujo objetivo era, ao cabo de uma geração, criar e consolidar uma organização camponesa dotada de legitimidade para falar e agir em nome de toda a categoria e se impor com força e competência como interlocutora indispensável na concertação das forças sociais e no diálogo com os poderes públicos. Era, para os STRs, uma ocasião ímpar para se afirmarem diante de outras entidades e notadamente do Estado, como também da Igreja, na sua qualidade de legítimo porta-voz e representante do campesinato (HÉBETTE, 1991b; HÉBETTE, 1996a).

Fugindo de iniciativas pontuais e muito limitadas envolvendo apenas pequenos grupos e sem maior representação social, sindicalistas, pesquisadores e assessores enfrentaram o desafio de intervir numa escala ampla para garantir uma repercussão socialmente significativa – uma área de 40.000 a 50.000 Km², envolvendo em torno de 12.000 famílias. Criaram uma fundação própria, a Fundação Agrária do Tocantins-Araguaia (FATA), que lhes servisse de instrumento institucional de ação e lhes garantisse a autonomia gerencial e administrativa. Associaram-se a uma equipe de pesquisadores e técnicos oriundos de diversas instituições de pesquisa e ensino. Esta equipe formou o que se denominou de Laboratório Sócio-Agrônomo do Tocantins (LASAT). Reunidos, FATA e LASAT constituíram um programa de ação em torno do CAT (HÉBETTE, 1991b). Posteriormente foram criadas mais duas entidades no Programa: em 1992 entrou em funcionamento a Cooperativa Camponesa do Araguaia-Tocantins (COCAT) e, em 1996, a Escola Família Agrícola (EFA).

Segundo Hébette (1991b), o Programa visava a melhoria das condições de vida da população camponesa por meio de estudos científicos, da implantação de práticas suscetíveis de garantir a reprodutividade de sistemas de produção e a permanência da população no campo em condições ecologicamente sustentáveis, num diálogo constante entre a Ciências Agrárias e a Ciências Sociais. A participação continua de agricultores e pesquisadores no estudo e discussão da problemática e na elaboração das soluções permitiria o enriquecimento mútuo dos respectivos saberes e a incorporação imediata de práticas definidas. Tratava-se, evidentemente, de um processo longo de aprendizado cujos resultados exigiam certo tempo de maturação e também progressiva a integração dos sindicalistas, assessores, agricultores e pesquisadores neste processo.

A preocupação central desta dissertação é analisar o processo de constituição e de atuação do Programa CAT. Também problematizaremos alguns conflitos que derivaram dessa proposta, bem como o reflexo das ações do Programa no movimento sindical e nas políticas

relacionadas à agricultura familiar,⁶ considerando o contexto sócio-político e econômico dessa região no final da década de 1990 e início do século XXI.

A construção do objeto de estudo

A idéia de estudar o Programa CAT surgiu a partir de uma pesquisa de Iniciação Científica, sob orientação da professora Leonilde Servolo de Medeiros, que realizei durante a graduação no curso de Agronomia da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), cujo tema era: “O estudo da formação de militantes a partir de uma análise na região sudeste do Pará”. Ela me permitiu um contato inicial com o tema do sindicalismo rural da região e com os processos de articulação entre agências de mediação e os movimentos de trabalhadores rurais que lutavam por terra e por direitos. No decorrer da pesquisa o CAT não foi o tema central, mas sempre vinha à tona nos comentários de alguns sindicalistas e pesquisadores que chamavam atenção sobre o modo de atuação de alguns pesquisadores da UFPA, sobretudo nos projetos que se desenvolveram em parceria com STRs e outros movimentos sociais da região.

A definição do objeto deste estudo veio se construindo a partir dessa primeira pesquisa na região, quando percebi a importância e a legitimidade que o Programa CAT tinha alcançado tanto entre os sindicalistas, assessores e agricultores, quanto no meio acadêmico. Ao longo das disciplinas do curso de Mestrado, das aulas de Metodologia das Ciências Sociais e em conversas com minha orientadora, definimos como tema desta pesquisa o Programa CAT e sua atuação junto aos agricultores familiares na região de Marabá. Entretanto, o esforço de buscar uma aproximação teórica capaz de problematizar o objeto em construção, impôs uma reflexão aprofundada sobre como foi possível uma interação entre instituições tão diferentes e com fins distintos, ou seja, a Universidade, cujo objetivo é a pesquisa e a produção de conhecimento, e os sindicatos, cujas metas estão ligadas ao campo

⁶ Fizemos uso da categoria por ser ela largamente adotada pelo sindicalismo de trabalhadores rurais em todo o país e também por ser exaustivamente pronunciada durante as entrevistas. Eventualmente, nos referimos aos agricultores, utilizando outras denominações quando assim a situação do texto exigir, principalmente, quando fizermos referência a estudos realizados por outros pesquisadores ou quando nos referirmos a momentos históricos bem delimitados. Não nos propusemos aqui a aprofundar o debate sobre as implicações e a pertinência da utilização da categoria “agricultura familiar”, mas gostaríamos de lembrar que a pesquisadora Maria Nazaré Baudel Wanderley, para quem o termo agricultura familiar tem a ver com as transformações políticas, sociais e econômicas em curso na sociedade global, se posicionou nesse debate por meio de três questões para reflexão:

a) o conceito de agricultura familiar (e de agricultor familiar) é pertinente para a compreensão do ator social a que estamos nos referindo. Mesmo sendo uma identidade “atribuída”, na maioria dos casos, ela é incorporada pelos próprios agricultores e, à diferença de outras denominações impostas de fora (agricultor de baixa renda, por exemplo), ela aponta para qualidades positivamente valorizadas e para o lugar desse tipo de agricultor no próprio processo de desenvolvimento;

b) a convicção de que o agricultor familiar não é um personagem passivo sem resistência diante de forças avassaladoras vindas de fora e de cima de seu universo. Pelo contrário, ele constrói sua própria história nesse complexo campo de forças que vem a ser a agricultura e o meio rural inseridos em uma sociedade moderna. E o faz recorrer à sua própria experiência (camponesa) e procurando adaptar-se, como já foi dito, às novas “provocações” e desafios do desenvolvimento rural;

c) o reconhecimento da grande diversidade de situações concretas que essa categoria genérica “agricultura familiar” pode incluir (WANDERLEY, 2003:58/59).

político/reivindicativo das demandas do grupo social que representam. Em meio a essas inquietações o objeto da dissertação foi ganhando contorno e se constituindo.

Entretanto, analisar processos sociais recentes ou mesmo com desdobramentos que afetam as demandas atuais daquela região não é uma tarefa das mais fáceis. A delimitação de um campo teórico que guiasse as reflexões sobre os fatos históricos e possibilitasse ao mesmo tempo a apreensão da complexidade dos fenômenos sociais foi a principal preocupação. Para tanto, recorreremos à noção de campo, representação política (BOURDIEU, 1989; 1998; 2000; 2001; 2002) e mediação (NEVES, 1997; 2008; OLIVEIRA, 2004). Também utilizamos alguns autores que escreveram sobre a atuação do Programa CAT e de outras experiências similares no Pará (HÉBETTE, 1991; 1996; 2004; HENCHEN, 2002 e SOLYNO SOBRINHO, 2004).

Ao verificar a atuação e o discurso de grande parte de organizações não governamentais (ONGs), entidades ou grupos de apoio, especialmente aquelas vinculadas ao desenvolvimento rural, percebemos que, muitas vezes, estas se auto proclamam como legítimas porta-vozes daqueles agricultores que conformam sua base de sustentação. Esta atuação se efetiva por meio dos indivíduos que compõem o quadro de funcionários das ONGs ou assessores e que são os responsáveis diretos pela conexão destas com aqueles que estão no foco de suas ações. Tais indivíduos se constituem no que aqui está se convencendo denominar de “mediadores sociais”, tal como analisado por Neves (2008). O termo mediador alude de imediato àquela figura que assume o papel de estabelecer relações entre partes diferentes e, por vezes, divergentes, com vistas a um determinado resultado.

De acordo com Neves (2008), a noção de mediador que conceitualmente mais se verificou nos últimos tempos esteve associada à análise daquele indivíduo que, munido de determinados capitais⁷ (simbólicos, cultural, político, social) e de um poder instituído por uma determinada organização, possui legitimidade que lhe permite solucionar conflitos com vistas a uma conciliação entre grupos com diferentes interesses. Tal como relativiza Neves (2008), Bourdieu (2002) chama atenção para o fato de que este mediador deve acreditar e fazer acreditar que estava ali desinteressado. Este desinteresse, no entanto, é ilusório, uma vez que sempre se almeja os lucros simbólicos e econômicos desta relação, mesmo no caso em que o mediador deva convencer a todos, inclusive a ele próprio, de que está ali com o único interesse de encontrar uma justa solução àquele conflito. Com relação a isto diz Bourdieu (2002: 209): “estas negações dos interesses nunca são mais do que *denegações práticas*: (...) elas satisfazem o interesse sob uma forma (desinteressada) que tende a mostrar que elas não o satisfazem” (grifo do autor).

As contradições na atuação dos mediadores são observáveis também em função destes agentes estarem munidos de espécies de capital que, “à maneira de trunfos num jogo, são os poderes que definem as probabilidades de ganho num campo determinado [...] Por exemplo, o volume de capital cultural determina as probabilidades de ganho em todos os jogos em que o capital cultural é eficiente” (BOURDIEU, 1989:134). Dessa forma, são revestidos de um poder simbólico que produz efeitos variados na relação que estabelecem com os diferentes agentes. Compreender a dimensão desse poder simbólico é de grande relevância para o estudo da relação entre os pesquisadores da UFPA e sindicalistas, assessores e agricultores, haja visto que o mediador:

Tem o poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão de mundo e, deste modo, a ação

⁷ No sentido da conceitualização heurística colocada por Pierre Bourdieu.

sobre o mundo, portanto o mundo; poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica), graças ao efeito específico de mobilização, só se exerce se for reconhecido, quer dizer, ignorado como arbitrário (BOURDIEU, 1998:14).

Em sua grande maioria, estes mediadores (pesquisadores e/ou assessores) são agentes que freqüentaram o universo acadêmico e que, portanto, possuem um capital cultural de grande valor, o que lhes confere um destaque dentro do espaço social em que interagem. Da mesma forma, são agentes que adquirem, com relativa facilidade, um capital social (ou ampliam seu volume), dada a própria necessidade de integrar e constituir redes de organizações em nome da entidade ou movimento que representam. Estes capitais, aliados ao capital político e econômico, se constituem em importantes recursos para alcançar os interesses que os mobilizam no jogo social que disputam. Um aspecto importante a ser considerado no processo de mediação se refere ao fato de que os mediadores constroem sua legitimidade na medida em que assumem o papel de aglutinar ao seu redor os interesses difusos na sociedade, atribuindo, dessa forma, “voz” àqueles que não a tem, ao mesmo tempo em que atuam como representantes legitimados dos mesmos frente a outros agentes e/ou instituições (NEVES, 2008).

O mediador social não é um agente neutro nas relações estabelecidas. Mesmo nas situações em que ele, por exemplo, renuncia à própria fala, acreditando que com este procedimento não promoverá interferências no meio onde se produzem as relações, o que fica evidenciado é que esta crença ingênua não se confirma. É ilusório depositar tanto crédito ao poder das palavras uma vez que se trata apenas de um “poder delegado do porta-voz cujas palavras [...] constituem no máximo um testemunho, um testemunho entre outros da garantia de delegação de que ele está investido” (BOURDIEU, 1998, 87).

A partir destas considerações, pode-se concluir que a simples presença de um indivíduo investido e revestido de poder, mas, sobretudo, reconhecido como detentor de capitais que lhe conferem poder, já implica numa interferência direta que, em muitos casos, pode ser tão determinante quanto uma intervenção oral. Vale a máxima de que o silêncio, em determinadas circunstâncias, pode dizer mais que muitas palavras. Portanto, ainda que, segundo Neves (2008), a idéia de mediação possa freqüentemente ser tomada pelo senso comum como um processo que promoverá a conciliação ou o estabelecimento de compromissos entre diferentes partes, valendo-se de um agente individual ou coletivo despojado de seus interesses, criando assim, as condições para a efetivação de um acordo legítimo, o que ocorre de fato e que interessa evidenciar durante o processo de análise do Programa CAT é a impossibilidade dessa pretensão.

No entanto, para analisar o Programa CAT, é necessário também levar em consideração o carisma (dominação carismática no sentido colocado por Weber), visto que algumas lideranças irão se utilizar desse “capital pessoal a que se pode chamar de heróico ou profético” (BOURDIEU, 1989: 191), e no qual “obedece-se ao líder carismaticamente qualificado como tal, em virtude de confiança pessoal em revelação, heroísmo ou exemplaridade dentro do âmbito da crença nesse seu carisma” (WEBER, 1994:141) para aumentar a legitimidade de suas práticas frente aos trabalhadores rurais.

Nessa perspectiva, estamos, a partir de Neves (2008), entendendo mediação como o conjunto de ações sociais nas quais um agente articula outros a universos sociais que se lhes apresentam relativamente inacessíveis. O mediador pode assumir esse papel por ter a capacidade de interagir em diferentes domínios sociais e de lidar com vários códigos e valores

adaptando e traduzindo-os para promover a comunicação entre grupos⁸. No entanto, o agir dos mediadores não se restringe a interligar mundos diferenciados, pois ele também constrói e, portanto, tenta impor as representações dos mundos sociais que pretende interligar e o campo de relações que viabiliza esse modo específico de interligação. Assim, o exercício da mediação pode também ser compreendido a partir do conjunto de idéias, valores e modos de comportamento transmitidos como formas de incorporação de saberes propiciadores da construção de novas posições e identidades do ator social (NEVES, 2008). Considera-se então, que o mediador sempre promoverá traduções (interpretações e adaptações) ao transpor uma informação de uma parte à outra.

No nosso caso, estamos considerando que os pesquisadores por meio do papel que exercem no CAT e na UFPA atuam como mediadores, bem como os sindicalistas. Os pesquisadores atuariam como elos importantes na estruturação e nas relações de mediação entre esses sindicalistas e outros agentes externos; já os sindicalistas seriam chamados para agirem como elos importantes na estruturação das relações entre agricultores e pesquisadores dentro do CAT. No entanto, estamos considerando que pesquisadores e sindicalistas interagem em múltiplas direções. É de grande relevância, por exemplo, a relação que estabelecem com outros mediadores de outras entidades de apoio e de outras organizações localizados dentro e fora do contexto da região de Marabá.

Utilizamos neste trabalho a definição de “mediador social” como um conceito que auxilia na compreensão da atuação daquele agente que, detentor de um poder institucionalizado por uma organização, no caso aqui estudado a UFPA e os STRs, assume o papel de aproximar o ‘ambiente acadêmico’ e o ‘ambiente rural’, considerando suas várias dimensões: político, social, cultural e econômico.

De posse dessas considerações, o tratamento aqui destinado a este agente será no sentido de objetivar suas ações percebendo-o como alguém que estava presente e participava ativamente das disputas que estavam em jogo. Portanto, o mediador social que está no cerne das atenções deste trabalho é aquele que se relacionava com diferentes espaços sociais e que, influenciando nas várias dimensões pertinentes aos grupos sociais que estavam ligados ao Programa CAT, produziu transformações significativas na dinâmica daquele meio.

Cabe salientar que, ao discutir o processo de mediação e o papel dos mediadores sociais no espaço social, pressupomos a existência de outros agentes com os quais este se relaciona, como, por exemplo, assessores de outras organizações, outras lideranças sindicais, o Estado com suas diferentes agências, a Igreja etc. Neste sentido, não existe aqui, a priori, a definição de poder exclusivo dos mediadores, mas sim de um esquema de interdependência entre tais agentes, que não se expressam sem a ocorrência de disputas significativas. Ou seja,

⁸ De acordo com as observações de Neves (2008), muito além da simples tradução, o mediador assume o papel de interpretador e adaptador das informações colhidas nos diferentes espaços sociais com os quais interage. Dessa forma, promoverá uma filtragem e uma modelagem destas informações conforme a sua própria visão de mundo. Apropriadamente, Lascousmes (1994) chama a este processo “transcodificação” e o entende como aquelas atividades que reagrupam e traduzem informações e práticas num código diferente: “de uma parte, agregar as informações esparsas e as ler como uma totalidade; é também as traduzir em um outro registro constituído por lógicas diferentes, a fim de assegurar a difusão ao interior de um campo social e ao exterior deste” (LASCOSMES, 1994 in OLIVEIRA, 2004: 42). *Bricolage* é outra importante noção que auxilia numa melhor compreensão do que está envolvido em um processo de mediação. Refere-se à ação característica do mediador que, ao acessar diferentes espaços sociais, vai agregando pequenos fragmentos coletados por onde transita com vistas a constituir novas finalidades. “Assim o mediador não só negocia, como cria novas realidades, a partir de seu trânsito por diferentes domínios” (VELHO; KUSCHIR, 1996:106 in OLIVEIRA, 2004: 42).

cada pessoa singular está realmente presa; está presa por viver em permanente dependência funcional de outras; ela é um elo nas cadeias que ligam outras pessoas, assim como todas as demais, direta ou indiretamente, são elos nas cadeias que a prendem (ELIAS, 1994: 23).

Portanto, o mediador só existe interligado a uma rede de relações que lhe confere tal *status* e “essa rede nada é além de uma ligação de fios individuais; e, no interior do todo, cada fio continua a constituir uma unidade em si; tem uma posição e uma forma singulares dentro dele” (ELIAS, 1994: 35). Cabe ressaltar a importância ainda de discutir as relações de poder que permearam todo esse processo de atuação conjunta entre organizações sindicais e instituições de pesquisa.

Ressaltamos ainda que, embora entre os mediadores sociais exista um amplo leque de modalidades de atuação, entendemos que as análises que pretendem explicar o tipo de vínculo criado entre mediadores e mediados apenas a partir da estratégia de intervenção dos primeiros pecam por certo viés unilateral. Elas desconsideram a interação que se estabelece entre as partes intervenientes. Uma perspectiva analítica que contribua para superar esse obstáculo e que utilizaremos durante a dissertação, interpreta o vínculo como uma relação na qual se intercambiam bens materiais e/ou simbólicos (COWAN ROS, 2008).

Os textos de Jean Hébette ajudaram muito a entender a dinâmica do movimento sindical na região de Marabá, bem como a construir e problematizar os diversos processos que envolveram a criação e o desenrolar do Programa CAT, no qual o próprio autor foi um dos principais mentores. Jean Hébette chegou ao Pará em 1967, para trabalhar como missionário. Anteriormente teve experiências na Europa (Bélgica e França) e na África (no então Congo Belga). No início da década de 1970 começou a ter contato com camponeses por meio dos padres e outros missionários que atuavam na região de Marabá. Em 1970 entrou no curso de Economia da UFPA e, em seguida, no NAEA. Foi a partir dessa experiência de assessoria e diálogo junto aos trabalhadores rurais que Jean Hébette, no interior do NAEA, começou a abordar o tema da migração e da colonização na fronteira amazônica, e posteriormente outros assuntos como o sindicalismo rural, fronteira, internacionalização do capital, desenvolvimento sustentável etc. Sobre os trabalhos de Jean Hébette, Magalhães destacou o seguinte:

Como pensador de seu tempo, Jean Hébette priorizava ou deixa claro que o debate sobre a Amazônia incorpora as grandes questões nacionais e traz para a reflexão a questão da democracia e da participação política dos grupos camponeses. Deste ângulo, é que se pode afirmar que seu trabalho sempre falou a partir de um lugar, tanto no sentido geertziano quanto no sentido mais estritamente político. Neste processo, as dimensões sociais e sociológicas da problemática amazônica se interseccionam, bem como se estreitam as relações desta problemática com a discussão sobre o papel da universidade e, por conseguinte, sobre a ciência na qual foi produzida. Tem lugar, assim, ou fica muito clara nos textos de Hébette uma preocupação com a intervenção e a transformação, fazendo emergir como esfera de investigação privilegiada a organização social camponesa e as formas particulares de mobilização política (MAGALHÃES, 2004: 21-22).

Desde já, esclarecemos a dificuldade de abordar um tema em que os próprios atores são uma das principais fontes de referência, em particular Jean Hébette, que obteve destaque em várias das entrevistas e dos documentos consultados. Nesse sentido, nosso objetivo não é fazer uma avaliação dele enquanto pessoa, e sim abordá-lo dentro de um contexto, ou seja, enquanto ator que liderou determinado processo. Dessa forma, tentaremos manter o

distanciamento necessário que a análise requer, pois como acentuou Sônia Barbosa Magalhães:

Os vários sentidos que o título sugere, evocando a uma trajetória pessoal e acadêmica, fazendo emergir simultaneamente a complexidade do contexto e o desafio da descoberta, pareceram-me, desde aquele momento, evidenciar-se – de pronto e em síntese – as circunstâncias de sua produção intelectual e, sobretudo, a imbricada relação entre autor, ator e contexto [...] (Ibidem: 19).

Ao se optar por diferentes teorias e ao se fazer uso de determinados conceitos para se compreender uma dada realidade, ocorre inevitavelmente uma reconstrução desta teoria. O referencial teórico conforma, na verdade, um conjunto de *insights* que vão dando forma ao corpo de análise do problema pesquisado. Isto se dá em função da aliança que se promove entre diferentes correntes teóricas e, sobretudo, pela referência a uma realidade empírica com características consideravelmente diferentes daquelas sob as quais esteve submetido e que inspiraram o autor original – dentre outros aspectos próprios da subjetividade de cada autor e, portanto, difíceis de serem objetivados.

Por fim, é preciso ressaltar que a articulação entre os STRs e os pesquisadores engajados da UFPA se deu num momento específico de diálogo no fim da ditadura militar no país. Esse momento também refletia o debate que estava se dando em torno do papel que a extensão universitária deveria ter no âmbito de atuação da universidade frente aos setores mais despossuídos da sociedade. Segundo Mello (2000), para alguns segmentos renovadores dentro da Universidade brasileira, a extensão também vem sendo vista como um processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável, viabilizando uma relação transformadora, de mão dupla, entre universidade e sociedade. Tal concepção, no limite, buscava superar uma visão dicotômica e estanque do trabalho acadêmico, propondo, ao mesmo tempo, uma superação da relação de “exterioridade” entre ensino, pesquisa e extensão, assim como a ausência de dialogicidade na relação entre universidade e a sociedade. Assim vislumbrada, a extensão deixava de ser uma atividade à parte ao ensino e à pesquisa, revelando-se, ao contrário, como o próprio momento da articulação do trabalho acadêmico (de ensino e pesquisa) junto à comunidade, da troca de conhecimentos com esta, saber este que deve ser testado e realimentado, permanentemente, por meio desse diálogo (MELLO, 2000).

É nesse sentido que pretendo analisar o Programa CAT, como um projeto que associou ações de desenvolvimento e pesquisa, em que o professor universitário não entrou apenas como voluntário social ou simples militante. Nesse contexto, é importante refletir também sobre o perfil desses novos quadros institucionais que o CAT tentou construir e de agentes que tentavam incorporar um modo diferenciado de fazer extensão rural na região. Pois, o princípio de atuação do Programa era baseado na construção de uma plataforma de diálogo em que se reconheciam os saberes dos agricultores, o conhecimento científico e a possibilidade de diálogo entre eles, e a compreensão de que nesse leque de alternativas havia uma possibilidade de escolhas de soluções adequadas ao contexto local.

Entretanto, mesmo com toda essa concepção participativa, democrática e transformadora da extensão universitária proposta pela política institucional e pelos pesquisadores da UFPA, na análise de uma relação social é preciso considerar como se constitui o vínculo e através de quais motivações e interesses as partes nela se engajam. Muito frequentemente existem controvérsias com relação às práticas dos mediadores sociais. Mesmo que os mediadores frequentemente manifestem que entre seus objetivos se encontra o

fortalecimento da autonomia econômica e política de seus beneficiários, não raro são acusados de implementar práticas “clientelísticas”, “paternalistas” ou “autoritárias” que reforçam a dependência daqueles para com eles mesmos (COWAM ROS, 2008).

Partindo do princípio de que as relações de mediação criam vínculos ambivalentes que podem envolver relações de dominação, os objetivos da dissertação serão:

- a) Investigar a relação estabelecida entre a UFPA e o sindicalismo de trabalhadores rurais da região de Marabá, procurando entender o contexto político, institucional, social e econômico em que se deu a criação do Programa CAT, ou mais precisamente, em que contexto se deu a articulação dos sindicatos de trabalhadores rurais com os pesquisadores do NAEA.
- b) Descrever o funcionamento e a forma em que estava estruturado o Programa nas suas diferentes entidades (FATA, LASAT, COCAT e EFA), bem como analisar as principais atividades do Programa CAT que envolviam os três ramos de atuação: pesquisa, formação e ações de desenvolvimento.
- c) Problematizar as dificuldades enfrentadas no interior do programa, por suas duas entidades: a FATA, *locus* hegemônico dos agricultores e sua contrapartida técnico-científica e o LASAT, *locus* hegemônico dos pesquisadores.
- d) Verificar como se deu o processo de desestruturação do Programa, tentando entender como as ações do CAT influenciaram o modo de atuação do movimento sindical e o desenvolvimento da agricultura familiar na região de Marabá.

A base das informações e a metodologia da pesquisa

O período analisado será de meados da década de 1980, ocasião em que começou a ocorrer a discussão sobre a formação do Programa CAT até 2001, ano em que a Universidade Federal do Pará se retirou da coordenação do Programa e a FATA passou a ser administrada exclusivamente pelos agricultores e suas entidades de representação.

A pesquisa foi realizada nas cidades de Marabá, Belém, Jacundá, Itupiranga e Palestina do Pará. A sede do Programa estava localizada na UFPA, em Belém, porém, a maioria das atividades e reuniões ocorriam na FATA, que fica em um sítio a oito quilômetros da cidade de Marabá que, na época, já era um dos centros urbanos mais importantes do Pará, por concentrar boa infraestrutura e sediar a maioria dos órgãos da administração federal e estadual em atividade na região, tais como o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), o Banco da Amazônia (BASA), o Instituto Nacional de Seguro Social (INSS), Ministério Público Federal (MPF), Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), Secretaria Estadual de Agricultura (SAGRI) e um dos *campi* da Universidade Federal do Pará.

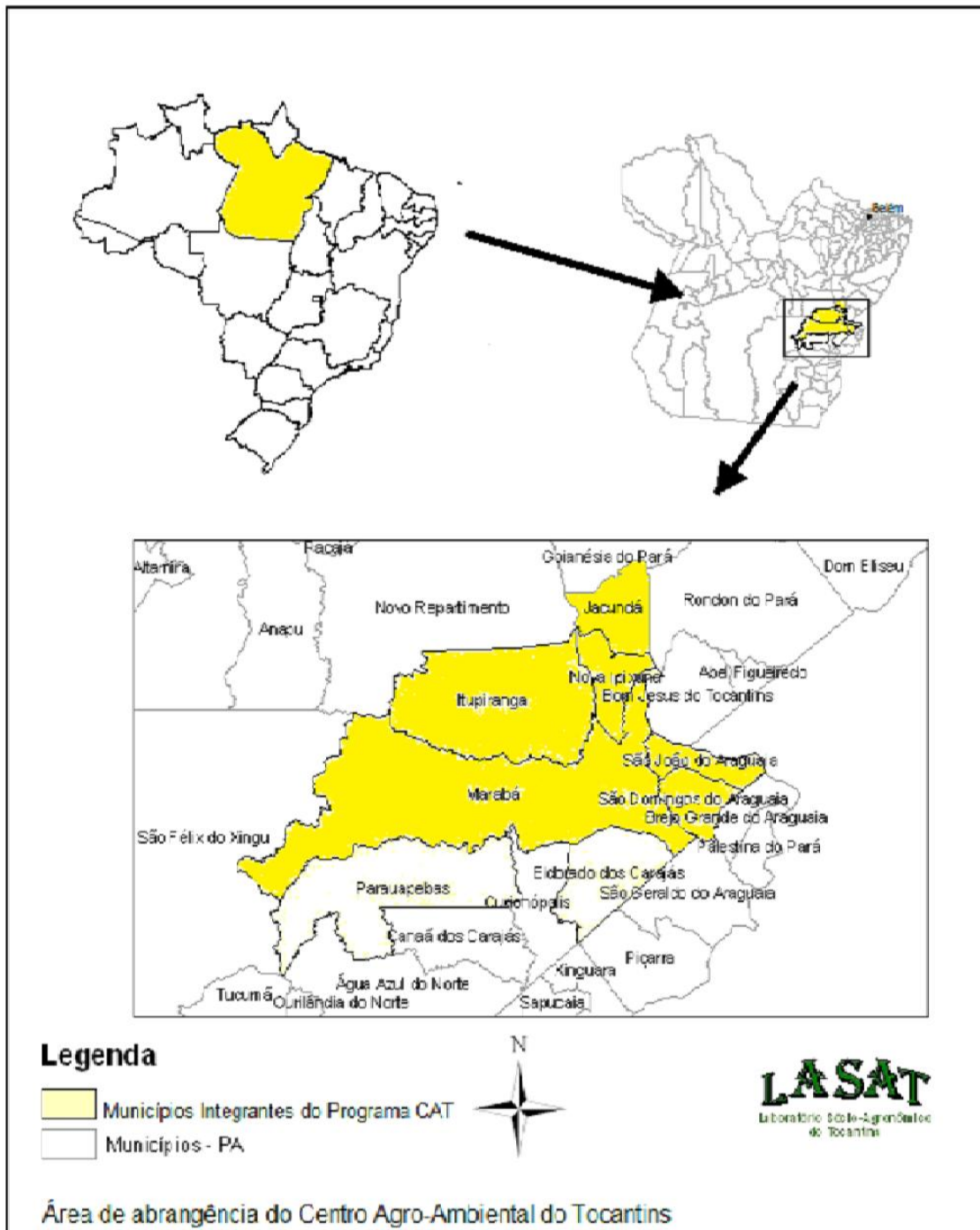


Figura 01: Área de abrangência do Programa CAT.

Fonte: Adaptado do Diagnóstico Socioeconômico e Ambiental da Agricultura Familiar e Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Sudeste do Pará. LASAT, 2006. Versão preliminar.

Do ponto de vista metodológico, o desafio apresentado nesta pesquisa encontra uma resposta satisfatória na proposição de Elias quanto ao papel que deve assumir o cientista na pesquisa social. Diz este autor que o cientista social deve adotar uma posição dialética entre o “distanciamento” e o “engajamento” e, desta forma, construir um contato com o pesquisado

que seja coerente com as peculiaridades que fazem as Ciências Sociais serem distintas das Ciências Naturais. Este distanciamento, que também é proposto pela Sociologia Crítica, diz respeito à necessidade de tomar distância do objeto em estudo para, dessa forma, não buscar apenas aquilo que se dá como evidências diretamente apreensíveis. É necessário transpor a barreira do imediatamente oferecido pela “realidade” e buscar nas “entrelinhas”, no não-manifestado ou, mais propriamente, colocar sob a “dúvida radical” tudo o que se apresenta como óbvio e, por isso mesmo, inquestionável, aos que estão envolvidos diretamente.

Bourdieu chega mesmo a advogar em favor de uma ruptura epistemológica (ruptura entre o saber nativo e o sociológico), que “são muitas vezes rupturas sociais, rupturas com as crenças fundamentais de um grupo e, por vezes com as crenças fundamentais do corpo de profissionais, como o corpo de certezas partilhadas...” (BOURDIEU, 1989: 38-39). Isto se refere não somente aos indivíduos que estão no centro das atenções do cientista, mas, da mesma forma, deve ser uma preocupação colocar as próprias certezas e pré-noções carregadas pelo cientista em um “tribunal da dúvida”, promovendo assim uma “auto-socioanálise”.

A partir dessas orientações iniciais, salienta-se que os métodos e procedimentos que foram utilizados no desenvolvimento desta pesquisa estão situados no que se denomina genericamente de pesquisa qualitativa. Como postula Becker (1997: 14):

Estas são de natureza tal que têm menos probabilidade do que suas colegas quantitativas de serem explícitas sobre seus métodos. As situações de pesquisa qualitativa incentivam, poder-se-ia dizer exigem, a improvisação, e muitos pesquisadores qualitativos sentem que suas soluções *ad hoc* para os problemas de campo têm pouco valor fora da situação que evocou.

Portanto, o que será apresentado a seguir tem sua origem num planejamento prévio, mas que se enriqueceu conforme as possibilidades que a realidade verificada proporcionava. É nesse sentido que, antes de seguir a discussão aqui proposta, achamos salutar chamar a atenção para alguns dos percalços enfrentados nesta etapa de imersão na realidade. O primeiro deles é o mais básico e se trata da limitação dos recursos econômicos para a efetivação da pesquisa, o que leva, inevitavelmente, a restringir a abrangência do trabalho, especialmente no que se refere à dimensão do objeto empírico. Outro limitante é a disponibilidade de tempo, o que também leva o pesquisador a fazer uma delimitação bem mais restrita do objeto e não se permitir “seduzir pela tentação” de explorar alguns dos novos caminhos que naturalmente surgem.

A partir dessas proposições, uma investigação que se propunha a resgatar a experiência de um Programa composto por diferentes grupos sociais num certo período de tempo não poderia prescindir de adotar uma postura aberta em relação às possibilidades metodológicas de coleta de informação. Neste sentido, utilizamos um conjunto de técnicas que permitiram captar a riqueza dos processos nos quais os atores individuais e coletivos influenciaram e foram influenciados. Entendíamos que o arcabouço teórico deveria ser trabalhado ao longo do processo de organização, tratamento e análise dos dados coletados no período de trabalho de campo.

Para entender a ação dos diferentes atores sociais ao longo de um período previamente estabelecido, foi necessário o resgate dos fatos históricos relevantes no período e da ação desses atores. Para tanto, procedemos de duas maneiras: 1) buscando o conjunto de registros impressos, confeccionados pelos diferentes atores sociais; 2) por meio da memória recente dos envolvidos nos processos.

Foram fundamentais os registros que evidenciaram as posições sobre determinados temas em vários momentos da história do Programa CAT. Nesse caso, fizemos uma pesquisa

documental nos arquivos da FATA localizados na casa de Jean Hébette em Belém e na sede do LASAT em Marabá. Os seguintes documentos foram utilizados: i) atas das Reuniões Ordinárias e Extra-ordinárias do Conselho Diretor da FATA; ii) atas das Assembléias Gerais da FATA; iii) documentos diversos sobre a avaliação de atividades e projetos realizados no âmbito do CAT; iv) ofícios expedidos pela Coordenação Geral do CAT e pela FATA. Utilizamos também como base de informação estudos realizados por outros pesquisadores sobre a região de Marabá e sobre diversos temas abordados na dissertação. Cabe aqui ressaltar a dificuldade que tivemos para acessar alguns documentos, pelo fato de estarem faltando algumas Atas, principalmente a partir de 1995, quando elas começam a ser redigidas, na maioria das vezes, pelos sindicalistas e não mais por pesquisadores.

Fizemos 21 entrevistas com pessoas chave das entidades representativas dos agricultores, dos pesquisadores da UFPA e de entidades de apoio que tiveram uma participação ativa nos processos regionais durante a existência do Programa CAT. Do total de entrevistados, um é dirigente da Fetagri Regional; seis são pesquisadores da UFPA; dois são pesquisadores do LASAT; um é padre e ex-coordenador da CPT; um é presidente da Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar (FETRAF); um sindicalista aposentado; dois agricultores e ex-sindicalistas; um sindicalista do município de Itupiranga; um representante do CEPASP; um representante da COOPSERVIÇOS; um pesquisador francês; uma é vice-prefeita de Jacundá e ex-sindicalista; um representante do Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS) e um funcionário público. As entrevistas foram realizadas entre os meses de agosto e outubro de 2010 e estão listadas ao final da presente dissertação (Anexo 01). Participamos também de uma reunião que ocorreu no dia 12 de agosto de 2010, na sede da FETAGRI Regional Sudeste em Marabá, na qual estiveram presentes alguns pesquisadores do LASAT, sindicalistas e entidades de apoio (CPT, CEPASP) para discutirem o futuro da FATA.

As entrevistas foram realizadas de maneira que o entrevistado pudesse falar livremente e não ser interrompido bruscamente, usando-se o questionário mais como um roteiro (ver roteiro de entrevistas semi-estruturado, presente ao final da dissertação – Anexo 02). Para não haver interferência na dinâmica estabelecida no transcurso das entrevistas, considerou-se adequado a utilização do gravador como forma de não se perder nenhuma informação que aparentemente fosse desinteressante, mas que poderia, em uma análise posterior, consistir em significância; e, obviamente, para driblar a própria limitação física da anotação manual. Atentamos, no entanto, para o fato de que a adoção dessa opção somente se efetivou uma vez que este procedimento fosse aceito por aquele que seria entrevistado e por meio da assinatura de um termo de consentimento. Com efeito, não ocorreu nenhuma recusa neste sentido. Houve também uma entrevista realizada por e-mail, pelo fato do entrevistado residir na França.

É importante ressaltar também que a fala dos entrevistados, inevitavelmente, sofreu interpretações diversas que o tempo permitiu, pois existem diferenças entre o momento em que ocorreram as ações e foram vivenciadas por sindicalistas, pesquisadores e assessores e momento que está ocorrendo a entrevista. Nesse sentido, nem sempre conseguimos captar todas as interferências e reapropriações do que foi falado pelos diferentes atores entrevistados.

A quantidade aparentemente aleatória das entrevistas esteve condicionada por um critério qualitativo: a diversificação. Segundo Marre (1991: 112), o critério da diversificação “refere-se à identificação de pessoas que são capazes de analisar, de um modo suficientemente amplo, a totalidade, ou quase totalidade, dos temas, fatos, estratégias, juízos e itinerário do grupo social investigado”. Portanto, buscamos, com a quantidade de entrevistas realizadas, priorizar a escolha daqueles informantes-chave que ocupam papel destacado no

espaço social pesquisado. A identificação desses agentes ocorreu primeiramente na leitura de textos sobre o Programa CAT e em conversas com a orientadora, e se efetivou, posteriormente, durante o trabalho de campo, em conversas com pesquisadores e sindicalistas. Além desse critério, convém salientar que, dada as características próprias de um curso de mestrado, influíram no tamanho da amostra os limites de tempo para a conclusão do trabalho de campo e a limitação estrutural (sobretudo o custo da pesquisa).

Aproveitamos aqui para chamar a atenção para dois detalhes. Nas citações das entrevistas as perguntas realizadas pelo pesquisador sempre aparecerão em negrito para diferenciar-se das respostas dos entrevistados. O outro detalhe se refere à preocupação de preservar a identidade dos agentes que gentilmente cederam as informações utilizadas nessa dissertação. Valemo-nos, para isso, do uso de pseudônimos, de abreviações (PQ para pesquisador, SD – Sindicalistas, AS – Assessores) e da alteração de algum dado que julgamos conveniente para salvaguardar a identidade do informante. Entretanto, os nomes de alguns atores como Jean Hébette, Vincent de Reynal, Maria de Nazaré Ângelo Menezes e outros agentes que estavam presentes em alguns documentos não sofreram alterações. Não é demais ressaltar que esta prática somente foi aplicada quando não comprometia a análise construída.

Para finalizar esta parte, interessa destacar, apoiado em Latour (2001), que em um trabalho de campo toda referência que se faz está baseada numa referência circulante. Ou seja, pressupõe-se um movimento de mão dupla: uma vai no sentido de entender a forma e a outra no sentido da matéria. Sendo assim, cada etapa do trabalho de campo “é matéria para aquilo que a sucede e forma para aquilo que a precede” (LATOUR, 2001: 91). Assim, podemos dizer que

os filósofos a si próprios se ludibriam quando procuram uma correspondência entre palavras e coisas, atribuindo-lhe o padrão definitivo de verdade. Há verdade e há realidade, mas não há nem correspondência nem *adequatio* [...] Existe um movimento bem mais confiável [...] através de sucessivas camadas de transformação. A cada passo, a maior parte dos elementos se perde, mas também se renova saltando assim sobre o abismo que separa a matéria da forma [...] (LATOUR, 2001: 81).

Portanto, o processo de compreensão da realidade, baseado em uma série de critérios, leva a certas deduções que não têm pretensão de verdade, mas se constituem em uma busca por renovar as análises já constituídas acerca de tal realidade. Da mesma forma, pretendemos que esta dissertação se insira no conjunto de outras pesquisas e que passe a ser matéria para se compreender esta complexa realidade na qual estão imersos os distintos atores sociais.

Análise das informações coletadas

Naturalmente, pré-análises das informações coletadas, a partir das entrevistas e das observações, foram realizadas ainda durante o processo de trabalho de campo, mesmo que de forma pouco sistematizada e absolutamente preliminar. Consideramos que esta pré-análise integra a dinâmica que é estabelecida na construção e reconstrução do roteiro de entrevista ao longo de sua aplicação. Na medida em que transcorria a pesquisa empírica, íamos efetivando a organização e sistematização dos dados coletados que eram reservados para uma posterior análise, de uma forma mais criteriosa. Buscamos, neste momento, identificar os temas e suas

relações, separar e organizar o material coletado e seguir com a interpretação preliminar que teve início já na pesquisa de campo.

Ao analisarmos as informações coletadas, buscamos interligar as dimensões individuais às dimensões coletivas, de forma a explicitar o que, no discurso individual destes agentes, traz impregnada uma concepção construída no e pelo coletivo. Portanto, foi a partir de um exercício crítico de análise dos dados coletados que colocamos em evidência aquilo que, em uma visão *a priori*, permaneceria intocado. Isto devido a se considerar que aquilo que está dito é uma construção individual e, ao mesmo tempo, é uma construção influenciada pelo coletivo e determinada pelas relações de poder existentes onde o agente está inserido (BOURDIEU, 1998).

A principal ferramenta utilizada para tratamento das informações, tanto do conjunto de documentos coletados quanto das entrevistas, foi a análise de conteúdo. Partindo de um conjunto de temas preestabelecidos, buscou-se identificar no material coletado as informações que possibilitassem uma análise qualitativa dos dados. Adotando esse procedimento, identificamos temas relevantes para a análise que não foram inicialmente listados. A análise de conteúdo também ajudou a revelar as diferentes visões dos atores sociais sobre temas comuns.

Assim, a partir das principais categorias de análise utilizadas nessa pesquisa, buscamos, nas entrevistas e nos documentos utilizados, informações que se referiam a cada uma dessas categorias. Isto permitiu que construíssemos uma visão panorâmica das informações que conformavam o quadro empírico estudado. A partir daí, procedemos às análises das informações coletadas.

Diante do exposto até aqui e finalizando esta seção, devemos ressaltar que as possíveis perguntas que este estudo se propôs a elucidar obviamente não esgotam o tema de pesquisa. Muito pelo contrário, como bem destaca Oliveira (2004: 66), citando Dumont [sd]: “são novos objetos de pesquisa que a pesquisa faz surgir quando é concluída”. Dessa forma, não serão apenas as respostas aos problemas propostos que são esperadas com esta pesquisa, mas também os novos problemas que esta trará à tona.

Estrutura do texto

O texto foi organizado em uma introdução geral, seis capítulos e uma conclusão. Os capítulos foram subdivididos em itens temáticos.

O objetivo do primeiro capítulo intitulado “A região de Marabá: formação política e econômica e a consolidação do sindicalismo de trabalhadores rurais” é traçar os principais aspectos da formação política, econômica e social da região de Marabá, de forma a entender o contexto em que se encontravam os diferentes agentes e as condições que possibilitaram a articulação entre uma equipe de pesquisadores da UFPA com alguns sindicatos.

No segundo capítulo, “A Formação do Programa CAT” discutimos os principais aspectos que permitiram a articulação e a consolidação do Programa CAT na região de Marabá, tendo seu foco principal nas condições políticas, econômicas, sociais e institucionais que permitiram a articulação entre uma equipe de pesquisadores da UFPA com um conjunto de sindicatos daquela região. Também abordaremos as questões que envolvem a UFPA, e mais particularmente o NAEA, no sentido de compreender os dilemas que emergiram quando um grupo de pesquisadores se envolveu mais diretamente numa ação de extensão junto aos agricultores familiares daquela região.

No terceiro capítulo “Os Alicerces do Programa CAT” discutiremos os princípios e os objetivos traçados pelo Programa, bem como abordaremos a forma como ele foi estruturado nas duas principais entidades: a FATA e o LASAT; e também sobre as questões que envolveram a construção e as atividades no Centro de Convivência da FATA.

No quarto capítulo “As Atividades do Programa CAT e sua atuação na região de Marabá” procuramos mostrar as atividades realizadas pelo Programa na região, no sentido de compreender de que forma o CAT atuava no âmbito da pesquisa e ações de desenvolvimento. Nessa parte ainda destacaremos de que forma essas atividades atuaram em alguns aspectos do movimento sindical e da agricultura familiar da região de Marabá.

No quinto capítulo “As atividades de formação no CAT” mostraremos as atividades no âmbito da formação desenvolvidas na FATA e no LASAT, abordando as suas diferentes formas, questões e conflitos.

No sexto e último capítulo o objetivo foi discutir os principais aspectos que levaram à desestruturação do Programa CAT, levando em consideração o contexto político, econômico e social em que se encontrava a região de Marabá no final da década de 1990.

CAPÍTULO I A REGIÃO DE MARABÁ: FORMAÇÃO POLÍTICA, ECONÔMICA E A CONSOLIDAÇÃO DO SINDICALISMO DE TRABALHADORES RURAIS

O objetivo desse capítulo é apontar alguns aspectos da formação política e econômica da região de Marabá de forma a situar, numa perspectiva histórica, algumas características que marcaram essa região, para explicitar algumas condições políticas, econômicas, sociais e institucionais que possibilitaram a articulação entre uma equipe de pesquisadores da UFPA com alguns sindicatos.

1.1 A Ocupação do Espaço Regional: Extrativismo, Pecuária e a Formação de um *Campesinato de Fronteira*.

A história da região de Marabá, durante várias décadas do século XX, foi a história das lutas que resultaram na constituição de oligarquias locais ligadas ao comércio e fortalecidas pelo domínio da terra.

Ao longo do século XX a região forneceu diversos produtos para o restante do país, entre os quais se destacaram o látex, a castanha-do-Pará, peles de animais, diamantes, cristais de rocha etc. As dinâmicas que se deram em torno da exploração desses produtos foram fundamentais no processo de ocupação e na formação da estrutura social e fundiária da região. A partir do ciclo da castanha⁹, por exemplo, o mais longo e importante, foi consolidada a oligarquia local e foram constituídos os grandes latifúndios que caracterizaram por anos essa área e que, mais tarde, passariam a funcionar como pivô dos inúmeros conflitos nela ocorridos.

A grande quantidade de trabalhadores envolvidos na atividade extrativa da borracha, da castanha e de minerais desde o início do século XX formava uma população flutuante que se deslocava pela região:

A certeza do caucho atrai multidões de muitas partes, especialmente do Maranhão e do Norte de Goiás, ainda transbordamentos da frente pecuarista; e também do Piauí, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Bahia e outros Estados. Aparentemente na área do Itacaiúnas a exploração da borracha sempre foi livre. Qualquer um que quisesse poderia internar-se na mata em busca da goma (VELHO, 1972:41).

Na medida em que essa população se fixava, estabeleceram-se novas formas de exploração econômica, entre as quais a pecuária. Porém, desde o início, a figura do comerciante é a que se destacou, pois sendo o bem escasso nas regiões longínquas, o capital e os meios de comercialização (e não a terra), os poderosos eram frequentemente aqueles que

⁹ Uma descrição detalhada do funcionamento do ciclo da castanha e da sua atuação na transformação da estrutura agrária da região de Marabá pode ser encontrada em Emmi (1999).

combinavam o papel de fazendeiro com comerciante, associando, frequentemente, a criação de gado com a exploração de castanha (VELHO, 1972).

Para Velho (1972), o avanço da pecuária na década de 1950 na região de Marabá apoiou-se no comércio da castanha. Não só os lucros deste produto continuaram a sustentar a pecuária, como também, seguidamente, os novos empréstimos bancários concedidos para sua exploração foram desviados para a criação de gado, o que, por vezes, trouxe dificuldades à atividade extrativa.

Com os aforamentos perpétuos¹⁰ e o crescimento da pecuária, a geografia e a relação com as áreas de castanhais começaram a mudar. Os castanhais, onde eram permitidas as explorações livres da castanha, diminuíram de tamanho, as delimitações de terra começaram a ser feitas e os conflitos envolvendo limites de áreas se intensificaram. A terra que, num primeiro momento, não era objeto de disputa, como assinalava Velho (1972), tornou-se o alvo principal dos proprietários comerciantes e um forte mecanismo de distribuição de favores políticos.

Por meio de mecanismos legais, em alguns casos, informais e/ou ilegais em outros, a terra passou a ser apropriada por um pequeno número de famílias, criando um padrão de uso com base na propriedade latifundiária que predominou por décadas. O arrendamento de vários lotes por membros da mesma família e o *esticamento* da légua quadrada¹¹ foram mecanismos que multiplicaram as áreas sob domínio do que viria a ser chamado mais tarde de “oligarquia dos castanhais” (EMMI, 1999)¹².

Entretanto, na década de 1950 já havia inúmeras comunidades de camponeses remanescentes das atividades extrativas ou que começavam a chegar à região buscando terra e que se encontravam na condição de posseiros¹³, com pequenas benfeitorias como árvores frutíferas, pastagens e pequenas criações implantadas.

Essa expansão da fronteira se fez, geralmente, sobre terras já habitadas por grupos indígenas (Gaviões, Suruí, Apinagé e Parakanã) e não sobre terras vazias, o que ocasionou um quase extermínio dos mesmos: “A partir daí começa toda uma história em que os contatos entre os índios e os ‘brancos’ passam a se dar com freqüente violência – em que pese o registro de alguns contatos pacíficos ou mesmo amistosos isolados” (LARAIA; MATTA *in* HÉBETTE *et al.*, 1983:61).

A chegada de vários contingentes de agricultores na região de Marabá foi narrada por Velho (1972) da seguinte forma:

¹⁰ O investimento mais sistemático na criação de bovinos aconteceu após modificações na lei que regulamentava os arrendamentos, por volta da década de 1950, que permitia a renovação do arrendamento, vindo depois a se constituir em aforamento perpétuo. As áreas de pastagens nas propriedades funcionavam como uma certa pressão/garantia para a continuidade do arrendamento (VELHO, 1972).

¹¹ Na prática, quem recebia a concessão de uma légua quadrada, explorava muito além dessa área. Mediante o domínio sobre o território se exercia o domínio sobre a natureza, a economia, a política e as relações sociais (ASSIS, 2007).

¹² Quando se refere à oligarquia na região de Marabá, a autora faz alusão a grupos constituídos em torno de famílias ou empresas que controlavam a atividade econômica principal daquela área: a coleta e comércio da castanha. Uma reflexão da autora sobre as diferentes maneiras pelas quais a terra foi sendo apropriada sugeriu que o poder político vinha reforçando a concentração da propriedade de terra. Para maiores detalhes ver Emmi (1999).

¹³ Costa (2000) faz a distinção entre as categorias sociais *camponês* e *posseiro* da seguinte forma: o *camponês* exerce seu trabalho num contexto que supõe a propriedade privada como única via de acesso à terra. O *posseiro*, por seu turno, exercita o trabalho (autônomo) pela ocupação da terra devoluta, desconhecendo a propriedade privada da terra, entendendo-a como bem comum. É o *posseiro*, pois, a categoria social que protagonizou a frente de expansão para o sudeste do Pará (COSTA, 2000: 90).

Tradicionalmente, muitos moradores de uma ampla área do sudoeste do Maranhão, em especial aqueles que habitavam próximo ao Tocantins, deslocavam-se para o Itacaiúnas por ocasião da safra da castanha, juntamente com moradores do Norte de Goiás e do baixo Tocantins. Aparentemente, muitos dos recém chegados foram juntando-se a esse movimento, [...] até se tornarem maioria [...] Embrenhavam-se na mata por ocasião da entressafra, para se fixar num gênero de vida caracterizado pelas atividades de subsistência e por um alto grau de isolamento que lembra, ainda, a figura do *camponês marginal* do que fala Oberg. Com a diferença, apenas, que em geral continuavam a alternar entre agricultura de subsistência e o trabalho sazonal da castanha, quando não com atividades de garimpagem [...] (VELHO, 1972: 97-98)¹⁴.

Segundo Velho (1974), as razões para essa contínua expansão em direção à fronteira amazônica eram múltiplas e é difícil saber a importância relativa de cada fator. O movimento contínuo do Nordeste para o Maranhão era certamente uma das razões. A agricultura de queimada, levando a uma redução da fertilidade do solo certamente contribuiu, além do fato de que esses agricultores não eram capazes de conseguir um título que lhes garantisse a posse de suas terras. Quando surgia alguma dificuldade (tal como um fazendeiro ou um grileiro reivindicando a propriedade da terra, certo empobrecimento do solo, muitas pessoas chegando etc.), este fato, combinado com a existência de terras virgens (mas que estavam ocupadas por indígenas), estimulava mais a expansão¹⁵.

No final da década de 1950 nas regiões do Maranhão ocidental e no sudeste do Pará ocorreram também outras mudanças importantes com a chegada de estradas, principalmente da Belém-Brasília. Isso abriu oportunidades inesperadas para esses agricultores comercializarem sua produção. Para Velho (1974), aconteceu algo novo: “essa agricultura camponesa começou a ter um papel importante para o abastecimento de arroz para o Centro-Sul” (VELHO, 1974:197). Como resultado dessas transformações, em 1965, 10% do arroz consumido pela cidade do Rio de Janeiro vinha do Maranhão. Ao mesmo tempo em que os camponeses do Nordeste tinham produzido, sobretudo, para os mercados locais, esse *campesinato de fronteira* adquiriu, num período de tempo relativamente curto, um grau bastante alto de integração vertical com o mercado nacional¹⁶.

¹⁴ De acordo com Velho (1974), dentro das diferentes regiões de fronteira no Brasil, eventualmente se desenvolveu também o que Kalervo Oberg (1965) denominou um “campesinato marginal”: indivíduos conhecidos por vezes como *caboclos* ou *caipiras* que tentavam se reproduzir basicamente através de uma agricultura voltada para o autoconsumo, mantendo laços frouxos com o mercado e que, como estereótipo, eram conhecidos como preguiçosos e sem ambição, apenas interessados na mera sobrevivência, sem estarem dispostos a qualquer esforço complementar. Muitos desses indivíduos na verdade constituíam uma espécie de “exército agrícola de reserva” para a *plantation* em seus momentos de expansão cíclica. Muitos outros, no entanto, nunca foram apanhados pela expansão da economia de *plantation* (VELHO, 1974).

¹⁵ Para ver outros motivos que levaram essa expansão da fronteira agrícola, ver Velho (1972).

¹⁶ De acordo com Solyno Sobrinho (2004), entre os diversos fatores que contribuíram para facilitar a entrada do campesinato de Marabá no mercado nacional de arroz, destacou-se a fundação da Cooperativa Agrícola em Marabá (COPEMA) em 1965, à qual se filiaram de modo praticamente compulsório os agricultores que pretendiam se beneficiar de empréstimos agrícolas do Banco do Brasil. Segundo o autor, a ação conjunta do Banco e da Cooperativa reduziu a importância dos comerciantes financiadores enquanto tais, e acelerou a passagem de um *campesinato marginal* para uma condição de inserção ao mercado nacional. Apesar da vida efêmera da Cooperativa, logo envolvida em negociações que levariam seu fechamento, e da queda dos incentivos bancários aos pequenos produtores, o arroz se firmou como o principal produto da microrregião de Marabá,

De acordo com Velho (1974), essa produção, considerada de qualidade inferior, era consumida pelas camadas mais baixas da população da cidade. Além do mais, cada vez que a produção capitalista era reduzida ou parcialmente canalizada para mercados externos, a produção de arroz da região de Maranhão ocidental abastecia uma fatia maior do mercado. Dessa forma, embora suplementar, ela era vital.

Com o mercado aberto para o arroz produzido pelos camponeses, o gado, que até esse período era privilégio dos grandes produtores, passou a representar também para esse segmento, uma opção de diversificação de fonte de renda, alterando rapidamente em algumas comunidades o perfil da produção familiar. Começava a se materializar o velho sonho dos migrantes, de livre acesso ao mercado por meio da cadeia de comercialização do gado que, desde a década de 1970, já era mais consolidada do que a do arroz (SOLYNO SOBRINHO, 2004).

Para Velho (1974), com essas transformações e com uma maior participação no mercado interno, esse campesinato foi gradativamente se “desmarginalizando”:

Aparentemente pela primeira vez – e diferentemente do caso usual de camponeses marginais posseiros – esse neocampesinato tem justificado economicamente sua existência; embora isso não lhe garanta economicamente a sobrevivência. Juntamente com essa desmarginalização ocorre também um desenvolvimento da criação de gado e um aumento considerável no tamanho de certas vilas e cidades do Maranhão e sul do Pará não muito afetadas pela ocupação anterior de produtores marginais, mas que se desenvolviam como centros comerciais com a passagem de estradas por perto delas (VELHO, 1974: 199).

Esse processo foi requisito fundamental para que esse *campesinato de fronteira* tivesse cada vez mais atuação nos processos de transformações que ocorreram na região nas décadas seguintes.

1. 2 Atuação do Estado e os Projetos de Colonização.

Na década de 1960 e nas duas seguintes, o governo militar começou a agir fortemente na região por meio de políticas desenvolvimentistas (incentivos fiscais, exploração mineral, investimento em infra-estrutura etc.) e de importantes estratégias institucionais e territoriais, criando um novo cenário.

Nesse contexto, o fluxo migratório de diversas partes do país em direção ao sudeste paraense e notadamente na região de Marabá, foi quase contínuo, com pequenos intervalos entre um evento motivador e outro. A abertura de estradas, a construção de pontes e ferrovias, a descoberta de novas áreas de garimpo, a construção da hidrelétrica de Tucuruí, o anúncio de instalação de indústrias, a abertura de fazendas e a política de incentivos fiscais e de crédito funcionavam como elementos de atração para os indivíduos de diferentes regiões. Segundo Hébette (1998), a grande maioria dos que para lá se dirigiam eram trabalhadores à procura de terra para plantar.

alcançando em 1985 a produção total estimada pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) de mais de 56.000 toneladas, longe da produção total de qualquer outro produto considerado típico da agricultura familiar (6.372 ton. de feijão, 16.587 ton. de mandioca e 20.570 ton. de milho) (SOLYNO SOBRINHO, 2004).

De acordo com Hébette (1989), havia dois fluxos migratórios: um de direção leste-oeste, a partir dos Estados do Maranhão, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Piauí e, outro de direção sudeste-norte, a partir, principalmente, da região limítrofe aos Estados da Bahia, Minas Gerais e Espírito Santo. Para o autor, esse movimento era o que os demógrafos chamavam, um tanto ironicamente de o “excedente populacional”, que exercia uma “pressão sobre a terra”. Para ele, tratava-se de um excedente dos latifúndios, que pressionavam e expulsavam os trabalhadores de suas regiões de origem.

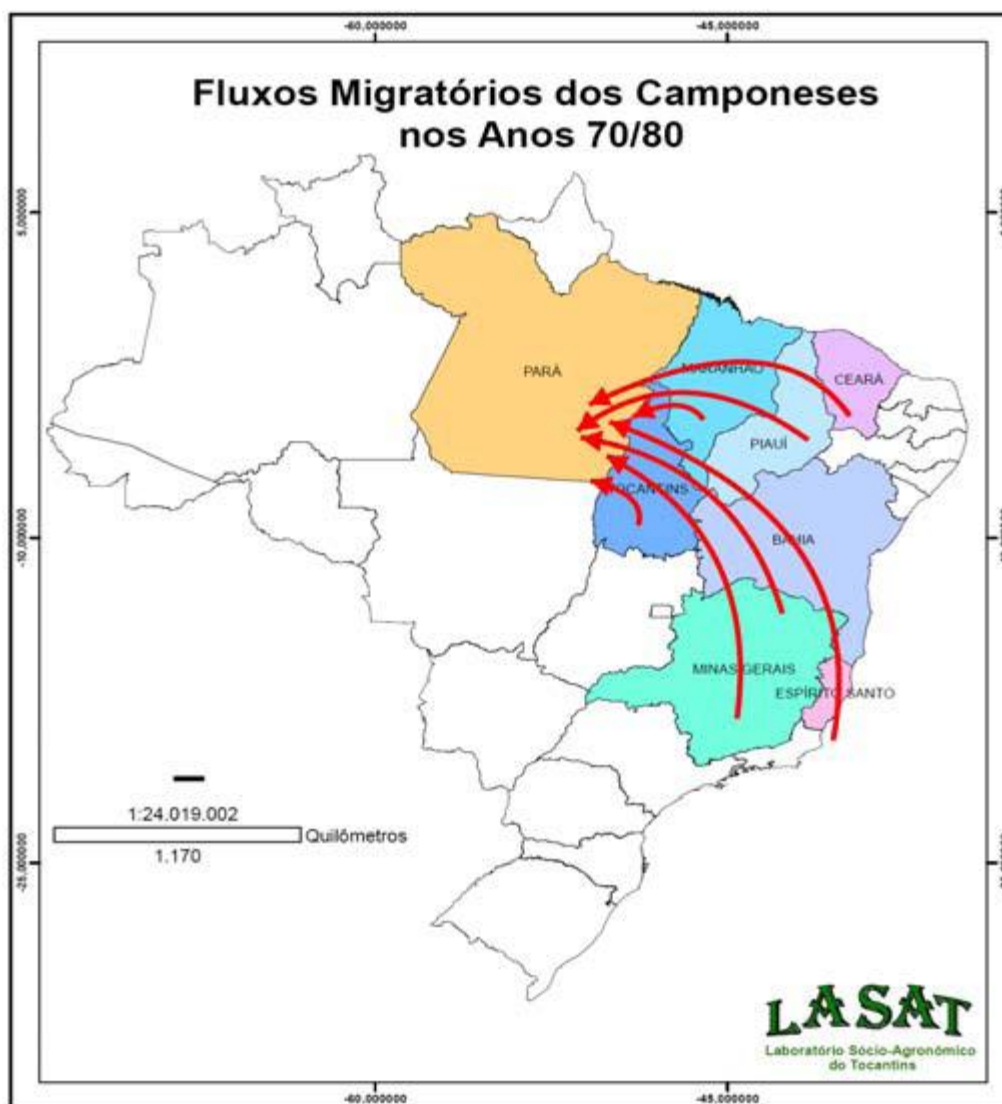


Figura 02 Principais fluxos migratórios para região sudeste do Pará a partir da década de 1960.
Fonte: LASAT in ASSIS, 2007:23.

Conforme Assis (2007), a situação dos que chegavam era bem diversa: existia desde aqueles sem nenhum recurso financeiro e que dependiam da solidariedade interna do grupo ou de parentes já instalados, até aqueles que chegavam tendo adquirido terra e com garantia de financiamento das atividades produtivas por meio de políticas governamentais.

Velho (1972), em sua pesquisa, caracterizou a seguinte estratificação social na região de São Domingos do Araguaia (hoje municípios de São João do Araguaia e São Domingos do

Araguaia) na década de 1960: a) grandes fazendeiros¹⁷ (vindos de Marabá e outras regiões), com ênfase quase absoluta na pecuária (além da castanha); b) “camponeses remediados”, dedicando-se à pecuária e agricultura, distinguindo-se uma camada superior mais ligada ao comércio em que a pecuária predomina e uma inferior em que se reduz a umas poucas cabeças de gado; c) pequeno camponês¹⁸ (a maioria), vivendo só da agricultura.

Esse movimento de ocupação tornou a região de Marabá com características ímpares em relação às outras de ocupação de fronteira no país. Segundo Costa (1998), diferente do padrão de “fronteira agrícola” até então conhecido no Brasil, como foram os casos de São Paulo e Minas Gerais nos anos 1920 e 1930, no Paraná nos 1960 e no Centro-oeste nos 1970, onde a produção familiar se estabeleceu, e só depois os fazendeiros vieram se instalar nas terras “amansadas”, na região amazônica os fazendeiros e grandes empresas chegaram junto com os camponeses e, em determinados casos, bem antes (ao mesmo tempo que expulsavam e exterminavam os grupos indígenas ali existentes). Para o autor, a inversão do padrão evolutivo da “fronteira agrícola” teve uma ligação direta com a intenção do governo militar de incentivar a implantação do grande capital na Amazônia como gerador do desenvolvimento.

Segundo Assis (2007), essa política de desenvolvimento da região Amazônica se deu, principalmente, por meio de incentivos fiscais onde a agropecuária, os grandes investidores individuais, oligarquias locais e grupos empresariais nacionais e internacionais foram favorecidos. Mudanças institucionais foram realizadas para por em prática o conjunto de mecanismos e medidas das políticas de incentivo, como, por exemplo, a criação da Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM). Em contrapartida, um grande contingente de camponeses já instalados e/ou em processo de instalação, não chegava nem a tomar conhecimento dessa política. Para Costa (2000), ao campesinato na Amazônia não se reservava nenhum papel estratégico dentro dos planos originais do governo militar. Segundo o autor, não fossem os problemas acarretados pela forte seca no Nordeste brasileiro no início dos anos 1970, nem a Transamazônica e nem os projetos de colonização seriam cogitados como projetos do regime militar. Porém, é preciso ressaltar que essa perspectiva de atuação do regime militar apontada por Costa (2000) é discutível, visto que muitos projetos de colonização implantados na Transamazônica, principalmente na região de Altamira, eram para atender colonos vindos da região sul do Brasil¹⁹.

Além dos recursos destinados às grandes empresas nacionais, a política de incentivos beneficiou também grupos internacionais. Pesquisas mostraram que os empreendimentos estrangeiros tinham sob seu poder nos anos 1970 um total de cinco milhões de hectares no

¹⁷ Categoria onde a propriedade privada é essencial e seu reconhecimento jurídico, embora não de tudo indispensável, é importante, pois está na base das transações comerciais e especulativas (HÉBETTE *et al.*, 1983: 138).

¹⁸ Utilizo a categorização feita por Hébette *et al.* (1983), que define camponês da seguinte forma: “produtores que se dedicam, por meio da exploração direta propriamente familiar e por conta própria, as culturas alimentares tradicionais no Brasil (arroz, feijão, milho, mandioca) ou ainda a pecuária em pequena escala e à criação de aves. É fundamental aqui a dimensão familiar porque ela é o elemento principal que distingue essa formação social, da produção coletiva, por um lado, e da capitalista por outro lado. É ela que determina a forma de apropriação exercida e reconhecida por certos autores como legítima, que, a rigor, dispensa, na concepção dos mesmos, a retificação jurídica, pois o uso e a valorização da terra para os objetivos almejados não requerem esse instrumento legal, a não ser quando o Estado, artificialmente, o exige como requisito. Que a terra continue como propriedade da Nação não incomoda esse produtor; ele somente passou a se interessar pelo título quando este título se tornou condição de sua permanência no lote” (HÉBETTE *et al.*, 1983: 136).

¹⁹ Esse modelo de colonização oficial, que só conseguiu funcionar no trecho da Transamazônica entre Altamira e Santarém, onde o regime concentrou sua intervenção, também fazia parte de um projeto “modernizador” que era almejado pelo regime militar.

estado do Pará. Alemanha, Estados Unidos, Japão, Canadá e Panamá foram os países de origem dos maiores empreendimentos. Assis (2007) relata que os recursos próprios desses empreendimentos somavam US\$ 122,7 milhões, e receberam US\$ 357,4 milhões de incentivos. Isto reforçou o que muitos autores que pesquisaram este período afirmaram: “o favorecimento pelo governo brasileiro ao grande capital internacional e o estímulo à especulação financeira e fundiária em detrimento dos projetos de colonização” (ASSIS, 2007: 26). Em relação a esse aspecto, Hébette & Acevedo (1979) também comentaram o seguinte:

[...] A colonização tinha, neste contexto, um papel puramente subordinado, mas não desprezível, de legitimação: encobrir com propósitos sociais de fixação à terra de pequenos agricultores os objetivos de penetração do capitalismo na Amazônia (HÉBETTE & ACEVEDO, 1979: 85).

Nesse mesmo contexto, as oligarquias locais também foram beneficiadas por estas políticas, como indica Petit:

Ainda que a maioria dos projetos agropecuários aprovados pela SUDAM no sudeste do Pará tenha beneficiado grandes latifundiários e/ou empresas agroindustriais de outras regiões do país, parte dos mesmos também foi utilizada pelas oligarquias dessa região para incrementar o número de suas propriedades rurais ou “modernizar” outras. Por exemplo, as famílias que controlavam a produção de castanha intensificaram, a partir de meados da década de 70, o desmatamento de castanhais para o plantio de pasto para a criação de gado e/ou para garantir a posse definitiva das terras de castanhais, ao converterem os antigos aforamentos em títulos definitivos (PETIT, 2003:203 *in* ASSIS, 2007:26-27).

Em paralelo aos mecanismos que facilitaram a implantação das grandes empresas, Assis (2007) relatou que o governo investiu na melhoria da infra-estrutura regional. Até os anos 1950, a mata densa funcionava como uma barreira natural ao avanço da população e de alguns empreendimentos. Por muito tempo os rios permitiram uma penetração controlada e limitaram o povoamento às margens dos maiores, como o Tocantins e o Araguaia. Limitaram também o deslocamento de cargas e impuseram certo ritmo de deslocamento entre os pontos de maior povoamento. A construção de grandes eixos rodoviários começou no final dos anos 1950, ainda no governo Juscelino Kubitschek, com a BR 010 (Belém/Brasília), ligando a capital federal à capital do Pará. Em documento da Presidência da República de setembro de 1970, intitulado “Metas e Bases para a ação do Governo”, acentuava-se “a importância da estratégia de abertura das estradas para atender o deslocamento da fronteira agrícola e integrar as estratégias de ocupação econômica da Amazônia e Nordeste” (ASSIS, 2007: 32). Segundo o autor, o traçado da Belém/Brasília facilitou o deslocamento de pessoas e cargas até as proximidades da região de Marabá, fazendo uma aproximação com o Maranhão e norte de Goiás, hoje estado do Tocantins. O objetivo maior foi a integração com o mercado industrial do Centro-Sul do país. A malha viária de acesso à região se consolidou com a construção da PA 70 (hoje BR 222), da PA-150 formando um grande eixo no sentido norte-sul e a Transamazônica formando um eixo no sentido leste-oeste, representando, segundo ele, o coroamento do processo de quebra do isolamento da região, que já vinha sendo erodido paulatinamente nos últimos anos, como podemos observar no mapa a seguir:

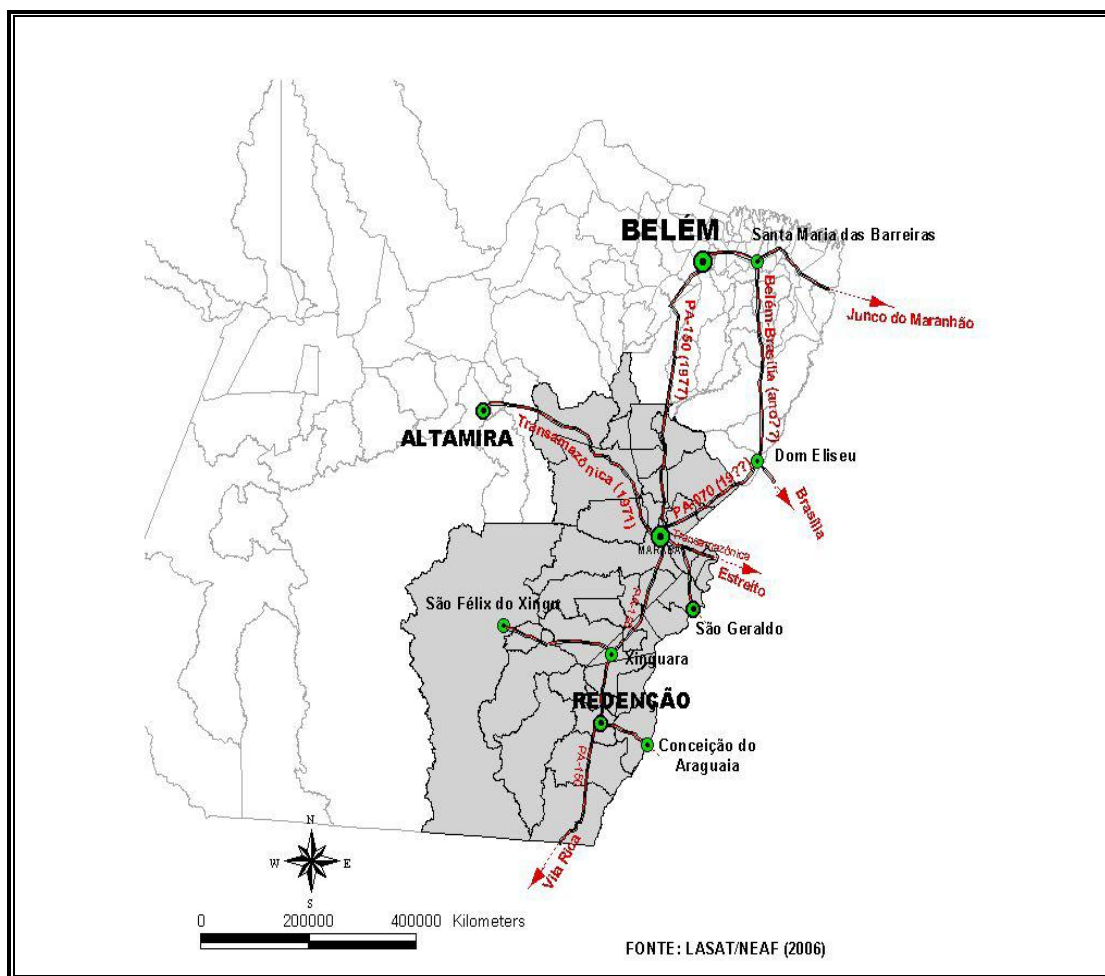


Figura 03 Mapa das principais estradas que cortam a região sudeste do Pará.
 Fonte: LASAT in ASSIS, 2007: 33.

De acordo com Assis (2007), a visão do regime militar era, com a construção de estradas, conectar a Amazônia às regiões mais dinâmicas do país, na tentativa de indicar futuras rotas para a mineração em larga escala e a interiorização da indústria. Desde o início da década de 1960, o governo sabia da existência das jazidas de ferro na área do Grande Carajás. No entanto, para iniciar a exploração em larga escala, era preciso montar uma infraestrutura básica. Além disso, o fornecimento contínuo de energia a preços baixos era fundamental para o sucesso das atividades mencionadas. Neste sentido, a construção de grandes hidrelétricas, como a de Tucuruí, passou a ser prioridade do governo²⁰.

²⁰ Em quase oito anos de construção (1977-1984), a hidrelétrica de Tucuruí funcionou como pólo atrativo para chegada de migrantes. Os impactos causados na população urbana dos municípios e da região foram de dimensões assustadoras. Os índices de violência e prostituição aumentaram em função da quantidade de pessoas que para lá se dirigiam e não conseguiam se integrar às diversas atividades em torno da construção da barragem. O destino de muitos que não se integraram aos grandes projetos como assalariados era as ocupações de terra. A formação do lago também trouxe impactos ambientais fortes. Pragas de insetos se alastraram devido às modificações das condições ambientais, dificultando a vida das populações no seu entorno. Comunidades inteiras de agricultores e indígenas mudaram de lugar em função dessas pragas (ASSIS, 2007). Entretanto, esses impactos foram além do período de construção da barragem e influenciou também a vinda de migrantes de várias regiões do país das décadas seguintes.

Concomitante ao avanço dos conflitos sociais na região, deflagrados em torno da questão da posse da terra, o governo planejava ampliar a inserção da região no cenário econômico internacional. Ainda nos anos 1970, o governo federal começou a pensar formas de apresentação do potencial econômico da região sul e sudeste paraense aos investidores nacionais e estrangeiros. No final dessa década, o resultado desses esforços somados a projetos já em andamento, foi a criação do Projeto Grande Carajás (PGC), uma combinação de projetos de extração e processamento mineral, produção agropecuária e exploração de madeira, cujo objetivo principal era industrializar uma porção substancial da Amazônia Oriental. Segundo Assis (2007), o projeto pretendia articular os diversos setores com a finalidade de gerar produtos exportáveis e contribuir para a dinamização da economia brasileira.²¹ A área estimada de abrangência do PGC era de aproximadamente 90.000 quilômetros quadrados ou cerca de 10% do território brasileiro, com um investimento inicial calculado em 62 bilhões de dólares.

Ao mesmo tempo em que implantava os grandes projetos, o governo implementava seus planos para a colonização da fronteira amazônica. O objetivo era que 100 km de cada lado das estradas em construção fossem reservados à pequena agricultura. A ocupação de posseiros dentro dessa faixa em todas as estradas da Amazônia (um total de mais de 2 milhões de quilômetros quadrados) seria reconhecida e legalizada. O objetivo inicial era a transferência de 100 mil famílias (portanto cerca de meio milhão de pessoas) em cinco anos. O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)²² começou a por em execução o esquema elaborado para a ocupação da Rodovia Transamazônica, baseado nas agrovilas, agropólis e ruropólis. A Transamazônica foi o principal eixo escolhido para a modelo chamado de “colonização oficial” ou “colonização dirigida”²³ (VELHO, 1974).

²¹ Hébette (1986) destacou que, o plano apresentava, segundo seus idealizadores, um conjunto de vantagens. O PGC era diretamente articulado com os mais altos comandos do governo, principalmente o Conselho Nacional de Segurança (CNS) e com a Secretária de Planejamento (SEPLAN) – os dois organismos que, no plano da economia como a SEPLAN, e no plano militar como o CNS, detinham as forças do poder. Nesse sentido, “ele apareceu para os que idealizaram como o plano que detinha a maior eficiência, uma vez que dispunha dos recursos de economia e do poder militar. Ele passou também por ser o plano de maior racionalidade já estabelecido para a região amazônica, pois integrava, para sua auto-sustentação, um ingrediente de alta significação, um ingrediente de rentabilidade: 35 milhões de toneladas de minério de ferro. Mas isso por si só não justificava a instalação de uma mina moderna como a de Carajás, nem de uma ferrovia de 900 km; portanto, o PGC deveria se transformar num grande plano de valorização da região amazônica” (HÉBETTE, 1986: 58-59).

²² Segundo Hébette & Acevedo (1979), esse órgão era revestido de poderes nunca vistos num projeto de colonização, que fizeram dele “um Estado dentro do Estado”. Isto é: o INCRA se tornou objetivamente um instrumento à disposição do regimento militar, dos fazendeiros e das grandes empresas, numa região onde a crescente penetração de posseiros ameaçava seus atuais e potenciais interesses. Para os autores, o órgão não passava de um instrumento de controle, à imagem e semelhança do Estado autoritário do qual emanava. Abrangia, nas suas atribuições: a ocupação e o loteamento da área; a exploração da terra; o sistema educacional – formal e informal; os serviços sanitários; às vezes, as atividades recreativas. Exercia, portanto, “a fiscalização da vida dos colonos, mantendo-os nos limites do que é admissível pelos grupos dominantes” (HÉBETTE & ACEVEDO, 1979: 87).

²³ A colonização é dita “dirigida” quando há interferência direta e orientação formal, na fase inicial do processo e na própria implantação. Essa iniciativa, geralmente, é voltada para a abertura de uma região e envolve a escolha da área de colonização, a localização, o tamanho, a forma, a demarcação ou a distribuição dos lotes, a seleção dos indivíduos ou dos grupos que vão ser assentados, o local das moradias, o tipo de exploração econômica, etc. São múltiplos os campos possíveis de interferência, como são diversas as suas formas e seu grau (intensidade) (HÉBETTE & ACEVEDO, 1977: 42).

Ao lado da colonização dirigida, desenvolveu-se na Amazônia, e notadamente na região de Marabá, uma forma de ocupação chamada “não dirigida” ou “espontânea”²⁴. A expressão mais correta seria livre.²⁵ A pressão populacional sobre a terra, abertura de estradas, propaganda do governo militar a favor da migração, desemprego e fome contribuíram para intensificar os fluxos migratórios de camponeses em busca de terra. Segundo Hébette (1987), a maioria ocupou livremente terras devolutas no Maranhão, norte de Goiás e sudeste do Pará. Inicialmente, pouco se preocuparam com a propriedade jurídica da terra e, muito menos, pela apropriação de terras que excedessem suas necessidades imediatas; desmataram o espaço necessário para subsistência e plantaram arroz, milho, mandioca, feijão. O autor também destaca que muitos desses migrantes foram expulsos de suas terras por latifundiários e grileiros e foram engrossar a massa dos proletários das periferias das cidades. Os que resistiram às pressões e conseguiram se fixar à terra foram os que se organizaram para resistir. Nesse contexto, “a fixação, portanto, foi também seletiva, mas com base em critérios diferentes dos da colonização oficial; aqui, fundamentalmente, a fixação passou pela solidariedade e pela tenacidade camponesas” (HÉBETTE, 1987: 286).

Porém, o autor ressaltou que a colonização “espontânea” e a “dirigida” não foram, na verdade, dois processos perfeitamente distintos ou duas formas nitidamente separadas de colonização, uma acompanhada por interferência externa (do Estado ou de uma entidade privada), outra isenta dela. Segundo ele, nos sistemas políticos modernos, inclusive nos mais liberais e menos dirigistas, a vida social toda sofre interferência do Estado, direta ou indiretamente, deliberadamente maior ou menor, sempre orientada e seletiva. Medidas políticas envolvem todas as dimensões e todos os aspectos da vida social, de forma impositiva, incentivadora ou simplesmente permissiva ou omissa. Nesse sentido, a colonização dita espontânea não foi menos condicionada pelas políticas governamentais que a dirigida, embora o tenha sido de forma diversa (HÉBETTE & ACEVEDO, 1977).

Para Hébette (1996a), essa forma conhecida como “colonização espontânea”, ao contrário do modelo oficial, deixou margem para a reprodução, na região de Marabá, de relações nada harmônicas, acirradas ainda pelo contexto de violência que se encontrava a fronteira naquela época. Ali, “a agricultura camponesa, tradicionalmente desprezada e entregue a si mesma e também perseguida pelos órgãos governamentais, tinha que criar à força seu espaço de sobrevivência e suas perspectivas futuras” (HÉBETTE, 1996a: 123), o que forçou os agricultores a se organizarem segundo suas próprias normas, conforme veremos mais a frente.

Segundo Hébette (1987), a arquitetura fundiária que resultou da ocupação livre e dos conflitos sociais foi bem diferente do desenho elaborado para os projetos de colonização oficial. Os traços foram muito irregulares e as posses diferenciadas. A localização dos lotes, porém, correspondia mais aos interesses dos agricultores:

²⁴ A colonização é “espontânea” quando as decisões iniciais relativas a diversos aspectos não sofrem imposição sistemática ou orientação positiva, mas são deixadas a critério dos indivíduos do grupo ou grupos de colonizadores; a interferência organizada de um poder externo se faz de modo progressivo e por passos (momentos) e de maneira formalmente menos impositiva (intensidade). (HÉBETTE & ACEVEDO, 1977: 42-43).

²⁵ Segundo Hébette & Acevedo, a colonização espontânea é muito mal batizada; ela não têm, geralmente, essa característica de espontaneidade, seja essa entendida como ausência de necessidade ou de compulsão (uma vez que o pequeno lavrador, agente típico da colonização, sai da sua terra pressionado por diversas pressões), seja entendida pejorativamente, no sentido de iniciativa desordenada, com falta de perspectiva (HÉBETTE & ACEVEDO, 1977: 41-42).

Eles tinham geralmente frente nos rios e igarapés e evitavam os terrenos excessivamente acidentados. Pequenas vilas surgiram espontaneamente nos locais mais adequados à forma de convivência da população; as vilas maiores se desenvolveram em função das trocas e segundo o ritmo e o volume destas, seguindo uma hierarquia geralmente bem funcional. Parentes, compadres, amigos e conterrâneos se juntaram muitas vezes num mesmo perímetro, reconstruindo, de certa maneira, a forma de organização social e os modelos culturais de seus lugares de origem; fugiram assim do isolamento e facilitou uma adaptação menos traumatizante para eles (HÉBETTE, 1987: 286).

Nessa tentativa de sobrevivência, os que se mantiveram graças à sua organização só permaneciam com muito sacrifício. De acordo com Hébette (1984), era comum na época uma média de cinco membros da família trabalhando por estabelecimento, às vezes havia ainda agregados²⁶ que não conseguiram terra e estavam ali mediante prestação de alguns serviços gratuitos:

Apesar do número de braços, a renda é bem pouca: quem plantava culturas de subsistência não recebia preços compensatórios e quem plantava culturas permanentes se afogava rapidamente nas dívidas com os bancos. Enquanto a família se mantinha salva da doença (para não dizer em boa saúde), ela sobrevivia; não é muito comum, pois a malária, em geral, grassa; os tratamentos, então, absorvem as pequenas poupanças e forçam à descapitalização pela venda de parte de criação ou até da terra (HÉBETTE, 1984: 69).

Nessas condições, os agricultores eram muitas vezes obrigados a garantir sua sobrevivência procurando serviços complementares para si mesmo ou de algum membro da família. Contratava empreitadas junto a algum fazendeiro ou lavrador de melhor vida. O mais freqüente, porém, era uma temporada no garimpo, principalmente em Serra Pelada.

Para Hébette (1987), a situação desses colonos livres não foi pior do que a maioria dos colonos dos projetos oficiais; talvez tenha sido, a médio prazo, até mais favorável, por estimular melhor a iniciativa coletiva. Segundo ele:

Os projetos dirigidos têm, talvez, como característica imanente, a tutela, confessada explicitamente quando se fala da “emancipação” dos projetos; envolve uma mescla de paternalismo e de controle social dos quais os colonos, dificilmente, se preservam. Ao contrário, a permanência dos colonos livres na terra é fruto da resistência, da luta coletiva, da organização, ela se apóia sobre associações populares próprias de sua categoria. Isso representa uma garantia para ganhos econômicos e sociais futuros (HÉBETTE, 1988: 287-288).

²⁶ Agregado é um trabalhador agrícola despojado da terra, que trabalha com certa autonomia na terra alheia, mediante pagamento de renda, uma vez que a propriedade ou posse da terra faculta ao dono a cobrança gratuita de serviços de agregado ou de parte de seu produto. Com relativa freqüência, os agregados são parentes ou afins (cunhados, genros, sobrinhos) ou conterrâneos, o que nem sempre os protege da exploração. Eles se constituem em mão-de-obra barata e, além de qualquer outra vantagem, uma mão-de-obra que dispensa a mediação por dinheiro. O agregado executa em proveito do dono tarefas cotidianas como plantio, capina, torrefação de farinha ou cuidado com o gado; desenvolve por sua conta própria roça ou cria de alguns porcos ou bois; dividindo ou não com o dono os resultados (HÉBETTE *et al.*, 1983).

No entanto, a força dos colonos nessa época ainda se reduzia ao espaço privado da família e da rede de parentesco, dos laços de conterraneidade, das relações pessoais e coletivas de vizinhanças e da coesão confessional das agremiações religiosas. Para Hébette (1996a), essas relações, que se entrelaçavam e se superpunham com muita frequência, mostraram-se “tão importantes, no isolamento da fronteira, para uma superação parcial das dificuldades e, em particular, para a fixação e a consolidação da posse da terra e para a elaboração de projetos e estratégias de âmbito familiar e local” (HÉBETTE, 1996a: 124). Entretanto, o autor ressalta que essas iniciativas não foram suficientes para a solução de problemas de natureza mais técnica, como os da produção, do crédito, da comercialização, ou de natureza mais jurídica como os do respeito dos direitos humanos e dos direitos econômicos e, muito menos, para a solução dos problemas com componentes de políticas públicas, assim como para a elaboração de projetos coletivos de maior alcance, mas foram importantíssimos para a organização dos posseiros em associações e sindicatos, conforme se verá adiante.

Em meados da década de 1970, a ineficiência dessa colonização adotada pelo regime militar era evidente. Enquanto isso, o fluxo de famílias camponesas para a região intensificava-se. Cada vez mais aumentavam os conflitos e a expulsão de trabalhadores rurais, que se deslocavam para os centros urbanos regionais ou optavam pela busca de franjas de florestas, onde se pensava que havia terras desocupadas, mesmo que muito distantes:

Apesar de todos esses desenvolvimentos, o INCRA, recém estabelecido na região, não coloca como prioridade o apoio aos lavradores estabelecidos espontaneamente. Praticamente todo o seu esforço está concentrado no projeto de colonização em Itupiranga, onde encontrou maior extensão contínua de terras ainda não ocupadas. Em 1971 conseguiram assentar 200 famílias no projeto, sendo a maioria já residente na região. Em 1972 pretende-se assentar mais de 1000 famílias. Supondo-se uma média de 6 pessoas por família, isso no final significará, caso seja bem sucedido, a colocação de 7.200 pessoas. De acordo com o Censo, em meados de 1970 [...] já existia na microrregião de Marabá uma população de 33.558 no quadro rural somente (FIBGE, 1971c. p. 31) (VELHO, 1972:154-155).

Para o autor, que observava o processo no momento em que ele se fazia, uma política de povoamento de massas para a ocupação da fronteira amazônica teria necessariamente de buscar objetivos menos ambiciosos, porém em escala bem maior, sem fixar a priori a direção exata que o processo tomaria, mas contendo-se em garantir as condições mínimas (como o auxílio na construção de estradas vicinais, créditos limitados para facilitar a simples manutenção do lavrador até a colheita, preços mínimos, assistência agrícola, à saúde e escolar etc.), e orientando os lavradores sem que sintam sua autonomia ameaçada, para a racionalização possível a cada momento. Sobretudo, seria preciso garantir efetivamente a posse de terra. Entretanto, os fatos históricos mostraram que nada ou muito pouco disso foi feito.

Os modelos de apropriação da terra vistos até agora nos ofereceram uma base fundamental para compreensão dessa nova sociedade bastante complexa que se conformou na região de Marabá. Eles nos permitiram entender como essa sociedade é radicalmente antagônica e conflitiva (HÉBETTE *et al.*, 1983). No entanto, o processo de abertura política na década de 1980 que inaugurou novos formatos de relacionamento entre Estado e sociedade determinou o ritmo das mudanças sociais, econômicas e políticas em nível nacional e regional. Foram feitos em passos lentos, porém contínuos. Do ponto de vista político, vários acontecimentos foram de grande visibilidade nacional, como as manifestações contra o

regime militar e a luta por eleições diretas. Os impactos dessas transformações para o segmento dos pequenos agricultores e suas organizações foram percebidos em diferentes dimensões e intensidades.

Diante dessa conjuntura nova que surgia, os posseiros e trabalhadores rurais da região de Marabá imprimiram uma nova dinâmica a partir da constituição de suas entidades representativas, principalmente aos STRs, como ferramenta de disputa política. No entanto, vários problemas persistiram sem solução, dentre eles a posse da terra. A violência continuou sendo o meio mais utilizado para resolução dos conflitos. Apesar disso, posseiros, pequenos agricultores tentavam se projetar na cena política regional, forçando o Estado a estabelecer novas metas, criar novos programas, flexibilizar estruturas e rever orçamentos. Novas solidariedades foram gestadas no seio de lutas que articulavam diferentes atores sociais. Numa ciranda incansável esses atores se moveram na busca de garantir direitos e reconhecimento social (ASSIS, 2007). No meio de toda essa efervescência, a criação de associações e, posteriormente, a consolidação dos STRs irão surgir como ferramentas fundamentais na busca de melhores condições de vida para esses agricultores e como uma ferramenta fundamental para a consolidação do campesinato na região de Marabá.

1.3 A Atuação da Igreja

A partir de 1966 um ator entra em cena como mediador nos conflitos agrários na Amazônia: a Igreja Católica. De acordo com Almeida (1993):

Os conflitos agrários no Brasil, a partir de 1966, vão se colocando cada vez mais como um tema relevante das relações entre as instituições religiosas e os aparelhos de poder. Observa-se o gradativo estabelecimento de uma diplomacia de caráter formal entre a Igreja Católica – através de seus organismos deliberativos, como a CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), e as diversas circunscrições eclesiais, como as dioceses, prelazias, abadias e paróquias – e o Estado (ALMEIDA, 1993: 31).

De acordo com Emmi (1999), as transformações políticas que se deram no Brasil e na Igreja Católica a partir do Concílio Vaticano II são importantes para essa mudança de orientação na atuação da Igreja. No Concílio, que foi de 1962 a 1965, a hierarquia católica, pressionada pelas mudanças sociais e culturais do mundo moderno e aliado aos apelos a mudanças internas resultantes da II Guerra Mundial, procede à revisão e reajustamento da sua presença e atuação na sociedade. A concomitância desse período de avaliação e reajustamento que prossegue após o Concílio e do longo período de ditadura no Brasil estimula o surgimento, dentro do clero brasileiro e de certos setores de fiéis, de uma nova corrente social e politicamente progressista, que se distancia dos comportamentos tradicionais da Igreja no Brasil. No entanto, é preciso ressaltar que antes desse período já havia no país uma corrente da Igreja Católica que atuava junto aos trabalhadores, movida por ideais de justiça social, e que tinha raízes na Ação Católica.

A Ação Católica Brasileira (ACB) foi um movimento controlado pela hierarquia da Igreja e fundado pelo Cardeal Dom Sebastião Leme e pelo Padre João Batista Portocarrero Costa em 1932. Naquela época tinha como um dos objetivos formar leigos para colaborar com a missão social da Igreja e propiciar a presença atuante do leigo católico na vida pública e

social do país. Ela se organizou em vários ramos ou grupos como a Juventude Feminina Católica (JFC)²⁷ (CARVALHEIRA, 1983).

De acordo com Carvalheira (1983), a partir da década de 1960, o movimento da Ação Católica foi perdendo força²⁸ e dando origem a outros fenômenos: um deles consistiu nos movimentos de evangelização (movimentos missionário de leigos) que surgiram nos vários meios sociais, porém especialmente entre os pobres. Outro foi a presença dos leigos nos mais variados setores da sociedade. Essa presença foi marcada pela competência profissional ou técnica e, por outro lado, foi assumida como missão, em vista de uma nova ordem humana, social e política: “Na tarefa própria do leigo, como fermento, eles estão a serviço da transformação da sociedade, do novo mundo da criação e da graça” (CARVALHEIRA: 24-25). Um terceiro fenômeno foram as Comunidades Eclesiais de Base (CEB). Segundo o autor, se não fosse a Ação Católica essas comunidades não teriam surgido:

A Ação Católica foi a grande responsável pela renovação eclesiológica – na qual leigos e padres aprendemos juntos – e essa renovação veio desembocar no Concílio Vaticano II [...] Elas são o resultado da convergência de descobertas e conversões pastorais que implicam toda a Igreja [...] nasceram nutridas por estas idéias-chave, entre as quais se podem salientar: a Igreja como povo de Deus, no qual a cada um é dada a manifestação do Espírito para a utilidade comum; a Igreja como Sacramento ou sinal e instrumento da união profunda com Deus e a unidade de todo o gênero humano; o papel insubstituível do leigo e sua missão específica na Igreja e no mundo (Ibidem,: 25-26).

Para Almeida (1993), os setores progressistas da Igreja Católica ao se disporem a exercer uma mediação na área rural e, em decorrência, funcionarem como interlocutores frente ao Estado, pressionaram a estrutura agrária vigente e organizaram os posseiros envolvidos nos conflitos, que, conforme já visto anteriormente, mantinham a resistência na terra em uma ligação direta com o espaço privado da família e rede de parentesco. Nesse sentido, ao eclodirem quaisquer conflitos de terra, que envolvessem agricultores, grupos indígenas ou latifundiários, eles passaram, a partir daquele momento, a ser tratados, na maioria das vezes, pela intermediação desses dois centros de poder: Estado e Igreja.

De acordo com o autor, esse lócus privilegiado de negociação entre a Igreja e o Estado circunscrevia-se, inicialmente, a esta região de fronteira da Amazônia oriental, ou seja, área que incluía a região sudeste do Pará. Para ele, a relativa mobilidade no sistema de relações sociais, dificultando a mediação tradicional dos poderes locais; o estoque de terras disponíveis; o grande número de posseiros sem organizações representativas; a presença do Estado considerada “fraca” e a recorrência de tensões sociais e conflitos violentos intrínsecos à ocupação de novos territórios, propiciaram condições ao florescimento da mediação das instituições religiosas:

²⁷ Segundo Carvalheira (1983) outros grupos também se estruturaram como a Juventude Católica Brasileira, que agregava jovens do sexo masculino (os ramos da juventude comportavam também seções importantes como do setor operário, estudantil e universitário); estruturaram-se também os ramos dos adultos (Homens da Ação Católica e a Liga Feminina da Ação Católica). Posteriormente se encaminharam experiências no mundo da juventude agrária e do meio independente.

²⁸ Entretanto, ele não afirma que tenham desaparecido naquela época todas as expressões ou forma de Ação Católica, porém, não foram mais os únicos e privilegiados movimentos missionários.

As instituições religiosas, considerando a ainda frágil estrutura sindical e a presença débil de partidos políticos na região, constituem-se de fato na principal força social capaz de realizar a mediação nos casos de conflitos cujas implicações são estruturais. Elas talvez, involuntariamente, tenham sido mais coetâneas do contemporâneo ao acompanharem os enteveros com assessoramento técnico e político e com aparato operacional adequado num momento em que seriam estruturalmente previsíveis e em que foram menosprezados pelos aparelhos de poder (ALMEIDA, 1993:84).

Na região de Marabá, verificou-se uma mudança profunda no comportamento da então Prelazia (hoje Diocese de Marabá) e de seus membros em relação ao poder econômico e político, com a chegada de um novo bispo, D. Estevão Avelar, em 1970. Segundo Emmi (1999), a nova administração da Prelazia foi acompanhada pela chegada de uma nova geração de religiosos sensíveis ao movimento popular que se ampliava em todo o país. Da mesma forma, os agricultores, vindos de outras regiões, eram alheios aos interesses históricos da oligarquia local. De ponto de apoio ao poder latifundiário, boa parte dos dirigentes da Igreja passa a contestá-lo e a se unir aos interesses dos agricultores, pequenos proprietários e posseiros.

É nesse contexto que Jean Hébette e outros missionários da Ordem dos Oblatos de Maria Imaculada²⁹ foram convidados pela Prelazia de Marabá e por alguns padres da região para assessorar alguns encontros de trabalhadores rurais. Nesses encontros eram discutidos diversos assuntos como formação das bases para o movimento sindical, associativismo, questões da produção agrícola e outros temas que visavam o fortalecimento das entidades sindicais, neste momento ainda bem embrionárias.

De acordo com o entrevistado nº 6, nessa época, já se tinha uma perspectiva de contribuir, pensando numa transformação mais profunda da sociedade local, de mudar o contexto de exclusão e pobreza em que esses agricultores se encontravam. Segundo ele: “Então esses colegas trabalhavam nesse sentido de desenvolver o engajamento da realidade, mexendo enfim com a vida desses camponeses” (E06 - PQ).

Foi esse espaço de solidariedades primárias, tradicional no meio rural e muito familiar às Igrejas³⁰, que propiciou para estas e, em particular, para a Igreja Católica, a possibilidade de elaborar um espaço de resistência e projetos coletivos em pequena escala, alternativo ao espaço de organização feito pelos partidos de esquerda que atuavam clandestinamente na região devido ao contexto de ditadura militar e da Guerrilha do Araguaia (Partido Comunista do Brasil, Partido Revolucionário Comunista/PRC e Movimento Revolucionário Oito de Outubro/MR-8). Para Hébette (1996a), essa inserção social da Igreja destinava-se pelo fato de exercer esse papel no contexto de um regime autoritário que se pretendia defensor dos princípios cristão contra o “ateísmo comunista” e, sobretudo, “no contexto de uma correlação de forças em que as duas grandes instituições nacionais – o Estado e a Igreja – deviam evitar conflitos maiores entre si, ao mesmo tempo em que deviam mostrar certa tolerância mútua” (HÉBETTE, 1996a: 124). Foi nesse contexto também que surgiram, como já vimos, as

²⁹ Os Missionários Oblatos de Maria Imaculada são uma congregação religiosa, um instituto de vida consagrada, fundada em 1826, por Santo Eugênio de Mazenod, com o objetivo de dedicar-se por inteiro à educação de crianças e jovens, além das missões de evangelização. Atualmente, os Oblatos de Maria Imaculada (também chamados Oblatos de Mazenod), são milhares em todo o mundo. Estão distribuídos em 69 países. Foram pioneiros na evangelização em lugares inóspitos (como o Polo Norte), o que valeu o apelido de "Missionários especialistas em missões difíceis". (www.wikipédia.org, 17/03/2011).

³⁰ Existia também a atuação no meio rural paraense, em escala bem menor, da Igreja Evangélica da Confissão Luterana do Brasil (IECLB).

Comunidades Eclesiais de Bases (CEBs) que se tornaram, durante o período militar, a forma privilegiada de organização da resistência camponesa, reforçada pela atuação da Comissão Pastoral da Terra (CPT)³¹.

A criação da CPT em 1975 e a sua implantação no Pará fez surgir uma nova conjuntura da luta por terra nessa região. Seguindo a orientação nacional, a CPT de Marabá, criada em 1976, elegeu como prioridade o apoio à luta pela terra e contra a violência, ou seja, a luta dos posseiros³². Segundo Assis (2007), para a execução de suas proposições, formou-se um expressivo corpo técnico composto por advogados, agrônomos, economistas, sociólogos e técnicos agrícolas. Designaram também um expressivo contingente de clérigos para acompanhar *in loco* os conflitos. Essa determinação atraiu também os militantes de partidos clandestinos que atuavam na região, principalmente advogados, que passaram a exercer sua militância por dentro dessa entidade. De acordo com Emmi (1999):

Por seu estatuto particular que lhes assegura uma certa autonomia dentro da estrutura da Igreja, as CPTs têm permitido a participação não só de elementos ligados à Igreja pela prática religiosa como também de outros militantes que ali encontram um campo para a sua atuação educativa e política. A religiosidade enraizada na população rural conferiu peso ponderável à mudança de comportamento nas lideranças religiosas francamente hostis a toda força envolvida com o regime militar (EMMI, 1999:122).

Ao mesmo tempo em que começou a participar desses espaços com os trabalhadores rurais na região de Marabá, Jean Hébette, que já tinha se formado em Economia pela UFPA, entrou num curso de Especialização, em 1973, no NAEA, onde começou a pesquisar o processo de ocupação da Amazônia e a estudar o campesinato. Ao término desse curso, em 1974, foi contratado como docente-pesquisador no próprio NAEA e continuou a fazer trabalhos na região de Marabá como pesquisador. Entretanto, não deixou de atuar nos trabalhos de assessoria junto aos trabalhadores rurais, como aponta um dos entrevistados:

O Jean Hébette é companheiro nosso, é missionário da mesma ordem que eu sou, nós sempre o convidamos desde o início para assessorar encontros dos trabalhadores rurais [...] Ele contribuiu de uma maneira muito importante para o fortalecimento da organização dos trabalhadores rurais, para a formação sindical, associativismo, e, sobretudo, para a discussão da produção. Então nós convidávamos o Jean Hébette, e ele ia duas a três vezes ao ano, e reunia trabalhadores de vários assentamentos, de comunidades de posseiros para desenvolver essa discussão (E04 - AS).

Segundo o entrevistado nº 6, aquele era um período em que todo mundo queria saber do contexto em que se encontrava Amazônia. Por isso, Jean Hébette e sua equipe recebiam convites de outros estados, da Igreja ou dos sindicatos, para falar do seu trabalho de pesquisa

³¹A Comissão Pastoral da Terra/CPT foi criada em março de 1975 devido à necessidade que alguns padres e bispos percebiam de padronizar suas práticas e conseguir uma ação mais completa e coordenada na região Amazônica. Ela é fundada na qualidade de um organismo de caráter oficioso ligado à linha missionária da CNBB, para realizar com agilidade o objetivo de interligar, assessorar e dinamizar os que trabalham em favor dos homens sem terra e dos trabalhadores rurais e estabelecer uma relação com os outros organismos afins (ALMEIDA, 1993).

³² Porém, é preciso deixar claro que, antes da criação da CPT de Marabá, já existia uma atuação da Igreja Católica nessa região por meio de algumas ordens religiosas e de padres progressistas.

e de assistência que estava fazendo junto aos posseiros daquela região do Pará. A partir de 1977, começaram a ser produzidos os primeiros artigos que sua equipe de pesquisa fez sobre a colonização na rodovia Belém-Brasília³³. Esses artigos passaram a ser citados por autores mais conhecidos como José de Souza Martins e Octávio Ianni, divulgando seus trabalhos para além do âmbito local.

Foi a partir dessa atuação junto aos agricultores e sindicalistas que os pesquisadores do NAEA começaram a adquirir legitimidade e confiança para serem vistos como agentes capazes de ajudar nas disputas que estavam se dando naquele contexto. É nesse momento também que estes agentes começaram a dominar os códigos estabelecidos entre os agentes que serão o foco de suas futuras ações. Como veremos durante a dissertação, estes pesquisadores/assessores exercerão um poder simbólico com o qual foi se revestindo involuntariamente ao longo de sua trajetória, que está marcada pela sua formação e pela incorporação dos dispositivos políticos e a transposição de visões e interesses institucionais nas qual estão vinculados. Isto faz com que a relação que busca efetivar com os sindicalistas e agricultores, seja considerada, *a priori*, desbalanceada. E, neste caso, o uso não premeditado do poder simbólico de que se reveste este mediador será determinante.

É nesse espaço aberto pela Igreja que se formou também uma geração de militantes, não somente religiosos, como também sindicais e políticos, que foram importantíssimos na consolidação de um novo sindicalismo na região e também no surgimento do Centro Agroambiental do Tocantins/CAT, conforme se verá mais adiante.

1.4 O Surgimento dos STRs: A Consolidação de um Novo Ator Regional

De acordo com Hébette (1996a), esse espaço em conjunto com entidades da Igreja proporcionou aos mais ativos dos agricultores a possibilidade de integrar e até liderar iniciativas novas e fecundas, desde a construção comunitária de capelas e escolinhas, centros de reunião, hortas e roças comunitárias, até ocupações de terras. Proporcionou também a eles um referencial intelectual sociopolítico para a compreensão dos processos sociais em que eles se sentiam envolvidos, graças também à contribuição de estudantes e intelectuais, sobretudo da Universidade. Recebiam também orientações e apoio jurídico de instituições como a Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos (SPDDH)³⁴ e Federação de Órgãos para

³³ A pesquisa que o entrevistado nº 6 comenta são os trabalhos feitos no âmbito do NAEA por Jean Hébette e Rosa Acevedo Marin, sob a coordenação do professor Samuel Sá, cujo tema era a colonização não-dirigida na rodovia Belém-Brasília. Essa pesquisa foi realizada com apoio do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), Fundação FORD, BASA (Banco da Amazônia), SUDAM e originalmente divulgada em publicação interna do NAEA/UFPA, de 1977. O texto também foi apresentado em alguns congressos nacionais e publicado em outros locais como: COSTA (1979), e reproduzido, com algumas modificações e atualizações dos dados relativos ao Cadastro do INCRA (dados atualizados de 1976 em vez de 1972) em: HÉBETTE, J.; ACEVEDO, R. E. (1979).

³⁴ A origem da SPDDH está relacionada a um episódio de conflito pela posse de terra no sul do Pará conforme relata Hébette (1997): no sul do Pará, no local chamado Perdidos, à margem antiga da Fundação Brasil Central, onde a madeireira Impar possuía títulos provisórios, posseiros instalados desde o final dos anos 1960 opuseram-se à abertura de um pico de demarcação que passava dentro de suas posses. Resistiram às pressões da empresa, da prefeitura, da juíza de Conceição do Araguaia. Com o apoio da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Pará (FETAGRI), apelaram para a Superintendência do INCRA em Belém e para o Ministério da Justiça em Brasília, enquanto os donos da empresa conseguiram apoio da Polícia Militar. Houve enfrentamento: dois policiais foram mortos e um ferido. Os posseiros foram presos e, com eles, indiciados na Lei de Segurança

a Assistência Social e Educacional (FASE)³⁵. É nesse contexto que essas novas lideranças começaram a acumular um conjunto de conhecimentos (capital social, político) necessários para serem vistos como porta-vozes das necessidades e potencialidades dos demais agricultores. Graças à solidariedade internacional das Igrejas e às relações pessoais de lideranças religiosas, conseguiram-se também recursos financeiros significativos para as iniciativas das próprias Igrejas e de outras instituições não-governamentais que surgiram com o apoio ou a conivência das autoridades religiosas.

A ajuda financeira por parte da Igreja e de algumas entidades de fora foi feita principalmente através de projetos, ou seja, atividades implantadas por meio do trâmite de solicitações de recursos. Segundo ele:

Eram projetos pontuais, de dimensão necessariamente muito localizada, ao alcance de uma Igreja sem recursos locais próprios e de grupos de camponeses muito pobres sem outra riqueza do que a força dos seus braços: era um carro, alguns equipamentos de escritório, uma máquina de arroz ou uma casa de farinha chamadas comunitárias, recursos para uma horta ou para um lançamento de um jornalzinho e a divulgação de apostilas, um canteiro de mudas e um experimento de lavouras permanentes. A Igreja obtinha contribuições muito mais importantes destinadas às suas atividades tradicionais a serviço da comunidade: construção de templos, de colégios religiosos, de postos de saúde ou até hospitais (HÉBETTE, 1996a: 125).

Esses “projetos” tornaram-se familiares à linguagem e à memória dessas novas lideranças que surgiam, uma verdadeira referência para sua ação, “iam se multiplicando em toda parte, mantendo viva uma esperança de melhoria, experimentando caminhos. Sua ambição imediata, na perspectiva dos religiosos, era a de estimular o espírito e a ação comunitários; na perspectiva dos partidos de esquerda, era a de mobilizar para o dia das grandes transformações nacionais” (Ibidem). Para o autor, somente para os camponeses pobres esses projetos tinham uma significação em si mesmos, embora sem alcance realmente viável no plano do atendimento às demandas vitais desses agricultores, ou seja, não existia ainda nenhum projeto realmente coletivo de alcance palpável que ajudassem eles a sair das péssimas condições em que se encontravam.

Foi a partir de seu espaço privado – familiar e de vizinhança – e desse espaço criado pelas Igrejas que os agricultores da região de Marabá passaram a construir seu próprio espaço e suas organizações, algumas delas representativas de toda a categoria profissional, como os STRs e outras representativas apenas de alguns segmentos específicos, como as diversas Associações, Cooperativas, Centro de Estudos. Essa construção se deu no início da década de 1980, quando o regime militar estava perdendo sua base de sustentação. Para Hébette (1996a):

Nacional, bispos, padres, agentes pastorais e o advogado da CPT. Os fatos deram origem à criação da Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos (SPDDH) (HÉBETTE, 1997: 35).

³⁵ Segundo Souza (2005), a FASE foi criada em 1961 no interior da Cáritas (Instituição vinculada à Igreja Católica que financia projetos sociais) numa perspectiva de trabalho assistencial, por isso ela tem a palavra assistência social no nome e também a palavra federação, porque nasceu como um conjunto de ações de várias partes do país e mais com um caráter federativo. Suas iniciativas incluem, dentre outras, a captação de recursos para iniciativas de educação popular, bolsas de estudos para crianças carentes, manutenção de leprosários, treinamento de mão-de-obra, formação de assessoria sindical e assessorias de outras iniciativas de organização da população nos meios urbano e rural, entre outras atividades. Teve uma atuação em diversos estados. Na região de Marabá esteve presente até o fim da década de 1990, quando repassou suas estruturas para a atuação da Fetagri Regional Sudeste. Atualmente a FASE mantém um escritório em Belém.

Era tempo de abertura política que coincidia com o tempo de maturação de uma nova geração de atores sociais ansiosos de agir por iniciativa própria, sem pseudônimo ou codinome institucional, no caso, em nome e por meio dos lavradores mesmos (HÉBETTE, 1996a: 126).

Conforme Hébette (1989), os agricultores começaram a se organizar, inicialmente, em associações independentes, que se tornaram o lugar de encontro, de discussão de seus problemas e funcionaram também como embrião da resistência coletiva. Surgiram com o nome de Associação de Moradores, Associação de Defesa dos Trabalhadores Rurais etc.

Segundo o autor, a época das associações, de certa forma, representou o momento “nobre” das lutas camponesas no sudeste do Pará. Essas associações dispunham de ampla liberdade e funcionavam com autonomia, fora dos controles administrativos e repressivos do Estado. Nesse sentido, elaboravam seus próprios estatutos, suas normas de funcionamento e elegiam seus dirigentes. Além disso, a perseguição dos proprietários de terra e a repressão policial mantinham o movimento coeso, dificilmente permeável a dissidências. Mas, por outro lado, eram organicamente pouco ligadas entre si, desprovidas de uma articulação mais ampla. Para o autor, o vigor das associações residia na combatividade de seus membros e no espírito de decisão de seus líderes.

Na medida em que as associações, sempre apoiadas nas CEBs, se fortaleciam, apareceu a oportunidade de criar os sindicatos ou de tirar sua direção das mãos das diretorias consideradas como “pelegas” ou “acomodadas”. Segundo Hébette (1985), a estratégia adotada foi utilizar o contato e o enraizamento das comunidades na população rural para exigir e multiplicar as delegacias sindicais – um elo de proximidade e de comunicação com os sócios da base que o sindicalismo existente negligenciava. Nessa perspectiva, o autor se refere a Hobsbawm para compreender o papel que a Igreja teve na articulação das lutas dos posseiros:

É a Igreja que tem dado auxílio predominante na eclosão da resistência. O fato se relaciona com o peso do componente religioso no comportamento dos camponeses da região, que é reforçado pela presença e proximidade dos agentes pastorais da Igreja. Graças ao seu contato freqüente com a população nos povoados, nas roças, nos transporte coletivos, nas ruas, esses agentes exercem, de certa maneira, o papel dos intelectuais simpatizantes que vivem no lugar, atribuído por Hobsbawm (1946, p. 18) ao professor primário dos movimentos camponeses (HÉBETTE, 1985: 216).

O primeiro STR da região foi criado em 1974 no município de São João do Araguaia. O seguinte, em Itupiranga, em 1979. No início dos anos 1980 foram fundados os sindicatos de Marabá e Jacundá. Segundo Hébette (1997), o contexto da fronteira marcou a instituição sindical e a diferenciou do sindicalismo de outras regiões de antigo povoamento agrícola. Primeiro, em razão de alguns desses sindicatos serem implementados pelo INCRA/GETAT, isto é, como parte das funções que cabiam a este órgão perante os migrantes.

O Grupo de Terras do Araguaia Tocantins (GETAT) foi criado em 1980 e seu principal objetivo era suavizar os conflitos agrários na região por meio da ordenação da ocupação. A sua área de atuação correspondia à metade da área do PGC, numa região denominada “Bico do Papagaio”³⁶. Sob a égide da doutrina de segurança nacional, foram atribuídas ao GETAT as seguintes funções: i) discriminação de terras, que permitia separar as terras públicas das terras de domínio privado (Lei nº 6.383 de 07/12/76); ii) arrecadação de

³⁶ Porção de terras encravada no sul e sudeste do Pará, oeste do Maranhão e norte de Goiás, onde hoje se situa o estado do Tocantins.

terras sem comprovação de domínio (terras devolutas), para incorporá-las ao patrimônio da União (Lei nº 6.383 de 07/12/76); iii) demarcação de terras, visando coibir os conflitos; iv) busca de solução para problemas relacionados a processos fundiários sub-júdice (DL nº 1.799/80); v) desapropriação de terras, com foco nas áreas em conflito (um conjunto de decretos fornecia o aparato legal, Decreto nº 67.557/70, modificado pelos Decretos nº 75.295/75; 87.095/82 e 87.834/82); vi) assentamentos de famílias, feitos por meio de inscrição, seleção e entrega de terras para os colonos e vii) titulação de terras). Além das funções do INCRA, o GETAT se sobrepunha às ações da Fundação Nacional do Índio (FUNAI). Ligado diretamente ao Conselho de Segurança Nacional (CSN), tinha como figura principal na região o Coronel Sebastião de Moura, conhecido localmente como “Curió” (ASSIS, 2007).

Segundo Assis (2007), por trás de nomes e funções fictícias, o GETAT atuava como um repressor implacável e frio, cujos métodos ainda são lembrados por lideranças sindicais, religiosos e militantes do movimento social e popular³⁷. Para o autor, a sobreposição de funções do GETAT, ao invés de resolver os graves conflitos em torno da questão fundiária, criou situações que potencializaram os conflitos. Segundo ele, relataram-se casos de emissão de Licença de Ocupação (LO) e até de títulos de propriedades expedidos tanto pelo INCRA quanto pelo GETAT em terras indígenas. Os interesses que se aglutinavam em torno dessas instituições não eram necessariamente confluentes, gerando contradição entre as deliberações emanadas de cada um deles. Treccani (2001) se referiu a outras funções assumidas pelo GETAT após três anos de existência, da seguinte maneira:

Pouco a pouco, porém, este órgão (Getat) perdeu sua especificidade e passou a ter uma atuação mais abrangente na vida social do sul do Pará, ficando ao seu cargo as ações públicas nas áreas de saúde, educação, vias de comunicação e eleições sindicais dos sindicatos de trabalhadores rurais (STRs). Seus escritórios administrativos chegaram a ser usados como cadeia na ocasião da prisão dos padres franceses Aristides Camio e François Gouriou e dos 13 posseiros de São Geraldo do Araguaia em agosto de 1981 (TRECCANI, 2001:195 *in* ASSIS, 2007: 38).

Os fatos registrados por Treccani foram confirmados por Figueira (1986), que relatou minuciosamente outros casos, como o dos padres e posseiros de São Geraldo do Araguaia. O período de vigência do Getat foi de 1980 a 1987 e sua ação como instância de intervenção direta do Estado na região, provocou impacto significativo (ASSIS, 2007).

De acordo com Hébette (1997), os STRs surgiram na região de Marabá como organização de trabalhadores rurais autônomos – proprietários e posseiros -, com pouca participação de arrendatários, de meeiros e de assalariados permanentes. Como estabelecido pela legislação sindical então vigente, a carta sindical, necessária para o funcionamento e reconhecimento da entidade pelo Estado, só era emitida para os STRs que passassem pelo crivo do Ministério do Trabalho. Os sindicatos que já estavam funcionando eram vigiados. Havia casos em que médicos, odontólogos, fazendeiros e outros profissionais liberais assumiam a presidência do sindicato. Mesmo gerando um clima de receio, muitos agricultores se filiavam:

³⁷ O Coronel Curió também foi o responsável pela chamada “Operação Limpeza”, que teve como finalidade descaracterizar qualquer indício de guerrilha na região.

Esta combinação de elementos [...] fazia com que lideranças e agricultores se afastassem dos sindicatos, articulando-se aos segmentos da Igreja e partidos políticos. Entretanto apresentava um grande atrativo, que eram as políticas de assistência que o governo federal viabilizava e possibilidades de acesso a serviço médico, hospitalar e aposentadorias (ASSIS, 2007:64)

O autor relata ainda que, mesmo criticados, os sindicatos ofereciam inúmeros benefícios aos filiados, pois, num país com infra-estrutura básica deficiente, o acesso a serviço médico, hospitalar e aposentadorias, por exemplo, era um forte atrativo. Além disso, os sindicatos eram reconhecidos pelo Estado e pelas autoridades políticas locais. Sua ação se pautava na maior parte das vezes dentro de limites legais e pelos limites políticos impostos pela oligarquia local que, ao fim e ao cabo, conflitava com os interesses dos camponeses, por exemplo. Um exemplo clássico dos conflitos de interesse era a questão da posse da terra. Entretanto:

Mesmo identificando essas questões e criticando veementemente a ação sindical, a Igreja recomendava aos agricultores e posseiros que se filiassem aos sindicatos e os reconhecessem como entidades de representação. Mesmo sem a recomendação da Igreja, as famílias já procuravam os sindicatos pela possibilidade de acesso a serviços (ASSIS, 2007: 81).

Com a aprovação da Lei Complementar nº 11, de 25 de maio de 1971, que criou o PRORURAL, conhecido também como FUNRURAL (Fundo de Assistência do Trabalhador Rural), já que dele provinham os recursos para assistência médica e dentária, os próprios órgãos oficiais passaram a incentivar a criação de STRs. Havia uma tentativa de controle dos sindicatos induzida e concebida com apoio da ideologia do favor, considerada capaz de fortalecer o STR aos olhos dos camponeses. Segundo Almeida (1993), visava-se despolitizá-los, enquanto órgão de encaminhamento de reivindicações e, pelo assistencialismo, acoplá-los a uma suposta delegação de políticos clientelistas detentores do poder local.

No plano dos direitos, o Estado se apressava a aproximar a situação dos trabalhadores do campo aos trabalhadores urbanos, através da criação do FUNRURAL e de outros mecanismos de assistência. Como afirmou Medeiros (2002), o Estado não “virou as costas” para os sindicatos, pelo contrário, aperfeiçoou os mecanismos de tutela. As novas funções atribuídas pelo Estado aos sindicatos tiraram-lhe sua força reivindicativa dando-lhes feições assistenciais. Apesar disso, em muitos locais os dirigentes sindicais usaram o FUNRURAL como chamariz para atrair trabalhadores para o sindicato e para as lutas por direitos (MEDEIROS, 2002).

Na década de 1970 as oposições sindicais surgem tanto em nível nacional quanto regional. Elas passaram a se constituir enquanto movimentos articulados a partir de 1975-76, orientando a formação de chapas para enfrentar nos pleitos eleitorais aquelas diretorias que geriam os sindicatos de colaboração, também denominados de “sindicatos-postos do FUNRURAL” (ALMEIDA, 1993). De acordo com Assis (2007), alguns fatores foram determinantes para o processo de consolidação das oposições sindicais. Dentre eles destacamos: i) o processo de abertura política; ii) o crescente debate em torno do modelo de desenvolvimento herdado do período populista e do regime militar e seus impactos no meio rural e iii) a ação da Igreja Católica, por meio das CEBs, das pastorais e da CPT

Apesar de uma forte articulação em nível nacional, as oposições sindicais caminharam de forma diferenciada conforme as particularidades de cada região. Na região Sul do país, por exemplo, os STRs se articularam numa estrutura interestadual, criando a Articulação Sindical

Sul, dinamizando um conjunto de lutas. A ação dessa articulação somada a outros eventos foi decisiva para a criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT) em 1983 e do Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais (DNTR) (FAVARETO, 2001).

Na região de Marabá, a luta dos posseiros, apoiada pela Igreja Católica, teve um papel determinante no surgimento e consolidação das oposições sindicais e na construção de um sindicalismo em sintonia com a luta pela terra. Grupos informais como as CEBs e formais como associações se articularam em torno de um intenso debate sobre os sindicatos, suas atribuições e sua forma de ação. Os espaços criados pela ação da Igreja Católica ampliaram esse debate. Para Assis (2007), os chamados “animadores de comunidade” tiveram um papel importante e talvez possam ser considerados os precursores da formação das oposições sindicais no sudeste paraense.

A prática de intercâmbio proporcionada pelos agentes das CEBs e das pastorais aproximou as oposições sindicais de municípios como São João do Araguaia, Marabá, Jacundá, Itupiranga, Conceição do Araguaia e Santarém. O aprofundamento em torno da questão sindical levou os novos líderes comunitários a uma decisão importante: deixar de “dar as costas” para os sindicatos e lutar para assumir o controle destes, sendo esta tática um primeiro passo para forçar mudanças (ASSIS, 2007).

Politicamente, essa decisão também decorria do entendimento de que, ficando fora dos sindicatos, as chances de influenciar suas ações eram mínimas. A legislação garantia o direito de funcionamento das entidades sindicais independentemente se elas atendiam ou não às necessidades de uns ou de outros grupos. Nesse sentido, entrar na estrutura era o primeiro passo para forçar mudanças. Essa orientação coincidia com a orientação das oposições sindicais em nível nacional que decidiu combater as práticas sindicais indesejáveis ocupando os espaços internos (cargos e funções), ou seja, mudar o perfil da atuação sindical por dentro de sua própria estrutura (MEDEIROS, 1989). Nesse sentido, “apesar de seguir uma dinâmica semelhante, cada sindicato trilhou seu próprio caminho em função das características dos atores sociais locais, das relações estabelecidas com o exterior e do jogo político que os envolviam” (ASSIS, 2007: 81).

Entretanto, isto não aconteceu como um passe de mágica. Assis (2007) relatou que um conjunto relativamente grande de eventos como reuniões nas CEBs, conversas nas paróquias, celebrações, conversa entre vizinhos e entre lideranças, festividades nas comunidades e tantos outros, contribuíram para se formar uma consciência dessa necessidade. Nesse sentido, as oposições conseguiram assumir o sindicato de importantes municípios do sudeste paraense e na região de Marabá como: São João do Araguaia e Jacundá em 1985, Conceição do Araguaia também 1985 e Marabá no início da década de 1990. Porém esse período não foi fácil, pois a violência contra os posseiros e a eliminação seletiva de lideranças sindicais e de assessores religiosos (por exemplo, os padres de São Geraldo do Araguaia) ou leigos (advogado Gabriel Pimenta em 1982, militante do Movimento Democrático Brasileiro – MR-8) se tornou uma prática comum em toda região do Bico do Papagaio.

A partir da conquista dos sindicatos por diretorias consideradas mais “combativas”, estes, por sua própria natureza e funções, alargaram as perspectivas de ação e, sobretudo, conferiram a dimensão nacional que faltava às associações. Possibilitaram também uma organização e uma estrutura aos níveis locais, regionais e nacional, facilitando a comunicação, os encontros e o intercâmbio de experiências que estavam surgindo. No entanto, pesou sobre ele a tradição do assistencialismo e do atrelamento ao Estado, exigindo dos seus sócios e, em particular, de seus dirigentes, uma vigilância constante para não deixar que os STRs fossem tomados por outras funções (HÉBETTE, 1989). Existia aí, segundo Hébette, um grande desafio a ser vencido por essas novas lideranças sindicais daí para frente, pois:

Forçoso é reconhecer que na sua estrutura, historicamente condicionada, o sindicalismo brasileiro apresentava sérias dificuldades para absorver e estimular o potencial de luta de um campesinato formado, em parte notável, com posseiros e sem-terra-em-busca-de-chão. Na incapacidade de encontrar ou forjar uma organização à altura das necessidades e com a ideologia adequada a esses objetivos, na microrregião de Marabá, o movimento encontrou no sindicalismo um apoio que lhe era indispensável. Mas, ao mesmo tempo, ele dificilmente escapa a um certo enquadramento, às normas e ao controle de uma estrutura elaborada para outros fins (HÉBETTE, 1988: 199).

Apesar disso, “por força do seu estatuto oficial e do dinamismo que demonstrou, o sindicato tornou-se, no sudeste do Pará, o interlocutor quase obrigatório das instâncias governamentais” (HÉBETTE, 1989: 195). Segundo o autor, estas custaram a reconhecer o fato, mas admitiram em vários conflitos da região. O sindicalismo ofereceu nesse sentido uma dimensão municipal e mesmo regional a acontecimentos muito localizados, tais como ocupação de castanhais por posseiros e resistência a despejos pela polícia; difundiu nas delegacias e nos povoados, a experiência de ocupações e os esquemas de defesa etc. Destarte:

O sindicato admoestou os ocupantes de terra que, aproveitando-se das lutas dos companheiros, adquiriram lotes e os revendiam; promoveu a elaboração e a adoções de normas que garantissem a preservação da conquista, como a perda do direito a quem vendesse seu lote (HÉBETTE, 1988: 199).

A partir da experiência das oposições sindicais na região de Marabá, verificou-se o que Rodrigues (1974, p. 144) afirma a respeito dos sindicatos urbanos, ou seja, que o contexto brasileiro “transforma o governo no principal interlocutor dos sindicatos”. Para Hébette (1988), num plano mais geral, o Estado sempre se constituiu nesses conflitos como o representante e o defensor do instituto da propriedade privada, e, nessa qualidade, pretendia arbitrar nessa perspectiva os conflitos em torno da posse de terra. Esse mesmo contexto fazia do sindicato, por reciprocidade, um indispensável interlocutor com o Estado³⁸. Entretanto:

A força dos trabalhadores rurais já se tinha tornado suficiente para constituir o sindicato como representante legítimo e interlocutor obrigatório, mas, por outro lado, não tinha conquistado bastante peso para torná-lo interlocutor decisório, ao contrário da organização fundiária (HÉBETTE, 1988: 200).

Porém, essa posição de interlocutor oficial foi extremamente difícil. Segundo Hébette (1989), enquanto os políticos de carreira e os altos executivos do governo foram treinados ao exercício do poder e, por isso, detinham toda uma prática de negociação e dispunham de informações, os líderes dos sindicatos emergentes conheciam apenas sua região e dispunham de informações e recursos limitados, necessitando de formação política, ou seja, necessitavam de um acúmulo de capital³⁹ que lhes permitissem participar ativamente das disputas nesse

³⁸ E vice-versa, pois ao contrário da situação das fábricas (origem do sindicalismo urbano) a questão da terra passava pela questão do Estado e pelos mecanismos da Justiça.

³⁹ A noção de capital possibilita analisar a diversidade de recursos que um agente possui na posição de poder que se encontra com relação a outro(s) agente(s). Entre as diferentes espécies de capital encontram-se: o econômico, entendido como qualquer tipo de bem diretamente convertível em dinheiro; também pode ser institucionalizado na forma de direitos de propriedade. O capital cultural, que pode existir em três estados: incorporado

jogo político que se configurava na região de Marabá, pois, um determinado grupo de agentes estará mais fortemente submetido a outro, na medida em que estiver menos provido de recursos – simbólicos ou não – que são percebidos como valiosos para o conjunto dos agentes que se relacionam em um determinado espaço social (BOURDIEU, 1989).

Para o sindicalismo rural da região de Marabá novas tarefas apresentavam-se em decorrência de novos espaços conquistados. Garantida a posse ou reconhecida a propriedade formal da terra, a questão da permanência apresentava-se sob outro prisma: o da produção e da produtividade do lote, o preço dos produtos e da comercialização, do transporte e da estocagem. Para Hébette (1989), da mesma forma que a luta anterior, essa era também necessariamente coletiva, e ao sindicato correspondia a função de conscientizar e viabilizar, mesmo se outras organizações (postos de revenda, caixas agrícolas, minicooperativas) se ocupassem em solucionar tais problemas. Nessa época, algumas prelações e paróquias em outras áreas do Estado já tinham, por meio de projetos, trazido agrônomos e recursos financeiros para experimentação. Os grandes sucessos econômicos obtidos por famílias japonesas no cultivo da pimenta demonstravam a viabilidade da agricultura familiar em algumas regiões do Pará. Também preocupava a falta de escolas no campo, de postos de saúde e hospitais nas sedes de municípios. Nesse período do regime militar, algumas prefeituras estavam nas mãos de interventores e das oligarquias locais ou de algum fazendeiro, e hostilizavam as organizações populares. As lideranças sindicais mais dinâmicas solicitavam também o apoio de órgãos estaduais, sem sucesso (HÉBETTE, 1996a).

Para os posseiros a simples conquista de terra mostrava-se agora insuficiente. Isolados nos seus lotes, sem estradas e assistência técnica, à mercê dos atravessadores, tinham muitas dificuldades para sobreviver. Para Hébette (1988: 201-202), “a luta pela terra assumiu, dali em diante, a forma da luta pela subsistência econômica, pela própria reprodução como camponeses”, ou seja, à luta pela terra precisavam juntar a luta pela produção e comercialização.

Nesse contexto, o diálogo entre esses ocupantes e os pesquisadores do NAEA, que prestavam assessoria às organizações de trabalhadores rurais, revelaram as preocupações e as angústias que alguns agricultores possuíam ao conquistar os primeiros lotes de terra, principalmente no sentido de como se manter na terra e torná-la produtiva, como aponta a fala de um dos entrevistados:

E uma das coisas que começou a pintar, porque era só luta pela terra, confusão, mas alguns já estavam perguntando: e aí, o que a gente vai fazer com essa terra? E todo mundo chegando, muita gente do nordeste, tinha gente do nordeste que nunca tinha visto roça de arroz [...] e a gente começou a conversar, e a gente encontrou o Jean com a turminha dele que rodava por aí, ele vinha para cá e se hospedava com a gente, e eles começaram também a participar da reunião (E15 - AS).

Foi para atender a esses anseios, na busca pela melhoria das condições tecnológicas e econômicas capazes de garantir a permanência desses lavradores no campo, que juntos, lideranças sindicais dos municípios de Itupiranga, Jacundá, Marabá e São João do Araguaia se uniram, por meio de seus STRs, a pesquisadores do NAEA, a um militante da CPT que tinha

(disposições do corpo e da mente), objetivado (bens culturais) e institucionalizados (títulos acadêmicos). O capital social, entendido como a capacidade dos agentes de mobilizar recursos a partir de sua rede de relações sociais. Por último, encontra-se o capital simbólico, comumente chamado prestígio, reputação, renome – é o capital de qualquer espécie quando é percebido por um agente dotado das categorias de percepção que lhes possibilita reconhecê-los como tais (BOURDIEU, 1986).

participado intensamente, ao lado dos trabalhadores rurais, das lutas pela terra, e a um engenheiro agrônomo voltado para a pesquisa-desenvolvimento junto aos camponeses e com experiência no Caribe, para fundar, em 1988, o Programa CAT. Segundo Hébette (1991b), buscavam essa interação como caminho para o desenvolvimento rural, dentro de uma etapa realista rumo às melhorias historicamente alcançáveis: “Buscam a interação do saber acadêmico e da pesquisa científica, da luta pela terra e da luta por uma ciência democratizadora, a colaboração do trabalho produtivo e do labor acadêmico” (HÉBETTE, 1991b: 83).

Nos próximos capítulos analisaremos os fatos que permitiram essa articulação entre STRs, pesquisadores do NAEA e instituições estrangeiras, de modo a entender como foi possível esse tipo de interação; as características e os princípios que nortearam as principais atividades, bem como os desdobramentos econômicos, políticos e sociais que o Programa CAT ocasionou na região de Marabá.

CAPÍTULO II A FORMAÇÃO DO PROGRAMA CAT

Com o fim do regime militar no Brasil, começou a haver um maior espaço para a contestação do modelo de desenvolvimento consagrado pelo regime autoritário. Essa abertura ofereceu a brecha pela qual pôde ganhar espaço uma iniciativa de cooperação entre organizações de trabalhadores do campo e instituições acadêmicas. No caso do Pará, as circunstâncias fizeram com que essa iniciativa se estruturasse como cooperação entre uma organização não-governamental francesa, o GRET, uma instituição governamental, a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) e a UFPA. Essa cooperação resultou na criação do CAT.

O objetivo desse capítulo será traçar os principais aspectos que permitiram a articulação e a consolidação do Programa CAT, tendo seu foco principal nas condições políticas, econômicas, sociais e institucionais que atuaram na efetivação da proposta.

2.1 O Fim da Ditadura Militar e o Surgimento do Programa CAT.

Conforme vimos no capítulo anterior, os projetos comunitários tinham aparecido em várias partes do meio rural paraense, principalmente durante o regime militar. Essas iniciativas que visavam o fortalecimento econômico dos agricultores, em geral concretizadas no associativismo, estavam ligadas, na maioria das vezes, à Igreja ou a ONGs. Tinham se tornado uma referência para ação de algumas entidades e de alguns militantes. Neste caso, recebiam recursos, principalmente, da cooperação privada internacional, porém a ditadura não permitia que fossem muito além de intervenções pontuais. Por outro lado, a cooperação científica, desenvolvida por instituições públicas, ou era suspensa ou mantinha-se estritamente no campo científico (LEROY, 2000).

Segundo Leroy (2000), a democratização do país deu maior visibilidade à cooperação internacional e permitiu que a discussão sobre ela tomasse um caráter mais político. Quanto à cooperação científica, ela pode envolver-se mais ativamente nas questões de desenvolvimento e nas opções políticas que isso implicava e a criar laços com a sociedade com a qual estava envolvida. Nessa perspectiva, começou a existir uma conjuntura institucional e política favorável para uma aproximação mais efetiva entre os pesquisadores do NAEA, os sindicalistas da região de Marabá e instituições estrangeiras de apoio à pequena agricultura.

Entretanto, ao mesmo tempo em que começavam a ocorrer diálogos iniciais entre sindicalistas, pesquisadores e assessores com objetivo de buscar soluções tecnológicas e econômicas para a sustentabilidade dos lotes, em 1984 ocorreram três reuniões (02/07, 28/08 e 28/09) na Secretaria de Agricultura e Abastecimento de São Paulo entre Henri Rouillé d'Orfeuil⁴⁰, do Groupe de Recherche et d'Echanges Technologiques (GRET)⁴¹, de Paris,

⁴⁰ Alto funcionário francês que liderava a cooperação da França com o Brasil.

representando diversas instituições ligadas à agricultura francesa (Instituto Nacional de Investigação Agronômica - INRA, Instituto Francês de Pesquisa Científica para o Desenvolvimento da Cooperação (ORSTOM), Grupo de Estudos e Pesquisa para o Desenvolvimento da Agricultura Tropical (GERDAT)⁴², e representantes de instituições brasileiras, visando ampliar as relações franco-brasileiras concernentes à pequena e média agricultura. Isso se daria com o pessoal que trabalhava na agricultura de São Paulo e do Paraná, principalmente (HÉBETTE & NAVGANTES, 2000). No entanto, algumas dessas instituições francesas de pesquisa já tinham um trabalho de cooperação científica com a Guiana Francesa e com o países da região do Caribe, por meio da Universidade das Antilhas e da Guiana. Nessa perspectiva, fazer uma cooperação que envolvesse os estados da Amazônia brasileira fazia mais sentido, devido à proximidade geográfica e às características climáticas (faziam parte do mesmo ecossistema amazônico) (LEROY, 2000).

No segundo encontro entre franceses e brasileiros, que ocorreu em 1985, Jean Hébette foi convidado para discutir a possibilidade de uma parceria, representando uma das principais instituições de pesquisa da Amazônia, a Universidade Federal do Pará⁴³. Segundo Gonçalves (2004), a UFPA despontou no cenário brasileiro em uma posição estratégica desafiadora. Sua inserção na região amazônica, mundialmente valorizada pelos recursos naturais e culturais, remeteu a desafios não apenas de formar o homem “amazônida”, mas, principalmente, de pensar um desenvolvimento humano, social e sustentável para a região, resgatando as especificidades locais em íntima relação com os desafios da sociedade contemporânea.

Nesse segundo encontro surgiu a idéia de fazer esse tipo de parceria que ocorria em algumas regiões do Brasil (como São Paulo, Paraná, Pernambuco) na Amazônia. Sobre esse encontro, Leroy (2000), ressalta:

A França não teria pensado em reativar a cooperação franco-brasileira com a Amazônia. O pessoal sensibilizado pela agricultura familiar era do sul. Mas Henri Rouillé d'Orfeuil introduziu as Antilhas no debate, o que permitiu fazer a ponte com a Amazônia. A novidade é dupla: colocar recursos públicos, humanos e materiais (brasileiros e estrangeiros) a serviço de um

⁴¹ É uma associação não-governamental de apoio à cooperação internacional, a solidariedade profissional e redução da pobreza nos países da Ásia, África, Europa e América Latina . Foi criado no final de 1970. Suas atividades incluem a implementação de projetos de campo, experiência, estudos, pesquisas, informações e execução de redes de intercâmbio. As áreas principais de atuação são: Acesso a serviços essenciais; Alimentação Sustentável e Agricultura; Desenvolvimento Institucional, Atores, Territórios; Informação e Comunicação para o Desenvolvimento; Micro-finanças e Pequenas Empresas; Políticas Públicas e regulamentos internacionais. A Associação é financiada principalmente pela União Européia, O Banco Mundial, o Ministério dos Negócios Estrangeiros francês, a Agência Francesa de Desenvolvimento e também pelo Banco Asiático de Desenvolvimento, UNICEF, USAID e muitos outros (WWW.wikipédia.org, 17/03/2011).

⁴² A França se distinguiu por suas Faculdades e Grandes Escolas de Agronomia, entre as quais o Institut National d'Agronomie de Paris-Grignon. Nela se formaram e a ela se referiam frequentemente os pesquisadores que participaram daquela cooperação para a agricultura no Pará. Mais tarde, entrariam, não sem problemas, outras influências francesas menos ortodoxas, vindos do CIRAD e do Institut National de Recherches Agronomiques (INRA) (HENCHEN, 2002).

⁴³ A Universidade Federal do Pará foi fundada em 02 de julho de 1957 a partir de uma difusão do sistema universitário por todo o país, que se iniciou na década de 1930. É concebida como uma instituição de ensino superior pública, multicampi e é não só a maior universidade da Amazônia, em número de cursos, docentes e discentes, como uma das mais importantes instituições acadêmicas do Trópico Úmido. A abrangência da organização institucional da UFPA permite a oferta de cursos para 115 municípios, distribuídos em nove micro-regiões (Castanhal, Marabá, Altamira, Abaetetuba, Cametá, Santarém, Soure, Breves e Bragança), o que lhe dá a conotação de universidade multicampi, uma espécie de universidade-rede, que congrega toda a região em ações educativas e científicas (GONÇALVES, 2004).

projeto que inclui pequenos produtores, mas também começar a orientar a Amazônia paraense para uma aliança com os seus vizinhos amazônicos – a Guiana Francesa – e, no Caribe, as Antilhas (LEROY, 2000:23).

Em setembro de 1986, Henri d'Orfeuil visitou Belém do Pará para sondar o interesse de instituições locais como o NAEA, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), a Secretária de Agricultura do Pará (SAGRI) e a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) em participar do programa proposto em Curitiba. Após esse evento, no dia 02 de outubro de 1986, foi estabelecido e assinado um Convênio complementar ao Acordo Geral de Cooperação Científica e Técnica de 16.01.1967 entre França e Brasil, em decorrência das decisões tomadas (HÉBETTE & NAVEGANTES, 2000).

Após esses acontecimentos, a ideia de Jean Hébette era juntar as forças mais atuantes na região que eram a CPT e os sindicatos de Marabá, Itupiranga, Jacundá e São João do Araguaia para a discussão de uma futura proposta de intervenção do NAEA em conjunto com esses quatro sindicatos e com participação das instituições estrangeiras.

Num dos diálogos que ocorreram entre os pesquisadores do NAEA e os sindicalistas, segundo relato do entrevistado nº 11, Jean Hébette comentou sobre um projeto de cooperação franco-brasileira, que já tinha uma atuação no Caribe e que tinha articulação com os pequenos produtores, e sobre a iniciativa de algumas instituições francesas de querer expandir essa cooperação na Amazônia. Depois dessa conversa, Jean Hébette ficou responsável de buscar mais informações sobre o tema e retornar ao assunto. Referindo-se a outro diálogo entre Jean Hébette e o sindicalista de São João do Araguaia, o entrevistado comenta o que ocorreu:

Ele (Jean Hébette) falou: existe realmente, entrei contato com meus amigos e disse que existe o projeto, e tem a coordenação aqui no Haiti, e a gente pode ter um contato com eles e ver a possibilidade de se expandir para cá. Agora nós temos que ter um projeto mais ambicioso, nós não podemos pensar num projeto só para o município de São João (do Araguaia), nós temos que pensar para uma região, para isso nós vamos fazer uma discussão [...] para ver como a gente vai agregar esses sindicatos num projeto único (E11 - SD).

Para dar continuidade aos trabalhos de articulação para a montagem do Programa, realizou-se uma visita de pesquisadores franceses (Henri d'Orfeuil, Vincent de Reynal, Antoine Borry, Michel Vivier e Michel Sauquet) ao NAEA e a outras instituições locais no período de 21 a 30 de novembro de 1986. No dia 22 de novembro houve uma reunião no NAEA com representantes da UFPA, CPATU/EMBRAPA, SAGRI, EMATER, STR de São João do Araguaia e CPT de Marabá. O entrevistado nº 15 descreve esse encontro da seguinte forma:

O NAEA convidou a gente, se não me engano, em 87 [na verdade foi em 1986] um seminário para discutir o que é agricultura familiar. E a coisa interessante que no finzinho do Seminário, eu me lembro que, o que a agricultura tava precisando? Um sindicalista precisa de capacitação, de informação, pesquisa sobre essa terra que a gente está ocupando [...] e fizeram algumas propostas. E Jean naquele tempo tinha algumas propostas de cultura permanente, frutas, coisas da floresta. Depois desses dois ou três dias que a gente passou lá [...] a conversa no final foi: vamos montar um programa para a gente desenvolver a capacitação, a pesquisa e discutir

algumas coisas que seria possível de fazer, aí que foi criada a ideia do CAT (E15 - AS).

Ao final do encontro foi estabelecido um acordo de princípios com vistas à criação de um centro de formação e pesquisa para a agricultura camponesa em Marabá em resposta a uma demanda dos STRs e da CPT, e de um centro de informação e intercâmbio sobre agricultura camponesa no NAEA, em Belém (HÉBETTE & NAVEGANTES, 2000).

Ainda no ano de 1986, no período de 03 a 05 de dezembro, aconteceu o I Seminário Franco-Brasileiro de Cooperação Técnica e Científica na Pequena Agricultura, no Rio de Janeiro, em que foi apresentado o “Projeto de Participação no Desenvolvimento da Agricultura Camponesa dos Trópicos Úmidos”, a ser promovido no Pará, com o apoio da FINEP. Após esse seminário, aconteceu ainda mais uma reunião geral no NAEA, no dia 10 de dezembro, com Michel Sauquet e as instituições interessadas no Projeto CAT (Ibidem).

Segundo os autores, no início de 1987 ocorreram mais duas reuniões importantes para a montagem do Programa. A primeira reunião, no dia 06 de fevereiro, no NAEA, em Belém, entre as instituições (NAEA, EMATER, SAGRI, EMBRAPA), foi sobre uma proposta de Curso de Especialização em Agricultura Camponesa. A segunda ocorreu no dia 29 de abril, na FINEP, no Rio de Janeiro, para discutir a elaboração de projetos de pesquisa a serem apresentados à FINEP, para a execução em diversos estados (Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Pernambuco e Pará).

Segundo o entrevistado nº 11 que, naquele momento, ocupava o cargo de delegado regional e vice-presidente da FETAGRI estadual,⁴⁴ depois dessas reuniões, começaram a articular, localmente, a viabilidade de realização de um projeto que envolvesse a pequena agricultura, a partir dos quatro principais sindicatos da região de Marabá (Itupiranga, Marabá, Jacundá e São João do Araguaia)⁴⁵.

Nesse sentido, não existia nenhuma definição a priori na escolha desses quatro sindicatos, e sim uma escalação feita por critérios intrínsecos à conjuntura em que se encontrava a região. Pois, Marabá liderava como cidade pólo todos os processos da região, grandes projetos estavam acontecendo em torno dessa cidade e também esses sindicalistas já se reuniam para tratar das demandas regionais em Marabá, ou seja, já havia uma certa dinâmica de encontro desses sindicatos, principalmente em torno da articulação feita pela Igreja Católica e pelos trabalhos da CPT, para tratar dos problemas envolvendo os conflitos de terra.

Esses sindicatos não tinham também, necessariamente, a mesma orientação política, pois as influências sobre eles eram diferenciadas. De acordo com Assis (2007), o grupo de sindicalistas que estava presente nas discussões do Programa CAT era bastante heterogêneo. Os dirigentes sindicais do STR de São João eram ligados politicamente ao Partido Socialista Brasileiro (PSB), enquanto os de Jacundá, Marabá e Itupiranga eram militantes petistas, porém estavam alinhados em tendências internas diferentes. Para o autor, o elemento que dava

⁴⁴ O sindicalista de São João do Araguaia, juntamente com outras lideranças da região de Marabá, fez parte da “chapa 2”, a chapa de oposição, que venceu as eleições para diretoria da FETAGRI estadual em 1987. Até então, a FETAGRI tinha um perfil conservador e atuava basicamente na assistência médica, hospitalar e aposentadorias (ASSIS, 2007).

⁴⁵ Para o entrevistado nº 6, adotou-se o princípio de não fazer uma simples escolha dos participantes para projeto, mas de trabalhar com os que eram os representantes autênticos do campesinato e que de fato, na época, conforme já visto no capítulo anterior, era o sindicalismo de trabalhadores rurais. Então, “o ponto de partida era trabalhar com sindicatos organizados dispostos a trabalhar, daí o fato de se fazer a ligação com os que já se tinha um envolvimento na época e que já eram legitimados pelo histórico de suas lutas, ou seja, os sindicatos de Marabá, Itupiranga, Jacundá e São João do Araguaia”.

a coesão desse grupo era “a luta dos posseiros, contra os grandes projetos e a busca por alternativas para os que já tinham a terra garantida (ASSIS, 2007:111). Segundo o entrevistado nº 2, havia ainda certo cuidado, de Jean Hébette e de alguns sindicalistas, em não ampliar muito a proposta inicial, porque era muito difícil manter uma dinâmica de coesão entre os próprios sindicatos, uma vez que uma construção desse tipo iria exigir reuniões regulares, com definição de recursos e prioridades, e a área abrangida por esses quatro sindicatos já era muito grande, o que ocasionava, por exemplo, uma dificuldade para a locomoção e encontro desses sindicalistas.

No entanto, escolher apenas quatro sindicatos era deixar de fora outros atores que estavam envolvidos no processo de luta pela terra e na consolidação da pequena agricultura.

Para Hébette (1999), a escolha de organizações sindicais como instituições parceiras no Programa CAT, proporcionou a este uma característica importante:

Ele não é artificial nem impositivo, pois procedem de instituições representativas da população no campo, os STR. Eles são os legítimos representantes de sua categoria diante das outras instituições do Estado e da sociedade civil; seus diretores dispõem de poder que lhes é delegado pelo processo eleitoral e da autoridade que lhes facilita convencer os companheiros das necessidades das práticas alternativas, assim como propor e acompanhar programas de ação (HÉBETTE, 1999: 302).

Entretanto, alguns informantes comentaram que inicialmente houve uma crítica à não inclusão de mais municípios no Programa. Mas, mesmo com algumas críticas, um deles acredita que a escolha foi acertada, devido ao caráter muito experimental do projeto naquela época:

O projeto tinha um caráter muito experimental não é, de formação, de pesquisa e desenvolvia ações de desenvolvimento, e que para isto você devia ser modesto em relação à possibilidade de ação que agente pudesse ter [...] e ousado no sentido de construção de uma proposta nova, de formar agentes de desenvolvimento com perfil ajustado as condições locais (E02 - PQ).

Porém, havia uma perspectiva de ampliar o Programa à medida que fosse dando certo.

No ano de 1987 houve ainda uma missão oficial brasileira, no período de 18 a 31 de maio, às instituições de pesquisa da Guiana Francesa, à Universidade das Antilhas e Guiana em Guadalupe e a um Projeto de pesquisa-desenvolvimento em cooperação franco-haitiana no Haiti. Participaram dessa viagem: Almir Ferreira Barros, do STR de São João do Araguaia; Jean Hébette, do NAEA; o chefe do CPATU/EMBRAPA e Maria de Nazaré Ângelo Menezes, da EMATER. O objetivo da missão foi conhecer as experiências de articulação entre a universidade desses países e as organizações dos pequenos agricultores.

No período de 06 a 20 de julho de 1987 houve uma visita a Belém, Marabá e Brasília, feita agora pela missão francesa de trabalho, composta por Vincent de Reynal e Antoine Borry, da Universidade das Antilhas e da Guiana, com vistas à elaboração do programa de pesquisa-desenvolvimento intitulado “Projeto Geral do Centro Agrário do Tocantins”⁴⁶, em cooperação entre o NAEA, SAGRI, EMATER e STRs da região de Marabá, com duração de cinco anos. Participaram do lado brasileiro: Jean Hébette, o coordenador regional da CPT de

⁴⁶ O nome original do Programa CAT era Centro Agrário do Tocantins. O termo “Agrário” foi substituído por “Agroambiental” pelo caráter ideológico e devido à conjuntura de ascensão do ambientalismo no início da década de 1990, o que facilitaria o diálogo e a captação de recursos com outras instituições.

Marabá e um sindicalista de São João do Araguaia. Durante essa visita houve uma reunião na Embaixada da França em Brasília, dos representantes da Missão francesa, do NAEA, da FINEP e da EMBRAPA, para assinar os acordos centrais.

Segundo o entrevistado nº 11, neste projeto o objetivo seria criar uma estrutura para apoiar a pequena agricultura com um aspecto transformador, pensando em trazer para os agricultores uma visão de manutenção da propriedade com novas culturas e diversificação das espécies plantadas. Além de diversificar teriam que fazer um processo de integração entre comércio e a agricultura, pois os agricultores não poderiam continuar produzindo para vender para o atravessador: “a gente tinha que ter uma estrutura de comercialização, de pesquisa e outra de formação, então o projeto tinha três itens: pesquisa, formação e desenvolvimento” (E11 - SD).

Outros informantes relataram que a ideia era conceber o Programa CAT como um lugar que seria dos pequenos agricultores, um lugar de referência, reflexão, atuação e convivência deles com os pesquisadores da Universidade: “Então a gente queria partilhar a nossa reflexão, o nosso estudo com os camponeses. E queria pesquisar a vida deles, o modo de trabalhar, tudo que se relacionasse ao modo de vida produtiva e política” (E05 - PQ).

Após essa primeira montagem da proposta, foi apresentado à FINEP, no dia 31 de agosto de 1987, o projeto: “Desenvolvimento Agrário no Tocantins Paraense: Pesquisa e Formação em Sistema de Produção Familiar” sob coordenação de Jean Hébette. Também foi apresentado ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ), no dia 30 de setembro de 1987, o Projeto “Centro Agrário do Tocantins: Implantação e funcionamento: ensino, pesquisa e extensão”, também sob a coordenação de Jean Hébette, com a participação da agrônoma Maria de Nazaré A. Menezes (HÉBETTE & NAVEGANTES, 2000).

No dia 13 de outubro de 1987 houve uma reunião entre o coordenador do NAEA, alguns professores, Maria de Nazaré A. Menezes, a socióloga Carmen Sandino, da EMBRAPA; os presidentes dos STRs de São João do Araguaia, de Marabá, de Itupiranga, e o coordenador da CPT de Marabá. Após a reunião, os presidentes dos STRs ficaram encarregados de apresentar a proposta de Projeto “Centro Agrário do Tocantins” e levá-la para discussão nos STRs e nas comunidades camponesas e de iniciar a busca por um terreno adequado para a instalação da sede do CAT em Marabá.

Segundo o entrevistado nº 12, o processo de discussão do Projeto CAT com os sindicalistas não foi feito de forma autoritária. Segundo ele, havia o receio de alguns sindicalistas e de outras entidades, de que os pesquisadores iriam exercer um forte domínio sobre os sindicalistas, mas, segundo ele, isto não aconteceu: “falavam que a gente ia ser a massa de manobra, ia ser dominado, não ia ter poder de decisão. Foi ao contrário, nós tínhamos, nós alcançamos uma relação legal, muito bom, o pessoal tentava atender o que nós colocávamos (E12 - SD).

Outro sindicalista relatou que houve várias reuniões tanto em Belém como em Marabá para discutir os princípios dessa parceria. Houve reuniões também nos municípios e com as bases dos sindicatos, como observamos nessas duas falas:

Não foi uma coisa criada assim, por exemplo, só discuti lá o chefão lá, e trazia e nos engolia não, teve uma participação muito grande da base mesmo, não foi só do sindicato, do seu quadro de diretores e sócios. Nós fizemos várias reuniões, fizemos assembléias para expor o que era o CAT. Então, foi muito bem discutido, foi muito bem elaborado (E17 - SD).

Eles vieram trocar ideia conosco dizendo mais ou menos como seriam e voltaram para que a gente em Assembléia né, em reunião da equipe, pudesse ta aprimorando, aprovando aquela proposta de fato para, a partir daí, começar o CAT (E18 - SD).

Para o entrevistado nº 4, no entanto, o processo de implantação do Programa CAT se deu “meio de cima para baixo”, por meio dos pesquisadores capacitados que, de repente, chegaram em grande número na região e se estabeleceram em várias comunidades. Para o representante da CPT, as propostas foram feitas eram em prol da necessidade dos pesquisadores e não dos sindicalistas:

E as coisas, vamos dizer assim, científicas eram complicados para eles, então nós tínhamos mais ou menos essa crítica, vamos dizer assim ao método e não à intenção. Ao método que veio de cima para baixo, que muitos entenderam, entraram e muitos não entenderam. Então nós, como CPT, ficávamos no meio, escutávamos as reclamações dos trabalhadores (E04 - AS).

Eu percebia, escutava de muitos e muitos trabalhadores rurais que não entenderam muito bem, porque faziam um monte de perguntas? Quem eram esses pesquisadores? O que queriam com essas pesquisas? E de fato eu não podia responder, eu não era membro. O que a gente respondia era: vocês perguntam para eles quando tiver os encontros, qual a finalidade de toda essa pesquisa (E04 - AS).

As críticas ao CAT feitas pelo entrevistado acima deve ser também entendida dentro do contexto de atuação de outras entidades na região de Marabá. Nesse sentido, a inserção de uma nova estrutura de apoio/assessoria, com uma visão diferenciada (olhando mais para o lado técnico/produtivo), se deu com certa turbulência. Além da CPT, atuavam ali a FASE, o MAB, o CEPASP e a SPDDH, havendo entre essas entidades muitas diferenças e alguns elementos de divergência, seja por visões específicas sobre a questão agrária, seja pela influência de tendências políticas presentes e muito ativas no espaço político regional.

Ainda para o entrevistado nº 4, muitos trabalhadores não entendiam muito bem a proposta de atuação dos sindicatos juntos com a Universidade Federal, pois viam o governo federal como um inimigo dos trabalhadores:

Eu entendia perfeitamente que os recursos que vinham era via Universidade, então a Universidade, tinha os seus emblemas, mas para o trabalhador rural, no seu imaginário significa o que: coisa do governo. E naquela época o governo era nosso inimigo, era confusa, a questão era muito confusa, por causa das circunstâncias da época.

Então essa coisa da Universidade estar do lado dos trabalhadores não foi uma coisa simples de entender pelos trabalhadores rurais?

Automaticamente em princípio não foi bem aceito [...] escutando isso por trás. Eu como agente da CPT, como padre, atuava intensivamente em todas as comunidades [...] muita gente tinha muitas perguntas, muitas dúvidas, muitos grilos na cabeça (E04 - AS).

A fala do entrevistado nº 4, ao denunciar uma determinada imposição dos pesquisadores sobre os sindicalistas e certa incompreensão das propostas do Programa por parte dos agricultores, reforça a perspectiva de análise que adotaremos durante o texto. Assumimos, neste caso, a *hipótese* de que a relação entre estes agentes está marcada por uma assimetria estrutural devido à acumulação desigual de bens simbólicos e/ou materiais. Mesmo que o contato com a realidade empírica mostrasse evidências de que os pesquisadores sempre buscavam um diálogo com os sindicalistas na hora das decisões, isto não eliminava a ocorrência de uma interação permeada por relações de poder, cuja configuração está determinada pelo balanço de capitais valorizados neste espaço social e pelas circunstâncias informadas pelo contexto no qual circulavam estes agentes⁴⁷.

Depois do projeto elaborado, ele foi depositado na Comissão da Comunidade Econômica Européia (CEE), no dia 10 de fevereiro de 1988, com o título de “Projeto de Pesquisa-Desenvolvimento, Sistemas de Produção e Desenvolvimento Agrícola em Meio Amazônico – Agrário do Tocantins”. No dia 22 de junho do mesmo ano, ele foi aprovado pela CCE, para ser executado pelo CAT, com interveniência do GRET, por um período de 36 meses (HÉBETTE & NAVEGANTES, 2000).

A partir do dia 05 de agosto de 1988 começaram as primeiras doações de instituições (da ONG Christian Aid) e de particulares com vistas à implantação do Programa CAT. Como era para ser franco-brasileiro, sugeriu-se que Vincent de Reynal (um dos responsáveis pelo programa na parte francesa) juntamente com sua família viessem para a região de Marabá conhecer a realidade amazônica, observando como os pequenos agricultores se organizavam e também aprender a falar português. Ele chegou ao Brasil em 11 de outubro de 1988:

Ele veio, ele ficou um ano aqui na região, nas comunidades, na zona rural, nas áreas de ocupação, conhecendo como era a forma de trabalho do agricultor, como ele produzia [...] depois ele decidiu vir e veio atuar dentro do Programa como agrônomo. Logo que nós começamos o processo de discussão no campo surgiu a necessidade dos agricultores, começaram cobrar que a gente tinha de apoiar eles, porque ele começavam a vender a produção ainda na folha, ou seja, antes de estar pronto já vendia por causa da necessidade (E11 - SD).

Em função dessa necessidade urgente que os pequenos produtores passavam, da falta de uma estrutura e de uma cadeia de comercialização que favorecesse os produtos produzidos pelos posseiros, principalmente o arroz, criou-se um projeto de pesquisa, de forma inicialmente experimental, que ficou conhecido como “Projeto de Comercialização do Arroz”⁴⁸.

⁴⁷ Adota-se aqui a perspectiva de que o poder só existe na forma relacional, ou seja, aquele indivíduo que em uma relação é detentor de determinados bens (simbólicos ou materiais) valiosos naquele espaço social, terá maior chance de exercer um poder relativo sobre aqueles indivíduos que não dispõem suficientemente de tais bens. É dizer que o poder está presente em todas as relações humanas e se expressa sob variadas formas. Como afirma Foucault (1999) “no existe un único poder en una sociedad, sino que existen relaciones de poder extraordinariamente numerosas, múltiples, en diferentes ámbitos, en los que unas se apoyan a otras y en las que unas se oponem a otras” (FOUCAULT, 1999: 277 in OLIVEIRA, 2004: 49). Dado que o poder se expressa nas e a partir das relações humanas, ele é cambiante e nunca deve ser tomado como definitivo. Ou seja, os elementos que sustentam determinadas formas de poder em uma conjuntura específica podem ser transformados e, assim, produzirem-se mudanças em sua dotação e no seu exercício. Convém salientar que o poder (ou seus efeitos) não deve ser tomado *a priori* como algo positivo ou negativo, bom ou mal.

⁴⁸ No capítulo IV descreveremos como se realizou essa atividade e seus desdobramento para os agricultores da região.

Devido à necessidade de se formalizar a experiência da comercialização do arroz, foi criada a Fundação Agrária do Tocantins-Araguaia (FATA), que era a entidade jurídica para administrar o processo de comercialização. A elaboração dos estatutos da FATA ocorreu no período de 01 a 31 de agosto de 1988, sob a coordenação do professor Raul Navegantes (Docente-pesquisador do NAEA). A Fundação foi instituída por Escritura Pública no dia 07 de agosto do mesmo ano e o registro do seu estatuto foi assinado pelos presidentes dos sindicatos participantes do CAT⁴⁹.

Ao mesmo tempo foi criado o Laboratório Sócio-Agrônomo do Araguaia-Tocantins (LASAT), que seria o órgão responsável pela pesquisa dentro do Programa. Posteriormente, no dia 18 de dezembro de 1992, foi criada a Cooperativa Camponesa do Araguaia-Tocantins (COCAT). A junção dessas entidades formou o Programa Centro Agrário do Tocantins (CAT).

Este conjunto FATA-COCAT-LASAT tinha como requisito trabalhar conjuntamente e articuladamente em prol de um mesmo objetivo: a melhoria das condições de vida da população camponesa da região de Marabá, isto é, dos municípios de Itupiranga, Jacundá, Marabá, São Domingos do Araguaia e São João do Araguaia (Relatório Anual da FATA, 1993).

Em dezembro de 1988 foi aprovado, pela resolução nº 1677 do Conselho Superior de Ensino e Pesquisa (CONSEP) da UFPA, o Programa CAT como um projeto de Extensão ligado à Pró-Reitoria de Extensão (PROEX) e também à Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPEPS).

2.2 O Contexto do NAEA no Surgimento do CAT.

Ao mesmo tempo em que ocorriam as reuniões entre sindicalistas e pesquisadores para a efetivação da proposta, havia um debate interno no NAEA sobre a viabilidade e importância que o Programa CAT teria para um centro de Pós-graduação.

A ideia do CAT começou a crescer dentro do NAEA a partir da gestão de Haroldo Pereira⁵⁰ (Docente-pesquisador), que representava um setor mais aberto às demandas sociais e dava bastante autonomia aos pesquisadores. Nesse mesmo período, em meados da década de 1980, a redemocratização do país trazia também uma nova perspectiva para as universidades públicas, com eleições para diversos órgãos e departamentos. Em 1985, frente a uma nomeação sem consulta do Coordenador do NAEA, os professores se mobilizaram para a efetivação da eleição em que Haroldo Pereira foi escolhido. Segundo um de nossos entrevistados, a gestão de Haroldo Pereira (coordenador) e Juliana Farias (vice) foi formada por um grupo que reunia, planejava e orientava as ações do NAEA de forma democrática.

Essa eleição mudou a conjuntura política interna, permitindo a articulação de projetos mais inovadores (aliando a visão de fazer ciência em consonância com uma discussão política); permitiu também uma maior perspectiva interdisciplinar, que vinha se contrapondo a uma atuação mais disciplinar (hegemonizada pela área de Economia):

⁴⁹ No dia 03 de agosto de 1988 a FATA foi registrada no Cartório de Registro Especial de Títulos e Documentos da Comarca de Marabá e previamente aprovada pelo Ministério Público.

⁵⁰ Conforme ressaltado na Introdução, faremos o uso de alguns pseudônimos durante o texto.

Surgiram dois projetos nessa ocasião que eram barrados pela administração anterior: o CAT não teria sido possivelmente criado sem esta mudança política do NAEA, e o POEMA (Pobreza e Meio Ambiente na Amazônia) também (E07 - PQ).

Até então, o NAEA estava funcionando como um órgão de assessoria e de formação de quadros para pessoas que queriam atuar nos órgãos do Estado, nas Secretarias de Planejamento, na SUDAM etc. A gestão que assumiu a partir de 1985 começou a pensar de outra maneira: fomentar um curso de pós-graduação onde a pesquisa e a extensão atuassem de uma forma diferente e, conforme o entrevistado nº 7, no mesmo sentido do Curso de Pós-graduação em Desenvolvimento Agrícola (CPDA)⁵¹ e também outros programas de pós-graduação que estavam surgindo no Brasil naquele período. Segundo o entrevistado, a tônica que estava se desenvolvendo no NAEA era a seguinte:

A gente queria fortalecer essa atividade acadêmica, que não fosse só acadêmica, que fosse também uma atividade que, além de formar mestres em desenvolvimento, a ideia inclusive era de formar mestres na pan-amazônia, porque nós tínhamos estudantes não só do Brasil, também da Bolívia, do Equador, da Venezuela, e com essa preocupação também de ter pesquisa, mas de ter uma atuação política que pudesse ajudar também as lutas sociais. Isso num plano um pouco mais ideal né, isso na verdade só foi mais concretizado por causa do CAT (E07 - PQ).

Para Hébette (1991a), foi na tentativa de atuar nessa perspectiva e também por sua definição temática pela Amazônia, que o NAEA foi cada vez mais solicitado a se manifestar sobre uma realidade concreta e global: a Amazônia do tempo da fronteira, do desmatamento, dos grandes projetos. Solicitado inicialmente pelo setor público, o NAEA foi cada vez mais envolvido pelos setores e movimentos populares, da cidade e do campo. As pesquisas foram predominantemente dirigidas para os aspectos sociais dos fenômenos verificados na Amazônia dos anos pós-1960: a colonização (oficial ou espontânea) e os projetos agropecuários (HÉBETTE, 1991a). Para o autor, foram os estudos sobre os grandes projetos que mais chamaram a atenção para a dimensão interdisciplinar que estava se concretizando no Núcleo. Deste modo:

A análise social dos Grandes Projetos dificilmente pode deixar de levar em conta os impactos físicos sobre o meio ambiente (o assoreamento dos rios, a poluição do mercúrio, as emissões de gases, a degradação dos solos); o cientista social não está preparado para analisar estes aspectos e vai ter que recorrer a cientistas de outras áreas ou, na pior das hipóteses, tratar erradamente essas questões. É assim que o NAEA foi levado a incorporar agrônomos a suas pesquisas e seu ensino. O contrário teria sido muito problemático, levando a que o meio ambiental – o efeito estufa, a poluição do mercúrio, a desertificação das áreas de pastagens, a compactação dos solos, por exemplo – fosse tratado, como muitas vezes o foi, sem interferência à sociedade, aos grupos humanos (HÉBETTE, 1991a: 307).

Foi, portanto, por meio de sua prática que o NAEA chegou a temáticas como a do meio ambiente e ao estudo do campesinato. Estes temas levaram também o NAEA às

⁵¹ Curso de Pós-graduação da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ).

questões do planejamento urbano e, notadamente, dos remanejamentos de população e de “invasões” urbanas; à informação e apoio aos movimentos de atingidos pelos grandes projetos (Trombetas, Carajás, Tucuruí); à solução participativa de problemas de moradia (captação e distribuição de água); ao desenvolvimento rural, à agricultura e à prática florestal sustentável. O NAEA sempre tentou fazê-lo, segundo Hébette, “em articulação e solidariedade com as populações envolvidas” (HÉBETTE, 1991a: 308).

De acordo com um de nossos entrevistados, em meados da década de 1980 o NAEA não tinha ainda um quadro de professores fixos, pois vinham lecionar os professores da área de Economia, de Sociologia, pertencentes a outros Centros da UFPA. Em certo momento a Universidade cobrou a possibilidade do NAEA ter pesquisadores e professores exclusivos.

Depois da gestão de Haroldo Pereira, Jean Hébette e Roberto Silva assumiram a coordenação do NAEA e foi nesse período que a regularização da situação dos professores entrou num momento crucial. Nessa mesma época, a CAPES começou a exigir o título de Doutor para atuar como professor nos cursos de pós-graduação no Brasil. O NAEA já tinha um mestrado desde 1977, o mestrado em Planejamento do Desenvolvimento (PLADES), vinculado ao Programa de Desenvolvimento do Trópico Úmido (PDTU). Dessa forma, começaram a haver alguns conflitos, uma vez que o novo Coordenador não preenchia esse requisito da CAPES.

Dentro dessa conjuntura, perpassada de conflitos e de interesses diversos, é que o Programa CAT foi debatido e aprovado, porém com algumas críticas.

Segundo o entrevistado nº 2, essas críticas surgiram pelo fato do NAEA não ter, conforme já visto, um corpo próprio de professores, gerando um quadro acadêmico bem heterogêneo. Para ele, essa heterogeneidade do Núcleo ajudou a reforçar as críticas que alguns pesquisadores do NAEA já tinham sobre esse tipo de intervenção da Universidade, considerada mais política do que científica, e também aos projetos de cooperação internacional.

Já o entrevistado nº 5 relatou que para aprovação do Projeto CAT houve uma facilidade e uma dificuldade ao mesmo tempo. Uma facilidade pela concepção e ousadia do projeto; e uma dificuldade pelo fato de existir uma ala de pesquisadores no NAEA que não achava interessante a proposta do Programa. Segundo ele, questionavam que o Programa CAT não valorizava a pesquisa acadêmica e sim a empiria, e como a empiria não era a função de um núcleo de pós-graduação, o NAEA não deveria bancar um projeto em parcerias com organizações sindicais:

E foi um choque assim muito grande porque era principalmente visado o Jean Hébette, que era o maior responsável na academia pelo CAT, sem dúvida alguma e depois o grande conhecedor do campesinato; e do outro lado tinha um colega que criticava também ao campesinato e que estranhamente se dizia de esquerda, que estranhamente se dizia de uma esquerda popular, mas que não admitia esse tipo de atuação da academia, porque não era acadêmico era empírico, então nada tinha nada a ver com academia (E05 - PQ).

Outros informantes destacaram que não houve uma discussão aprofundada do Programa CAT dentro do NAEA, apenas a apresentação da proposta sem um debate mais consistente sobre a estratégia de intervenção que um programa de pós-graduação deveria ter. De acordo com um dos entrevistados, o CAT foi apresentado naquela época como um programa tanto de pesquisa quanto de ação política:

Também tinha uma dimensão de política de organização, digamos assim, de classe; mas também uma dimensão de substituir o Estado, nessa de mediador de políticas de desenvolvimento, tudo orientado para o sujeito camponês, vendo a ser depois classificado como agricultura familiar, que historicamente estava fora do âmbito de visão do Estado, era um projeto interessante (E20 - PQ).

Mesmo achando o projeto interessante, ele argumentou que a falta de uma discussão de estratégia, havendo apenas uma apresentação da proposta, ocasionou uma idealização enorme do Programa, deixando a reflexão acadêmica e da pesquisa muito incipiente nas atividades que iriam ser executadas pelo CAT: “Aquela idealização enorme, é um sonho, uma utopia, vamos ajudar os pobres [...] não era uma discussão de mérito, uma discussão de fundo, assim como o POEMA [...] estava indo e fazendo as coisas, mas não tinha uma discussão” (E20 - PQ). Entretanto, ele explicou que suas contestações em relação ao CAT tinham relação com a forma de atuação do Programa e não com a ideia de ajudar os camponeses. Para ele, existia outra maneira da Universidade intervir na sociedade, que seria através das pesquisas e não com uma intervenção direta junto aos agricultores e lideranças sindicais:

Eu sempre vi que os camponeses como classe estavam absolutamente desprotegidos diante de uma ofensiva colossal, de uma operação econômica escrito sensu, grandes empresas econômicas, SUDAM etc. Só que a minha solução era: eu tenho que fortalecer a classe naquilo que ela tem mais estratégico e não local [...] porque a minha estratégia era fortalecer os cérebros da classe e não ter uma ação direta localizada no fronte (E20 - PQ).

Para alguns pesquisadores do NAEA, o Programa CAT estava deixando de lado o papel acadêmico, reflexivo, que era considerado por eles como uma função primordial da Universidade, para se constituir numa ação direta e voluntária junto aos agricultores:

De uma maneira muito, eu diria, pouco convincentes, aquelas ações [...] essa coisa de eu quero ajudar os camponeses, agora ajudar é meio relativo, não sei, então era essa coisa [...] que na minha perspectiva, ter a disposição política de avançar com as sociedades camponesas, mas isso não pode ultrapassar, ou suplantar o que seria o nosso papel. Porque o que eu via também de imediato era que se contestava o papel acadêmico mais reflexivo, mais pesquisador, em favor de uma ação mais imediata [...] Então, a construção que se fazia lá era apresentado naquele contexto como mais legítima, na perspectiva da Universidade, do que se fazia aqui, por exemplo, essa seria uma coisa academicista, como uma torre de marfim e tal. Eu sempre fui contra isso, achava que era um equívoco (E20 - PQ)⁵².

Para o entrevistado, esse voluntarismo do Programa CAT derivava, em parte, de uma falta de cientificidade dentro das atividades que eram propostas. Pois, segundo ele, um empreendimento acadêmico, mesmo que envolvido politicamente, teria que ter uma produção mais voltada para o lado científico, para cometer menos erros e possibilitar uma parceria de longo prazo. Ele também ressaltou a questão do movimento de efervescência política gerado

⁵² Para um dos entrevistados, esse discurso explicita também o conflito interno dentro do NAEA que passava pela desqualificação do outro ao invés do debate mais qualificado sobre as intenções do CAT. Pois, segundo ele, não existiu dentro do NAEA, nessa época, um debate mais aberto sobre a forma de fazer ciência e a legitimidade da pesquisa científica proposta pelo Programa CAT.

com o fim da ditadura militar, que provocou toda uma inquietação social e uma má compreensão do que seria, para ele, o verdadeiro papel da Universidade:

É a história, o momento era muito próprio, a história da Nova República, as pessoas, todo mundo queria fazer algo, havia uma inquietação geral completamente compreensível. Eu achava muito obviamente que o ambiente que se vivia pelas indefinições da Nova República, a Universidade em si, o movimento social querendo tomar conta da Universidade, [...] a própria inconsistência do tratamento do que era a Universidade, como a Universidade deve ser, como conduzir. Claro que precisava democratizar, mas não naquele “auê”, a Universidade voltada para as elites [...] e favela aqui do lado [...] Esse tipo de equívoco no tratamento do que é a Universidade também favorecia, criava um ambiente para você imaginar que um centro de pós-graduação é um centro de ação direta e mobilização da boa vontade (E20 - PQ).

Essa tensão existente entre fazer pesquisa científica versus intervenção direta junto aos camponeses foi aumentada também pelo conflito em função das novas regras impostas para a pós-graduação:

Esse voluntarismo todo encontrava campo fértil por quê? Porque o NAEA não era uma academia profissional, tinha duas pessoas com doutorado o resto se fazia [...] A primeira coisa que a gente tentou fazer foi: vamos profissionalizar o ambiente, então o professor tinha que ter mestrado, doutorado, enfim, construir uma reputação acadêmica [...] e aí começou um processo que a gente levou adentro. A gente tem que por regras aqui, porque se não vira esculhanbação, e já estava [...] então digamos assim, o conteúdo primeiro da instituição, que é a pesquisa acadêmica, o ensino acadêmico, ficou completamente comprometido, e mais, perdendo importância no sentido simbólico, quem era acadêmico, quem fazia pesquisa, tava na torre de marfim, e era inútil. E quem estava fazendo a coisa certa, quem estava nesse ativismo maluco de um lado ou do outro, então esse era o grande problema. Quis impor regras, para fazer uma espécie de limpeza de quem não tinha condições de exercer o trabalho acadêmico (E20 - PQ).

Segundo o entrevistado nº 6, a partir desse momento alguns novos professores recém chegados ao Núcleo, com o título de Doutor, achavam que não cabia o NAEA (e também não deveria, devido às regulamentações da CAPES) ser coordenado por pessoas que não tinham doutorado⁵³. Entretanto, outro entrevistado via o conflito da seguinte forma:

Acho que a coisa tem a ver também com uma retomada ou de fortalecimento de pessoas ligadas à Economia. Tem a ver com a acusação de que [...] e Jean não tinha formação pós-graduada, não tinham títulos de mestre ou doutores etc. Eu acho que isso é um pretexto porque, por exemplo, no caso do Jean, ele nunca fez mestrado ou doutorado, mas tinha uma publicação muito intensa e era reconhecido no CNPQ como um dos melhores pesquisadores na sua área no Brasil (E07 - PQ).

⁵³ Nesse momento de implementação do Programa CAT, era coordenado por Roberto Silva e Jean Hébette.

Em função desse conflito, oito pesquisadores saíram do NAEA. Dos seis que ficaram, três estavam na Europa. Segundo o entrevistado nº 20, pensaram que o NAEA iria fechar, porém conseguiram manter o Núcleo:

A gente tinha uma estratégia para tocar, e eu montei e fiz a eleição em duas semanas, me tornei, por eleição, o Coordenador, e deslanchei uma estratégia de reconstrução. Em dois anos, entre professores visitantes, tinha quase 20 docentes, tinha começado o Doutorado, o Mestrado estava muito bem [...] eles não voltaram mais (E20 - PQ).

O entrevistado nº 20 ainda comentou que a intenção não era excluir Jean Hébette do NAEA⁵⁴, pois o mesmo era muito inteligente e tinha uma excelência acadêmica reconhecida nacional e internacionalmente. A estratégia era que ele permanecesse no NAEA aceitando as condições impostas para todos os professores:

Quando a gente propôs a regulação, era eu mais dois colegas, talvez, a gente não tava pensando em excluir o Jean, na verdade a gente achava que o Jean tinha que ficar, porque tinha capacidade. A gente tava pensando que ele permanecesse colocada as condições, não com autoridade, nem como mentor de uma instância, mas como colega, como outro qualquer, participando de um ambiente plural, universal, universalista como acontece na Universidade (E20 - PQ).

Evidências indicaram que esse conflito, que resultou na saída de vários professores do NAEA, relacionava-se com uma visão diferente de atuação da pós-graduação e do próprio NAEA, e não simplesmente uma briga entre professores ou devido às regulamentações da CAPES:

Eu acho que esse conflito [...] tem a ver com outra visão da atuação da pós-graduação e com a preocupação, o que é que aconteceu, uma mudança de Ciências Sociais para Trópico Úmido, meio ambiente, preservação da natureza, é também uma outra visão epistemológica, teórica, de modelo teórico de intervenção. Então eu acho que isso [...] não foi uma simples briga entre os professores, é uma coisa que é mais ampla, mais profunda (E07 - PQ).

O que estava em jogo também nesse conflito era a opção política feita por alguns pesquisadores do NAEA, principalmente através do Programa CAT, no sentido de fazer uma intervenção mais direta junto aos agricultores, ou seja, um curso de pós-graduação que estava investindo na extensão universitária ao invés de priorizar a pesquisa acadêmica.

Essa forma de atuação ia de encontro com as observações de Hébette (1995), segundo quem a Universidade, num país subdesenvolvido como o Brasil, não deveria ser nem uma empresa lucrativa, nem uma instituição pia; antes de tudo, mesmo num país pobre, ela deveria ser uma instituição de pesquisa, e de pesquisa voltada para o progresso econômico e social, isto é, para a transformação da sociedade. E, para essa transformação, importantes seriam

⁵⁴ A saída definitiva de Jean Hébette e Roberto Silva do NAEA ocorreu em setembro de 1992. Entretanto, o desmembramento desses professores do Núcleo não afetou o Programa CAT, pois este estava ligado agora diretamente aos professores e à Pró-reitoria de extensão e não mais ao NAEA.

grandes e pequenos projetos relevantes para a sociedade como um todo. Isto não seria possível também sem uma pesquisa tecnológica e sociológica voltada para os setores marginalizados da sociedade.

Nesse sentido, projetos como o Programa CAT seriam fundamentais para atuação da universidade em favor dos agricultores naquela região, pois nesse projeto:

O professor universitário não entra apenas como voluntário social ou simples militante; a extensão universitária não é obra caritativa nem assistencialismo: a Universidade, nos seus projetos *extramuros* se estende também como pesquisa e ensino; nela o universitário se junta a outros segmentos da sociedade como pesquisador mesmo. E não entrou também como pesquisador de segunda categoria, pois tem de enfrentar problemas de primeira ordem para a geração atual e para as gerações futuras; problemas complexos, como os da preservação da biodiversidade da floresta amazônica, da reprodutibilidade dos sistemas de produção agrícola ou agropecuários, da reforma agrária, no que diz respeito ao meio rural; os do êxodo rural e da favelização [...] marginalização da mulher, da participação popular na busca da democracia e da cidadania, da conscientização política, em todas as suas dimensões [...] Este novo pesquisador tem, inclusive, que inovar, envolvendo a própria população na sua investigação, não apenas como entrevistada de qualquer questionário, mas como participante ativa da investigação, fazendo interagir com o saber do cientista (HÉBETTE, 1995: 316).

Nessa perspectiva, a intervenção defendida pelos pesquisadores do NAEA era uma tentativa de forjar uma ação integrada entre a UFPA e os sindicatos da região de Marabá, composta pelo desafio da superação de alguns problemas crônicos relativos à produção social e melhoria da qualidade de vida no campo, e que envolveria experimentos científicos e gerenciais recíprocos nos vários campos em que se manifesta e expressa a vida dessas populações: o econômico, o social e o político.

A extensão universitária assim concebida também era vista como a dimensão do engajamento social da Universidade que, num contexto de pobreza e subdesenvolvimento dos agricultores numa região de fronteira agrícola, através do Programa CAT, ganhava ainda mais relevância, pois:

O trabalho de extensão – quando bem conduzido – é aquele que sempre coloca em relevo a dimensão da interação e do diálogo com a comunidade, da comunicação permanente entre Universidade e Sociedade; portanto, para além da especificidade dos serviços envolvidos em cada programa, o trabalho de extensão aponta, no limite, para um modelo de concepção da própria Universidade, do fazer acadêmico e da perspectiva da organicidade e de compromisso do trabalho intelectual em relação ao meio social no qual, este deve estar inserido (MELLO, 2000:50-51)

Estas disputas ocorridas no interior do NAEA se inserem também no profícuo debate em relação ao papel que a ciência desempenha na sociedade e que, historicamente, vem mobilizando os mais diferentes agentes sociais e ocupando uma atenção especial dos meios acadêmicos. O recorte deste debate para o qual chamo a atenção se refere à recorrente questão da neutralidade na ciência. Sem adentrar nos meandros dessa discussão, interessa apenas destacar que esta pretensa neutralidade é uma ilusão. Isto significa dizer que qualquer

pesquisador, ao fazer a opção por realizar determinada pesquisa, este já está deixando intervir critérios pessoais e coletivos marcadamente político-ideológicos. Como todo ser humano, estes pesquisadores carregam as marcas de suas trajetórias, incorporadas e estruturadas como *habitus*⁵⁵. Ou seja, “[...] em matéria de ciência, não há objetividade absoluta” e, dessa forma, “[...] o cientista jamais pode dizer-se neutro, a não ser por ingenuidade ou por uma concepção mítica do que seja a ciência” (JAPIASSU, 1975 in OLIVEIRA, 2004: 15). Segundo Oliveira (2004), mesmo os mais concretos instrumentos utilizados em suas pesquisas não são neutros, são teorias materializadas que, por consequência, carregam consigo a racionalidade e os paradigmas que guiaram a sua construção.

É nesse sentido que destacamos a ocorrência inevitável de algum nível de engajamento nos pesquisadores do NAEA ao idealizar o Programa CAT.

A articulação do Programa CAT com a UFPA era feita também por meio da Pró-reitoria de Extensão, da qual o Programa fazia parte⁵⁶. No entanto, tudo indica que foi a capacidade e a liderança institucional de Jean Hébette o aspecto fundamental para articular o Programa CAT dentro da UFPA. Essa facilidade na captação dos recursos e o apoio dado pelo NAEA se deram também pelo fato de que, no início do Programa, o coordenador (Haroldo Pereira) ser uma pessoa que apoiava a proposta e deixava uma liberdade total para os pesquisadores que estavam envolvidos no CAT atuarem. Também facilitou pelo fato de que logo em seguida à gestão de Haroldo Pereira, Jean Hébette e Roberto Silva serem os coordenadores do NAEA.

Mesmo com esse apoio logístico, acadêmico e financeiro da Universidade, o Programa não teve grande aceitação dentro de alguns setores e professores da UFPA, devido ao fato de se dedicar às Ciências Agrárias, ou seja, uma área que não existia dentro dessa instituição⁵⁷.

Segundo alguns depoimentos, o Programa teve muito mais visibilidade fora do país do que no Brasil. Uma das atas consultadas revela isso:

Em sua viagem a Europa para contatos de trabalho e visita à família [um pesquisador...] ouviu manifestações de reconhecimento às atividades desenvolvidas pelo Programa CAT, considerado pela CEE, como um dos melhores, por se constituir numa associação de pesquisadores e agricultores, por ter surgido no próprio local onde está se desenvolvendo, por ser definitivo na construção de uma política agrícola voltada para a pequena produção, e por ser amplo, atingindo uma área semelhante à de alguns países da Europa, como Bélgica, por exemplo. (Ata da 1ª Assembléia Geral Extraordinária da FATA, 01 de abril de 1992).

2.3 Fatores que Contribuíram para o Surgimento do Programa CAT

Com base nas entrevistas realizadas, nos documentos consultados e na bibliografia utilizada, constatamos uma série de fatores que contribuíram direta ou indiretamente para o

⁵⁵ No sentido colocado por Pierre Bourdieu.

⁵⁶ É preciso ressaltar que o Pró-reitor de Extensão já tinha feito algumas pesquisas na região de Marabá, e compreendia muito bem a realidade e a lógica de funcionamento do campesinato.

⁵⁷ Como essa área de conhecimento não existia na UFPA, sendo os cursos de graduação da área de ciências agrárias ministrados em outra universidade federal, distinta e independente (a UFRA, antiga Faculdade de Ciências Agrárias do Pará – FCAP), este pode ter sido um elemento complicador na implantação do Programa na UFPA. Além disso, o CAT recebia muitas críticas pela forma interdisciplinar de abordar a pesquisa científica.

surgimento do Programa CAT. Entre esses fatores destacamos os seguintes: a conjuntura nacional favorável para a realização de projetos por meio da cooperação internacional; conjuntura favorável do sindicalismo rural, em nível nacional e regional, para debater assuntos relacionados ao fortalecimento econômico dos agricultores; a atuação de “mediadores sociais” com legitimidade tanto na Universidade como nas organizações sindicais.

A democratização do país permitiu uma maior abertura e visibilidade a possíveis apoios de cooperação internacional, entre a pequena produção agrícola e a pesquisa científica, que iriam resultar em projetos com ênfase no desenvolvimento rural e sustentável em diversas regiões do país. É nesse contexto de apoio externo que o CAT foi gestado, ou seja, dentro de um convênio no quadro da cooperação franco-brasileira. Convém mencionar que a agricultura familiar francesa sempre foi considerada uma referência para os pesquisadores e planejadores brasileiros e franceses que estavam envolvidos nesse projeto. Esta referência havia justificado, em outubro de 1986, um convênio complementar ao Acordo Geral de Cooperação Científica e Técnica de janeiro de 1967, firmado entre Brasil e França, desta vez, especificamente para a pequena agricultura.

Outro fator que influenciou o surgimento do CAT foi ressaltado por Leroy (2000), que apontou que o CAT se inseriu, em âmbito nacional e regional, num movimento ascendente, embora pouco valorizado, de organização e comercialização da produção. Segundo o autor, quando se criou o Programa, ainda não tinha sido realizado o 3º Congresso Estadual da Classe Trabalhadora (3º CECUT-PA), que aconteceu em agosto de 1989, cujo relatório final registraria que:

Ao lado das lutas reivindicatórias, cresce o interesse dos rurais em empreender políticas duradouras que respondem estrategicamente às necessidades básicas da categoria, como a implementação e viabilidade da pequena produção, comercialização, emprego de novas tecnologias (3º CECUT-PA, 1989)⁵⁸.

A preocupação era a de empreender políticas duradouras que respondiam estrategicamente às necessidades básicas da categoria, como a implementação e viabilidade da pequena produção, comercialização e emprego de novas tecnologias (LEROY, 2000).

Assim, o modo como o CAT se estruturou vai refletir o debate que “começou a se dar na época sobre a relação entre o econômico e o político no sindicalismo rural” (Ibidem: 21), pois começavam a emergir os problemas então chamados de “econômicos” da produção e da comercialização agrícola ao mesmo tempo em que havia a conquista da terra. Segundo Novaes (1991), esse debate vinha se dando na CUT desde 1986, na ocasião de realização de seu II Congresso Nacional – CONCUR. No entanto, foi no III CONCUR, realizado em 1988, que esse debate se deu de forma mais intensa. Segundo a autora, o I Congresso do DNTR (Departamento Nacional de Trabalhadores Rurais, formado em abril de 1989), realizado em maio de 1990, foi preparado com o objetivo de encaminhar questões polêmicas (nos níveis internos e externos) que afetavam a condução das lutas no campo. Para ela, em sua relação

⁵⁸ Esse movimento, todavia, tinha sido preparado desde muito antes. Raimunda Monteiro nota que, no contexto da Amazônia ocidental, onde “o apelo pela reforma agrária tinha pouca ressonância”, pois a maioria dos agricultores tinha terra, “por volta de 1985, todas as avaliações feitas pelos sindicalistas oriundos das oposições consensualizam na constatação de que havia cumprido o ‘ciclo das oposições’, da organização como motivação ideológica [...] Era necessário um discurso mais afirmativo e mais representativo dos anseios da melhoria das suas bases sociais” (MONTEIRO, 1996: 41 in LEROY, 2000).

com a CUT, os “rurais” vinham enfrentado o desconhecimento das especificidades da organização sindical no campo e, muitas vezes, a ortodoxia presente nas concepções que direta ou indiretamente reafirmavam o papel inquestionável de uma “vanguarda operária”. Esse debate se expressava mais na discussão sobre a legitimidade da participação dos pequenos proprietários agrícolas, considerada outra “classe”, em uma central sindical “classista” que teria como meta principal o contrato nacional coletivo de trabalho. Destarte:

Nessa discussão, os que defendiam a saída dos pequenos proprietários da CUT, por serem donos dos “meios de produção”, esqueciam tanto que a reforma agrária, desde o primeiro momento, estava entre os objetivos da CUT, quanto que as lutas dos pequenos produtores do Sul e as lutas por “desapropriação”, por todo o país, é que forneceram os quadros para essa central sindical se organizar nacionalmente (NOVAES, 1991: 191).

Segundo Novaes (1991), a resposta para este debate veio inscrita no lema desse mesmo Congresso, que era: construir uma unidade na diversidade. Ou seja, optou-se por afirmar que

nem os assalariados são revolucionários por natureza e os pequenos produtores conservadores, nem, ao contrário, os pequenos produtores são anticapitalistas e os assalariados reformistas. Uma política sindical classista deve construir uma unidade política dos explorados sem idealizar ou mistificar um ou outro segmento (Ibidem).

Entretanto, Hébette (1996a) ressaltou que, ao voltar os olhos para questões econômicas, existia o perigo de esvaziamento da política dentro dos sindicatos. Para evitar esse esvaziamento, pesquisadores e sindicalistas no Programa CAT resolveram criar uma instância formalmente distinta dos sindicatos - no caso, a FATA, que, em nome dos quatro sindicatos e sob sua direção colegiada, fosse encarregada, entre outras funções, das questões ditas “econômicas”, deixando aos sindicatos a competência de levar a cabo com autonomia as lutas especificamente políticas. O desenvolvimento e a ampliação da experiência da comercialização se tornaram tão complexas que a própria FATA resolveu criar posteriormente uma Cooperativa – a Cooperativa Camponesa do Araguaia-Tocantins (COCAT) – subordinada aos STRs, para evitar que a FATA fosse absorvida pela “questão econômica”, em prejuízo de suas funções de formação dos agricultores e de articulação de diversas propostas. Voltaremos a esses assuntos nos capítulos III e IV.

2.4 A Atuação dos Mediadores Sociais

As diferentes configurações das disputas políticas e projetos de desenvolvimento pressupõem a interligação entre visões de mundo e contextos distintos por saberes especializados, dependendo então de múltiplas formas de mediação. Segundo Neves (2008), a efetivação desses processos se assenta também na elaboração de certas equivalências fundamentais à produção de determinados consensos e códigos comuns, constituidores do espaço social da mediação. Esse próprio espaço só se torna reconhecido na medida em que:

Seus agentes forem zelosos das diferenças que devem administrar, com vistas à produção de diálogo e de reordenações sobre sentidos nem sempre convergentes. Enfim, sua objetivação implica a produção de crenças comuns que orientem os modos diferenciados de participação no projeto de mudança das relações de força que, desse modo, estão a merecer condenação e/ou superação (NEVES, 2008: 35).

Para a autora, os atores situados na posição de mediadores são importantes para a constituição de espaços contextuais de ação política, orientada geralmente pela busca de justiça social, pela luta para diminuição do grau ou alteração no padrão referencial de consolidação de desigualdades socioeconômicas. Nesse sentido, os mediadores são, em grande parte, militantes políticos fundamentais no exercício da constituição, consagração e da divulgação de novos ideais, metas e modos de organização, em geral agregados em torno de alianças estabelecidas por redes de instituições ou movimentos associativos (NEVES, 2008).

De forma semelhante, importa verificar que os mediadores sociais são, muitas vezes, revestidos de um poder necessário para enunciar com autoridade projetos e visões de mundo da instituição ou grupo na qual representam, atribuindo contornos de uma determinada identidade visando selar avanços nas disputas que eles próprios participam.

Conforme Velho (2001):

Os mediadores, estabelecendo comunicação entre grupos e categorias sociais distintos, são, muitas vezes, agentes de transformação [...] A atuação tem o potencial de alterar fronteiras, com o seu ir e vir, transitando com informações e valores (VELHO, 2001: 27 *in* OLIVEIRA, 2004: 35).

Conforme apontam alguns entrevistados, os sindicalistas e suas entidades de representação precisavam dar conta de várias demandas (políticas, econômicas, sociais, de infraestrutura etc.) que surgiam nas diversas comunidades e delegacias sindicais espalhadas na região da Transamazônica. Eles precisavam de dados e de informações consistentes para realizar os seus pleitos. Por outro lado, havia pesquisadores do NAEA nessa região que produziam esses dados por meio de pesquisas. Os sindicalistas, que já haviam construído uma relação de confiança⁵⁹ com alguns pesquisadores, começaram a demandar a participação destes, numa relação mais formal e, conseqüentemente, com o NAEA que, conforme vimos anteriormente, passava por um momento de abertura e de articulação mais efetiva com as demandas sociais.

⁵⁹ Oliveira (2004: 163) citando Gambetta (1988), Locke (2001: 258) oferece uma definição de confiança que satisfaz parcialmente a forma como está sendo empregado aqui tal conceito: “Confiar em uma pessoa significa acreditar que, uma vez oferecida a chance ela não se comportará de forma a nos prejudicar.” Confiança, nessa definição, é situacional e/ou relacional, algo que se desenvolve entre dois ou mais atores em um contexto ou relacionamento particular. Esta definição deve ser complementada no sentido de dar a ela uma dimensão histórica e clarear um pouco mais este componente relacional. O processo de estabelecimento da confiança se concretiza e/ou se consolida, ou não, ao longo de um período de convivência e de observação. Poderia se dizer que a confiança se consolida na medida em que ocorre um ajustamento entre as expectativas dos agentes envolvidos. Ao mesmo tempo em que não se dá sem que haja um ajustamento entre as lógicas individuais e as regras impostas pelo espaço social. Num primeiro momento, esta confiança está depositada em algum integrante da rede que, por sua vez, irá propiciar as bases para a construção da confiança num terceiro. Da mesma forma, esse processo não se dá sem que haja disputas e alianças ou, mais amplamente, relações de poder (OLIVEIRA, 2004).

Nessa conjuntura, o Programa CAT surge a partir de uma demanda que encontra interlocutores, ou seja, pesquisadores sensíveis às demandas das organizações sindicais que, sem abrir mão dos rigores da ciência, irão atuar como mediadores com o objetivo de dar consistência a um projeto de desenvolvimento regional em que o campesinato estivesse contemplado. Nessa perspectiva, é importante ressaltar também que a demanda do campesinato da região de Marabá era entendida como algo legítimo por esses pesquisadores, e que todo o processo de construção do Programa se daria a partir do diálogo com os sindicalistas.

A experimentação e a construção das ações ao longo de processo de diálogo é parte constituinte do campo da mediação. Segundo Neves (1997: 283), “os mediadores apresentam-se como quem sabe o que deve ser produzido; como quem sabe a direção que deve ser impressa ao processo; como quem sabe o que vai acontecer”. Mesmo que, por esta segurança e previsibilidade institucionais, assegurem o futuro e sejam valorizados pelo próprio grupo mediado, eles não têm controle sobre o processo. Eles próprios desconhecem o tipo e a prática de mediador que encarnarão durante as ações, tentam sempre fazê-lo existir conforme os diferentes contextos.

Segundo o entrevistado nº 12, a demanda do movimento sindical em relação ao conhecimento produzido pelas Universidades se justificava pelo fato dessas informações não atenderem aos anseios das classes subalternas e também não serem disponibilizados para os agricultores da região:

Nós viemos com uma proposta, olha, todo mundo tem direito ao conhecimento, a Universidade tá a cerca de 600 km daqui, aqui ninguém tem acesso, aqui ninguém tem assistência técnica, aqui ninguém tem nada. Então, seria bem vindo esse conhecimento, essa junção da organização social com a agricultura familiar e o conhecimento técnico da Universidade (E12 - SD).

Nessa perspectiva, a intenção de aproximar o conhecimento técnico-acadêmico da Universidade com os saberes dos agricultores para acompanhar o desenvolvimento da agricultura familiar naquela região, se daria pelo fortalecimento da organização sindical e o desenvolvimento da agricultura familiar. Sobre essa junção, o sindicalista ressaltou:

Era um grande desafio, o quê que nós começamos a entender, que o doutor, o cara que é formado [...] e o cara que nunca foi nem numa sala de aula, ele tem outra formatura, ele sabe a prática, ele tá lá na roça, no campo, ele sabe onde passa uma caça, ele sabe onde produz melhor qualquer um das coisas que plantar [...]

É uma sabedoria empírica, mais prática...

É nós entendemos o que o projeto CAT, entendemos que eles sabem a teoria da Universidade e nós temos a prática aqui, vamos partir de igual para igual, o formar do acadêmico com o formar do agricultor, nesse nível. Entendo que nós podíamos crescer, e os universitários podiam enriquecer o conhecimento deles com o nosso conhecimento e nosso conhecimento com o conhecimento deles, eles iriam ser uma espécie de facilitadores [...] e nós começávamos abrir as portas para eles, eles também eram capazes de aprender várias coisas com a gente (E08 - SD).

Essa aproximação com a Universidade se dava num momento importante, pois, para muitos dos sindicalistas da região de Marabá, as universidades públicas brasileiras e seus pesquisadores continuavam distantes da realidade das camadas mais desfavorecidas, e suas pesquisas, quando feitas, não davam um retorno necessário a essas populações. Então, o surgimento do CAT a partir desse processo de diálogo, seria uma maneira de mudar essa situação e de tornar a pesquisa científica mais visível para os pesquisados:

Na verdade a gente sabe que a Universidade, ela vive de pesquisar, só que a imagem que a gente tinha da pesquisa da Universidade em si, é que ela vinha, pesquisava, pesquisava, ela ia embora e o resultado você nunca sabia. Que resultado tinha dado a pesquisa? E as perguntas que eles fizeram? Então, partindo desse pressuposto, a gente propôs que esse Centro seria bom para Universidade pesquisar, mas que ela pesquisasse e desse retorno da pesquisa para gente, porque à medida que ela pesquisava aqui, a gente tava ajudando a pesquisa, mas ela teria que ajudar a gente no desenvolvimento, depois do resultado da pesquisa (E13 - SD).

Alguns sindicalistas entrevistados entendiam que essa forma de atuar da Universidade, em diálogo com os sindicalistas e agricultores, era mais do que uma obrigação da UFPA, que deveria prestar serviços à sociedade.

Mesmo com essa opinião, os sindicalistas compreendiam que, para a Universidade se articular com entidades sindicais, em um projeto baseado no diálogo e em relações mais democráticas seriam necessários pesquisadores engajados que tivessem dispostos a atuar em um projeto inovador e a construir outras relações que não fossem baseadas numa lógica autoritária ou que reforçasse as diferenças de conhecimento e, portanto, de poder, existentes entre pesquisadores e sindicalistas:

[...] até porque nós achamos que fora do movimento sindical, do campo da organização, só a Universidade ia ter peito para ficar dentro daquilo [...] e a Universidade conseguiu, através de não toda, mas de algumas pessoas lá de dentro e se dispôs de vim para dentro, ficar mais nós [...] (E12 - SD).

Porque também eu tenho que dizer que a gente tinha gente de qualidade, não era qualquer um que era chamado, fazia uma triagem rigorosa, na hora que tinha uma linguagem complicada [...] o cara que vinha como um doutor era cortado ou era chamada atenção pelos próprios pesquisadores (E15 - AS).

A concepção de atuação dos pesquisadores enfatizada pelos entrevistados nº 12 e nº 15 nos faz repensar as contribuições de Neves (2008:22), que afirma que

as condições de mediação são elas mesmas socialmente determinadas, não podendo ser absolutamente reificadas e generalizadas. São contextuais, porque pressupõem ações humanas na construção de significados e respectivas práticas. Para serem consideradas, exigem-se procedimentos voltados para a qualificação segundo campos específicos ou universos de produção e reconhecimentos de sentidos.

Nesse sentido, foi possível observar que não era “qualquer um” pesquisador ou assessor que era chamado para o trabalho junto aos agricultores e sindicalistas, e sim, aqueles que se encaixavam em determinadas condições necessárias para exercer esse tipo de

mediação: “reafirma-se a exigência da qualificação dos espaços de abrangência, que são contextuais, datados e situados, impregnados por representações sociais que os agentes (mediados e mediadores) são construtores e portadores” (NEVES, 2008: 23). Portanto, o risco da generalidade tendia a se dissipar, ou seja, não poderia se incluir todos os pesquisadores da Universidade nesse tipo de atividade, até porque as operações de mediação, conforme já visto, são de ordem da demonstração das especificidades ou das condições de possibilidade, e não da universalidade.

No entanto, essa abertura que alguns pesquisadores deram para o movimento sindical não foi isento de críticas, como podemos observar na fala do sindicalista:

Eles criticaram a Universidade, que estavam jogando papo fora, que não funcionava, que era um projeto falido. E nós não tínhamos opção, nós tínhamos que procurar alguém para nos ajudar. Quando a oportunidade veio, nós agarramos de braços abertos e fizemos uma demonstração que nós éramos capazes, só faltava oportunidade, e o CAT foi uma grande oportunidade para nós aqui, uma porta para o desenvolvimento (E08 - SD).

Em outra perspectiva, o êxito da criação do CAT esteve relacionado com o fato de Jean Hébette já ter tido um trabalho de pesquisa e assessoria naquela região. Em relação a esse contexto de atuação de Jean Hébette, a entrevistada ainda observa:

O Jean, eu já pessoalmente o conhecia pela Igreja, como eu era militante da Igreja Católica, ele sempre vinha ministrar cursos para nós e, portanto, a gente já se conhecia.

Então ele já tinha uma atuação?

Já, na região ele já era atuante, porque os cursos da diocese, grande parte era ele que ministrava para nós, por isso houve essa facilidade dele perceber essa ideia, ajudar a discutir conosco e implementar a ideia do CAT.

Então ele já tinha uma credibilidade?

Tinha [...] ele não chegou assim do nada, ele já era um conhecido de todos nós, convivia um bom tempo.

Você acha que isso facilitou?

Facilitou, porque a gente acreditava nele, tudo que ele colocava assim com tanta consistência e a gente entendia que era importante [...] (E18 - SD).

Outro entrevistado também ressaltou esse aspecto:

O objetivo nosso, que a gente acreditava muito na Igreja, e o Jean Hébette como era um padre, ele veio e trouxe várias experiências para gente, mostrando como é que podia melhorar a situações dos trabalhadores, pesquisas, escolas para formar os filhos dos trabalhadores rurais, melhorar as suas terras (E17 - SD).

Conforme exposto anteriormente, as relações de confiança entre pesquisadores, assessores e sindicalistas é um elemento importante para entendermos o processo de surgimento do CAT. Num primeiro momento, esta confiança estava depositada em algum integrante dessa rede de relações que, por sua vez, irá propiciar as bases para a construção da confiança num terceiro. Da mesma forma, esse processo não se dá sem que haja relações de

poder. Isto significa que o estabelecimento da confiança se deu a partir da conjunção de diversos elementos (simbólicos e/ou materiais) a partir dos quais emergiu e se estabeleceu a relação. Ou seja, não é qualquer agente que desempenhará uma suficiente influência sobre outros agentes de forma a produzir um efeito de confiança. Nesse sentido, acreditamos que a figura de padre/assessor que Jean Hébette carregava, influenciou as relações de confiança entre agricultores e pesquisadores. Devido ao contexto no qual se dá tal relação, qual seja, um ambiente rural onde historicamente os agricultores desenvolveram uma acentuada religiosidade e onde entidades da Igreja esteve atuando intensamente, é facilmente verificável a grandeza do poder simbólico da figura de um padre. Aliás, o capital simbólico, “que es la modalidad adoptada por una u otra (...) especies cuando es captada a través de las categorías de percepción (...) que desconocen el carácter arbitrario de su posesión y acumulación” (BOURDIEU 1995: 81 *in* OLIVEIRA: 163-164), é o principal bem do qual se nutre a existência de tal agente religioso. Portanto, falar de confiança requer uma análise das relações que a geram e, portanto, situá-la histórica e relacionalmente em um determinado contexto.

Segundo alguns entrevistados, Jean Hébette era também uma figura muito simpática, solidária e atenta ao cotidiano dos trabalhadores rurais, tendo muitos admiradores:

O Jean Hébette tinha assim um sensor e uma capacidade de captar o que se passa na consciência e nos corações dos trabalhadores rurais. Então, quando ele visitava e falava, era muito ouvido, e um carisma, como tem até hoje de paixão pelo homem do campo, para que ele melhore de vida, que ele saía das condições de miséria. Acho que a figura do Jean foi e continua sendo fundamental (E04 - AS).

Bourdieu (1989) observa que para tentar entender essa força de mobilização que as lideranças possuem, quer a título pessoal, por delegação ou como mandatário de uma organização (partido ou sindicato) detentora de um capital político acumulado no decurso das lutas passadas, é necessário levar em consideração o capital pessoal de notoriedade e de popularidade – firmado no fato de ser conhecido e reconhecido na sua pessoa (de ter um nome, uma reputação etc.) e também no fato de possuir certo número de qualidades específicas que são a condição de aquisição e da conservação de uma boa reputação – que cada militante possui, e no qual é

frequentemente produto da reconversão de um capital de notoriedade acumulado em outros domínios e, em particular, em profissões que, como as profissões liberais, permite tempo livre e supõe um certo capital cultural ou, como nos caso dos advogados, um domínio profissional da eloquência (BOURDIEU, 1989: 191).

Dessa forma, ao pensarmos na atuação das lideranças ou mediadores sociais como Jean Hébette, é necessário levar em consideração esse “capital de notoriedade acumulado em outros domínios”, visto que as diferentes profissões permitem maior ou menor tempo livre destinado às atividades de militância. Também é preciso pensar no acúmulo de determinado capital cultural que está implícito no exercício de algumas profissões, como o hábito de leitura diária, domínio da fala e demais instrumentos que está diretamente relacionado, principalmente, a profissões como a de pesquisador e padre (que é treinado para ouvir e aconselhar). Não se pode esquecer também de levar em consideração o carisma, pois, segundo Bourdieu (1989), enquanto o capital pessoal, ou reputação, é produto de uma acumulação lenta e contínua, que pode levar vários anos,

O capital pessoal a que se pode chamar heróico ou profético e no qual pensa Max Weber quando fala que o carisma⁶⁰ é produto de uma ação inaugural, realizada em situação de crise, no vazio e no silêncio deixados pelas instituições e os aparelhos: ação profética da doação de sentido, que se fundamenta e se legitima ela própria, retrospectivamente, pela confirmação conferida pelo seu próprio sucesso à linguagem de crise e à acumulação inicial de força e de mobilização que ele realizou (BOURDIEU, 1989: 191).

O entrevistado nº 4 ainda ressalta que nem sempre Jean Hébette vinculava a sua figura ao espaço religioso, mesmo nunca tendo negado o fato de participar de uma ordem missionária⁶¹. Do mesmo modo, Jean Hébette também sempre fazia questão, durante as suas pesquisas, de não abrir mão do rigor e da linguagem científica:

Ele não era popularmente conhecido como padre Jean Hébette, ele era o Jean Hébette, ele sempre fez questão de se apresentar, nunca negou seu caráter missionário, mas como professor Jean Hébette, era conhecido como Jean. Ele tinha uma capacidade incrível de comunicação, falava a linguagem do povo [...] qualquer leitor compreende os escritos de Jean, ele conseguia traduzir para linguagem oral e escrita um conteúdo que para outros intelectuais seria mais difícil e com a mesma seriedade científica (E04 - AS).

As declarações do entrevistado acima vão de encontro às observações de Bourdieu (2001) sobre os pesquisadores que se engajam no mundo político, pois, de acordo com autor, um pesquisador, um artista ou um escritor que intervém no mundo político não se torna por isso um homem político. Nesse sentido, Jean Hébette revelou ser alguém que se engajou numa luta política pela sua competência e autonomia específica e os valores associados ao exercício de sua profissão, como os valores da verdade e do desinteresse, ou, em outros termos, alguém que se encaminha para o terreno da política, mas, sem abandonar suas exigências e suas competências de pesquisador. Ao intervir assim, ele corre o risco de decepcionar, ou melhor, chocar, em seu próprio universo, aqueles que vêem nisso um descaso com a “neutralidade” (principalmente alguns pesquisadores do NAEA que, conforme já visto, fizeram críticas a essa atuação considerada política demais para o papel da Universidade). O mesmo risco ocorre no mundo político, em relação àqueles que vêem nele uma ameaça a seu monopólio e, mais genericamente, todos aqueles a quem sua intervenção, por algum motivo, atrapalha (como por exemplo, alguns sindicalistas que irão reclamar da centralização de Jean Hébette nas decisões do Programa CAT).

⁶⁰ Segundo Weber (1994), em sua forma genuína, a dominação carismática é de caráter especificamente extracotidiano e representa uma relação social estritamente pessoal, ligada à validade carismática de determinadas qualidades pessoais e à prova destas. Quando essa relação não é passageira, assumindo um caráter permanente (associação, partido, etc.), a dominação carismática, que somente *in statu nascendi* existiu em pureza típico-ideal, tem de modificar substancialmente seu caráter: transforma-se em dominação tradicional ou racional (legaliza-se), ou ambas as coisas.

⁶¹ Questionado se nesses espaços de atuação junto aos trabalhadores rurais, Jean Hébette iria como religioso ou como pesquisador, ele responde da seguinte maneira: “Porque eu não faço essa distinção, porque é difícil entender assim, porque se você não padre numa paróquia, você não é padre, e exatamente eu achei que a minha forma de abrir outras pessoas para uma perspectiva religiosa que não fosse essa aí, mas que fosse da Teologia da Libertação, então era minha função. Até hoje eu sou um religioso, que embora não trabalhe mais na Igreja, eu sou aposentado da Igreja, mas sou tão religioso quanto cheguei aqui, acho que você primeiro procura viver o evangelho de Jesus Cristo, é assim que eu podia dar uma contribuição para o evangelho” (E06 - PQ).

O entrevistado nº 5 apontou ainda mais alguns fatores para esse sucesso de Jean Hébette frente ao CAT e aos trabalhadores rurais daquela região. Um dos motivos seriam a preparação e a formação de Jean (capital cultural), que conhecia o campesinato naquela região de fronteira amazônica. Outro motivo era a possibilidade de dedicação ao Programa (tempo livre)⁶²:

Ele é uma pessoa que se dedica muitíssimo, como ele não tem família, ele não tem compromissos de horários, não tem que estar na hora do jantar em casa, não tem filhos para acompanhar, não tem uma esposa para dar atenção, é verdade que não tem a contrapartida também. Mas ele dedicou totalmente [...] era uma pessoa assim academicamente reconhecida nacional e internacionalmente (E05 - PQ).

Devido à sua atuação, Jean Hébette acabou se tornando uma figura notável, admirada por camponeses e religiosos, mas também recebeu algumas críticas de sindicalistas e outros pesquisadores, principalmente por centralizar muito as atividades.

Na verdade, durante a pesquisa de campo, pude perceber uma diversidade de visões sobre a figura de Jean Hébette, que estavam implicitamente ligadas à concentração de atividades e ao seu ritmo de trabalho. Alguns apontaram a centralidade de Jean Hébette no processo de construção e no andamento das atividades do CAT e sua importância para a viabilidade e consolidação da proposta. Segundo a entrevistada, inicialmente, o Programa não existiria sem a participação dele. Afirma ainda que foi muito difícil desligar o Programa CAT da figura de Jean Hébette:

Eu acho que a centralidade do Jean na época eu acho que é como um pouco que os caras fazem infelizmente hoje aqui, os Belos Montes da vida. Não existe um processo democrático para construir certas experiências, pode ser paradoxal o que eu esteja dizendo, porque a centralização do Jean, no momento, para mim era fundamental para isso [...] na época do Jean eu acho que a centralização era inevitável (E01 - PQ).

Outros chamam a atenção para o fato de que ele acabava, às vezes, de forma involuntária, centralizando muito as atividades. Para um dos entrevistados, não só o CAT era muito ligado à pessoa de Jean Hébette, como também o próprio NAEA:

O NAEA na época era muito associado ao nome do Jean, o Jean e o NAEA era praticamente uma figura só. O Jean representava o NAEA praticamente em todos os encontros, todos os eventos, na ANPEC (Associação Nacional de Centros de Pós-graduação em Economia), era o Jean que ia, então isso criava essa imagem de centralizador que ele tinha. Eu atribuo isso mais à

⁶² Segundo Bourdieu (1989), a participação ativa nos processos de disputa política exige das lideranças e dos mediadores políticos uma determinada competência social e técnica, que é acumulada ao longo do percurso da militância e dos espaços de formação, competências estas que os distinguem dos demais cidadãos. Entretanto, a desigual distribuição desses instrumentos de produção da representação política do mundo social é de certo modo aumentada pelos efeitos do desapossamento econômico e cultural existentes na sociedade, ou seja, a concentração do capital político nas mãos de um pequeno grupo é tanto menos contrariada e, portanto, tanto mais provável, quanto mais desapossados de instrumentos materiais e culturais necessários à participação ativa na política estão os simples aderentes – sobretudo, o tempo livre e o capital cultural (conhecimento, informações, etc.) (BOURDIEU, 1989).

dinâmica de trabalho dele, de uma pessoa que muito ciosa dos trabalhos que faz, que exerce um controle muito grande, como a gente colocou aqui, ele próprio (Jean Hébette) assumi isso. Até porque a captação de recursos implica prestação de contas e era o nome dele que acabava se envolvendo nessas coisas (E02 - PQ).

Ainda sobre a atuação de Jean Hébette no Programa CAT, pude observar, por meio de algumas atas, que alguns Conselheiros notavam essa centralização das atividades, ao mesmo tempo em que estavam preocupados em que os sindicalistas assumissem mais a direção do Programa. Para alguns entrevistados, se tivesse a possibilidade de alternância na coordenação, haveria a possibilidade de se construir coisas diferentes. Porém, foi ressaltado que esse fator permitiu a Jean Hébette um trabalho intenso no CAT, inclusive como pesquisador. No entanto, para um dos entrevistados, “esse trabalho de fôlego da pesquisa, que ele poderia fazer tanto sendo coordenador do CAT como não, pela capacidade dele de pesquisa, de trabalho e de mobilizar recursos que ele podia fazer” (E10 - PQ). Dessa forma, para alguns entrevistados, essa centralização acabou gerando um problema na relação com os agricultores e destes com a fonte de recursos (pois todas as decisões, inclusive financeiras, passavam pelo crivo de Jean Hébette), apesar da FATA ser quem, teoricamente, geria os recursos. Por outro lado, houve relatos de que os pesquisadores do LASAT também não eram vistos como uma equipe que pudesse ajudar de imediato em todas as decisões do Programa; tinha também outra questão, relacionada com a visão das prioridades nas ações que eram realizadas.

O entrevistado nº 2 ainda apontou a figura de Roberto Silva (vice-coordenador do NAEA) como outra pessoa que teve um papel fundamental na consolidação do Programa CAT. Para ele, Roberto Silva foi uma pessoa que não só bancava as ideias e os projetos de Jean Hébette, como assumia a liderança com ele, principalmente na parte administrativa e burocrático-administrativa do Programa. Segundo o entrevistado, a elaboração dos estatutos da FATA, a construção do Centro de Convivência (uma obra que envolveu mais de 120 operários trabalhando durante mais de um ano em Marabá) foi tudo administrado por Roberto Silva:

Sem a participação do [...] o projeto não teria tido a dimensão que teve. O lado burocrático não aparece às vezes como uma coisa importante, mas sem burocrata de boa formação não se consegue fazer uma coisa desse tamanho [...] eu diria, ele partilhou muitas das decisões e muito dos segredos do CAT com o Jean. É uma pessoa cujo papel nessa construção deveria ser projetado com a devida dimensão que ele tem nesse trabalho [...] eu diria que o [...] foi o braço direito do Jean na montagem burocrática e administrativa do CAT, e em boa parte da concepção do CAT (E02 - PQ).

Outra pessoa que contribuiu bastante nesse processo de discussão com os sindicalistas e na consolidação do Programa foi Euclides Castro, ex-padre que naquele período de discussão da proposta do projeto CAT era coordenador da CPT de Marabá. Segundo alguns entrevistados, ele acabou sendo fundamental para essa aproximação entre pesquisadores e a base dos sindicatos.

Para a entrevistada nº 1, essa aproximação entre pesquisadores e sindicalistas durante a montagem e execução do Programa CAT se deu não só pela sensibilidade e pelo histórico dessas lideranças já citadas, mas também por causa da contribuição dada por Vincent de Reynal, que, mesmo tendo uma visão fechada e dificuldades de adaptação no início do Programa, conseguiu contribuir bastante no âmbito da formação:

Tem o lado do Vincent que era um cara bem institucional, um cara com uma formação francesa bem interessante, muito boa, mas também muito cartesiana.

Cartesiana em que sentido? De uma visão fechada?

Exatamente, ele trazia uma visão dele para cá. O Haiti é muito diferente culturalmente da Amazônia. Então o que eu achava que o Vincent, ele tinha essa dificuldade no início, depois eu acho que ele foi um progresso [...] O que eu acho é assim, teve uma contribuição muito grande do Vincent na questão da formação. Esse núcleo⁶³ aqui existe em função de toda uma ideia deles: era formação-pesquisa e extensão [...] tem uma coisa muito do Jean, mas tem do Vincent com a sua experiência de formação (E01 - PQ).

Constatamos que, nesse processo de construção do Programa CAT, os diferentes mediadores sociais (Jean Hébette, Roberto Silva, Euclides Castro, Vincent de Reynal) prestaram fundamental colaboração sob diversos planos: geração de outros modos de percepção, qualificação e configuração do espaço físico e social do qual se encontravam os camponeses; transcendência do âmbito localizado de conhecimento do mundo social e inserção de novas instituições (FATA, LASAT,); desnaturalização da ordem estabelecida e condenação de formas de dominação, principalmente relacionada à questão do conhecimento produzido pelos centros de pesquisa; objetivação mais adequada e apreensível de novas forças invisíveis e incompreensíveis, porque exteriores, mas imprescindíveis para a construção de um Programa que objetivava relações mais democráticas; e a construção de fatores e elementos que facilitassem a sistematização do conhecimento oriundo dos próprios camponeses e uma orientação para a ação.

De acordo com Neves (1997), os mediadores são responsáveis por essas funções porque tendem a atribuir a si um papel salvador ou emancipador, pela transmissão de outras visões de mundo e pela incorporação de saberes diversos daqueles de que o grupo mediado, no caso os agricultores, se encontrava dotado. Esse exercício de transmissão é, por isso mesmo, reconhecido pela atribuição de objetivos específicos: produzir situações históricas, ultrapassar situações consideradas inadequadas ou injustas⁶⁴ ou no caso mais específico, contribuir efetivamente para a construção de uma parceria entre pesquisadores e sindicalistas onde a demanda dos agricultores estivesse contemplada.

Para a autora, visando alcançar legitimidade de suas ações e intenções, os mediadores devem explicitá-las de modo mais ou menos imediato. A legitimidade do produto social que desejam construir deve ser reconhecida em múltiplos espaços institucionais, onde eles procuram fazer crer a importância e pertinência da posição e do ator político. Portanto, esse reconhecimento pressupõe a circulação dos mediadores em vários espaços institucionais, num campo onde a instituição que representam disputam consagração. Neste caso, cabe lembrar, principalmente em referência aos pesquisadores do NAEA, que objetivavam reconhecimento tanto no lado profissional (academicamente dentro da UFPA), quanto político (ser reconhecido pelos sindicatos e entidades de apoio na região de Marabá como atores que

⁶³ Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural.

⁶⁴ A importância metodológica desta análise decorre da própria postura dos atores diante do processo de mudanças. A situação por eles apresentada exige o deslocamento das análises determinísticas, baseadas nas inexoráveis leis determinantes dos objetivos históricos. Impõe o entendimento de suas ações diante de contradições e confrontos. E expurga a atenção de transferir a determinação para as intenções dos autores (NEVES, 1997).

estavam lutando em prol dos mais desfavorecidos). Para Neves (1997), é nesse contexto que grande parte da prática da mediação se objetiva e produz desdobramentos sociais por vezes inesperados. Pois, a conquista da legitimidade das ações dos mediadores em grande medida depende desta capacidade de construir e circular por redes associativas de intercomunicação e interconhecimento que tem, a princípio, interesses conflitantes (UFPA – produção de conhecimento; Sindicatos – luta pela terra e por melhores condições de vida para os agricultores). Por isso mesmo, boa parte das ideias e valores a serem transmitidos no exercício da mediação varia conforme os objetivos e os interesses das instituições em jogo.

No entanto, devido à possibilidade de transitar e de incorporar referências de outros múltiplos domínios de vida social e de se comunicar com outros discursos diferenciados, os mediadores também atuam para gerir as contradições por eles vividas, como mostra Neves:

[...] postos que são obrigados diariamente a viver a decalagem entre as aspirações, por vezes “messiânicas”, e a realidade de sua prática; a relativizar os constrangimentos derivados da condição de fazer aparecer um outro, mesmo que nessa projeção se angustiem quanto às incertezas sobre seus futuros passos e sobre o mundo social por vir; a assumir mais claramente que eles valorizam a transmissão de saber para tornar viável a instituição que representam; o sistema de crenças no qual se afiliam; ou até a defesa da posição que ocupam nesse campo (NEVES, 2008:36-37).

Essa complexidade dos modos de intervenção social sob mediação de agentes especializados também se exprime porque estes mediadores, vinculados ao Estado, sindicatos, Universidades ou ONGs, afiliam-se a outros sistemas de crenças, fundamentados nos saberes disciplinares que cada um é portador. Sendo assim, os interesses dos mediadores se constroem a partir dessas relações e, obviamente, a partir das motivações pessoais que foram construídas ao longo de suas trajetórias e do meio social no qual estão inseridos.

Logo, o entendimento do papel dos pesquisadores, assessores e lideranças sindicais não pode ser reduzido àquelas vinculações institucionais. As instituições que os acolhem não podem ser pensadas por instituições autônomas que se impõem. Seu papel “incorpora as contribuições resultantes da socialização profissional para o exercício da mediação política e cultural. Eles fazem intervir um conjunto outro de instituições e referências, recursos que asseguram suporte e legitimidade às suas práticas” (Ibidem: 37). Nesse sentido, é que podemos pensar o desempenho dos pesquisadores do NAEA, que, a partir de suas experiências de assessoria e trabalhando em conjunto com os agricultores daquela região, agiram de forma diferente do papel que se esperava de um pesquisador da instituição no qual estava vinculado, no caso, um curso de Pós-graduação de uma Universidade pública. Ou seja, acabaram atuando de forma mais “política” em conjunto com sindicalistas e agricultores, ao invés da efetivação de uma pesquisa científica.

Portanto, por força da complexidade inerente à prática desses mediadores, ela contempla os efeitos e as estratégias de luta por contraposição e por adesão, construídas por eles próprios, como pelos segmentos escolhidos para a alteração de estilos de vida e de representação do mundo, os mediados. Dessa forma, “as relações que são constituídas entre mediadores e mediados referenciam-se por significados atribuídos aos recursos e aos temas que são delas expressivos; por conflitos e tensões, problemas estruturantes das práticas de ambos ao agentes” (Ibidem: 38). Os desdobramentos não são dados a priori, sua dinâmica é relativamente indefinível, conforme veremos mais adiante nos diversos conflitos que houve nas diferentes atividades do CAT onde se articularam os pesquisadores, assessores, sindicalistas, agricultores e técnicos. Ao longo da dissertação mostraremos os desdobramentos

inesperados e múltiplas formas de reapropriação de objetivos e intenções, demonstrando que atos de mediação também são procedimentos para transformação.

Nesse sentido, a análise dos processos de mudanças a partir do papel ativo de mediadores e mediados permite que se abandone a ideia de leis preexistentes e desconhecidas para os atores; ou que só os mediadores podem revelar. É do entendimento da ação recíproca entre pesquisadores, assessores e sindicalistas que “se pode compreender o conjunto das forças sociais em jogo, isto é, colocar o ator na história, para se interrogar sobre a produção das situações históricas” (Ibidem: 39).

A partir dessa perspectiva, a abertura da UFPA, por meio do NAEA, à participação das organizações sindicais na definição de um projeto de pesquisa-desenvolvimento para a região de Marabá não pode ser considerada como fruto de benevolência desta instituição (ou desses pesquisadores) ou mesmo do acaso. Essa abertura e essa flexibilização têm também por base, acreditamos, o acúmulo de experiências vividas ao longo das trajetórias desses sindicalistas na região de Marabá, que sinalizaram para esses pesquisadores do NAEA a possibilidade de dividir com as organizações de trabalhadores rurais uma parcela de responsabilidade da pesquisa e de ações de desenvolvimento rural.

Essa abertura é bastante significativa porque a relação entre sindicalistas e/ou agricultores e pesquisadores e/ou agentes de assistência técnica tinha (e ainda continua a ter), em muitos casos, um caráter persuasivo, na procura de acelerar a adoção de tecnologia ou a busca de alternativas que poderiam contribuir para o desenvolvimento da agricultura familiar, sem, no entanto, possibilitar a construção de um espaço de participação crítica dos próprios beneficiários desses projetos, ou seja, do agricultor e de sua família.

Segundo Henchen (2002), era comum considerar o destinatário dos projetos de desenvolvimento como *audiência* ou como *clientela*, em uma estrutura de massa amorfa, constituída por uma agregação de indivíduos que, enquanto membros de um determinado grupo, são substancialmente iguais ou igualizáveis, não diferenciáveis, mesmo se pertencentes a ambientes distintos, heterogêneos, como características sócio-culturais variadas. Nesse sentido, para o autor, era essa visão acerca dos destinatários dos projetos de pesquisa e desenvolvimento rural que contribuía “para o fracasso da maioria dos projetos colocados em prática, porque estes tinham por base uma perspectiva que ignorava o ponto de vista do trabalhador rural sobre as relações nas quais este estava inserido” (HENCHEN, 2002: 20).

Ao comentar questões relacionadas às várias percepções sobre o campesinato, Martins (1995:17) destaca a importância de *ouvir* o campesinato; porém, deve-se perceber que “ouvir o campesinato não quer dizer, simplesmente, partir do próprio discurso dos *agentes sociais* [...] é preciso mobilizar recursos teóricos que permitam decifrar a fala do camponês, especialmente a fala coletiva do gesto, da ação, da luta camponesa”; precisa-se “captar o sentido da fala, ao invés de imputar-lhe sentido, ao invés de desdenhá-la” (grifo do autor). Por certo, estas questões levantadas pelo autor eram parte da reflexão dos pesquisadores do NAEA/UFPA, quando este se propôs a construir uma parceria com sindicatos de trabalhadores rurais.

Por fim, é preciso esclarecer que esta parceria parece surgir como resultado de interrogações dos atores sociais⁶⁵ que se propõem, em um determinado momento de suas trajetórias, modificando o curso de relações anteriormente estabelecidas, sinalizar para a perspectiva de reconstruí-las em outras bases, em outros princípios. Dessa forma, haveria a

⁶⁵ O ator social não é aquele que age em conformidade com o lugar que ocupa na organização social, na sociedade, mas aquele que, através de suas ações, modifica o meio ambiente material e, sobretudo, social no qual está inserido; modificando a divisão do trabalho, as relações de dominação e mesmo as orientações culturais (TOURAINÉ, 1994: 220).

possibilidade de surgirem relações democráticas e de alteridade entre parceiros/atores que se propunham a construir um projeto em conjunto, onde o diálogo permanente, acreditava-se, seria da maior importância.

Nesse sentido, se a construção ou a efetivação do Programa CAT pode ser considerada como construção de um espaço social⁶⁶ que reunia atores sociais com trajetórias historicamente distintas, é porque, no percurso dessas trajetórias, estes atores ou agentes perceberam-se e foram percebidos, tanto dentro como fora de seus respectivos campos de ação, de sua área de atuação, como portadores de uma certa distinção, que lhes proporcionava visibilidade política e social.

Esta visibilidade e, de certa forma, a especificidade deste atores é o elemento chave que lhes proporcionava o reconhecimento enquanto atores sociais históricos e sinaliza para o fato de que estes se encontram na condição de delegados, isto é, de alguém que dispõe de uma certa autorização social que lhes possibilitava a negociação de um Programa que envolvesse atividades de pesquisa, formação e ações de desenvolvimento, não mais em situação subalterna, mas agora, na condição de parceiros. Dessa forma, as lideranças dos sindicatos presentes no CAT, com base em suas experiências de luta, nos seus enfrentamentos e/ou negociações com o Estado, acreditavam-se credenciadas, isto é, possuidoras de uma espécie de delegação⁶⁷, que, de certa forma, as autorizava a falar em nome dos sindicatos, das delegacias sindicais, ou, de um modo geral, em nome dos pequenos agricultores e posseiros daquela região⁶⁸. Essa delegação, por certo, fora constituída enquanto resultado de sua trajetória de luta, o que, portanto, lhe conferia legitimidade de ir ao encontro dos pesquisadores do NAEA que já atuavam na região de Marabá há algum tempo, desde meados da década de 1970.

Para estes atores, com trajetórias historicamente distintas – agricultores, assessores, sindicalistas, pesquisadores e técnicos – e, em certas ocasiões, até mesmo conflitantes, que estiveram ao longo de suas existências apenas em condições de estabelecer contatos entre si (mesmo que estes se dessem em atividades desenvolvidas em conjunto), abria-se agora, aparentemente, a possibilidade de construir um espaço social onde se tornassem possíveis as relações de diálogo, porque, acreditavam estar em condições de negociar um programa de

⁶⁶ A noção de espaço social, conforme afirma Pierre Bourdieu: “Contém, em si, o princípio de uma apreensão relacional do mundo social: ela afirma, de fato, que toda “realidade” que designa reside na exterioridade mútua dos elementos que a compõem. Os seres aparentes, diretamente visíveis, quer se trate de indivíduos quer de grupos, existem e subsistem na e pela diferença, isto é, enquanto ocupam posições relativas a um espaço de relações que, ainda que invisível e sempre difícil de expressar empiricamente, é a realidade mais real (...) e o princípio real dos comportamentos dos indivíduos e dos grupos” (BOURDIEU, 1996: 46).

⁶⁷ De acordo com Bourdieu (1989), o homem que possui capital político retira sua força política da confiança que o grupo põe nele. Ele retira o seu poder propriamente mágico sobre o grupo da fé na representação que ele dá ao grupo e que é uma representação do próprio grupo e da relação com os outros grupos. Mandatário unido aos seus mandantes por uma espécie de contrato racional – o programa -, ele é também campeão, unido por uma relação mágica de identificação àqueles que, como se diz, põem nele todas as esperanças (BOURDIEU, 1989).

⁶⁸ Enquanto princípio, os mediadores sob a condição de representantes delegados integram os representados no domínio de outras categorias de linguagem (em que a fala se apresenta como uma das características principais), assegurando dessa forma a possibilidade de falar de si, do outro e do mundo no lugar dos representados. Assim, a representação política por delegação está ligada ao dizível, mas não só, também ao reconhecimento dos limites do dizível, do indizível, expressões de domínios que, assim sendo, restam relativamente indecifráveis aos mediadores e mais ainda aos outros mediados. Entretanto, se o mediador não reconhece o limite dessa linguagem perante o grupo, do qual e pelo qual ele fala, e no qual toma e se dá essa consciência, ele não alcança o lugar do diferente ou da identidade perante esse mesmo grupo. A construção dessa diferença, se bem que mediada por designações produzidas no plano simbólico, só se reconhece pela valorização dessas mesmas operações de mediação política (BOURDIEU, 1989; NEVES, 2008).

pesquisa e desenvolvimento que deveria ser efetivado em parceria, o que evidenciava a existências de mudança significativa entre estes atores (HENCHEN, 2002).

No próximo capítulo o objetivo será discutir, mais especificamente, quais eram as ideias e princípios que sindicalistas e pesquisadores aspiravam, e como se estruturou o Programa CAT para dar conta do conjunto de ações que fizeram parte do sistema de valores durante toda a sua existência.

CAPÍTULO III OS ALICERCES DO PROGRAMA CAT: PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS E ESTRUTURAÇÃO.

O objetivo desse capítulo é discutir os princípios que nortearam o Programa CAT, como também a forma em que ele se estruturou. Mais especificamente, trataremos da articulação de seus dois principais mecanismos: a FATA e o LASAT.

3.1 Objetivos do Programa CAT

Alguns princípios consensuais orientaram a montagem do Programa CAT. Pretendia-se uma parceria baseada no diálogo entre agricultores, pesquisadores e técnicos. De acordo com Hébette & Navegantes (2000), ela foi regida pelos seguintes parâmetros:

- 1) Uma parceria entre agricultores e instituições de pesquisa e ensino que passasse por uma organização representativa de trabalhadores rurais, mais especificamente dos STRs, legitimados por seu apoio à luta dos posseiros.
- 2) A importância da pesquisa agrônômica e social permanente associada à organização sindical para identificar sistematicamente as necessidades dos agricultores e propor respostas.
- 3) A escolha de uma escala regional que oferecesse ao projeto a possibilidade de um impacto na área coberta pelos quatro STRs com as quais já se tinha experiência de trabalho: os de Itupiranga, Jacundá, Marabá e São João do Araguaia, abrangendo uma área, na época, de cerca de 35.000 Km².⁶⁹
- 4) Ação que atingisse a mais ampla base camponesa, tentando levá-la adiante em conjunto, com objetivo de evitar a formação de segmentos privilegiados dentro de cada categoria.
- 5) Um horizonte temporal amplo, de esforço de desenvolvimento, calculado como equivalente a uma geração, para alcançar resultados satisfatórios e duráveis.
- 6) A implantação de um centro de encontros e reuniões que pudesse propiciar intercâmbios freqüentes entre agricultores e entre eles e os pesquisadores e técnicos.

A efetivação desses princípios no Programa passava, essencialmente, pela aproximação entre o conhecimento produzido pelos trabalhadores rurais e conhecimento produzido na universidade:

Você tem toda uma empiria, uma vida, um cotidiano, uma rotina do campo e você têm uma academia que pode produzir mais voltada para aquela empiria, que ajudaria ao desenvolvimento daquele espaço, das pessoas, daqueles

⁶⁹ Posteriormente mais dois municípios integraram o programa CAT: Nova Ipixuna, município que se emancipou de Itupiranga, foi integrado em 1996; São Domingos do Araguaia, município que se emancipou de São João do Araguaia foi integrado em 1993. A entrada desses dois municípios relaciona-se ao fato de serem áreas onde o Programa CAT já tinha atuação e que foram simplesmente desmembradas em novos municípios, não gerando, dessa forma, novas despesas para o Programa.

atores sociais. O objetivo do CAT na percepção do Jean era muito isso (E01 - PQ).

A fala da entrevistada reafirma também a concepção que Hébette (1999) comentou em relação aos objetivos do Programa CAT. Segundo o autor, a metodologia geral de atuação do projeto era bem simples e constituía na integração dos saberes (o “popular” e o “científico”) e na articulação espontânea das motivações, na interação da teoria e da prática e na formação profissional dos agricultores, dos técnicos e pesquisadores: fortalecendo a Pesquisa, Formação e ações de Desenvolvimento.

Um dos entrevistados ressaltou que a intervenção do Programa visava o lado técnico, econômico e social, pois “a tecnologia não existe como só técnico” (E01 - PQ). Nesse sentido, todo o processo pensado no Programa CAT era tecnológico, mas uma tecnologia que visava o lado social e econômico dos agricultores.

Um dos objetivos do CAT, que se constituiu numa questão central para a região, foi a melhoria do padrão tecnológico dos agricultores, ou seja, investir na melhoria das condições da produção agrícola. Porém, segundo alguns entrevistados, esse objetivo do CAT foi contestado por algumas pessoas e entidades, principalmente as que tinham uma visão mais política, no caso, algumas membros da CPT. Em relação a essa questão um entrevistado ainda comentou:

Então a CPT, que na época era representada pelo padre [...] ele era muito crítico ao CAT, porque achava que o CAT estava fazendo a mesma política do patronato rural que investia muito mais no debate sobre a política agrícola do que sobre a política agrária, entendido o agrário sobre aquele espaço em que se discutia o conflito, em que se discutia o acesso à terra. Então, o argumento do CAT é que não bastava o sujeito ter a terra, ele tinha que desenvolver a competência para poder permanecer na terra. Então o investimento do CAT foi nitidamente nessa linha, daí a necessidade e a mobilização de técnicos, de agrônomos da EMBRAPA e de outras instituições de pesquisa para desenvolver reflexões e propostas para fortalecer essa lógica do estabelecimento agrícola familiar com todas as suas características de diversificação, de produção para o consumo interno da família e da comunidade (E02 - PQ).

Em relação a esse conflito entre alguns membros da CPT e os objetivos do Programa CAT, o entrevistado nº 4 relatou que a CPT teve, inicialmente, dois olhares sobre o Programa: um olhar positivo, que era o fato da Universidade estar mais próxima das populações do campo, se preocupando em construir uma aliança com os trabalhadores para lutar pela terra e por uma reforma agrária na região de Marabá:

Que bom que chega uma entidade de força, de jovens estudantes e uma entidade que estava sendo construída para apoiar a luta pela terra e somar forças com que nós já tínhamos para lutar contra o latifúndio, contra a repressão militar, somar forças contra as denúncias das arbitrariedades do poder público etc. (E04 - AS).

Entretanto, uma crítica que o padre apontou foi que essas expectativas não foram concretizadas. Para ele, a prática do Programa CAT estava direcionada para discussão ligada às questões produtivas, deixando de lado as bandeiras de lutas dos sindicatos, pois as direções sindicais não tinham mais tempo para fazer reuniões com os posseiros, e denunciar, por

exemplo, os crimes ocorridos na região. Às vezes não tinham mais tempo nem para suas próprias famílias, pois eram muitas reuniões de formação em Marabá ou fora: “eu lembro que várias das lideranças não tinham mais tempo, sempre estavam de viagem e isso não era negativo, porque você precisa de formação, talvez a dosagem e a maneira de como fazer isso” (E04 - AS).

Para ele, o fator de não apoiar a luta por terra na região partia da própria concepção do Programa, que era mais voltado para agricultores já estabelecidos em seus lotes:

Ele não nasceu para isso, ele não foi pensado para isso. Ele foi pensando junto a Universidade visualizando o apoio aos sindicatos da região e priorizando a pesquisa, o comércio, a formação [...] mas não nasceu para apoiar a luta da reforma agrária. O CAT nasceu já para lavradores assentados, que já estão nas suas terras próprias, que produzem, que estão estabelecidos e que estão organizados nos sindicatos (E04 - AS).

As críticas levantadas pelo entrevistado nº 4 refletiam o conflito que se deu no início do Programa CAT entre um dos membros da CPT, no caso um padre de Jacundá, e os sindicalistas que estavam empenhados na construção do Programa. Nesse município, os sindicalistas relataram muitas críticas ao Programa, inclusive, uma disputa entre espaços da CPT e as atividades do CAT. Isto apareceu inclusive nas atas da FATA:

Solicitando a palavra, [...] expôs as dificuldades que o Sindicato de Jacundá vem sofrendo recentemente, aludindo a críticas feitas ao CAT por parte de algumas pessoas ou entidades [...] explicitou: “Existe a CPT onde tem gente importante, amigos da gente, mas que podem atropelar. Não quero polemizar, denunciar. No nosso município, há gente que fala do CAT como sendo bicho-de-sete-cabeças, acusando que é do governo, que é financiado de fora e recebe milhões; diz que o trabalhador não tem controle, que o pessoal é manipulado [...] lamentou que esteja se fazendo um trabalho paralelo, como é o caso da CPT que implantou uma máquina de arroz via delegacia sindical sem passar pela diretoria e pretende estender essa atuação a outras delegacias (Ata da 12ª Reunião Ordinária do Conselho Diretor da FATA, 20 e 21 de dezembro de 1990).

Falando da programação do STR de Jacundá, o Conselheiro [...] explicou que um curso programado em Jacundá teve que ser cancelado na hora porque a CPT tinha programado uma reunião na mesma data e na mesma hora, embora tivesse sido avisada antecipadamente da programação do sindicato; embora lamentando mas para evitar competição estéril, o STR desistiu então do Curso (Ata da 10ª Reunião Ordinária do Conselho Diretor da FATA, 09 de agosto de 1990).

Para alguns sindicalistas, o que estava em jogo nessas críticas da CPT ao CAT era uma disputa política pelo poder de representação dos agricultores: “É uma questão política. A CPT crítica, mas se beneficia de nós, vêem que há alternativas, que o CAT vem trabalhando” (Ata da 10ª Reunião Ordinária do Conselho Diretor da FATA, 09 de agosto de 1990).

Esse conflito entre CPT e sindicalistas ligados ao Programa CAT, mostraram também a desintegração dos mediadores enquanto mediadores (no caso a CPT, que atuou historicamente nos conflitos desde meados da década de 1970) quando os interesses não convergem. Em outras palavras, esse conflito denunciou que a prática da mediação é

contingente, ou seja, quem a faz, faz com que ela se produza, se reproduza e se desfaça no processo dependendo do que está em jogo. Não existe, portanto, mediador constituído, como uma categoria profissional, por exemplo. A prática da mediação pode ser realizada por qualquer um dos atores dependendo da percepção de cada um dos diferentes interesses em jogo.

O Programa CAT tinha também o objetivo de fortalecer o debate sobre a questão ambiental e sobre o fortalecimento político das organizações sindicais. Segundo o entrevistado nº 17, os objetivos do Programa estavam relacionados com a melhoria de vida dos trabalhadores rurais, fortalecendo seu lado econômico através de técnicas agrícolas que lhes propiciassem um maior número de informações sobre o cultivo de plantas e a criação de animais para, dessa forma, conseguir aumentar a produtividade agrícola nos lotes:

O nosso pensamento como entidade para poder passar para a cabeça do trabalhador [...] não é quantidade de terra que dá para o cara sobreviver, é técnica, é saber trabalhar na terra, nós colocávamos para eles: vocês tem um igarapé que passava na terra, vocês com duas ou três linhas de terra tira muito mais dinheiro do que essa área de capim que vocês tem, depende de saber plantar, de molhar, vocês fazem uma horta direitinho, planta batata e ajuda na colheita do arroz, na sua despesa, na sua alimentação mais saudável [...] (E17 - SD).

Outro informante relatou que o objetivo do Programa era também colocar a Universidade em apoio aos agricultores, ou seja, era pensar num processo de transformações social no meio rural, onde instituições como a Igreja e a UFPA estivesse diretamente envolvidas:

Essas instituições tem que dar o apoio, principalmente a uma situação conflitiva como era a situação. Mas eu acho que não foi uma concepção da academia, para ter seus trabalhos de pesquisa apenas etc. ou uma Universidade que integralmente reconhecesse a sua obrigação de universidade pública, então eu não sei se eu escrevi essas coisas, mas para mim sempre foi focado nisso e colocar a universidade, eu não vim para a Igreja apenas, eu vim para Igreja para participar da transformação da sociedade latino-americana (E06 - PQ).

Essa fala aproximava-se da ideologia de alguns setores da Igreja Católica naquele período, que se colocavam ao lado dos oprimidos e dos marginalizados e lutavam por uma transformação na sociedade. Também corroborava com os princípios de determinados setores da Universidade brasileira no início do período de democratização, que viam na atuação engajada dos pesquisadores um dos meios para diminuir as desigualdades sociais existentes no país. Como afirma Almeida (2002), a ciência tornou-se um meio de apropriação e expropriação econômico e cultural. Contudo, os intelectuais apropriando-se do conhecimento e detendo os instrumentais para produzi-lo e transmiti-lo contribuem para explicar, conservar ou transformar a sociedade na qual estão inseridos. A universidade, na sua correlação com os meios de produção material, estava em correspondência com as necessidades sociais, sujeita às influências dos grupos organizados que disputavam os diversos interesses.

Nessa perspectiva, o objetivo dos pesquisadores que se empenharam nas atividades do Programa CAT era fazer uma intervenção direta na realidade dos pequenos produtores daquela região, como aponta a seguinte fala:

Pois estávamos pensando em a Universidade trabalhar com os camponeses na temática, e não só na temática, mas com eles e em proveito deles, dando voz a eles, promovendo eles, discutindo com eles todas as suas problemáticas. Mostrando, na medida do possível, as diferenças entre o Estado e o campesinato, entre a classe dirigente e a pequena produção rural, a pequena produção familiar rural e também com agrônomos que pesquisavam tipos de solos, tipos de capim e introduzir tipos de atividades que fossem mais ou menos lucrativas. Enfim, tudo que interessasse a eles, então tinha a parte da Universidade e tinha a parte deles (E05 - PQ).

Os comentários acima expressam como se dava, na maioria das vezes, a racionalidade que os levaram a optar por determinada forma de atuação, partindo sempre do princípio de que estavam ali exercendo um papel desinteressado ou deixando pressuposto que os seus interesses são coincidentes ou estão submetidos aos interesses dos agricultores. Deve-se apontar, no entanto, que tal orientação somente se processa na medida em que estes mediadores incorporam o sentido do jogo. Ou seja, “nos jogos nos quais, por exemplo, é preciso mostrar “desinteresse” para ter êxito, eles podem realizar, de maneira espontaneamente desinteressada, ações que estejam de acordo com seus interesses” (BOURDIEU, 1996: 147).

Fica evidente também que a fala assume um posicionamento no qual se eleva o agricultor a uma condição de uma certa exclusividade, ou seja, tudo deve partir dele e ao mesmo tempo chegar até ele. Esta postura de aparente abnegação pode ocultar um jogo de forças que não se dá na consciência destes agentes. Sustentar a crença, por exemplo, de que ao calar-se se está deixando de influenciar naquele meio, ou, ainda, enunciar que “os atores são os agricultores, nós não somos atores”, são crenças que se solidificam na forma de uma *doxa* que rege o senso comum. Eles realmente acreditam nisso e esse discurso é, às vezes, difundido a outros espaços sociais, buscando fazer crer aos outros agentes com os quais se relacionam. Vale reafirmar, citando novamente Bourdieu (1996: 153), que, “se o desinteresse é sociologicamente possível, isso só ocorre por meio do encontro entre *habitus* predisposto ao desinteresse e universos nos quais o desinteresse é recompensado”.

No entanto, foi também pensando em estabelecer essa autonomia entre pesquisadores e sindicalistas dentro do Programa CAT que resolveram criar, conjuntamente, uma entidade composta, majoritariamente, por sindicalistas e agricultores: a FATA. Essa Fundação teria autonomia e seria independente da Universidade, pois, de acordo com o entrevistado:

Nós não queríamos de maneira nenhuma que eles se libertassem de um jugo do capital e submetessem ao jugo da ciência. Nós queríamos promover uma visão deles bem crítica, bem própria deles, que não era nossa visão. A gente tinha uma visão de apoiá-los, mas não tínhamos a visão deles, quem tem a visão deles, são eles (E05 - PQ).

Hébette (1997) relatou que, embora o Programa CAT fosse fortemente inspirado na experiência do Caribe, existia um elemento novo e absolutamente fundamental que procedia da experiência local: o reconhecimento, como representante dos agricultores e parceiro no projeto, do sindicalismo regional legitimado pela participação de seus líderes na luta pela terra e na reconquista das direções dos primeiros STRs. Outro entrevistado reafirmou esse caráter essencial que marcou o CAT, ou seja, a participação das organizações dos agricultores e dos pesquisadores nos processos de decisão do Programa:

Agora, essa idéia de colocar a organização, numa entidade, ou seja, tomada de uma entidade que junte as organizações aonde quem manda são organizações e um laboratório, aonde que tem os técnicos para fazer esse diálogo, é a coisa, é o elemento mais do CAT, justamente é de colocar isso, porque antes não tinha essa capacidade organizativa. Pelo menos a minha experiência de outros países é que eles não têm condição de fazer essa organização forte e aqui nós encontramos a possibilidade realmente de fazer isso (Entrevista cedida por G., 15 de abril de 1997).

Nesse sentido, tratava-se de reconhecer e de devolver à organização dos trabalhadores rurais de nível regional (sindicatos) e estadual (FETAGRI) a direção do processo de desenvolvimento da agricultura camponesa com todas as suas dimensões, entre as quais a tecnológica, econômica e social, até então, conforme já vimos, eram assumidas por fora da instância sindical.

Tomando por base o pressuposto acima, a parceria impunha-se estabelecer relações institucionais que, ao mesmo tempo, fortalecessem internamente a organização dos trabalhadores rurais, lhes dessem condições de receber e até cobrar das instituições governamentais os serviços a que a sociedade tem direito; e que isso se fizesse sem que a organização dos trabalhadores se subordinasse ou tivesse inibida sua função sindical de contestação e reivindicação (HÉBETTE, 1991b).

Essas condições seriam buscadas mediante reconhecimento no Programa CAT de uma dupla organicidade: uma entidade de trabalhadores e uma entidade de pesquisadores/extensionistas, com a autonomia de uma em relação à outra, mas com articulação explicitamente definidas. Para buscar assegurar essa autonomia e o poder da representação camponesa, foi constituída uma fundação com personalidade jurídica, reconhecimento oficial, estatutos próprios: a FATA. Paralelamente os pesquisadores/extensionistas se agregaram num grupo de trabalho qualificado de LASAT.

A FATA foi criada no dia 1º de agosto de 1988, sendo associada à UFPA para constituir o CAT. Seu estatuto foi aprovado pelo Ministério Público no dia 03 de agosto de 1988, estabelecendo como objetivo da entidade:

Reunir trabalhadores rurais organizados em sindicatos a fim de, juntamente com instituições de pesquisa, ensino superior e extensão rural contribuir para superar os obstáculos ao desenvolvimento da produção familiar e melhorar as condições de vida da população camponesa (Relatório Anual da FATA, 1993).

A Fundação era dirigida por sua Assembléia Geral, por um Conselho Diretor e por uma Diretoria Executiva. A Assembléia Geral era constituída por 17 representantes⁷⁰ de cada STR participante da FATA, além do Diretor Executivo, de alguns funcionários, dos ex-presidentes e de benfeitores especiais. O Conselho Diretor era composto por dois representantes de cada STR e dois representantes do LASAT.

O LASAT tinha como objetivo colocar à disposição dos agricultores o aporte da pesquisa científica, da formação universitária e do apoio tecnológico (extensão/desenvolvimento). A pesquisa se daria no campo sócio-econômico e agrônomo-florestal. A metodologia utilizada no seu trabalho é conhecida como Pesquisa-

⁷⁰ Esses 17 representantes eram escolhidos da seguinte forma: além de seus dois conselheiros, tinham direito a uma representação de 15 associados, dos quais 10 são representantes do corpo sindical, escolhidos em Assembléia Geral de cada um dos sindicatos e cinco membros deviam ser da Diretoria.

Desenvolvimento em Sistemas de Produção Agrícola (PDSP) que se originou da crítica aos modelos de pesquisa e extensão agropecuária, baseados em uma visão tecnicista, produtivista e descendente (de cima para baixo) do desenvolvimento agrícola. Em síntese, a metodologia consistia em partir da observação da realidade agrária para distinguir os diferentes tipos de agricultores em função do meio envolvente, compreender a lógica interna dos sistemas de produção de cada tipo em função dos objetivos de cada família, dos meios de produção e tecnologias disponíveis e dos principais constrangimentos/restrições encontradas. Segundo Simões & Oliveira (2003), a partir deste conhecimento dos sistemas de produção dos agricultores, poder-se-iam selecionar tecnologias promissoras a serem introduzidas a partir de testes nos estabelecimentos agrícolas, da experimentação em meio real (nas áreas de produção dos agricultores) ou depois de validação em estações experimentais deslocadas para áreas rurais. Poder-se-ia, também, reorientar as prioridades de pesquisa agrônômica para atender as necessidades maiores de todos ou de certos tipos de agricultores em função da política geral do país. Destarte:

Este conhecimento aprofundado do sistema de produção e do sistema agrário também poderia servir de base à definição de políticas agrícolas mais adaptadas ao contexto social, econômico e agroecológico em que vivem os agricultores do que uso de metodologias de avaliação econômica clássicas (SIMÕES & OLIVEIRA, 2003: 154-155).

A partir da metodologia dos sistemas de produção, a idéia era trabalhar os experimentos diretamente nos lotes dos agricultores e não em campos experimentais, conforme faziam outras instituições de pesquisa como a EMBRAPA. Para dar conta dessa tarefa, se criou uma equipe grande de técnicos, composta não somente por pesquisadores agrônomos e engenheiros florestais, mas também por sociólogos, pois:

Significava que não era só fazer agricultura, mas o que a gente achava, entretanto que o grande problema da agricultura desse pessoal de fora, do nordeste, e com os poucos recursos que tinham, era fundamental trabalhar na agricultura e a sociologia era no sentido de ajudar a entender em que eles viviam, como se passavam as coisas, por que eles são pobres, de fazer esse tipo de reflexão, mas não política (E06 - PQ).

Segundo o entrevistado nº 6, o CAT sempre se negou a trabalhar a política de forma partidária e/ou ideológica, como também nunca se meteu nas eleições dos sindicatos e em temas como religião:

Partidária, mas ideologia, porque além dos partidos tem uma ideologia, então a gente não mexe na ideologia política, nem nas eleições etc. Não só dos sindicatos do CAT, mas de cada sindicato, ou seja, a união dos sindicatos não era para fazer aglomerados, cada sindicato tinha em cada município suas próprias discussões e discutindo as políticas internas, vamos dizer, a maneira de trabalhar, então isso foi muito forte da minha parte, nada de política, nada na Igreja (E06 - PQ).

Dentro da filosofia do Programa, o LASAT buscava também a participação de pesquisadores e técnicos das mais diversas instituições oficiais ligadas ao campo, oferecendo a estas um espaço privilegiado de atuação na área da pequena produção, instituindo, quando necessário, sobre seu compromisso institucional. A pesquisa foi colocada no programa como

prioridade temporal, isto é: “considera-se que a qualidade e o êxito de um plano de desenvolvimento requerem, inicialmente, um estudo criterioso se quiser fugir da improvisação e do pragmatismo” (HÉBETTE, 1991b: 90). Para se tornar proveitoso e, inclusive, se justificar, esse esforço de pesquisa deveria ser dirigido a um espaço populacional amplo, principalmente localizado nas delegacias sindicais. No caso do programa, este universo foi estimado em torno de 15 mil unidades familiares correspondendo aos quatro municípios abrangidos (cerca de 35.000 Km²), conforme podemos ver no mapa a seguir:

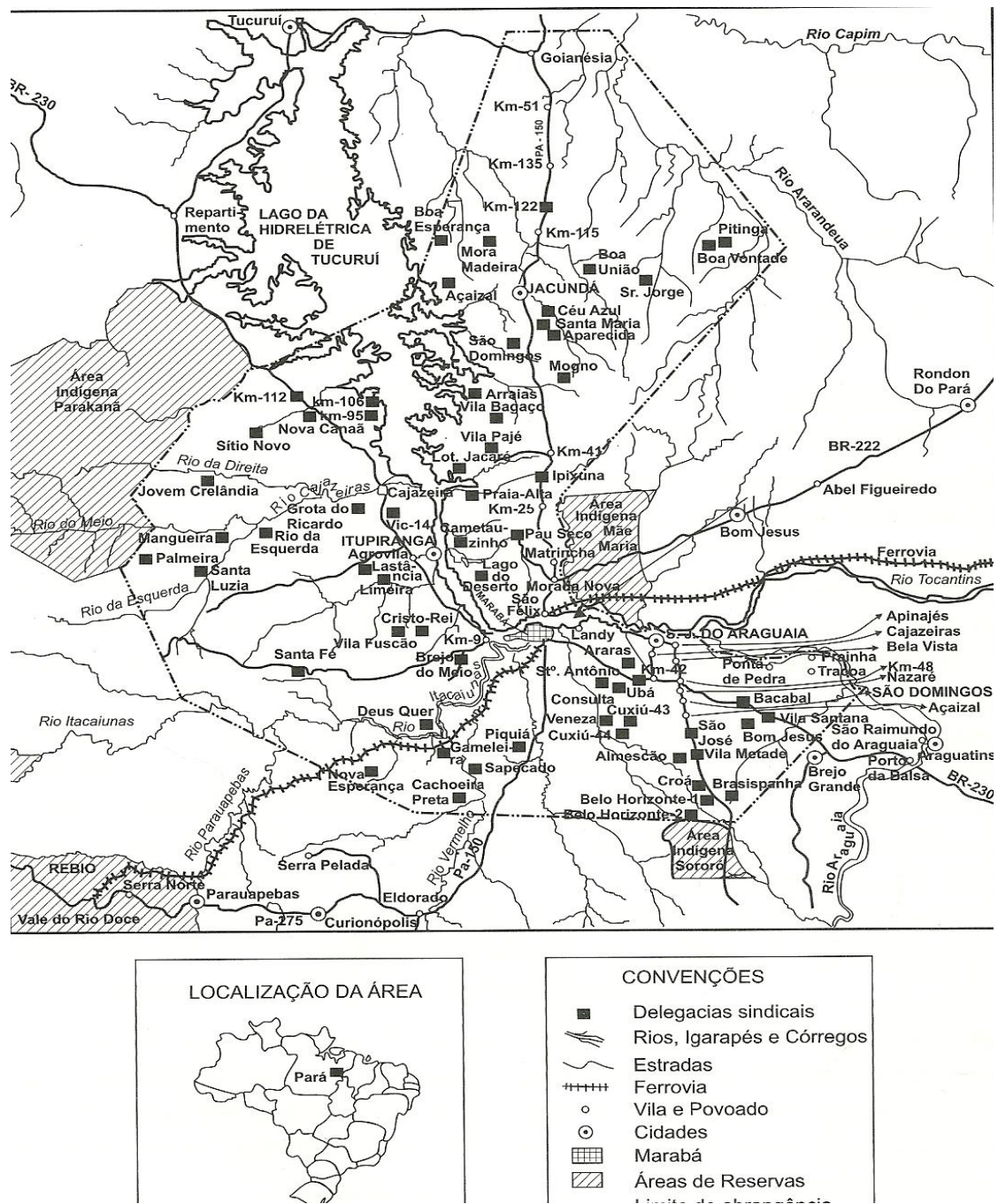


Figura 04: Área de atuação do Programa CAT
 Fonte: HÉBETTE, 2004d: 93.

A pesquisa, no LASAT, tinha também outro objetivo: a formação de novos pesquisadores e extensionistas. No próprio processo de pesquisa, em contato contínuo com a realidade do campo, e em proximidade com o agricultor, bolsistas, pesquisadores iniciantes, exerciam, sob supervisão, as suas responsabilidades profissionais, aprendiam “a se relacionar corretamente com o lavrador, descobrindo as insuspeitadas capacidades do camponês, e percebendo o papel da organização sindical” (HÉBETTE, 1991b: 91).

Entretanto, para Hébette (1991b), a FATA tinha objetivos bem mais amplos do que o LASAT. Ela deveria ser aberta às questões da produção agrícola e da comercialização, à formação política e sindical, à discussão dos problemas sociais e às atividades de natureza cultural, sem querer concorrer com as outras entidades, procurando, ao contrário, colaborar com todos a serviço dos agricultores.

A inserção da Fundação no Laboratório e vice-versa, no mesmo Programa, permitiria à Universidade valorizar seus trabalhos científicos estabelecendo um acesso direto e fácil à realidade camponesa, um terreno acolhedor e um público que coopera; aos trabalhadores, um acesso direto à pesquisa e um poder de orientação na escolha dos objetos de pesquisa. A distinção clara entre Fundação e Laboratório permitiria a ambos definirem e desenvolverem autonomamente, embora de maneira articulada, seus próprios programas (HÉBETTE, 1991b). Entretanto, conforme mostraremos nos próximos capítulos, essa articulação da pesquisa com os sindicalistas e agricultores foi perpassada por diferentes formas de conflitos.

Para o Hébette (1991b), a articulação entre essas duas entidades também representava outro desafio: a aliança entre entidades sindicais e instituições do Estado, que “residia precisamente no conteúdo específico desses programas e, mais amplamente, no papel particular das duas entidades componentes” (Ibidem: 87). Pois, o STR é um “órgão de classe”, ou seja, um órgão de defesa dos interesses coletivos e, portanto, mais preocupado em reivindicar e defender suas bandeiras de luta; nesse sentido, tem também uma dimensão política, mesmo que não necessariamente partidária. O Laboratório, por sua vez, desenvolvia atividades ligadas à administração pública e definidas em planos de trabalho específicos, suas orientações gerais eram mais relacionadas com pesquisa, formação, orientação e assessoria. O desafio colocado era: como evitar que essas funções, dotadas por uma grande número de investimentos, não desvirtuassem a função “política” dos sindicatos? Principalmente “quando a tradição brasileira carrega todo um peso do assistencialismo ou de sindicalismo de resultados” (Ibidem), ainda mais se essas funções eram voltadas com certa ênfase para aspectos econômicos, como é o caso da produção agrícola e da comercialização de produtos.

Para o autor, a proteção contra o risco exposto acima se esperava exatamente na constituição da Fundação. Segundo ele, a FATA

[...] não substitui aos sindicatos, não lhes absorve as funções, nem lhes tira as energias; ela tem sua estrutura organizativa, seus técnicos, seus recursos financeiros, sua direção, suas linhas de ação garantidas por um organograma simples, mas eficiente, de manejo leve: a Assembléia Geral, constituída essencialmente de sindicalistas, que se reúne uma vez por ano, e um Conselho Diretor, composto de oito diretores sindicais e dois pesquisadores, que se reúne de dois em dois meses; os trabalhadores do campo têm desta maneira, em suas mãos, um poder significativo (HÉBETTE, 1991b: 87).

A Fundação tentava exercer, nesse sentido, uma função educativa (ao mesmo tempo conscientizadora e esclarecedora) nos sindicatos membros e nas associações das quais participavam seus sócios, ao mesmo tempo em que tentava romper com as tradições

enraizadas do poder personalizado. Essa busca de transparência não deixou, por sua vez, de suscitar novos desafios:

Como convencer que recursos – humanos, técnicos, financeiros – relativamente abundantes quando comparados à pobreza do camponês e à indigência de seus sindicatos, deveriam ser dedicados a objetivos de médio ou mesmo de longo prazo, se as necessidades eram tão imediatas, tão presentes, e frequentemente tão personalizadas? Por que dedicar recursos à pesquisa agrônômica ou sociológica se o problema imediato era estrada e transporte, era doença? Por que, até, pagar um pesquisador, se o diretor do sindicato estava na miséria? (HÉBETTE, 1991b: 88).

Para o autor, esses desafios só poderiam ser vencidos com sindicatos bastante maduros e politicamente seguros.

Para garantir a presença dos agricultores nas reuniões da FATA, adotou-se uma política de pagar as despesas dos sindicalistas, pois muitos não tinham condições de participar em todas as reuniões do Conselho Diretor:

Os sindicalistas puxavam muito para a história do pagamento de honorários, sobre o argumento de cobrir as diárias deles, que eles vinham das suas comunidades ou dos seus sindicatos e passavam o dia na FATA. E como a FATA tinha recursos, pagava uma diária para eles, para recompensar o trabalho que eles tinham deixado de fazer nos seus sindicatos ou nos seus estabelecimentos. Na época, vários deles ainda tinham suas roças, mesmo sendo lideranças sindicais, que muitas vezes eram bancadas pela família porque o sujeito ficava mais tempo fora do estabelecimento agrícola, ficava muito mais na atividade sindical do que no estabelecimento agrícola e as famílias tinham que arcar com isso (E02 - PQ).

De acordo com o estatuto da FATA, o Diretor Executivo tinha que se dedicar integralmente à direção executiva da Fundação, à administração de seu patrimônio e à execução de seus programas. Nesse sentido, considerou-se a conveniência de atribuir-lhe uma remuneração que lhe garantisse a disponibilidade necessária e se enquadrasse dentro dos parâmetros vigentes na região. O estatuto da FATA proibia a gratificação ou remuneração dos Conselheiros, podendo apenas a Fundação arcar com o ônus decorrente de viagens e estadias relacionadas com exercício do cargo. De acordo com a Ata da 3ª Reunião Ordinária do Conselho Diretor da FATA, de 22 de maio de 1989, a proposta de pagamento das despesas dos conselheiros foi feita com base no fato de que, para vir à reunião, os conselheiros camponeses – e apenas estes – perdiam um dia de trabalho quando a reunião do Conselho Diretor caía num dia útil. Nesse caso, o Conselheiro ou perdia um dia de trabalho na roça ou então pagava alguém para fazer o seu serviço. Nesse sentido, o pagamento aos conselheiros não constituía infração do dispositivo estatutário.

A proposta também tinha um aspecto igualitário, pois, dos dez Conselheiros daquela época, dois eram professores da UFPA, que recebiam salários, mensalmente. Contudo, quando eles vinham trabalhar no CAT, em Marabá, eles recebiam diárias. Nessa perspectiva, o pagamento proposto aos sindicalistas tinha uma justificativa parecida. Constatamos que, ao longo dos documentos analisados, a questão do pagamento de salário para os dirigentes sindicais e para os sindicalistas que participavam das reuniões do Conselho Diretor da FATA foi um assunto recorrente em várias reuniões da Fundação. Porém, o pagamento de salários para os representantes sindicais jamais foi aprovado.

Nesse sentido, principalmente no olhar de sindicalistas de outras entidades da região de Marabá, que recebiam salários para a participação em determinados cargos, surgiram críticas de que os sindicalistas da FATA eram controlados e usados pelos pesquisadores da UFPA.

Essa discussão remete à questão relatada anteriormente sobre a participação ativa nos processos de disputa política, que exige das lideranças sindicais o capital político e, notadamente, do tempo livre e determinados hábitos e competências. Dessa forma, ao analisarmos as lideranças de sindicatos e movimentos sociais oriundo de classes subalternas, neste caso em específico do meio rural, faz-se necessário pensar que o tempo livre se apresenta de forma diferenciada de profissões do meio urbano, pois o trabalho agrícola, em especial dos produtores diretos, possui níveis diferenciados de intensidade ao longo do ano (BOURDIEU, 1989).

O contexto em que se efetivou realmente essa participação de sindicalistas e agricultores no Programa CAT é outro elemento importante a ser considerado. Será em consideração a isto que os agentes assumirão determinados comportamentos em relação ao formato de interlocução a ser estabelecido. Convém salientar que isso não se processa de uma forma calculada, onde o agente, após refletir racionalmente sobre a sua realidade e sobre as possibilidades que o momento lhe apresenta, assume o comportamento mais eficiente e conveniente para a ocasião. Em outras palavras, é na relação estabelecida entre os agentes, tendo por fundamento uma “economia das práticas”⁷¹, que as estratégias vão se constituindo. Elimina-se, dessa forma, qualquer confiança em uma ação teleológica e, por isso mesmo, os fins sempre trarão conseqüências imprevisíveis. E é exatamente esta imprevisibilidade que torna ainda mais dinâmico este espaço de participação nas reuniões da FATA, considerando-se que os objetivos balizadores idealizados pelos agentes de maior poder (pesquisadores) poderão vir a ser subvertidos por aqueles que a princípio estavam em condições de “coadjuvantes legitimadores” (sindicalistas) e, dessa forma, transformar os rumos até então traçados.

Portanto, cabe salientar que, ao discutirmos a participação como sendo, em certa medida, funcional aos interesses daqueles que são os seus proponentes e evidenciando os limites com relação aos efeitos práticos desta participação, não estamos eliminando a consideração de que estes espaços são importantes geradores de disputas, a partir das quais pode emergir um novo indivíduo que constrói e, ao mesmo tempo, se constrói em uma nova realidade.

Segundo Oliveira (2004), o pressuposto da participação se assenta, em grande medida, numa crença na razão iluminista, de onde emerge um indivíduo racional com capacidade para estabelecer os contornos de seu próprio destino. O que se prevê, quando se convoca ou é convocado a ocupar um espaço na cena da participação, é que o indivíduo participante está ali ciente de seu papel e apto a estabelecer uma relação dialógica com seus interlocutores, de forma a produzir uma decisão, no mínimo, consensuada. Esta decisão, portanto, estará legitimada por todos ali presentes, mesmo porque, teoricamente, todos se enxergariam nela. Esta proposição “típico-ideal” da participação não foi algo que verificamos *a priori*, com base nos documentos e entrevistas. Tal hipótese somente se realiza na medida em que os integrantes desse processo entrarem em uma relação de simetria, uma relação onde os poderes constituídos se situam em um mesmo patamar. O que é algo improvável, senão, impensável. Contrariamente às crenças iluministas, existem múltiplas racionalidades e, de maneira geral,

⁷¹ No sentido de que os agentes que estão inseridos numa realidade imediata são impelidos a economizarem tempo e recursos em suas práticas o que os levam a agir conforme a *doxa* na qual estão imersos.

os sindicalistas e pesquisadores que interagiam nestes espaços carregam uma variedade de bens simbólicos e materiais que os revestem de poderes que assumem diferentes matizes conforme o contexto em que se situam: “não podemos tomar a razão e a racionalidade como um sistema unificado e universal pelo qual podemos falar sobre o que é verdadeiro e falso, mas como sistemas historicamente contingente de relações, cujos efeitos produzem poder” (POPKEWITZ, 1994 *in* OLIVEIRA, 2004: 175). Ou seja, cabe nos questionarmos se os agricultores não participaram mais na condição de platéia do que na condução das discussões e decisões, principalmente nas Assembléias da FATA, onde ocorria, na maioria das vezes, apenas apresentação do orçamento e da programação da FATA, anteriormente preparada por uma comissão⁷².

Por fim, do mesmo modo que o documento que destaca os princípios do Programa, alguns entrevistados ressaltam que, para o CAT alcançar todos esses objetivos, teria que atuar num espaço temporal amplo. Falavam que o Programa deveria durar o equivalente a uma geração, em torno de 20 a 25 anos, para que os resultados fossem concretos e duradouros.

De acordo com Hébette (1995), a magnitude do Programa CAT deveria ser espacial e temporal, pois o projeto deveria atingir um espaço e um horizonte temporal suficientes para garantir a irreversibilidade do que fosse feito. Segundo o autor, miniprojetos facilmente se diluem no espaço e no tempo social, e o CAT não queria repetir esse erro. Destarte:

A humildade científica é de outra índole; ela se traduz em hipóteses, sempre sujeitas à dúvida, abertas para revisão, mas necessariamente inovadoras e portadoras de alguma audácia. Sociologicamente falando, as mudanças sociais, objetivadas pelos projetos, partem, via de regra, de uma base suficientemente ampla e exigem tempo e persistência. O Programa CAT ao qual me referi, e que, de certa maneira, reflete minha visão da Extensão Universitária e inspira essas reflexões, adotou como espaço de atuação uma área de 30.000 Km² e, como horizonte temporal, o trabalho de uma geração de camponeses (como estes dizem: “Estamos trabalhando para nossos filhos e netos”), mas, também, uma geração de pesquisadores e de técnicos de diversas instituições (HÉBETTE, 1995: 317).

No entanto, contrariando os desejos de pesquisadores e sindicalistas, o Programa esteve funcionando em torno de 13 anos. No capítulo VI iremos discutir os motivos que levaram às transformações no CAT antes do tempo previsto.

3.2 O Centro de Convivência da FATA

Nas conversas iniciais com os pesquisadores para a montagem do Programa CAT já se discutia a possibilidade de se criar um local de reuniões e encontros: “nós temos que ter um local onde a gente pode se sentar e discutir entre nós e discutir com os pesquisadores, aí que teve a idéia da construção” (E15 - AS). Segundo o entrevistado nº 6, os pesquisadores que vieram das Antilhas e que já tinham trabalhado no Haiti foram importantes na formulação de um Centro de Convivência (CECON), pois já se tinha trabalhado com essa idéia por lá:

⁷² Antes de cada Assembléia Geral o Conselho Diretor da FATA se reunia e fazia uma avaliação Geral da entidade. Nessa reunião, também ocorria a formação de comissões específicas (Finanças, Programação, Patrimônio, etc.), formadas por sindicalistas e pesquisadores, para fazer a avaliação e apresentá-la à Assembléia Geral para a aprovação.

Notadamente tinha adotado a prática de não ensinar os trabalhadores, mas de juntar os trabalhadores para discutir entre si as suas experiências de trabalho, e com orientação de especialistas, ou seja, de agrônomos. Mas o essencial era o lugar aonde os interessados iam se encontrar regularmente para discutir, ficar dois ou três dias. Então, se surgiu a questão de fazer esse Centro (E06 - PQ).

De acordo com o entrevistado nº 12, a área em que seria construído o CECON teria que ser perto de Marabá, para ficar localizado mais ou menos próximo aos quatro municípios. No mesmo ano de criação do Programa, em 1988, as freiras dominicanas do colégio Santa Terezinha resolveram se desfazer de um terreno de 66,5 ha que elas tinham a cinco quilômetros da cidade. Ao saberem disso, os pesquisadores e sindicalistas se articularam no sentido de viabilizar a compra.

O terreno foi comprado por Jean Hébette através de um Fundo⁷³ e seria utilizado para as instalações do Programa: “Jean soube, aí entrei como advogado, no processo de transferência; elas fizeram um preço mais mole porque sabiam a que se destinava e nós fizemos questão de honrar esse espírito entregando aquilo aos camponeses” (E05 - PQ).

A assinatura da Escritura Pública de Promessa de Compra e Venda do Sítio destinado à sede do CAT e da FATA foi feita no dia 01 de agosto de 1988 (HÉBETTE & NAVEGANTES, 2000). Nessa escritura consta que a Fundação era obrigada a permitir que a UFPA usasse o terreno, liberando um conjunto de entidades de pesquisa e extensão, nas atividades de interesse da pequena produção rural.

Não existindo no CAT, na ocasião da aquisição do terreno, nem a FATA nem outra entidade de personalidade jurídica, a compra da chácara foi feita em nome de Jean Hébette até que se fizesse a escritura definitiva em nome da FATA, de acordo com o Art. 19 do estatuto da Fundação:

Art. 19: “que o Conselho Diretor aceite a doação da chácara comprada para perseguir os objetivos do Programa CAT e faça com a obrigação e responsabilidade de mantê-la a serviço da FATA e do LASAT, para que trabalhem, conjuntamente, na execução do Programa CAT ou, na ausência deste, de outro Programa com objetivos semelhantes; que, uma vez agregada ao patrimônio da FATA, a chácara com suas instalações seja administrada em obediência aos estatutos da Fundação, notadamente aos seus artigos 2º e 3º” (Ata da 2º Reunião Ordinária do Conselho Diretor da FATA, 15 de março de 1989).

No entanto, o dinheiro para compra do terreno não veio apenas desse fundo criado por Jean Hébette. Houve também contribuição de ONGs do exterior, principalmente da Christian Aid conforme apontou um dos entrevistados.

⁷³ A origem do Fundo foi a seguinte: na década de 1980, tinha vindo para a região de Marabá o Padre Jorge Schweden, um padre belga da congregação dos Missionários Oblatos, que desenvolveu trabalhos junto à CPT e aos posseiros em São Domingos do Araguaia. Ele morreu de malária prematuramente em 24 de abril de 1981, e sua mãe (Maria Luiza Schweden) resolveu dar continuidade ao trabalho do filho destinando uma parte da pensão que ela tinha do marido para ajudar a missão, confiando a Jean Hébette uma parte desse recurso. Este resolveu criar um fundo, ou seja, uma poupança, para guardar esse dinheiro e o de outros amigos e professores que foram se juntando, regularmente ou não, na contribuição para essa poupança. Posteriormente, em 1989, a Sra. Maria Luiza Schweden foi considerada o primeiro membro benemérito da Assembléia Geral da FATA.

De acordo com Hébette & Navegantes (2000), a assinatura da Escritura Pública definitiva de Compra e Venda do sítio para a construção do Centro de Convivência só foi feita no dia 11 de abril de 1989. Além disso, no dia 24 de junho de 1989 foi feita a inauguração oficial, pelo reitor da UFPA, das instalações provisórias do CAT que iria funcionar nesse mesmo local. A inauguração do Programa gerou uma repercussão na região.

O CECON foi criado com a perspectiva de ser um local que permitiria o contato entre as comunidades de agricultores e entre estas e os pesquisadores da UFPA. Era recomendada também a utilização do Centro para encontro entre as famílias dos agricultores e atividades de lazer. Apesar de ser utilizado por todas entidades do Programa CAT, ele juridicamente pertence à FATA.

No início, se pensou em fazer uma estrutura de palha bem simples, mas a UFPA apresentou um projeto, em diálogo com sindicalistas, mais elaborado e com uma estrutura mais sólida: “Viam aqui conversavam com os sindicalistas: qual o tamanho que vocês querem? Onde? Como? Fizeram a planta, foram contadas as árvores: a idéia foi de construir na mata sem tirar uma árvore de mais de 30 cm de diâmetro” (E15 - AS).

Conforme o entrevistado nº 5, o Arquiteto⁷⁴ que foi convidado para conceber o plano entendeu muito bem a concepção do CAT. Ele escolheu como princípio que as construções deveriam relatar a beleza da concepção e do pensamento do Programa. Deveria também ser construído com os materiais locais e resolveu que a formulação do projeto arquitetônico do CECON era uma situação que não careceria surgir de idéias do próprio professor, mas que seria um momento de reflexão dentro do curso de Arquitetura, entre professores e estudantes, pautando-se na mentalidade da universidade a serviço da sociedade:

Como eu vou conceber um alojamento de moradia, um auditório, uma administração, uma salão de refeição e cozinha, uma dispensa que corresponda à beleza dessa concepção dessa universidade trabalhando com os trabalhadores? Então é um momento de aprendizado para mim e para os meus alunos, e eu creio que são nove unidades de construção. Ele recrutou nove alunos para fazerem parte do grupo do projeto; e, em seguida, com nosso entusiasmo, ele organizou um curso de especialização de arquitetura nesse sentido (E05 - PQ).

No dia 10 de agosto de 1990 foi inaugurada a pedra fundamental desse Conjunto Arquitetônico do CECON. O início das obras se deu no dia 15 de janeiro de 1991. A inauguração dos primeiros prédios (alojamento dos lavradores e prédio da Administração) foi feita no dia 31 de agosto de 1991 (HÉBETTE & NAVAGANTES, 2000). A inauguração definitiva de todo o conjunto arquitetônico aconteceu no dia 16 de agosto de 1992. Foram feitos alguns mutirões dos trabalhadores para finalizar a construção, principalmente na parte paisagística do Centro. O CECON ou simplesmente CAT⁷⁵, como ficou mais conhecido,

⁷⁴ O projeto foi elaborado na Universidade durante seis meses, de forma gratuita, por um grupo de professores e alunos do Atelier de Arquitetura da UFPA, sob a coordenação dos Prof. Cícero Cabral do Nascimento e Cláudio Cativo Rosa e pelo prof. Paulo Gama e seus alunos do curso de Eletricidade da UFPA.

⁷⁵ A denominação do CECON foi alvo de alguns debates entre sindicalistas e pesquisadores, pelo fato de muitas pessoas confundirem o local com o Programa CAT em si, conforme observamos na seguinte Ata: “O presidente levantou então a discussão sobre a denominação a dar ao conjunto de construções que foram projetados pelo Centro Tecnológico da UFPA e construída no terreno da FATA. A discussão se justifica uma vez que muitas pessoas estão chamando de CAT a esse local, estabelecendo, portanto uma confusão entre o lugar e o programa. A Conselheira [...] manifestou-se contra a mudança, pois, no seu entender, a confusão, se existente, não provoca problema. O conselheiro [...], ao contrário, pronunciou-se pela mudança propondo a denominação de “Centro da

materializava toda a grandiosidade que o Programa pretendia ter e também era motivo de muito orgulho e alegria por parte dos sindicalistas e agricultores, conforme observamos no seguinte documento:

Na opinião do administrador, o acabamento dos prédios é muito bom; a arquitetura é muito bonita; a beleza pode até induzir à crítica de busca de luxo, ao que o Conselheiro responde dizendo que nem sempre o que é bonito é caro, por exemplo, estima-se que o custo da obra não está passando de 60 a 65% do que seria um custo comercial. Evocando uma declaração do arquiteto Cícero Cabral do Nascimento, segundo o qual a grandiosidade da idéia do CAT deve se traduzir na sua expressão arquitetônica, o Conselheiro perguntou: “Por que uma obra destinada para trabalhadores deveria ser feia e ainda mais quando se dispõe de matéria local que pode criar beleza, como a madeira e o barro?” [...] O Conselheiro [...] disse “o trabalhador rural nunca podia esperar de ter uma reunião com o conforto que vamos ter aqui” (Ata da 2ª Reunião Extraordinária do Conselho Diretor da FATA, 30 de agosto de 1991).

O CECON é constituído por três salas de aulas, o auditório (que, na maioria das vezes, serve como sala de aula), oito dormitórios para educandos, refeitório, cozinha, biblioteca, prédio administrativo, espaço de recreação com campo de futebol e quadra de areia.



Foto 01: Instalações do Programa CAT: Refeitório/Cozinha
Fonte: Luciano Almeida, 12/08/2010.

FATA”. O próprio presidente, [...] pensa que não adianta criar um nome artificialmente pois “ não muda mais na boca do povo” (Ata da 29ª Reunião Ordinária do Conselho Diretor da FATA, 06 de agosto de 1993).



Foto 02: Dormitório.

Fonte: Luciano Almeida, 12/08/2010.

De acordo com Dias (2007), o espaço da FATA passou ser compreendido e estudado como um todo, para que a partir daí se pudessem fazer planejamentos das atividades nas áreas, principalmente envolvendo os educandos após a criação da EFA em 1996⁷⁶. Com isso, a área total da FATA, foi dividida para efeitos didáticos, em cinco sub-áreas, de acordo com as características de relevo, solo e vegetação, sendo composta de: 1) Boqueirão: área de preservação permanente com relevo bastante inclinado, vegetação alta às margens do Rio Itacaiunas; 2) Teca: área plana a suavemente inclinada, onde a maior parte da cobertura vegetal é formada por capoeira de até 10 anos, presença de alguns cultivos remanescentes do início da FATA; 3) Chapada: onde se localiza o CECON/FATA, cobertura vegetal com mata secundária, relevo plano; 4) Nascente: área de relevo inclinado que margeia as fontes de águas que abastecem o CECON/FATA e 5) PPA⁷⁷: espaço onde estão implantadas a maior partes das atividades produtivas da EFA.

⁷⁶ A EFA foi criada em 1996 e passou a funcionar no mesmo espaço da FATA. Voltaremos a esse assunto no capítulo V.

⁷⁷ A área do PPA – Projeto de Produção Agroecológica comporta a maior parte das atividades produtivas, e tem uma área de 33,3 ha, sendo 04 ha de área de preservação e 27,3 ha utilizados para os sistemas de cultivo e de criação. Essa área é constituída por setores produtivos (de bovinocultura, de apicultura, de caprino-ovinocultura, de avicultura, setor de olericultura/culturas anuais, da agrofloresta e de produção de mudas). Todos esses setores dispõem de infra-estrutura e equipamentos mínimos importantes para o processo de aprendizagem dos educandos (DIAS, 2007).

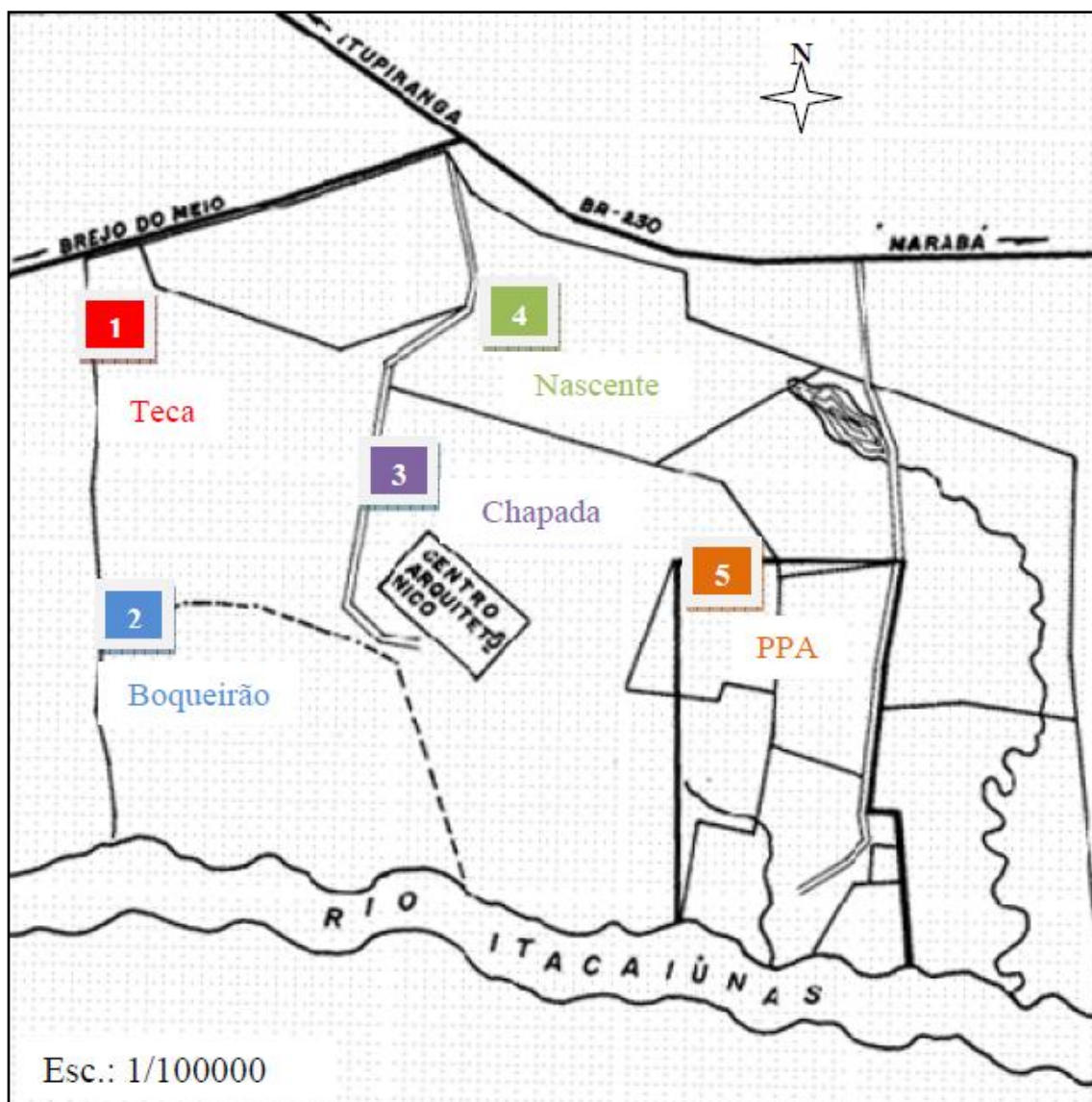


Figura 05 Croqui da área da FATA/EFA.
 Fonte: EFA 2005 in DIAS, 2007: 27.

Segundo Dias (2007), estas áreas foram utilizadas como espaço pedagógico-didático de construção de conhecimentos nas mais diversas atividades realizadas em projetos do CAT e ao longo do processo de formação dos educandos da EFA.

De acordo com Hébette (1997), o Centro de Convivência da FATA reuniu centenas de agricultores das Delegacias Sindicais e de outras localidades para formas variadas de trocas de informações e experiências: estágios de base, seminários temáticos, grupos de técnicos comunitários. Para o autor, incontestavelmente, os agricultores romperam seu isolamento e voltaram para sua localidade com visões transformadas de sua realidade, com novas aberturas:

Nem sempre se percebe o resultado deste intercâmbio, que não se traduz em concretizações imediatas. Um resultado, entretanto, é incontestável: dezenas e dezenas de agricultores relativamente isolados longe dos centros têm adquirido mecanismo novos de participação aos debates sobre agricultura em

geral e a agricultura familiar em particular, isto é, vocábulos, conceitos, expressões, formulações de questões, dialética, prática de interlocuções, socialização de suas percepções, juízos e avaliações, etc. que a vida aldeana não lhes proporciona. Esta observação é importante se, como afirma Darré (1985, p. 25) para o caso de pecuaristas no norte da França, “o grupo profissional se estabeleceu muitas vezes na base de uma cooperação no sentido de se orientar e saber o que fazer, mais do que para produzir materialmente” (HÉBETTE, 1997: 158-159).

Desde o início, o projeto CAT era muito ambicioso, e se materializou na construção desse Centro. Mas, segundo um de nossos entrevistados, não havia a necessidade de um lugar tão grande, pois, ao mesmo tempo em que o tamanho do CAT se tornou um símbolo da vitória dos agricultores, foi difícil de ser apropriado e de ser sustentado por eles com recursos próprios.

Essas críticas se acirraram também porque outras entidades que atuavam na região de Marabá, como a FASE e o CEPASP, tinham um espaço físico bem mais modesto e funcionavam com um custo mais baixo. Para o entrevistado nº 16, tinha que ter sido levado em consideração o fato de que o dinheiro (por meio dos financiamentos) é sempre objeto de disputas por poder e poderia trazer vários riscos para a continuidade da parceria. Nesse sentido, o CAT deveria ter tido o mesmo tamanho das outras entidades, de forma a andar no mesmo ritmo que as demais organizações da região.

A principal fonte de financiamento para a construção das estruturas do Programa CAT foi a aprovação, no dia 01 de julho de 1989, do convênio “Programa de Desenvolvimento da Fundação Agrária do Tocantins-Araguaia” entre as ONGs Christian Aid, o Comité Catholique contre La Faim et pour Le Développement (CCFD)⁷⁸ e a CEE/Bruxelas. Esse convênio foi renovado anualmente por parte da Christian Aid durante dez anos (HÉBETTE & NAVEGANTES, 2000). Houve também uma doação do Banco Habobank da Holanda que foi utilizado na conclusão do auditório e do prédio dos pesquisadores, e para adquirir móveis para o auditório e para os alojamentos dos lavradores.

Durante todo o Programa CAT houve também a participação de recursos do CNPq, da CAPES e do Centro de Pesquisa Agrícola para o Desenvolvimento (CIRAD/França) em diversos projetos que envolveram pesquisa, formação e desenvolvimento na produção agrícola familiar. Segundo um dos entrevistados, a participação de diversas ONGs do exterior, principalmente de ONGs ligadas à Igreja Católica, foi devido ao fato de Jean Hébette ser religioso e já ter tido vários trabalhos pela Igreja antes de chegar ao Brasil:

Aí entrou tudo, o Jean tinha um grupo de amigos da Bélgica que doava dinheiro para atividades sociais dele aqui. Eu digo social porque ele tem uma atividade pastoral, mas que ele não assume como pastoral, porque é uma atividade menos religiosa e mais de ação social dele. Mas, eu acredito que muitas dessas doações têm a ver com o fato dele ser religioso, mas isso é uma percepção minha. Depois, teve essas ONGs, principalmente essas ONGs católicas, de novo eu insisto dessa influência dele como religioso. O Comitê Católico contra a Fome, que é a maior organização francesa dos católicos franceses doou uma quantidade de dinheiro. A Christian Aid, uma outra ONG inglesa, cristã também deu dinheiro. O governo inglês teve uma época financiou um projeto grande com muito dinheiro [...] a Embaixada do

⁷⁸ É uma organização não-governamental católica criada em 1961 com objetivo de criar e promover ações de solidariedade e luta contra a fome no Terceiro Mundo ([WWW.ccfid-terresolidaire.org](http://www.ccfid-terresolidaire.org)).

Canadá, o próprio ministério de assuntos estrangeiros da França [...] O CIRAD da França, e isso tudo se dava em função da respeitabilidade do grupo e em particular do Jean Hébette, eu acho que isso é uma coisa que ninguém pode negar (E02 - PQ).

O entrevistado nº 2 ainda apontou outras fontes que permitiram um aporte grande de recursos, e que refletiram a complexidade de instituições que fizeram parte dessa parceria:

Sem falar na Secretária de Planejamento, que na época negociava recursos com PGC [...] parte dos recursos veio também pelo Estado do Pará, pelo projeto do Governo Federal [...] o IDESP na época, a EMBRAPA também tinha um grupo de pesquisadores sensíveis, que começaram a desenvolver pesquisas lá [...] além de que o Vincent [...] era da universidade das Antilhas e Guianas [...] E Vincent também tinha uma inserção institucional que permitia também a captação de recursos e o avanço na consolidação do projeto pelos dois lados (E02 - PQ).

Em relação aos financiamentos que o Programa CAT recebeu ao longo dos anos, um dos entrevistados comentou que estes não foram poucos, “eu posso dizer que até foram generosos” (E05 - PQ), mas de difícil prestação de contas, porque a regra da contabilidade pública era muito restrita, e também por causa da documentação necessária para confirmar os gastos.

Hébette (1991b) ressaltou também que a questão dos recursos envolveu ainda outro desafio maior, que diz respeito às suas fontes. Pois, segundo ele, o Programa CAT fez uma opção: “viver sem mendigar; viver sem se alienar”. Seus recursos deveriam ser, prioritariamente, nacionais, cobrados do Estado e da sociedade, como direito do trabalhador:

Fica claro para os responsáveis do programa e das entidades componentes que recurso ao Estado não se constitui em pedido de favor; é cobrança de um direito; do direito que cabe aos cidadãos que, por seu trabalho, financiam os serviços prestados pelo Estado, essa cobrança é um exercício tipicamente político (HÉBETTE, 1991b: 88).

Foi possível observar também essa preocupação na seguinte fala de Jean Hébette em uma das reuniões da FATA:

Hoje a FATA tem uma certa tranquilidade financeira para sua instalação com apoio estrangeiro e nacional. O último foi o mais difícil de conseguir, mas, no seu entender, era muito importante para não obrigar a Fundação ficar mendigando dinheiro no estrangeiro sem que seu país se propusesse uma parte significativa de suas necessidades. Na opinião de Jean Hébette é muito importante que o Governo Brasileiro devolva aos trabalhadores parte do que deles extraiu (Ata da 1ª Reunião Ordinária do Conselho Diretor da FATA, 24 de janeiro de 1989).

Nessa perspectiva, trabalhadores e pesquisadores tinham claro que, ao demandar ou prestar os serviços públicos, contribuía para o funcionamento democrático da administração e até o redirecionamento de suas práticas. Havia inclusive, no engajamento dos pesquisadores, extensionistas e técnicos, uma dimensão de coerência com princípios éticos e sociais, que nem sempre pode ser exercida sem luta e sacrifício. O autor aponta também que os recursos externos eram considerados, no programa, tendencialmente, pelo menos inicialmente, como

complementares, mesmo quando bastante elevados. Porém, há de reconhecer que esta exigência não foi plenamente realizada, visto os vultosos financiamentos que o CAT recebeu de ONGs estrangeiras e da Comunidade Econômica Européia, que foram superiores aos financiamentos vindos do Estado brasileiro.

Como já mostrado anteriormente, também houve uma parceria com instituições estatais de pesquisa e extensão rural como a EMBRAPA, o IDESP e a EMATER:

Eu me lembro que um dos primeiros foi a EMBRAPA, a EMATER. Só para tu teres idéia, a EMATER me colocou à disposição. A EMATER tinha muito forte a parceria. Eu era originalmente da EMATER, fui pra EMBRAPA, depois que o Jean me convidou eu voltei pra EMATER, e a EMATER me colocou, aí eu era paga pela EMATER. O IDESP era muito forte a parceria, a EMBRAPA idem (E01 - PQ).

Porém, a entrevistada ressaltou que o diálogo se dava, principalmente, com algumas pessoas dentro dessas instituições que eram mais sensíveis à discussão da pequena agricultura e da participação dos camponeses nos processos de desenvolvimento. Essa constatação reflete a discussão do capítulo anterior na qual mostramos que as condições de mediação são socialmente determinadas, não podendo ser absolutamente reificadas e generalizadas para todos os pesquisadores de uma determinada instituição. Destarte a entrevistada ressaltou:

Como em toda experiência, você tem algumas pessoas, por exemplo, oficialmente existia o convênio com a EMATER, com a EMBRAPA e tudo mais, mas você tinha técnicos dentro dessas instituições que tinham maior ou menor afinidade com os programas [...] Nessa academia, que não era a Universidade como um todo, mas eram as pessoas (E01 - PQ).

Entretanto, essa participação de entidades do Estado atuando diretamente com os sindicatos não era bem vista por todos os participantes do Programa, pois se temia a idéia de subordinação ou atrelamento político ao aparato estatal ou a partidos políticos:

Quanto a funcionária que a SAGRI colocaria à disposição do CAT, em Marabá, o Conselheiro [...] manifestou sua hesitação em introduzir na FATA, entidade pertencente ao movimento sindical e independente do governo, pessoas ligadas a setores de administração pública cujos objetivos podem ser diferentes e às vezes opostos aos do movimento sindical (Ata da 2ª Reunião Ordinária do Conselho Diretor da FATA, 15 de março de 1989).

Ao se referir a essa complexidade de instituições que faziam parte do Programa CAT, Hébette (1991b) destacou um desafio essencial que o Programa teve ao longo dos anos:

O primeiro e mais fundamental desafio do CAT – a aliança entre entidades sindicais e a academia – apresentava-se no nível das instituições implicadas, tão diferentes no seu estatuto, seus objetivos, sua metodologia: o projeto articulava STRs e órgãos oficiais de pesquisa: a UFPA, a EMBRAPA, o IDESP, e a EMATER; representantes também do saber prático e da ciência. Essa articulação, entre entidades tão diferentes, apresenta um risco grande, pois a organização dos trabalhadores é, de certa maneira, frágil e mal informada frente a uma academia relativamente poderosa e pretensiosa (HÉBETTE, 1991b: 86).

A articulação com esses “representantes do saber prático e da ciência” se materializava também na ligação mais visceral com a UFPA, inicialmente a partir do NAEA, do qual os professores que articularam o CAT eram originários e onde os projetos eram submetidos para aprovação. Nesse sentido, é importante problematizar esse risco que Hébette (1991b) apontou sobre a fragilidade dos trabalhadores rurais frente “a uma academia relativamente poderosa e pretensiosa”, pois não estariam também com muita pretensão os pesquisadores do NAEA ao querer estabelecer uma ação direta com os sindicalistas daquela região? Não seria o Programa CAT um meio no qual o poder da Universidade esteve prevalecendo sobre as organizações dos trabalhadores?

Conforme venho mostrando ao longo deste trabalho, o Programa CAT nasceu de um processo para cuja construção diferentes agentes (sindicalistas, pesquisadores, assessores, agricultores) influenciados por diversos outros agentes e fatores, contribuíram decisivamente. Isto não significa dizer que essa construção é o resultado de uma valorização equânime das suas contribuições ou que estes agentes estejam numa relação com simetria de poder. Veremos mais adiante que não se trata disso. Trata-se de um processo a partir do qual foi se constituindo um espaço social no qual veio a se estabelecer um jogo social em que os agentes agem movidos pela *illusio* que dá sentido às suas “jogadas” (BOURDIEU, 1996).

CAPÍTULO IV AS ATIVIDADES DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO E A ATUAÇÃO DO CAT NA REGIÃO DE MARABÁ

O objetivo desse capítulo é discutir os principais projetos e as atividades que foram realizadas no âmbito do Programa CAT na região de Marabá. Essas ações assumiram diversas formas, desde ações específicas e individuais de cada STR no seu município ou ações conjuntas promovidas por meio do CAT que, por sua vez, podem envolver iniciativas da FATA, da COCAT ou do LASAT ou ainda em conjunto entre essas três entidades. Serão privilegiadas neste capítulo as ações que envolveram atividades de pesquisa e desenvolvimento. Discutiremos também, a partir da visão de diversos atores que participaram do Programa CAT e/ou que estiveram na região de Marabá naquele período, de que maneira as atividades realizadas no âmbito do CAT influenciaram a dinâmica de funcionamento do movimento sindical e da agricultura familiar na região de Marabá.

4.1 As Atividades no Âmbito do LASAT e da FATA

No início do Programa CAT, uma das grandes preocupações dos pesquisadores do LASAT era como obter, de maneira rápida, informações sobre o meio físico em uma vasta região de fronteira, que até aquele momento tinha sido objeto de poucos estudos. Os agricultores instalados há pouco tempo na região também se depararam com a falta de conhecimentos sobre aquele meio, tendo que dele retirar os elementos para sua sobrevivência a partir de alguma experiência acumulada. Os pesquisadores postulavam que essas informações, uma vez sistematizadas, pudessem ser utilizadas por eles e pelos agricultores. No entanto, havia a necessidade de que a coleta de informações fosse feita por poucas pessoas e de maneira rápida, para, dessa forma, iniciar os trabalhos de pesquisa e desenvolvimento. A maneira encontrada para fazê-la foi em conjunto com os sindicatos participantes do Programa CAT.

Tais discussões se alimentavam do postulado que uma pesquisa em torno de uma ação técnica eficaz, orientada para o desenvolvimento local da agricultura familiar, deveria ser guiada pela “demanda” dos agricultores e/ou das organizações representativas, com as quais era necessário o estabelecimento de parceria (SIMÕES, 2002). Conforme já explicitado, esta concepção se originou da crítica aos modelos de pesquisa e extensão agropecuária baseados numa visão tecnicista, produtivista e “de cima para baixo” do desenvolvimento agrícola. Nesse sentido, o LASAT e suas equipes de pesquisa associadas optaram por adotar o modelo de Pesquisa-Desenvolvimento em Sistemas de Produção (PDSP)⁷⁹ sob ótica participativa (SIMÕES, 2002).

⁷⁹ A abordagem da Pesquisa-Desenvolvimento (PD) foi concebida na França e na Inglaterra na mesma época, porém independentemente. Na França, ela surgiu, desde 1969, em contraposição aos métodos da Revolução Verde, em resposta a uma crescente compartimentalização do conhecimento e da constatação das dificuldades na implementação de projetos de desenvolvimento agrícola. Ela leva em conta as possibilidades de realização de

Segundo Simões (2002), a Pesquisa-Desenvolvimento (PD) pode ser definida como a experimentação em colaboração estreita com os agricultores visando a melhoria dos sistemas de produção. Ela visa modificar os processos de criação e transferências de inovações, instituindo relações recíprocas entre pesquisadores, técnicos e agentes de desenvolvimento. Por outro lado, inovações técnicas e inovações sociais são consideradas como dois aspectos complementares e indissociáveis dos processos de transformação da produção agrícola. Assim, há participação dos agricultores em todos os estágios da pesquisa e da ação.

Reynal *et al.* (1995) propõem a extensão do conceito de PD para PFD (Pesquisa-Formação-Desenvolvimento), na medida que:

A acumulação de conhecimentos científicos, técnicos e organizacionais no local aparece como condição indispensável para o êxito do processo de fortalecimento dos agricultores. Esse processo de formalização e de elaboração de conhecimentos científicos deve levar em conta as realidades, de maneira a permitir um reajustamento constante de orientações, atento aos problemas do desenvolvimento e do uso dos recursos naturais (Reynal *et al.*, 1995: 59).

Nesse sentido, continuam os autores,

A formação superior constitui um dos elementos importantes para a acumulação científica e técnica regional necessária para a reprodução ampliada do procedimento; de fato, por sua função de acumulação, de síntese e de sistematização tanto dos resultados quanto da metodologia, o ensino superior possibilita a apropriação do procedimento pelos diferentes parceiros, garantindo assim a reprodutividade da experiência e a perenidade do trabalho desenvolvido, além dos limites de espaço e tempo do projeto” (ibidem)⁸⁰.

Nessa perspectiva, tratava-se de tentar mudar as relações de força, colocando os agentes, suas instituições de Pesquisa-Formação e Desenvolvimento e seus recursos financeiros a serviço dos agricultores familiares em consonância com a realidade local. Para isso, era necessário constituir o espaço de atuação junto aos agricultores e às suas organizações, ou seja, um campo de intervenção, que pressupunha participação direta dos atores envolvidos, diálogo, mudança nas relações de poder e construção de relações mais democráticas. Enfim, era necessário que pesquisadores, agricultores, técnicos e instituições chegassem a uma definição de estratégia conjunta de desenvolvimento e constituíssem um ambiente favorável de negociação (SIMÕES, 2002).

Diversas atividades foram feitas pelo LASAT, em conjunto com a FATA, para colocar esses princípios em prática. Veremos agora algumas delas.

experimentação em meio físico e social real, onde a adoção de inovações técnicas e organizacionais constituem um objeto de estudo necessário. A inovação técnica e a melhoria da gestão (em níveis de famílias e das organizações de agricultores) formam dois objetivos inseparáveis da Pesquisa Desenvolvimento: “o primeiro visa um aumento da produtividade através das melhorias das condições do meio; o segundo concerne ao conjunto de recursos necessários à produção agrícola” (SIMÕES: 2002: 14).

⁸⁰ Partindo dessa concepção de PFD, é que será criado o Curso de Especialização e Desenvolvimento em Agriculturas Amazônicas (DAZ), conforme veremos no próximo capítulo.

4.1.1 Os estágios com os agricultores

Segundo Reynal *et al.* (1995), a parceria com a organização sindical permitiu reunir rapidamente um grande número de agricultores. Assim, nos primeiros dois meses de atuação do Programa, quatro estágios reuniram representantes de 30 localidades distribuídas por toda a região de atuação do CAT, cobrindo aproximadamente três quartos do total de delegacias existentes naquela data (maio/junho de 1989). Nesses estágios, os agricultores procuraram fornecer as informações que possuíam sobre o meio. Para tanto, foram elaboradas fichas que eram preenchidas por eles, sob orientação de uma equipe de trabalho. Essas fichas procuraram obter informações sobre os diversos tipos de terrenos e a vegetação das localidades. Os agricultores também elaboraram mapas com a distribuição desses terrenos nas localidades. A etapa seguinte foi a comparação das informações dos agricultores com a realidade do campo. Para tanto, foram feitos levantamentos pedológicos em 12 localidades⁸¹.

A metodologia de trabalho apresentada nesses primeiros estágios foi alvo de novos testes, aperfeiçoada e utilizada em várias outras atividades do LASAT, pois apresentava a grande vantagem de ser relativamente barata e tomar pouco tempo: os seminários com os agricultores tinham apenas custos de transporte e alimentação; o trabalho de campo era feito em poucas localidades, bem escolhidas, permitindo a extrapolação. A coleta inicial de informações, bem como o trabalho de campo que se seguia, envolveu um intenso diálogo entre pesquisador e agricultores e também entre os próprios agricultores. Segundo os autores: “isso permitiu a construção de um trabalho sobre bases mais produtivas, onde o agricultor, ao mesmo tempo em que valoriza o seu conhecimento se esclarecia sobre as possibilidades e limites da pesquisa desenvolvida pelo LASAT” (REYNAL *et al.*, 1995: 62)⁸².

Houve também trabalhos, como, por exemplo, o que foi feito em aproximadamente 20 delegacias sindicais, onde os agricultores coletavam informações mensais sobre o preço dos produtos e realizavam a medição da chuva através de um pluviômetro ali instalado. Esses levantamentos ajudaram a compreender melhor os sistemas de produção da região.

4.1.2 O projeto de comercialização do arroz

No início efetivo do Programa CAT, em janeiro de 1989, era necessário elaborar propostas que, ao mesmo tempo, pudessem ser adotadas pelos agricultores, envolver a organização sindical e se situar o alcance do Programa, levando em consideração os recursos financeiros e principalmente humanos que, nesse momento, eram bastante limitados. Segundo Reynal *et al.* (1995), embora a proposta de comercialização do arroz não tivesse surgido de uma pesquisa formalizada, resultava de um conhecimento empírico da realidade camponesa. Conforme mostramos no capítulo I, o arroz constituía, desde a década de 1960, a principal

⁸¹ Ao final desses primeiros estágios haviam sido apontados 143 terrenos diferentes, sendo no mínimo três e no máximo 10 tipos de terreno por localidade. A comparação das descrições com o levantamento efetuado mostrou que os conhecimentos dos agricultores não se encontravam restritos apenas ao rendimento das culturas ou da superfície dos terrenos e que eles possuíam também um bom conhecimento da sub-superfície e da distribuição dos solos (REYNAL *et al.*, 1995).

⁸² Segundo um de nossos entrevistados, chegou a ser apresentado um trabalho intitulado “Formalização do saber dos agricultores”, que pode ser considerado um marco dessa relação de construção de conhecimento associando-se pesquisadores e agricultores nessa região.

fonte de renda das famílias de posseiros, durante sua fase de instalação nos lotes. Porém, na comercialização, surgiam três pontos de bloqueio: a necessidade de liquidez na época da entressafra, a variação sazonal dos preços (que chegavam a duplicar no final do ano) e os preços baixos oferecidos ao produtor quando comparados aos da cidade de Marabá. O projeto de comercialização do arroz tinha o objetivo de superar todos esses entraves.

A primeira ação-teste⁸³ foi iniciada após as discussões com os sindicatos reunidos na FATA e envolveu oito grupos com 10 agricultores cada um. Os grupos foram escolhidos em locais diferentes, pela direção da FATA, em cada um dos quatro municípios. Sob a coordenação de um membro do sindicato, geralmente o delegado sindical, cada agricultor se comprometia a entregar ao CAT, dez sacas de 60 kg de arroz em casca: o total representaria 100 sacas ou seis toneladas, correspondente à carga de um caminhão. O arroz deveria ser encaminhado e armazenado num dos armazéns da Companhia Nacional de Armazenamento (CIBRAZEM) em Marabá. O acordo assinado entre o agricultor e o CAT previa um adiantamento⁸⁴ em dinheiro correspondente ao preço oferecido ao produtor local, na época. O produto seria vendido em Marabá na época em que o preço do arroz estivesse mais elevado. No mês de dezembro, o agricultor receberia a diferença, isto é, o preço da venda deduzidos os custos: adiantamento e seu custo financeiro, frete, despesa de armazenamento, além do preço das embalagens.

Como um dos objetivos declarados da ação-teste era colher informações com vistas a uma avaliação da operação, um possível reajuste e a ampliação do projeto de comercialização do arroz no futuro era atribuída uma importância particular à escolha dos locais do teste. Na medida do possível, os sindicatos deveriam escolher locais diferentes do ponto de vista da distância, das condições de acesso e do tempo de permanência no local (REYNAL *et al.*, 1995). Para a definição desses parâmetros havia no projeto avaliações periódicas e seminários feitos pelos pesquisadores do LASAT, para saber como andavam os trabalhos em algumas comunidades nos quatro municípios participantes.

Segundo Reynal *et al.* (1995), os testes nos anos de 1989, 1990 e 1991 tiveram, respectivamente, a participação de 80, 120 e 450 agricultores e as regras de funcionamento continuaram as mesmas. O retorno do agricultor, em janeiro, foi de 75% do adiantamento em 1989, 163% em 1990⁸⁵ e 22% em 1991. De um ano para outro os preços variavam enormemente, refletindo nos valores totais que o agricultor recebia por saca.

De acordo com o entrevistado nº 11, o projeto, além de agregar cada vez mais agricultores, também chamou muita atenção para outros produtos como feijão, farinha e frutas, que também não tinham uma cadeia de comercialização favorável.

Com o crescimento do projeto ao longo dos anos foi necessário conseguir cada vez mais financiamentos para efetuar o adiantamento a um número cada vez maior de agricultores e resolveu-se buscar também financiamento através de instituições financeiras nacionais. Para isso, foi definido onerar parte do patrimônio da FATA (15%) como garantia para os

⁸³ Para Reynal *et al.* (1995), a elaboração e implantação de propostas logo no início do Programa CAT sob a forma de testes foi necessária para o bom andamento do processo de pesquisa-desenvolvimento no seu conjunto. Para os autores, os testes permitiram a identificação do parceiro pelos lavradores; a diminuição dos riscos de mal entendido através de relações contratuais e colocou a intervenção como fonte de conhecimento e porta de entrada de pesquisas conexas e, por fim, o teste alimentou o diagnóstico e participou da definição de pesquisas complementares (REYNAL; MUCHAGATA; TOPALL; HÉBETTE, 1995).

⁸⁴ O adiantamento que os agricultores recebiam da FATA foi financiado inicialmente por ONGs estrangeiras como a Misereor (ONG Católica alemã)

⁸⁵ O alto ganho com a venda de arroz no ano de 1990 foi devido a uma alta dos preços naquele ano (Ata da 13ª Reunião Ordinária do Conselho Diretor da FATA, 21 de janeiro de 1991).

empréstimos feitos pelos agricultores. De acordo com uma das atas do Conselho Diretor, toda a discussão realizada durante a Assembléia Geral da FATA foi no sentido de limitar o mais possível o comprometimento do patrimônio e que, por isso, este se restringiu a 15%. Mesmo assim, considerou-se que se tratava de uma simples formalidade, porque “não havia risco de não devolução dos empréstimos bancários dentro da metodologia de planejamento e acompanhamento da comercialização do arroz da maneira como foi executada até hoje” (Ata da 21ª Reunião Ordinária do Conselho Diretor da FATA, 01 de junho de 1992).

Entretanto, houve algumas dificuldades e críticas durante essa experiência. Um dos entrevistados, por exemplo, afirmou que o projeto não correspondia às necessidades locais dos agricultores, fazendo com que muitos ficassem endividados para entregar o volume de arroz combinado com a FATA:

Eu me lembro que alguns trabalhadores rurais se esforçavam muito para entregar, tinha um contrato para entregar uma produção para cooperativa. E às vezes a produção não alcançou e às vezes o trabalhador já tinha dívida daquele arroz com o comércio, com o banco, então não tinha aquela produção. Então entrava em desespero para cumprir seu compromisso moral de entregar. Eles acabaram se endividando ou comprando arroz de companheiros que não entraram no Programa para cumprir seu contrato (E04 - AS).

As críticas em relação ao método adotado pelo teste de comercialização do arroz também pode ser observada em trechos das reuniões do Conselho Diretor da FATA. Em uma das reuniões, um dos sindicalistas questiona se os agricultores estavam realmente entendendo a metodologia da proposta:

A Conselheira perguntou se os trabalhadores estão preparados para entender esse tipo de teste e dele participar [...] Segundo outro Conselheiro, o teste foi bem conduzido, mas alguns trabalhadores não compreenderam seus objetivos e o significado dos resultados [...] A Conselheira observou que alguns lavradores aderiram à proposta do teste sem ter a produção de arroz suficiente que o permitisse. Tiveram, portanto, depois de entregar o arroz, que comprar o cereal em outra parte para a sua alimentação (Ata da 7ª Reunião Ordinária do Conselho Diretor da FATA, 29 e 30 de janeiro de 1990).

Outros problemas foram ainda relatados. As dificuldades variavam muito entre as localidades e as causas derivavam de fatores diversos, que iam desde problemas muito localizados até interferências externas, como a criação e atuação de cooperativas e associações na região de Marabá.

A partir de 1993, com a criação da COCAT, o teste de comercialização do arroz deixou de ser responsabilidade da FATA e passou a ser administrado exclusivamente pela Cooperativa.

4.1.3 A Cooperativa Camponesa do Araguaia-Tocantins (COCAT)

A discussão sobre a necessidade de se criar uma entidade que respondesse pela comercialização da produção dos agricultores dentro do Programa CAT foi iniciada em 1991. No início se pensou em criar algo como uma cantina comunitária⁸⁶ regional, que facilitasse o processo de compra e venda de produtos por parte dos agricultores.

A necessidade de se criar essa unidade de comercialização dentro do Programa CAT também era reforçada por dois motivos: o primeiro era a preocupação de não sobrecarregar a FATA com assuntos considerados econômicos, deixando a cargo desta entidade somente os de natureza política e formação, para a qual tinha sido criada. O segundo, a necessidade de uma entidade que pudesse resolver problemas juntos aos bancos, em particular com o Banco da Amazônia (BASA), uma vez que este reconheceu a FATA, a partir de 1992, como intermediária entre ele e os produtores, ao mesmo título que a EMATER, para tratar questões relativas a empréstimos de agricultores.

Diante dessa conjuntura, a COCAT foi criada no dia 18 de dezembro de 1992 por sócios da FATA e na sede da Fundação. Embora com personalidade jurídica própria, a COCAT foi intimamente associada à FATA em virtude do artigo 1º de seu Estatuto que estabeleceu como beneficiários de seus serviços “as categorias profissionais representadas pelos Sindicatos de Trabalhadores Rurais membros da FATA”, e em virtude do Artigo 30º, que determina a composição do Conselho de Administração por “4 Conselheiros dos STRs da FATA e 3 membros cooperados, todos eleitos pela Assembléia Geral da COCAT” (Relatório Anual da FATA, 1993). A Cooperativa teve como metas operacionais: comercialização da produção agro-extrativista, abastecimento de produtos de consumo para as famílias, crédito à produção, agro-indústria comunitária, educação cooperativista e difusão de informação.

Após a criação da Cooperativa havia uma preocupação entre os sindicalistas e pesquisadores sobre como se daria o funcionamento e de onde viriam os recursos para sua viabilização. Em uma das reuniões do Conselho Diretor, abordou-se a questão da autonomização da Cooperativa. Um dos conselheiros desenvolveu o pensamento de que a Cooperativa deveria assumir plenamente sua autonomia, argumentando que ela foi criada para se encarregar das atividades propriamente comerciais até então exercidas pela Fundação, de maneira a deixar a FATA mais livre para desenvolver suas atividades principais de formação e mobilização. Nesse sentido, as campanhas de comercialização que foram desenvolvidas pela FATA, como o teste de comercialização do arroz, estavam sendo repassados para a COCAT. A Cooperativa, portanto, passou a ter autonomia para organizar e conduzir esta operação, mas também de garantir seus próprios recursos, já que, à diferença da FATA, ela tinha como finalidade a geração de renda para os agricultores.

Ainda sobre o aspecto de financiamento da COCAT adotou-se uma postura de que o funcionamento da Cooperativa não poderia ser de forma artificial, pois teria que viver de recursos próprios. Entretanto, no início de suas atividades a COCAT não tinha como se sustentar, por isso dependia da ajuda da FATA⁸⁷. Porém, os Estatutos da FATA limitam

⁸⁶ Experiências desenvolvidas pelas famílias dos agricultores que, organizadas em grupos, compravam coletivamente os produtos de primeiras necessidades. Dessa forma, esses produtos poderiam ser repassados às famílias num valor mais baixo do que os praticados no mercado.

⁸⁷ Os recursos recebidos pela COCAT poderiam ser utilizados como bem entendesse, sem ter que prestar contas de sua utilização. A dependência que a COCAT tinha em relação à FATA era pela participação de Conselheiros da FATA no Conselho da COCAT; isto foi pensado para garantir o mesmo pensamento e a mesma filosofia da FATA (Ata da 25ª Reunião Ordinária do Conselho Diretor da FATA, 16 e 17 de fevereiro de 1993).

muito o apoio que ela poderia dar gratuitamente; então a maneira de ajudar a COCAT era pagar, de forma mais reduzida, pelos serviços que a FATA lhe prestava.

A partir de 1996, a COCAT começou a trabalhar a agro-industrialização de frutos nativos da floresta amazônica (cupuaçu e açaí), apresentando um crescimento e visibilidade na região. Em 2000, devido à conjuntura de transformações no próprio Programa CAT, começou-se a discussão de um processo de descentralização da Cooperativa. De 2000 a 2002 houve a discussão e a fundação de sete Cooperativas municipais em Marabá, Nova Ipixuna, Parauapebas, São João do Araguaia, Itupiranga, São Domingos do Araguaia e Eldorado dos Carajás. Em 25 de junho 2003, foi fundada a Federação das Cooperativas da Agricultura Familiar do Sul do Pará (FECAT) tendo como sócias essas sete cooperativas municipais.

A partir de 2007 a FECAT passou por um momento de ascensão, investindo na aquisição de transporte, implantação de laboratório de análises e aumento da capacidade de estocagem. Ocorreu um crescimento das compras de frutos, maior diversificação nas compras, aumento do número de famílias atendidas diretamente e um controle de qualidade mais eficaz. Em 2008 houve um investimento na capacitação dos produtores e colaboradores, maior entendimento do pensamento cooperativista; melhoria na gestão; aumento da produtividade com maior controle higiênico.

4.1.4 Estágios de base e estágios temáticos

O entrevistado nº 10 relatou que o papel dos pesquisadores do LASAT nesses estágios era criar instrumentos e mecanismos para um diálogo mais efetivo entre pesquisadores e agricultores. Funcionava da seguinte forma: primeiro existia uma concepção de que o diálogo não é uma coisa espontânea, tem que ser construído, pois as pessoas têm que entender o universo da outra. Segundo, pessoas com formação e com características tão diferentes, envolvendo inclusive pesquisadores estrangeiros, não conseguiam ter um entendimento completo do que era debatido nesses espaços. Mas, a tentativa era criar um espaço onde agricultores, pesquisadores e técnicos pudessem interagir.

No Estágio de Base se reuniam um número de 10 a 20 agricultores de diferentes comunidades e, através de algumas técnicas que estimulavam a fala, os pesquisadores começaram a verificar que tipo de demanda existiam nos lotes. Nesse sentido, a demanda social era um processo de construção no qual estavam envolvidos diversos atores sociais.

Segundo o entrevistado nº 10, os agricultores reclamavam bastante da falta de estradas, escolas, postos de saúde etc. Isso revelava que os problemas agrônômicos da produção não eram tão cruciais como a maioria dos técnicos achava. Nesses estágios surgiam também muitas soluções propostas pelos próprios agricultores, como observamos no seguinte trecho:

Num dos primeiros estágios que apareceu uma comunidade de cinco ou seis que estavam presentes no encontro, uma disse que tinha problema de podridão de mandioca, na hora umas três propostas de solução surgiram sem ser proposta de nenhuma instituição de pesquisa, dos próprios agricultores; e nesse mesmo encontro, começou um trabalho do pessoal mandar para outra comunidade, sementes, estacas de variedades que resistiam àquele tipo de podridão. Então, você começava a atacar um problema técnico pelo conhecimento dos próprios agricultores sem ter uma interferência técnica de fora, então isso era o estágio de base (E10 - PQ).

Ainda de acordo com o entrevistado, também surgiam outros problemas nas comunidades que foram sendo hierarquizados e classificados em duas categorias: os problemas relacionados à infra-estrutura (estradas, posto de saúde, questões organizativas, presença ou não de delegacia sindical etc.) e os relacionados à produção. Nessa perspectiva, a idéia era formar grupos temáticos, que iriam aprofundar determinadas questões: “e tinha Estágio Temático, por exemplo, cultura permanente, aí juntava quem estava interessado nessa questão e aí fazia um específico [da cultura] do cupu, da enxertia, do bode, da apicultura etc.” (E15 - AS). Nesses espaços emergiam o que denominavam de “propostas para solução dos problemas” ou, numa perspectiva mais ampla, propostas de desenvolvimento para as comunidades.

Sobre os Estágios Temáticos, os entrevistados ainda ressaltaram que não precisavam ser necessariamente relacionados às técnicas de produção, poderiam tratar temas como saúde e educação. Depois de identificados os problemas, os agricultores, sempre na presença dos pesquisadores, discutiam as causas, responsabilidades e definiam um plano de ação para os problemas debatidos.

Segundo o entrevistado nº 10, no Estágio de Base, os pesquisadores participavam pouco: “no estágio de base eram mais os agricultores e no caso eu com a finalidade de animar o processo, eu era um facilitador. Eu não propunha, a idéia toda era de ir construindo essa interseção entre agricultor e agricultor, depois a gente passava pra esfera dos agricultores e técnicos” (E10 - PQ). Como já ressaltado anteriormente, esse comentário proferido pelo pesquisador evidencia qual a racionalidade, em muitos casos, que os levam a optar por determinada forma de atuação, partindo sempre do princípio de que seus interesses são coincidentes ou estão submetidos aos interesses dos agricultores. Deve-se apontar, no entanto, que tal orientação somente se processa na medida em que estes mediadores incorporem, como já apontado, o sentido do jogo.

Os pesquisadores que participavam dos Estágios de Base também buscavam perceber quais eram os problemas da comunidade e a começar a hierarquizar os tipos de questões que ocorriam. Segundo o entrevistado nº 10, havia também nesses estágios uma perspectiva de articular os problemas técnicos com os problemas econômicos e sociais. Mas acabava ocorrendo uma priorização das questões econômicas e agronômicas em detrimento das questões sociais, pois, segundo ele, no LASAT sempre houve dificuldades para incorporação de pessoas das Ciências Sociais na composição de sua equipe.

O entrevistado nº 16 ressaltou que, mesmo dentro desses estágios, onde nas decisões havia sempre uma tentativa de negociação com os agricultores, em geral, as propostas vinham dos agrônomos do LASAT e da FATA. Isso ocorria porque a parte de organização e de financiamento de projetos envolvia bastante dinheiro. Por exemplo, no apoio à comercialização do arroz ou transformação da madeira o custo era bem alto e tinha um risco comercial que os agricultores não podiam bancar. Por isso, eram feitos testes, começando em pequena escala e com um número reduzido de agricultores, antes de fazer crescer as ações.

O entrevistado nº 16 ainda chamou a atenção para o fato de que os agrônomos do LASAT não se limitavam apenas ao papel de pesquisadores, pois dentro desta perspectiva de fazer Pesquisa-Formação-Desenvolvimento, existia uma amplitude de atividades a serem realizadas:

Os pesquisadores do LASAT tinham que fazer tudo ao mesmo tempo: (1) ajudar os agricultores a se organizar junto dos STR e da FATA, (2) ajudar os agricultores com ações concretas como apoio a comercialização do arroz, frutas ou madeira, (3) formar os técnicos e os agrônomos brasileiros do

Norte que não estavam acostumados a ir ao campo, fazer diagnósticos agrônômicos, de pecuária, de economia ou ambiental, (4) fazer os diagnósticos e as pesquisas necessárias (E16 - PQ).

Os pesquisadores ainda estiveram envolvidos na elaboração do Curso de Especialização realizado por Engenheiros Agrônomos e Florestais em Belém e Marabá, além dos estágios feitos por estudantes de técnicas agrícolas da Escola Agrotécnica Federal de Araguaínas (Ata da 4ª Assembléia Geral Ordinária da FATA, 16 de agosto de 1992).

De acordo com Hébette (1991b), esse tipo de atuação do LASAT foi fundamental porque, em primeiro lugar, os associados dos seis sindicatos representavam uma demanda efetiva para a pesquisa, ou seja, uma demanda estimulada, sustentada e transmitida por meio da mobilização sindical. Em segundo lugar, a pesquisa era executada com a participação dos associados. Em terceiro, eles iriam, na hora certa, se tornar os usuários motivados dos resultados. Para o autor:

A própria organização sindical se beneficiou dessa colaboração, ela encontrou, pois, na pesquisa e no interesse por ela suscitado, um fator concreto de mobilização, de agregação, de participação. Articulada com a organização sindical e engrenada com uma extensa clientela, a extensão/desenvolvimento feita pelos pesquisadores do LASAT nasceu democrática – isto é, não se restringiu a uma seleção artificial, a grupinhos; ela evitou tornar-se um fermento da diferenciação social, como frequentemente acontece quando se privilegia os mais esclarecidos ou supostas lideranças (HÉBETTE, 1991b: 91).

Dessa forma, as organizações de trabalhadores rurais dispuseram de sua própria equipe de pesquisa em Agronomia, Zootecnia e Ciências Sociais, conforme diversos modelos de associação. As organizações conseguiram, diversas vezes, definir para a pesquisa questões de seu interesse, discutir modalidades de execução, participar ativamente destas e programar com os pesquisadores as modalidades de aplicação dos resultados pelos agricultores com o acompanhamento dos pesquisadores. Atuavam como laboratórios experimentais onde os próprios trabalhadores discutiam e testavam, com especialistas associados, propostas de desenvolvimento agrícola e rural adequados à sua realidade (HÉBETTE, 1996b). De acordo com o autor, essa interação com a pesquisa, mediada pela organização de trabalhadores, teve uma importância crucial para a solução do problema crítico da subnutrição e da fome que se alastrava até nas próprias famílias de agricultores da fronteira e que, segundo ele, tinham a ver com os sistemas de produção, hábitos alimentares, mas só se resolveriam com a adaptação ao meio ambiente e de formação dos próprios agricultores.

Nesta metodologia de intervenção preconizada pelos pesquisadores do LASAT era postulado também que, para se efetivar o diálogo entre saberes diferentes, não bastava apenas ter boa vontade, nem a sensibilidade dos diferentes atores envolvidos ou a metodologias de trabalho que prometiam dar a palavra aos excluídos. O diálogo implicava em:

Conhecer os saberes em jogo, bem como se ter consciência e superar relações de dominação e de violência simbólica entre indivíduos que ocupam posições sociais diferentes (tais como técnico e agricultores), mas também entre os próprios agricultores (VEIGA, 2003: 140).

Para tanto, os atores que propunham a intervenção de desenvolvimento tinham que se dar o tempo de compreender os saberes e a organização social local.

Por fim, considerou-se possível a construção de espaços de participação na qual os agricultores pudessem tentar construir outra lógica que viesse a romper com a racionalidade dominante e, mesmo, desenvolver consensos possíveis em torno de assuntos e contextos favoráveis a isso. O que parece ser impossível era eliminar, como se faz crer o senso comum, a relação de poder entre os agentes. Relação esta que, conforme já vimos, é gerada a partir de uma situação de assimetria estrutural no que se refere à estrutura e o volume dos capitais que são valorizados nestes espaços. Nesse sentido, o único *a priori* que se assume possível, neste caso, é a ocorrência inevitável de uma relação de poder que está determinada pela constituição desigual de capitais e também pelos traços contidos no *habitus* dos agentes.

4.1.5 Outras atividades realizadas no âmbito do Programa CAT

A FATA também participou de várias instâncias ligadas a órgãos do governo Federal, Estadual ou Municipal:

- a) Censo dos assentamentos: em fevereiro e março de 1997 participou dos levantamentos do Censo dos assentamentos oficiais inclusos na sua área de atuação, dando apoio não somente de recursos humanos, mas com a presença de alguns funcionários e também logístico com transporte nos seus carros de várias equipes de levantamento;
- b) Conselho Regional Agrário do INCRA: a partir de março de 1996 a FATA passou a ser membro suplente da FETAGRI Regional no Conselho Agrário do INCRA;
- c) Conselho de Desenvolvimento Rural de Marabá e Itupiranga: em janeiro de 1996 foi criado o Conselho de Desenvolvimento Rural de Itupiranga e a FATA era membro titular desse Conselho; desde julho de 1996 funciona o Conselho de Desenvolvimento Rural de Marabá, a FATA também era membro titular;
- d) Planejamento e Desenvolvimento Rural, a convite da Secretaria de Agricultura de São Domingos e recebeu também a visita dos Secretários de Agricultura de Nova Ipixuna, de São João, de Palestina e do Brejo Grande.

Inúmeros eventos contaram com a participação ou a simples presença da FATA, quer seja nas associações de pequenos produtores, nas associações de moradores ou mesmos grupos informais onde a FATA foi chamada, ou seja, no Comitê El Dourado, no Campus Universitário de Marabá ou em programações promovidas pela sociedade civil popular dos municípios (Ata da 9ª Assembléia Geral Ordinária da FATA, 1996).

Como podemos observar a reflexão e a programação conjuntas entre agricultores, pesquisadores e técnicos se constituíam na própria razão de ser do Programa CAT. Nesse sentido, foram realizadas freqüentes reuniões de menor ou maior porte entre FATA, LASAT e COCAT sobre questões de produção, da transformação, do uso e da comercialização dos produtos agrícolas e extrativistas tradicionais da região (arroz, mandioca, feijão, milho, castanha) e de outros a serem estimulados (comercialização da banana, laranja, cupuaçu, aves caipiras; produção de frutas: castanha, cupuaçu, côco, açaí, manga, abacate, acerola,...).

De acordo com Hébette (1997), esses trabalhos eram desenvolvidos também porque, graças ao reconhecimento do Programa CAT na esfera das instituições governamentais e não-governamentais de apoio aos programas de desenvolvimento, a FATA “teve a oportunidade de ser dotada de importantes meios de ação: meios materiais e, sobretudo, pessoal técnico e administrativo” (HÉBETTE, 1997: 146). Montou toda uma equipe técnica e dispôs assim durante vários anos, de um engenheiro agrônomo, de um engenheiro florestal, técnicos agrícolas, todos cedidos por instituições estaduais como o IDESP, a SAGRI-PA, a EMATER.

Dentro do Programa CAT e em contato permanente com os militantes sindicais e agricultores, “este pessoal absorveu uma concepção e uma prática novas na relação técnico-pequeno produtor, e uma metodologia de trabalho diferente da aprendida nas escolas” (Ibidem). Nos seus trabalhos nos municípios, os técnicos operavam em articulação constante com os dirigentes sindicais, Diretores e Delegados sindicais. De acordo com o autor, para maximizar essa proximidade, quatro técnicos agrícolas da FATA passaram a residir na sede dos municípios, discutindo e realizando seus programas de trabalho sob direção do Conselho Diretor e do Diretor Executivo da FATA e das Diretorias sindicais.

Segundo Hébette (1997), esses apoios em termos de pessoal, equipamentos e recursos financeiros que o Programa conseguiu atrair, permitiram à FATA empreender ações de grande envergadura e forçou-a a concentrar sua atenção sobre os problemas de sua base social e sobre o fortalecimento de sua organização em nível das Delegacias Sindicais, que passaram, em sete anos, de 48 para mais de 100, o que correspondeu, segundo ele, “a um adensamento da presença institucional dos STRs, da FATA e do Programa CAT na área” (HÉBETTE, 1997: 147).

Entretanto, alguns entrevistados avaliaram que esse crescimento do número de delegacias sindicais não representou, necessariamente, um crescimento da consciência política dos agricultores:

No sistema de participação, em termos de quantidade, os sindicatos eles se organizaram muito, cresceram muito e teve uma boa participação, que nós estávamos aperreados, mas a consciência ela não cresceu muito, consciência política de saber que aquilo é uma instituição que tinha que permanecer com autonomia do trabalhador dirigir, não poderia ficar em toda vida sempre ficar dependendo (E11 - SD).

4.2 O Projeto Agroflorestal

O Projeto Agroflorestal (PAF) foi um dos mais importantes projetos desenvolvidos durante o Programa CAT e o maior em termos de recursos financeiros, humanos e atividades desenvolvidas. Esse projeto evidenciou também alguns conflitos centrais que cercaram a atuação do CAT por vários anos. Nesse sentido, julgamos necessário fazer uma análise mais minuciosa de sua atuação.

4.2.1 Concepção e atividades realizadas

Nos dias 11 e 12 de agosto de 1989 vieram à Marabá um representante do Conselho Britânico e um representante do Ministério do Exterior do Brasil, especialista em meio ambiente, interessados em conhecer a região de Marabá e o Programa CAT, pois o Conselho Britânico, nessa época, tinha a intenção de dar apoio a projetos de agricultura que estimulasse a preservação da floresta amazônica. Para recebê-los veio de Belém um Conselheiro da FATA e um representante do IDESP.

De acordo com o entrevistado nº 21, a intenção do governo britânico de investir na Amazônia foi impulsionada porque os ingleses na época eram um dos maiores compradores de mogno do Brasil e também já se começava a se discutir a questão ambiental, com os

preparativos da ECO-92, que iria acontecer no Rio de Janeiro. Nesse sentido, existia interesse, por um lado, em melhorar a imagem do reinado e, por outro, comerciais. A visão dos ingleses para a implantação de projetos de cooperação estava ligada a uma visão de manejo florestal vinculada ao desenvolvimento de macro-florestas.

Nessa mesma época, o movimento sindical da região de Marabá estava à procura de alternativas à pecuária, que estava dominando a região sudeste do Pará e ocasionando um aumento da concentração fundiária⁸⁸. Os pesquisadores do LASAT estavam em busca de sistemas agrícolas sustentáveis e o manejo florestal se configurava como uma das alternativas percebidas como viáveis para a região. Entretanto, como veremos ao longo do texto, a implantação de um projeto que valorizasse a pequena agricultura com um viés ambiental não era uma questão simples, devido à existência de diversos conflitos, conforme relata um dos entrevistados:

Você tinha uma visão sindical: os sindicalistas sentiam que eles estavam perdendo lideranças no momento em que o cara passasse a ser pecuarista. Agora, os sindicalistas tinham essa visão clara, ao mesmo tempo da visão sindical, existiam nuances, você não tem uma uniformidade, mas eles tinham, a gente ia nas comunidades com as diretorias dos sindicatos, a gente expunha qual era a proposta do programa diretamente com os agricultores, e eles iam um pouco talvez impulsionado pelos sindicalistas. Boa parte deles tinha assim um sonho que poderia desenvolver a fruticultura [...] Então, a visão dos agricultores era que a cultura permanente poderia ser um bom negócio. Então você aí várias gradações de visões, mas nenhuma delas discordante de implantar culturas permanentes e tal, só uma visão discordante, desde o princípio, a visão do LASAT (E21 - AS).

Segundo esse mesmo interlocutor, o LASAT tinha feito uma análise dos sistemas de produção na região de Marabá e constatou que a atividade rentável era a pecuária e que qualquer outra não teria futuro. Assim, o LASAT discordava da implantação da fruticultura, defendendo a sua não participação no PAF.

Em um texto sobre o referido Projeto Agroflorestal, Maria da Conceição D’Incao (2000)⁸⁹, relata que:

⁸⁸ A crítica à pecuarização é fundamentada no fato de que, com a rápida reprodução do gado bovino na região, o agricultor era compelido a aumentar o desmatamento para implantar novos pastos. Depois de um certo tempo, a convivência entre o gado e as culturas agrícolas se tornava cada vez mais difícil. Transportadas pelo vento e animais, as sementes das gramíneas forrageiras se transformava em invasoras agressivas que, aliadas às infestações por insetos provenientes das forrageiras, inviabilizam a produtividade nas lavouras. Além disso, com a prática usual de limpeza das pastagens com fogo no período seco, tornava-se quase impossível controlar os incêndios que se espalham com o vento provocando sérios prejuízos, muitas vezes levando à perda total das instalações, lavouras e, principalmente, culturas permanentes em fase de implantação ou, até mesmo, em plena maturidade produtiva (SOLYNO SOBRINHO, 2004).

⁸⁹ O texto em questão chama-se “A Construção de uma Estratégia de Desenvolvimento para a Agricultura Familiar na Amazônia: o Projeto Agroflorestal no Centro Agro-Ambiental do Tocantins”, que fez parte dos resultados de uma pesquisa realizada pela autora em colaboração com Gérard Roy – Programa ORSTOM/CNPQ/MPEG, e de pesquisa financiada pelo CNPq/FINEP, no Projeto “Produção Familiar no Campo Paraense”, do CFCH/UFPA (1995/1998). A escolha deste texto para complementar os dados da minha pesquisa de campo foi pelo fato que, durante a mesma, eu não ter conseguido material empírico (nas entrevistas e nas Atas do Conselho Diretor da FATA) suficiente para trabalhar diversos aspectos do Projeto Agroflorestal no interior do CAT. O texto contém uma análise sobre os conflitos e diversos aspectos que marcaram a parceria em pauta.

Entrevistado sobre o PAF, em outubro de 1993, um dirigente da FATA afirma que o *grupo de pesquisa queria coordenar o trabalho, só que o próprio coordenador do grupo de pesquisa achava o programa louco [...] então, se ficasse com o LASAT, não ia ter como funcionar bem [...]* (grifo da autora) (D'INCAO, 2000: 116).

Para a autora, era essa a explicação dos motivos que levaram o PAF a existir no interior do CAT, como um programa da FATA, contrariando seus objetivos originais de abrir espaço para um trabalho conjunto de pesquisadores e sindicalistas. Entretanto, segundo ela, essa explicação continha um dos elementos principais do conflito vivido pelo Programa CAT no momento de dar início à implementação do PAF: a falta de afinidade dos pesquisadores do LASAT com os objetivos do Projeto Agroflorestal. Mas, essa explicação ocultava os demais termos do conflito, quando sugeria “a existência de uma disputa de poder entre pesquisadores e sindicalistas – *o grupo de pesquisa queria coordenar o trabalho*” (grifo da autora) (Ibidem).

A disputa de poder deflagrada neste momento era entre os pesquisadores agrônômicos e os das Ciências Sociais ligados à criação do CAT. Para D'Incao (2000), era por aí que ganhava significado a afirmação do dirigente sindical sobre o fato de que o coordenador do LASAT achar o “*programa louco*”, na medida em que ele deixava implícita a existência de divergências teórico-metodológicas entre os pesquisadores, intimamente ligadas ao conflito ideológico existente no interior do Programa CAT como um todo.

A principal divergência entre os pesquisadores foi analisada por Gérard Roy (2000)⁹⁰. Segundo o autor, tratava-se, grosso modo e num primeiro momento, da interrogação feita pelos cientistas sociais ao método de pesquisa que os pesquisadores agrônomos utilizavam: o dos sistemas de produção, conformado pelas regras da agricultura de mercado e orientado para o conhecimento da tendência dominante na agricultura regional, com prejuízo do conhecimento da prática da maioria dos agricultores familiares da região ou da maioria tendencialmente condenada a vender seus lotes, transformados em pastagens, para os fazendeiros que vinham dominando a economia local.

Segundo D'Incao (2000), o equacionamento teórico-metodológico dessa divergência, entretanto, não era uma tarefa simples e ganhava alguns complicadores adicionais, ligados, em parte, à sobrevivência, na FATA, de tendências sindicais comunitaristas e/ou revolucionárias herdadas da experiência dos movimentos de luta pelo acesso à terra e recriadas pelos avanços do movimento sindical rural⁹¹. E ligados em especial:

⁹⁰ “A Experiência do Centro Agro-Ambiental do Tocantins: o diagnóstico agro-sócio-econômico e o desencontro entre sindicalistas e pesquisadores”. Texto produzido a partir dos resultados de pesquisa realizada em colaboração com Maria Conceição D'Incao: “Participação do Estado e das ONGs no processo de constituição de proprietários parcelares modernos no seio das experiências de reforma agrária do sul do Pará”. Convênio ORSTOM/CNPq/MPEG.

⁹¹ Segundo D'Incao (2000), existiam na FATA duas tendências sindicais pouco vocacionadas para o debate a propósito do desenvolvimento dos agricultores familiares da região. A primeira, ligada à ideologia comunitarista da Igreja Católica, uma tendência herdada do tempo do movimento da luta pela terra, no interior do qual se formou o chamado sindicalismo hegemônico no Estado do Pará, que vinha interrogando, desde o período da abertura política, as velhas práticas corporativistas e verticais do sindicalismo rural como um todo. Esse sindicalismo, segundo ela, deu prioridade ao trabalho de base desacompanhado, muitas vezes, de uma clara definição estratégica orientada para a participação política dos agricultores como um todo. A segunda tendência, de esquerda mais radical, também bastante crítica em relação ao sindicalismo corporativista, mas preocupada (até 1996, quando a criação de uma diretoria regional da FETAGRI em Marabá contribuiu para a revisão crítica dessas práticas), apenas com a conscientização dos agricultores nos moldes de sua estratégia revolucionária – ou da antiga esquerda brasileira. No momento em que o PAF foi implementado a tendência comunitarista era hegemônica no CAT e marcou fortemente o encaminhamento dado às suas atividades (D'INCAO, 2000).

ao uso que os pesquisadores agrônomos podiam fazer do envolvimento político-ideológico dos cientistas sociais e intelectuais da ação em cena, reduzindo-lhes os argumentos aos daquelas tendências e nutrindo com isso seus preconceitos positivistas, com os quais ocultavam, aos seus próprios olhos, o caráter necessariamente teórico-ideológico das suas análises (D'INCAO, 2000: 117).

Mesmo com essas divergências e disputas internas, o Conselho Britânico decidiu apoiar um projeto de parceria em que os pequenos agricultores da região amazônica estivessem contemplados. Tratava-se de uma proposta de pesquisa e de apoio aos agricultores com vistas ao desenvolvimento da agrossilvicultura⁹² nos quatros municípios abrangidos pelo CAT. Em razão de seus objetivos e de sua estrutura, o Programa CAT tinha sido escolhido para executar essa proposta.

Em agosto de 1991 ocorreu a assinatura do convênio de Cooperação Técnica do “Projeto de Manejo Florestal e Desenvolvimento Rural do Tocantins” por três anos (1991-1994) entre a Overseas Development Administration/ODA (Organização para o Desenvolvimento Ultramarino, hoje conhecido como DFID - Departamento para o Desenvolvimento Internacional) do Governo Britânico, o IDESP, o NAEA e com a participação do Programa CAT na sua execução. O Projeto Agroflorestal (PAF), como ficou conhecido, constitui-se como parte desse projeto de cooperação técnica.

Para agilizar os processos financeiros e superar entraves burocráticos resultantes da especificidade de um projeto de uma entidade estadual (IDESP) executado por um programa que não pertencia à estrutura estadual (o CAT), o IDESP propôs, por meio dos dois referidos convênios, repassar para a FATA os recursos relativos à remuneração de pessoal e suprimento de fundos destinado a prontos pagamentos.

Para a execução do projeto foi estruturado outro setor temporário para a duração do Convênio, coordenado em Marabá pelo engenheiro agrônomo Aluizio Solyno. Este setor, diferente dos outros, tinha sua administração sujeita às normas administrativas do governo do Pará e ao controle muito rígido do Tribunal de Contas do Estado, o que tornava sua gestão complicada. Dessa maneira conforme foi estruturado, o PAF foi muito criticado, desde o início, por alguns sindicalistas que reclamavam da falta de autonomia nas decisões do Projeto, pois algumas decisões estavam sendo tomadas sem a participação do Conselho Diretor da FATA.

A proposta do PAF envolvia a pesquisa em sistemas de produção, plantio de frutíferas regionais tais como castanheiras e cupuaçuzeiros e a instalação de casas de cultura popular dotadas de bibliotecas, televisão, equipamento de vídeo (Ata da 8ª Reunião Ordinária do Conselho Diretor da FATA, 06 de abril de 1990). Segundo D'Incao (2000), foi dada prioridade também a “uma série de iniciativas junto ao poder local e regional para a reparação e construção de estradas e um trabalho de educação ambiental sob responsabilidade exclusiva do IDESP”⁹³ (D'INCAO, 2000: 107).

De acordo com a autora, no momento da implementação do PAF (meados de 1992), o Programa CAT passava por uma etapa onde ainda não haviam sido suficientemente

⁹² Prática de cultivar árvores em conjunto com culturas agrícolas ou criação de animais.

⁹³ O componente educacional do Projeto, a cargo do próprio IDESP mas em contribuição íntima com a FATA, só começou a funcionar de vez no decorrer do primeiro semestre de 1993. Com a equipe do PAF reforçada e mais disponível conseguiu levar para as comunidades, em contato com as Direções Sindicais e as equipes de viveiros, a problemática ambiental. Diversas atividades culturais foram programadas como veículos de valorização dos recursos naturais e de promoção de comportamentos valorativos em relação à natureza. Foram realizados também vários encontros com professores de comunidades rurais (Relatório Anual da FATA, 1993).

trabalhados os caminhos capazes de tornar mais eficaz essa parceria e mais concreta sua contribuição para o desenvolvimento das mencionadas políticas públicas, de tal modo que o programa de Pesquisa-Formação-Desenvolvimento, implementado pelo LASAT, vinha conquistando espaços de maior relevância no interior da UFPA, sem conseguir contribuir significativamente para o desenvolvimento do programa CAT. Enquanto isso, a FATA carecia de recursos (financeiros e humanos) na tentativa de se constituir numa instituição de assessoria ao desenvolvimento dos agricultores familiares da região.

O PAF era, naquele período, um dos projetos no Programa CAT que tinham como objetivo equacionar diretamente a integração entre FATA-LASAT, propondo, desde o princípio, o trabalho conjunto de pesquisadores e sindicalistas no interior de uma intervenção programada junto aos agricultores, visando à produção de novos conhecimentos que deveriam substituir práticas extensionistas convencionais. Essa preocupação se esboçava já no projeto original do PAF, em que se articulava o objetivo da preservação e restauração da cobertura florestal tropical, associado ao manejo florestal preservacionista, à promoção de sistemas de produção adequados às condições ecológicas, mediante a introdução de agrossilvicultura nas áreas desmatadas. Nele se previa

a implantação de campos experimentais em ambiente real, isto é, nos próprios lotes familiares, uma vez que a introdução de novos cultivos envolve também novas práticas organizativas e mudanças na forma de cooperação familiar da vizinhança. Com que se conclui que essa forma de experimentação implica [...] a participação conjunta do pessoal treinado em ciências agrárias e de pessoal formado em ciências sociais (D'INCAO, 2000: 110).

Para a autora, era certo que essa proposta inicial não daria conta da integração de todos os procedimentos previstos numa totalidade mais orgânica e orientada para a questão da sustentabilidade dos sistemas de produção dos agricultores familiares da área selecionada, por razões que, segundo ela, poderiam ser facilmente enunciadas: o pouco tempo da experiência do CAT; o LASAT ainda não conseguia colocar em prática todos os seus princípios metodológicos; a FATA carecia de subsídios técnicos e recursos financeiros; a negociação do projeto esbarrava nas exigências prioritariamente preservacionistas da instituição financiadora (o Conselho Britânico). Mesmo assim, a direção estava definida: tratava-se, de um lado, de trabalhar a questão da preservação ambiental em sintonia com o desenvolvimento da agricultura familiar e, de outro, de criar um espaço de intervenção onde pesquisadores, sindicalistas e agricultores pudessem realizar a necessária troca de saberes: os campos experimentais⁹⁴.

O PAF entrou em execução em 1992. Segundo o entrevistado nº 21, havia a tentativa de encontrar um mecanismo de atuação que atendesse aos interesses da introdução da agrossilvicultura, uma inteira novidade na Amazônia, tentando articular o trabalho de pesquisa com extensão, ao mesmo tempo em que fazia experimentação nos lotes, introduzindo uma noção de desenvolvimento sustentável para a agricultura familiar. Nessa perspectiva, o projeto foi discutido com 60 comunidades⁹⁵, com quatro sindicatos inicialmente, depois mais dois:

⁹⁴ Segundo um de nossos entrevistados, o LASAT foi contra a implantação de campos experimentais, porém, eles foram estabelecidos, principalmente, no lote dos agricultores. Mas a discordância, entretanto, era muito grande.

⁹⁵ Para a distribuição do número de viveiros optou-se por adotar como critério de distribuição o número de Delegacias de cada STR; assim sendo, o STR de Itupiranga, com suas 13 delegacias receberia 15 viveiros, ao

os viveiros iam de no mínimo 15 pessoas e no máximo 30 pessoas. Então nós fizemos uma seleção, uma coleta de sementes de frutas daqui, de espécies florestais, que tinha algumas sementes na EMBRAPA e tinha um relacionamento com um pessoal do CIAT (Centro de Investigação sobre Agricultura Tropical) da Bolívia, que tinha um projeto semelhante, financiado pelo governo britânico também, e nós trocamos sementes leguminosas da Colômbia (E21 - AS)

Na primeira etapa do PAF, tratava-se de pegar a maior amplitude possível de espécies e, na medida do possível, levar aos agricultores a fruta pronta para o consumo. Depois eram ensinadas as técnicas de fazer a muda e visitas aos viveiros que eram construídos. A dinâmica que estava ocorrendo era a seguinte:

A gente utilizava métodos de capacitação técnica junto com métodos lúdicos [...] ao mesmo tempo, essas discussões, sempre puxadas por uma liderança sindical, mas depois você acabou conhecendo as lideranças locais. Então esse processo de implantação dos viveiros demorou uns dois anos, até a gente ter as primeiras mudas, a gente foi começar um plantio mesmo lá pelo terceiro ano do projeto. E tinha naturalmente a domesticação das espécies locais, algum manejo de sementes a nível local, mas o forte era mesmo a fruticultura como veículo, para no meio você inserir as espécies florestais (E21 - AS).

Ao mesmo tempo, já eram pensadas pelas lideranças sindicais alternativas para incrementar a renda familiar com espécies perenes para garantir uma produção duradoura (anual) para consumo e venda e contribuir para a permanência de árvores no lote. Além do mais, a presença de fruteiras no sítio contribuía para a fartura e era um dos indicadores da fixação da família. A proposta abarcava também as outras atividades como educação ambiental, manejo da floresta, capacitação técnica etc. Com ela tentava-se assegurar o envolvimento dos sindicatos junto às delegacias sindicais (Documento sobre a Sistematização de dados e análise preliminar das atividades do Projeto Agroflorestal/PAF, 1994).

A disponibilidade da infra-estrutura da FATA foi fundamental para a promoção de avaliações internas da equipe PAF. Lá foram realizados encontros e treinamentos técnicos junto aos agricultores envolvidos com os viveiros. Estes eventos também promoveram uma circulação de informações e conhecimentos entre **técnicos ↔ agricultores e agricultores ↔ agricultores** ressaltando, muitas vezes a heterogeneidade das relações envolvidas tanto a nível de municípios quanto a nível de comunidades de um mesmo município (Ibidem).

4.2.2 Avaliação da primeira etapa do PAF

Em 1994, após três anos de atividades, começou a se fazer uma avaliação do PAF com vistas a uma possível renovação do Programa. Com base nas Atas do Conselho Diretor da FATA, nas entrevistas e no documento sobre a Sistematização de dados e análise preliminar

longo dos três anos, o de Jacundá, com 8, receberia 10 viveiros; o de Marabá para suas 13 delegacias receberia 15 viveiros e o de São João do Araguaia para suas 17 delegacias receberia 20 viveiros, dando um total de 60 viveiros (Ata da 12ª Reunião Ordinária do Conselho Diretor da FATA, 20 e 21 de dezembro de 1990).

das atividades do Projeto Agroflorestal/PAF (1994), constatamos uma diversidade de análises do PAF.

Na primeira reunião da FATA no ano de 1994, o responsável pelo Projeto comentou que durante dois anos de atividades efetivas houve muitas reuniões, cursos e seminários com os agricultores. Destacou o número de viveiros, os plantios nos lotes, as experiências realizadas em consórcio no sítio do CAT, a introdução de leguminosas pouco conhecidas e as mudas produzidas. Mencionou também o incentivo à comercialização por meio da COCAT. Acrescentou que era difícil falar em resultados em termos de produção comercial, após tão pouco tempo, pois o projeto não previa o financiamento para a manutenção dos plantios. Nessa época, o PAF estava passando por uma avaliação dentro de uma avaliação geral do Programa CAT, que estava preparando uma nova programação.

De acordo com relatório sobre a “Sistematização de dados e análise preliminar das atividades do Projeto Agroflorestal” (1994), um saldo positivo no acompanhamento constante aos grupos do PAF foi o alto grau de confiança conquistado pelos técnicos, nas comunidades e nos municípios onde o programa CAT atuava.

Segundo o entrevistado nº 09, o PAF, sendo o maior projeto do Programa CAT do ponto de vista de ação e dotação orçamentária, contribuiu com cerca de 60% do seu orçamento. Devido a isso, conseguiu, por um bom tempo, manter a estrutura do Programa.

Também foi ressaltado pelos entrevistados o fato do PAF ter conseguido introduzir o debate da questão ambiental na região e disseminou, de certa forma, referenciais técnicos para que os agricultores tomassem suas próprias decisões quanto à introdução de sistemas agrícolas mais sustentáveis. Outro aspecto enfatizado foi o fortalecimento do diálogo entre as organizações sindicais e as instituições públicas governamentais, fortalecendo a legitimidade dos sindicatos e de algumas lideranças na luta por políticas públicas de fortalecimento dos agricultores.

No entanto, de acordo com documentos da FATA, a participação dos agricultores durante o projeto oscilou bastante. A principal dificuldade enfrentada era a escassez de mão-de-obra, que fazia com que muitos agricultores abandonassem os grupos diante de determinadas situações (doença, trabalho no lote, venda de mão-de-obra etc.)

Segundo o documento sobre a “Sistematização de dados e análise preliminar das atividades do Projeto Agroflorestal/PAF” (1994), o desenvolvimento do PAF, de certa forma, culminou em uma participação pontual na organização de grupos de viveiros comunitários. Este documento também ressaltou que o fato da escolha das comunidades ter sido determinada exclusivamente pelos STRs acarretou um seleção restrita, onde a manutenção da imagem dos sindicalistas perante as delegacias sindicais aonde lhes interessava a presença do STR se fez prioridade ao invés da ampliação do sindicato. Assim, o fato de que apenas as comunidades com delegacias sindicais acessíveis terem sido englobadas no Projeto não cumpriu o objetivo que o próprio sindicato havia vislumbrado. Segundo o documento, isto se somou às dificuldades de comunicação entre STR, Delegacias e sócios do Sindicato, diminuindo ainda mais a idéia de envolver as comunidades. Com isso, os grupos de viveiros nas comunidades não tomaram “corpo”, conseqüentemente, acabaram não refletindo a realidade da comunidade envolvida. Os casos em que os grupos de viveiros representam as dificuldades e perspectivas da comunidade (comunidades com fortes laços de parentesco) foram poucos e às vezes até mais difíceis de serem ampliados para outras famílias.

A escolha das áreas a serem trabalhadas dificultou também a própria atuação da equipe do PAF/FATA pois, além de não conhecer a realidade física a ser trabalhada, deparava-se com questões bem mais complexas, de ordem política e social. Com uma formação estritamente técnica e sem uma orientação sobre a problemática, os técnicos

acabaram se limitando a uma participação exclusivamente como “viveiristas”, sem perceber entraves organizativos, políticos e até mesmo de ordem técnica que não tinham ligação direta com os viveiros. Segundo o documento, isto acarretou certo distanciamento das delegacias e o grupo de viveiros, pois o técnico acabou assumindo o papel de porta-voz do grupo e da delegacia. Como consequência, em muitos momentos, o trabalho entre a equipe do PAF e o grupo de viveiros acabou transpondo os STRs, refletindo a falta de comunicação entre STR e as Delegacias Sindicais⁹⁶ (Documento sobre a Sistematização de dados e análise preliminar das atividades do Projeto Agroflorestral/PAF, 1994).

O distanciamento entre as lideranças e as bases sindicais merece relevo, uma vez que parece que o sindicalismo rural ainda encontra dificuldades para superar a tendência ao fechamento dos grupos sobre si mesmos e a concentração dos serviços e beneficiários em grupos de parentesco ou de amizade. Comerford (2003) abordou essa questão enfatizando que as relações entre e dentro das famílias e as relações do universo sindical se intercalam frequentemente. Segundo o autor:

O sindicato só se estabelece efetivamente pela mediação do empenho necessariamente público das famílias dos sindicalistas e através destes processos ampliados de familiarização estabelecidos com base naquilo que [...] já haviam criado, mas também com base no esforço renovado dos dirigentes nesse sentido (COMERFORD, 2003: 334).

Nesse sentido, a eficácia do sindicato, sobretudo no tratamento das questões trabalhistas e previdenciárias, e a consideração com que os dirigentes e funcionários tratam os sócios e até os adversários dão substância para o alívio das famílias comprometidas publicamente com o sindicato, para este aparecer como algo eficaz e valioso, que se pode freqüentar sem perda de “reputação” e os dirigentes sindicais como pessoas “respeitadoras e respeitáveis”, mostrando assim mais uma vez que o sindicato e família são considerados um única “pessoa”, seja na hora de desqualificar ou na hora de elogiar (COMERFORD, 2003).

Para o autor, a dimensão pública é fundamental no contexto de formação dos sindicatos e na dinâmica das famílias e da localidade e difere da chamada “esfera pública”, que pressupõe instituições especializadas e uma separação entre o “público” e o “privado”. Ela vai se constituir nas relações cotidianas sem pressupor essa separação e especialização, ainda que pressupondo regras, modos de ação, e formas de interpretação muito complexas e dinâmicas.

Nessa dimensão pública o “povo”, ou seja, as famílias, amigos e parentes se encontram ativamente envolvidos no processo de formação e consolidação dos sindicatos⁹⁷,

⁹⁶ De acordo com Hébette (1997), as Delegacias Sindicais eram, no Programa CAT, as instâncias responsáveis pelas atividades locais de desenvolvimento, sobretudo, nas ações de mobilização, organização e execução. A contribuição da Delegacia ao desenvolvimento apresentava-se maior e mais engajada no caso do que se chamou, no Programa, as “ações-testes”. Estes testes, como todas as atividades realizadas pela Delegacia, eram objetos de discussão com os sócios, de maneira a fazer emergir o que poderia constituir-se em demanda local acompanhada de condições de sucesso, entre as quais merecia particular atenção dos participantes. Contava, assim com a capacidade de mobilização e organização da Delegacia, e com o conhecimento que o Delegado Sindical tinha dos lavradores do local, de seus reais interesses, de seu senso de responsabilidade e sua lealdade que, facilmente, escapavam a um interveniente exterior. Particularmente importante era a indicação de um líder ou coordenador de grupo.

⁹⁷ A formação dos STRs e das lideranças sindicais foi descrito por Comerford (2003) como um processo de infiltração nos lotes e famílias através das mais variadas formas de “familiarização” e “desfamiliarização”, ou seja, de criação de circuitos de reciprocidade e, portanto, mudanças nas molduras usadas para interpretar as ações

ajudando diretamente no reconhecimento, valorização ou desvalorização das ações sindicais e, conseqüentemente, na distribuição dos serviços e recursos oferecidos pelos sindicatos, conforme irá ocorrer no PAF.

Outro ponto ressaltado no relatório é que, mesmo entre os agricultores que permaneceram no grupo, notou-se que os objetivos de produção de espécies perenes (principalmente as frutíferas) nem sempre estavam vinculados a uma vontade de inclusão dessas espécies no sistema de produção do lote, ou seja, todo o trabalho no viveiro era considerado acessório (“formar um sítio”) ou a grande solução (comercialização em grande escala). Dessa forma, a questão da comercialização destes produtos se tornava uma grande preocupação geral para os agricultores daquela região.

O relatório resalta ainda que a pesquisa dentro do Projeto Agroflorestal não foi bem implementada, uma vez que desde o início do projeto não se deu prioridade ao prévio conhecimento das comunidades como requisito de formação de grupos de viveiros (influenciado também pela não participação dos pesquisadores do LASAT). Assim os STRs determinavam as comunidades e os grupos (poucas pessoas) com base, geralmente, em estratégias políticas, cabendo aos técnicos do projeto a responsabilidade de fazer o grupo “vingar”. Sem as referências de ordem física (solo, clima), ecológica (vegetação, etc.) e sócio-econômica (mercado, cultura, etc.), os grupos de viveiros esbarravam em vários obstáculos acarretando, inclusive, no término de alguns (caso da localidade do Rio do Meio).

Mesmo não tendo sido realizados diagnósticos nas comunidades, o LASAT colocou à disposição inúmeras pesquisas sobre as comunidades componentes da área de abrangência, mas, segundo o documento, não se utilizaram estas referências no sentido de entender melhor também alguns elementos do meio físico e de ordem sócio-econômica.

De acordo com o entrevistado nº 09 (Pesquisador do LASAT) o PAF não representou bem os princípios e a metodologia que o Programa CAT, através do LASAT, vinha utilizando: o da ação-teste, pela qual se a intervenção trouxesse resultados negativos, o impacto seria menor. Nesse sentido, para ele, o PAF representou uma maneira clássica de se fazer intervenção no campo: “Os técnicos [...] não davam conta nem de acompanhar para fazer a assessoria técnica, nem minimamente sistematizar e fazer uma leitura dos impactos” (E09 - PQ).

Segundo ele, a FATA fez uma opção por ampliar o universo de famílias para sensibilizar para a questão ambiental e trazer elementos de diversificação, enfim, para pensar um sistema de produção em lote mais sustentável; e também, conforme discutiremos mais à frente, para dar conta da preocupação dos sindicalistas em ampliar suas bases. Assim, o PAF não teve maior preocupação de reflexão acadêmica, não gerando temas de pesquisa como nas outras atividades do LASAT⁹⁸.

O mesmo entrevistado relata também que, dentro do PAF, se planejavam as ações pela Coordenação do Projeto, acompanhada pela Coordenação do CAT, para os técnicos de nível médio implementarem, diferente do que ocorria em outros espaço na FATA:

desses agricultores. Ao mesmo tempo, o sindicato, os dirigentes e suas famílias se depararam com a oposição por parte de segmentos de outras famílias, sendo isto um reflexo de várias formas de sociabilidade já existente nas mesmas.

⁹⁸ O entrevistado comenta que foi por essa razão, posteriormente, que também abandonou o PAF: “eu saí justamente por não concordar com algumas coisas, principalmente em relação à falta de possibilidade de uma reflexão maior sobre as práticas né, e eu não via necessidade de todo ano fazer uma coisa sistemática de multiplicação sem a devida reflexão crítica sobre as ações” (E09 - PQ).

O PAF era concretamente ações de produção de mudas para viveiros e parcelas agroflorestais, era uma ação. O LASAT tinha alguns projetos em que havia diálogo [...] Embora a maioria dos agricultores estivessem envolvidos nos viveiros agroflorestais, faziam parte também dos espaços de reflexão com a pesquisa, mas não tinham nem institucionalmente, dentro do CAT, essa relação com as ações do PAF (E09 - PQ).

Segundo o entrevistado nº 09, esse afastamento do Conselho Diretor da FATA nas decisões do PAF não foi uma opção dos Conselheiros e sim, conforme veremos mais a diante, da própria conjuntura em que esse projeto foi criado.

Outro entrevistado (nº 10 – pesquisador do LASAT) também relata esse conflito, enfatizando que as opiniões vindas do LASAT não eram consideradas pela equipe que estava na FATA. Ele destaca que existia nessa relação outro problema, pois todos os técnicos que estavam na FATA, como equipe do projeto PAF, deveriam estar no LASAT, mas não estavam. Era como se houvesse três equipes: os agricultores, a própria equipe do PAF e o LASAT. Algumas vezes, os técnicos do PAF se aliavam com os agricultores num confronto com o LASAT. Para ele, esse confronto se dava devido à lógica extensionista do PAF:

E por que teve esse confronto?

Porque os técnicos do PAF, a maioria deles, eram eminentemente repassadores de tecnologia, não pensavam o processo. O que o LASAT queria era o seguinte: Por que árvores? Por que tem que plantar isso? Por que tem que ser isso? Mas o tempo e a concepção da equipe do PAF não permitia fazer esse tipo de discussão, por exemplo, o LASAT queria discutir uma coisa que era crucial, era a questão da exploração madeireira [...] qual era a concepção? Fazer a ação-teste, começar com uma coisa pequena, mas dialogada, aumentando o máximo possível essa interação [...] então tinha umas diferenças de concepção (E10 - PQ).

Segundo o entrevistado nº 10, o que o LASAT propunha para o PAF não se enquadrava aos objetivos do financiador (Conselho Britânico), no tempo da parceria dos técnicos dos outros órgãos do governo e em vários outros aspectos. Para ele, o dinheiro teria que ser utilizado para criar instrumentos e não para financiar uma ação direta, porque, naquele momento, no estágio em que estavam os agricultores, sem possibilidade de acesso a crédito e a nenhum outro tipo de política do Estado: “Se você pegar o número de viveiros que foi abandonado, você tem a resposta, não era uma demanda, não era preciso viveiros para todos os lugares” (E10 - PQ).

Já para o entrevistado nº 21 (que atuou na coordenação do PAF), no entanto, quem ficou a parte das discussões foi o LASAT, que já tinha o seu projeto de pesquisa, então, as demandas dos agricultores eram vistas como irrelevantes e as demandas do PAF vistas como algo infundado:

Então, se discutia muito mais o PAF na FATA do que a pesquisa. A pesquisa às vezes era convocada para dizer o que vocês estão pesquisando [...] Os consultores que a gente recebia acabaram percebendo isso e colocaram nas avaliações, tentaram quebrar essa cisão, convidando os pesquisadores do LASAT para dentro e a gente também tentando fazer algumas pesquisas junto com eles e tal. Mas, sempre houve esse cisma (E21 - AS).

Os dados empíricos evidenciaram que a opção de não conduzir o PAF da mesma forma que os outros projetos do LASAT tinham a ver com uma filosofia de trabalho feita pela coordenação do Programa CAT:

E a filosofia que eu percebi era isso, os agricultores encontram as saídas, as decisões eles tomam né, não precisa de ninguém para tomar, a pesquisa não precisa ter um nível de intervenção tão alto e os agricultores tomam as suas próprias decisões e resolvem seus problemas (Entrevistado nº 09).

O entrevistado nº 10 apontou que essa escolha metodológica para PAF não foi uma decisão simples, pois não era fácil reverter a forma como os técnicos atuavam. Segundo ele, estavam em jogo as expectativas dos financiadores, os relatórios e a apresentação de resultados para a continuidade da proposta, por isso acabou se criando, muitas vezes, uma certa relação de clientela com os sindicatos participantes.

É preciso ressaltar também que, essa opção estava ligada, em parte, ao fato da tendência comunitarista ser hegemônica no interior da FATA na época de execução do PAF, conforme discutiremos mais a frente.

Para D’Incao (2000), a consequência mais imediata da ausência da pesquisa e dos pesquisadores no processo de implementação do PAF foi a perda de seu objetivo principal: a descoberta de alternativas de agrossilvicultura para o fortalecimento dos sistemas de produção dos agricultores. Essencialmente, porque isso demandaria um acompanhamento sistemático das experiências nas comunidades. Destarte:

Visitando algumas experiências bem sucedidas dos viveiros, teve-se a oportunidade de ouvir [...] do coordenador do PAF, que o objetivo dessas experiências não era ainda a descoberta de alternativas de cultivos comerciais para os agricultores. Era, até onde se pode entender, a acumulação de um conhecimento a propósito dos tratos exigidos pelas espécies cultivadas e a mudança dos hábitos culturais e alimentares dos agricultores (D’INCAO, 2000: 123-124).

Para a autora, essa mudança de perspectiva, relativizava o olhar crítico do observador, ao mesmo tempo em que lhe permitia compreender a influência das práticas comunitaristas da Igreja Católica na filosofia do projeto, influenciada, em parte, pelo grupo político que dominava a FATA naquele momento. Ela ainda observou que esse objetivo era modesto frente aos desafios que estavam colocados para o desenvolvimento dos agricultores familiares da região e que uma intervenção mais estratégica e preocupada com a descoberta de alternativas econômicas – ou de renda monetária – de agrossilvicultura para os lotes teria contado com maior interesse dos agricultores. Mas sabia-se também que a metodologia de trabalho utilizada no PAF, influenciada por setores da Igreja, vinha produzindo resultados inestimáveis na participação dos agricultores na luta pela terra, dentre outras. Nesse sentido ela questiona: “E por que, então, no caso do PAF não teve ao menos esse resultado? Ou melhor dizendo, por que os viveiros não apenas mobilizaram inicialmente poucas famílias, no sentido de redução gradativa e acentuada das mesmas?” (Ibidem: 124). Para ela, nas mãos dos sindicalistas, a metodologia do PAF ganhou novas conotações: “Basicamente, o autoritarismo das práticas sindicais e o autoritarismo herdado pelos sindicalistas das relações sociais nas quais eles foram socializados: as relações clientelistas e/ou paternalistas” (Ibidem).

No que se refere ao autoritarismo das práticas sindicais, D’Incao (2000) relatou que o movimento sindical naquele período vinha resolvendo lentamente o problema da incorporação

do que chamavam lutas econômicas dos agricultores familiares às suas estratégias políticas, por conta:

Do arraigado preconceito contra o suposto caráter pequeno-burguês desses agricultores, herdado da militância política da antiga esquerda brasileira (D’Incao, 1990) e da dificuldade em empreender, na prática, a mediação capaz de transformar essas estratégias de lutas em estratégias políticas de ação sindical (Pacheco e Leroy, 1995). Preconceitos que acabam por minimizar, na prática a importância política das questões ligadas ao desenvolvimento econômico. O que se explica, em alguma medida, a ausência de uma preocupação estratégica dos sindicalistas em relação ao PAF (D’INCAO, 2000: 124-125).

Entretanto, essa questão compunha-se, no interior da FATA, com o que a autora denominou de “imediatismo dos sindicalistas preocupados com a ampliação de suas bases. *Levar alguma coisa mais concreta para os trabalhadores agricultores*” (grifo da autora) (D’INCAO, 2000: 125). Isso, segundo ela, passou a significar, na prática, uma espécie de artifício utilizado para aumentar o número de associados do sindicato, com resultados importantes, segundo mostram as avaliações oficiais, ao nível de criação de delegacias sindicais. Conforme já visto, exigia-se que o programa fosse coordenado por um sindicalista e sempre era possível reunir um grupo de famílias interessadas na experiência em torno de alguma liderança espontânea de diferentes localidades. Para a autora, “Uma tática aparentemente legítima, não fossem os demais condicionantes criados pela FATA para a implementação do programa, especialmente, a obrigatoriedade da coordenação pelo delegado sindical e da filiação dos demais participantes ao sindicato” (Ibidem).

Outro aspecto é que nem sempre o perfil mais adequado para um sindicalista (capacidade de organização dos agricultores, formação política, facilidade de se expressar em público etc.) correspondia ao do agricultor mais adequado à coordenação do programa (capacidade de organização dos agricultores para uma prática produtiva, tempo disponível para se dedicar às atividades agrícolas, ter cuidados com os viveiros etc.). Nesse sentido, não era difícil imaginar que um agricultor, realmente interessado e em condições de experimentar esses novos cultivos em seus próprios lotes, teria chance de se transformar num coordenador mais comprometido com os objetivos da experiência. Para D’Incao (2000), era esse um dos problemas decorrente das mencionadas exigências dos sindicalistas.

Diante desse contexto, constatamos que as declarações de D’Incao (2000) coincidem com as de Hébette (1997), no qual afirma que a força de uma Delegacia Sindical ou um grupo de trabalho tinha a ver, muitas vezes, com o tamanho e a coesão de uma ou duas famílias amplas, constituídas localmente por pais, filhos, irmãos, cunhados, sobrinhos. Essa força, porém, não fugia a uma certa ambigüidade, ela poderia ser ou aglutinadora de forças ou fechada em si mesma e monopolizadora dos benefícios sociais adquiridos por meio da instância sindical. Sendo assim:

São conhecidas, pois, e não raras, famílias que monopolizam as funções locais: de professor, de catequistas ou coordenador de culto, de agente de saúde, de delegado sindical, diretor do STR, presidente de associação, coordenador de um grupo de viveiro ou gerente de uma venda comunitária. É a família então que elege o delegado. Já que a verdadeira liderança entre rurais depende basicamente da confiança na pessoa do líder – confiança que assenta em sentimentos, juízos e valores da própria cultura camponesa -, a escolha depende mais de relacionamento interpessoal, compadrio, amizade

ou, às vezes, de troca de favores, do que de critérios “técnicos” de gestão de grupo. O delegado pode, ainda, não é raro, ser escolhido em função de um prestígio decorrente de seu êxito econômico, que tanto pode ser colocado à disposição da promoção coletiva quanto a serviço de interesses pessoais ou, até, em detrimento da coletividade (HÉBETTE, 1997: 155).

Para Hébette (1997), as limitações de recursos materiais, financeiros e humanos não permitiam contemplar todas as delegacias sindicais, nem cobrir todas as necessidades dos agricultores. Impunham-se escolhas. Segundo o autor, foram ocasionalmente comentadas, em conversas particulares dos sócios ou em debates internos na FATA, “preferências manifestadas por parte das Diretorias por alguma localidade ou por algum tipo de ações de desenvolvimento em função de interesses pessoais ou em troca de apoio na ocasião das eleições sindicais ou municipais, em detrimento de critérios mais objetivos” (HÉBETTE, 1997: 158). Por motivos dessa ordem, pode ter ocorrido, por exemplo, a implantação de um experimento ou de um teste em localidades que não apresentavam condições de sucesso. Por motivos similares, podia ocorrer a concentração de benefícios, em algumas localidades, com sacrifício de uma distribuição mais estratégica das vantagens e do fortalecimento do princípio coletivo que deveria nortear essas escolhas.

Mesmo com todas essas críticas, alguns sindicalistas avaliavam positivamente a oportunidade de renovação e reformulação do PAF por mais dois ou três anos. Porém, alguns ressaltavam que o importante nessa reformulação era discutir a metodologia e a lógica de intervenção do PAF, e não somente uma distribuição de recursos, conforme foi feito na primeira etapa do Programa.

Segundo o entrevistado 21, na segunda fase do projeto a idéia era trabalhar com valorização dos produtos, ou seja, beneficiamento e organização da produção na cooperativa, desenvolvimento de sistemas experimentais, aplicando entre os agricultores os sistemas que foram criados e que se adaptaram ao contexto da região. Segundo ele, o que estava acontecendo no projeto era que nem todas as famílias implantavam as culturas, mas elas conheciam as diversas espécies que foram trabalhadas. Porém, havia o problema da incompatibilidade desse sistema sustentável com a pecuária na região, conforme observamos no seguinte trecho:

As crianças gostavam muito, as mulheres também começaram a participar dos viveiros, tinham algumas encomendas de espécies que elas queriam, mas quando a coisa passava para o plantio, aí teve muitos problemas, com a pecuária. Alguns plantios que foram feitos tocaram fogo no pasto, nós tivemos problema de fogo no CAT [...] teve pouquíssimos plantios (E21 - AS).

Evidências empíricas denunciaram que esse fator acabou sendo o principal empecilho para não se ter um maior sucesso no PAF, pois o projeto chegou à região de Marabá em um momento desfavorável à discussão ambiental, conforme constata a fala do entrevistado:

Mas tu coloca um sistema agroflorestal no meio de um mundo de pastagem, e na época a principal prática de limpeza e recuperação da pastagem era usar o fogo, aí é incompatível né, tacava fogo, queimava todas as mudas [...] então isso também impedia muito o estabelecimento dessas parcelas agroflorestais. Então, a dinâmica da região, a lógica de produção [...] esse iniciativa não era compatível com o contexto regional (E09 - PQ).

Nessa perspectiva, o PAF não considerou a realidade da maioria dos agricultores da região: de um lado, os pesquisadores do LASAT consideram os agricultores familiares, essencialmente, como produtores mercantis e, a partir daí, construíam todas as suas propostas de intervenção sobre o aumento da renda monetária no interior das unidades de produção; de outro lado, os coordenadores do CAT minimizavam a importância da inserção dos agricultores no mercado.

O que podemos concluir é que, de certa forma, esses agentes não conseguiram fazer uma tradução das práticas agroflorestais que o programa pregava, mesmo esses mediadores possuindo um conjunto de conhecimentos que lhes facilitava conhecer os códigos destes espaços de negociação e serem reconhecidos como interlocutores legítimos das demandas dos agricultores.

4.2.3 A segunda fase do PAF

De acordo com o Relatório de Atividades da FATA (1996), diversos motivos fizeram com que a execução do PAF fosse concentrada na FATA, o que, de certa maneira, fugia às intenções fundadoras do Programa CAT, e tomasse certa feição de “enclave”, inibidor de um melhor desenvolvimento institucional. Entretanto, a concentração permitiu que se afirmasse, no convênio, uma orientação privilegiada no sentido do desenvolvimento dos agricultores representada na Fundação, ao mesmo tempo em que se constituía para ela num exercício fecundo de capacitação administrativa. Porém, a avaliação que se fazia há algum tempo sobre o funcionamento do CAT apontava para a necessidade de aprimorar a interação entre os diversos componentes do Programa. A montagem de uma nova fase do Convênio da ODA/IDESP foi a oportunidade de iniciar esse processo de avaliação e programação.

Segundo D’Incao (2000), esse processo se realizou num momento em que novos desafios, direta ou indiretamente ligados a essa experiência, se colocavam à prática dos diferentes atores em cena. De um lado, o LASAT dava início aos seus programas de pesquisa-desenvolvimento, com especial empenho em um projeto de manejo e comercialização da madeira, enquanto, de outro, sindicalistas e agricultores eram convidados a rever suas posições em relação aos cultivos perenes, por força de algumas experiências bem sucedidas nesta e em outras regiões e, em especial, da perspectiva de contarem com o FNO-Especial para esse fim. Tudo isso ao mesmo tempo em que a COCAT, atendendo à demanda crescente de agricultores, iniciava um trabalho de comercialização da castanha-do-pará e dava seus primeiros passos na preparação e comercialização de polpa de cupuaçu, marcando a presença da agricultura familiar no desenvolvimento do mercado local e regional.

O processo de reformulação do PAF durou praticamente um ano. Em meados de 1995, houve uma ampla consulta às bases da FATA. A avaliação do PAF foi tema de discussão de praticamente todas as reuniões, encontros e seminários promovidos pela Fundação. Mas foi, sobretudo, na ocasião de seminários feitos na sede dos STRs que a avaliação se aprofundou e que surgiram propostas mais amadurecidas para a definição dos termos de um novo convênio com a ODA. Esses seminários realizados durante os meses de junho e julho de 1995 culminaram com a realização de um seminário geral na sede do CAT em Marabá, com a participação do LASAT e da COCAT. Nela surgiu a proposta de um comitê de articulação, acompanhamento e avaliação, composto pelo futuro gerente do convênio e dos representantes da FATA, do LASAT e da COCAT (Relatório de Atividade, 1996).

Segundo D’Incao (2000), nesse contexto, o olhar dos pesquisadores, sindicalistas e agricultores sobre a experiência dos viveiros já era bem mais preocupado com a busca de alternativas de agrossilvicultura para os sistemas de produção praticados na região. De tal modo que, nas reuniões promovidas pela FATA como parte desse processo, a participação dos agricultores se intensificou e as diferentes perspectivas abertas pelas experiências dos viveiros começavam a ser pontuadas.

Observou-se, também, nesse mesmo processo, que sindicalistas e agricultores começaram a tomar consciência das dificuldades enfrentadas pelo PAF, interrogando os limites estreitos dos objetivos dos viveiros, insistindo na importância do acompanhamento do programa pela pesquisa de modo a ampliar as possibilidades de cultivo dos lotes e apontando como problemas a serem enfrentados: a falta de comunicação entre os parceiros no PAF, a pequena articulação dos agricultores, a falta de empenho na obtenção dos financiamentos e de ajuda financeira aos sindicalistas que acompanhavam os técnicos, entre outras. Esses problemas revelavam, segundo a autora, o “autoritarismo e utilitarismo das práticas sindicais” (D’INCAO, 2000: 132). Demandavam também maior permanência dos técnicos junto aos agricultores e maior capacidade de comunicação com os mesmos, o que, segundo a autora, já era indicativo de uma importante transformação dessas mesmas práticas.

Entretanto, ainda de acordo com D’Incao (2000), era no trabalho dos pesquisadores que esse processo iria dar os passos mais significativos na construção do diálogo, que permitiria avançar na superação dos mencionados conflitos. Pela iniciativa do coordenador do PAF, que se beneficiou da larga experiência acumulada nos quatro anos de trabalho para reelaborar a importância da contribuição dos pesquisadores ao bom desenvolvimento do PAF, iniciou-se um longo diálogo com o LASAT tendo em vista sua incorporação na segunda etapa do Programa. Desse esforço resultaram dois importantes documentos de autoria do LASAT: um “Pré-projeto do LASAT/CAT, apresentando à ODA”, de setembro de 1995, e uma “Proposta de construção conjunta FATA x LASAT para a segunda fase da cooperação com a ODA” de julho de 1996.

Tratava-se, nesses documentos, de uma aproximação do trabalho desenvolvido no LASAT, ao trabalho do PAF, deixando clara, desde logo, uma posição crítica em relação ao fato do PAF, na prática, não estar diretamente voltado para a participação dos agricultores no mercado. Segundo D’Incao (2000):

Até aí, os antigos espaços de constrangimento foram se dissipando, já que a articulação do programa em busca de alternativas de renda vinha-se transformando numa demanda de sindicalistas e agricultores, como crítica ao encaminhamento dos viveiros e como resultado da própria evolução da atividade econômica dos agricultores familiares na região: o aumento gradativo dos cultivos perenes e da valorização dos produtos da mata (D’INCAO: 2000: 133).

Entretanto, segundo a autora, o conflito entre os pesquisadores ia além, envolvia a maneira de se conceber o mercado e a conseqüente questão dos caminhos do fortalecimento dos agricultores para a convivência no mesmo, ou, numa outra perspectiva, a definição da forma de inserção dos pesquisadores nos programas de desenvolvimento dos agricultores da região. Nessa nova proposta, os pesquisadores do LASAT, ao mesmo tempo em que tentavam a redefinição dos objetivos do PAF, retomaram sua tipologia dos sistemas de produção construída a partir de determinação do mercado de terras e gado, privilegiando ações voltadas para a comercialização e definindo uma metodologia de trabalho de acordo com a qual as ações de desenvolvimento pertenciam à esfera da FATA, enquanto ao LASAT restaria o

trabalho de acompanhar essas ações e tirar delas elementos que pudessem servir para a ampliação dessas ações nível regional (D'INCAO, 2000).

Segundo a autora, foi dialogando com essa proposta conjunta do LASAT e da FATA, que o coordenador do PAF conseguiu avançar na elaboração do que seria um novo projeto para o PAF. Apoiado em sua própria experiência desse programa e coerente com o objetivo original do mesmo, escreveu um texto já diretamente voltado para antiga divergência existente entre o projeto do PAF e o dos pesquisadores do LASAT: “Reflexões sobre a Pesquisa-Desenvolvimento para segunda etapa do Projeto Agroflorestal”. Nele, afirmava que:

O PAF, sem pretensão de modificar totalmente o perfil da agropecuária regional [...] pode fortalecer experiências regionais que, mesmo em menor escala, servirão para validar novas formas de organização, produção, comercialização, dependendo da capacidade que se tiver de validar cientificamente as inovações, através da avaliação da capacidade de reprodução das experiências, razão pela qual o projeto deve assumir um papel experimental e demonstrativo (grifos da autora) (D'INCAO, 2000: 135-136).

A autora relata que esse documento fez uma avaliação crítica da primeira fase do PAF, interrogando, mais uma vez, a proposta do LASAT, a propósito da maneira como os pesquisadores vinham trabalhando o mercado regional em suas análises. Lembrou que ao mercado de terra e o de gado deveria se somar o da farinha, o da madeira, o da carne e do leite, além da castanha-do-pará e do cupuaçu para firmar a necessidade de:

se trabalhar canais de diversificação do mercado a da organização da comercialização, tendo em vista o objetivo de se estabelecer alternativas de sustentabilidade para os sistemas de produção dos agricultores familiares da região. E conclui que, conforme demonstram a pesquisa do LASAT, a produção para o mercado organizado – arroz e gado – obedece a uma estratégia de curto prazo, sem uma preocupação maior com a sustentabilidade. E que, exatamente por isso, o programa deve ser construído sobre o crescente interesse que muitos agricultores vêm demonstrando em diversificar as atividades no lote, e não ter como única opção a pecuária (grifos da autora) (D'INCAO, 2000: 136).

Tratava-se, portanto, de uma proposta que admitia a possibilidade de uma intervenção capaz de mudar os rumos da agricultura dominante na região, pela descoberta de sistemas de produção alternativos para os agricultores, em contraposição à proposta do LASAT, que continuava vendo as experiências de agrossilvicultura como uma espécie de complementação do sistema de produção dominante entre os agricultores na região.

Do ponto de vista operacional, a proposta previa um alargamento dos dois sub-projetos apresentados pelo LASAT: valorização dos recursos da floresta e valorização das áreas desmatadas, insistindo na importância de não se limitar a operar com a idéia da comercialização e ampliando os referidos projetos para, de um lado, valorização e manejo dos recursos naturais e, de outro, das áreas desmatadas.

Para D'Incao (2000), acreditava-se que, se este diálogo pudesse continuar, adentraria por mais essas questões, mostrando que a abordagem analítica dos pesquisadores do LASAT não dava conta de um conhecimento capaz de informar a assessoria de grande maioria dos agricultores da região: aqueles que não produziam segundo as regras da agricultura de mercado, mas segundo as regras de reprodução de suas famílias, limitando-se a encaminhar

propostas para agricultores mais dinâmicos. Esse debate permitiria, portanto, ver que a metodologia construída a partir da crença na possibilidade da mudança dos rumos dos processos socioeconômicos em curso, ao mesmo tempo em que reconhecia a importância de um trabalho visando à descoberta de novos caminhos para os agricultores em geral, também promovia a aproximação entre pesquisadores, técnicos e agricultores, necessária ao trabalho de assessoria da mencionada maioria. Entretanto, esse diálogo nascente foi drasticamente interrompido pela não contratação do antigo Coordenador para a segunda fase do PAF⁹⁹ (Ibidem).

Ao mesmo em que se davam essas discussões entre LASAT, FATA e o coordenador do PAF, uma missão do Governo Britânico veio avaliar os resultados do convênio e trabalhar na elaboração desse novo termo de contrato. Os resultados do PAF foram considerados bastante positivos e a Missão redigiu o relatório recomendando ao Governo Britânico a renovação. A segunda Missão Britânica foi realizada em julho de 1996. Realizou-se uma oficina de trabalho com a participação dos quatro membros da Missão, do Comitê assistido pelo antigo Coordenador (que ainda estava no Projeto), e de representantes dos órgãos oficiais do Estado do Pará, dispostos a participar do convênio, ou seja, IDESP, SECTAM, SAGRI e EMATER. No final desse encontro a Missão entregou a primeira versão do termo de convênio, recomendando ao Governo Britânico a celebração de um novo convênio a ser iniciado em janeiro de 1997, para um prazo de três anos (Relatório de Atividade, 1996). Esse projeto foi denominado de Projeto Tocantins II.

Segundo D’Incao (2000), a pesquisa realizada pelo LASAT estava legitimando a prática estatal das políticas definidas à revelia dos interesses específicos dos agricultores e, conseqüentemente, de sua participação, sem contar, evidentemente, o reforço dado ao processo de pecuarização historicamente encarregado da eliminação da maioria dos agricultores, ao não evidenciá-lo.

Nesse sentido, segundo a autora, acreditava-se que a persistência desse desencontro de objetivos e estratégias de ação entre pesquisadores e sindicalistas no interior do PAF poderia ter ameaçado os rumos do Projeto e os das próprias instituições em cena. Nessa nova etapa, procurou-se avançar também, como já visto, na articulação do programa com instituições estatais de assessoria dos agricultores e com as entidades de representação destes últimos. Neste caso, a intenção era assegurar a melhor elaboração estratégica das experiências em curso, enquanto o objetivo de trabalho em parceria com as instituições de parceria já existentes era contribuir para aumentar a eficiência no trato com as questões específicas da agricultura familiar, ou, no limite, promover o maior compromisso do Estado para com esses agricultores.

Entretanto, o problema maior que o entrevistado nº 21 ressaltou em relação ao PAF foi quando começou a entrar crédito do FNO (Fundo Constitucional do Norte) para os agricultores financiarem os plantios:

Quando entrou o FNO, que era uma luta nossa também, os agricultores não vieram discutir mais com a gente o FNO. A gente passou a ficar preocupado com que os caras estavam fazendo com os vendedores de adubo, de máquinas [...] o financiamento que podia estar viabilizando isso passou a ser distorcido (E21 - AS).

⁹⁹ Com base nas entrevistas e documentos consultados podemos constatar que a não contratação do Coordenador do PAF para a segunda fase do projeto esteve relacionada com conflitos entre ele, sindicalistas da FATA e Jean Hébertte em relação a gestão de recursos do PAF.

Para o entrevistado, a não utilização dos recursos do FNO para um investimento no PAF se deu por uma falta de articulação completa entre alguns segmentos que estavam presentes no Programa CAT: o movimento sindical, a coordenação do CAT e os pesquisadores do LASAT. Segundo ele, ao invés de um diálogo para a resolução desses problemas houve uma fragmentação total entre essas partes:

Porque teve de um lado o movimento sindical indo para um rumo; o pesquisador também chegou nessa hora e radicalizou, o LASAT chegou um momento que falou: o nosso negócio é montar escola de formação de nível superior e isso aqui não interessa mais para gente. E teve também o outro lado, o lado confessional, vamos dizer assim, entrou numa também de passar a mão na cabeça dos agricultores, passar a mão no sentido de que eles que tinham que tomar conta, eles é que tinha que plantar [...] aí como você quer que o projeto tem que ter uma definição técnica clara, e agora quem vai que mandar aqui são os agricultores, aí começou as cagadas, e aí foi cada um para um lado (E21 - AS).

Para D’Incao (2000), essa falta de articulação vinha também da paralisia da FATA naquele momento, por divergências políticas internas. Um exemplo disso foi exatamente a ausência de uma política da FATA em relação ao FNO-Especial, que poderia ter sido utilizado em continuidade às experiências dos viveiros e dos lotes experimentais, potencializando-lhes os resultados. Segundo a autora, o FNO foi apropriado pelos sindicalistas, por meio da distribuição do recurso a seus espaços de influência pessoal, enquanto se debatia abstratamente as duas tendências internas que disputavam a hegemonia da FATA: “de um lado, o caráter oportuno de qualquer negociação com o Estado – a tendência revolucionária; e de outro, o risco do endividamento dos agricultores, em razão da inadequação das regras de utilização do fundo e da fragilidade estrutural dos mesmos – a tendência comunitarista” (D’INCAO, 2000: 130). A FATA só veio mudar essa postura em relação ao FNO-Especial a partir de 1996, com a criação da FETAGRI Regional Sudeste.

Segundo D’Incao (2000a), algumas observações têm mostrado que o recurso a essas análises não tem ajudado essas instituições de assessoria (a FATA, por exemplo) a avançar suficientemente na direção desejada, ou no sentido do maior conhecimento dos desafios presentemente colocados ao desenvolvimento dos agricultores. Colocadas diante desses problemas, elas, algumas vezes, tendem a reforçar suas convicções originárias, indo desde a plena aceitação das práticas personalizadas dos agricultores, entendidas como naturais dentro e fora de seus programas de desenvolvimento, até a total rejeição das mesmas, entendidas como mera desinformação e/ou falta de “consciência política”. Tratava-se, segundo a autora, para o comunitarismo da Igreja Católica, de uma espécie de tolerância com suposto modo de ser dos agricultores, não raras vezes vistos como portadores de um novo projeto de sociedade, a ser preservado como de políticas pontuais de resistência até que lhes seja dada a oportunidade histórica de sua realização (D’INCAO, 2000a).

As discussões acima apontam também que é ilusório imaginar que quando os mediadores estão diante dos agricultores e optam por permanecer calados se estará evitando influir nas decisões a serem adotadas. Estar ali (pesquisadores do LASAT e do CAT), munidos de um determinado poder simbólico reconhecido pelos que compõem o grupo, já se constitui numa intervenção. Da mesma forma, renunciar oralmente à sua condição de ator neste cenário de alianças e disputas não significa produzir o efeito prático reflexivamente desejado. Observa-se, nesse sentido, uma acentuada contradição entre o que proclamam estes mediadores e o que se vê na prática.

4.3. A Atuação do Programa CAT: Sindicalismo, Assistência Técnica, Pesquisa e Agricultores

Conforme já ressaltado, as ações desenvolvidas no Programa CAT e descritas anteriormente objetivaram, principalmente, atingir dois eixos principais: o fortalecimento do movimento sindical e o desenvolvimento da agricultura familiar. Nesse sentido, o objetivo da última parte desse capítulo é problematizar, dentro do contexto vivido naquele período, de que forma essas atividades influenciaram a região de Marabá em seus diversos aspectos. No primeiro sub-item trataremos de questões que envolveram o movimento sindical, pesquisa e assistência técnica. No segundo, abordaremos questões relacionadas à agricultura familiar.

4.3.1 As atividades do CAT e o movimento sindical

Partimos da perspectiva de que o Programa CAT não pode servir de elemento explicativo para todas as transformações que aconteceram na região de Marabá na década de 1990 e início do século XXI. Lá existiam outros atores presentes, como a FASE, a CPT, o CEPASP e algumas ONGs atuando em várias frentes e com objetivos diversos. Nesse sentido, não dá para fazer uma separação clara entre o que foi resultado das atividades do Programa CAT e das outras entidades.

Mesmo com essa diversidade de atores, alguns entrevistados enfatizaram que o Programa CAT contribuiu para o crescimento do número de associações e cooperativas, a capilaridade e legitimidade do movimento sindical nas delegacias sindicais, o aumento do debate sobre as políticas públicas para a agricultura e o acesso dos agricultores às políticas de crédito. Porém, o mais provável é que essas transformações na região podem ter sido resultado de outros processos que ocorriam paralelamente a atuação do CAT, da combinação desses elementos ou da contribuição de ambos. No entanto, é importante registrar a forma como os atores que estavam presentes no CAT perceberam as mudanças ocorridas.

Evidências mostraram que o movimento de articulação regional começado pelo CAT, e com a participação de outras entidades, foi também fundamental na articulação da FETAGRI Regional Sudeste, a partir de 1996¹⁰⁰, conforme observamos no seguinte trecho:

A FATA é um germe que criou a FETAGRI, que deu a capacidade de articulação em nível regional. É lógico que a FASE teve a sua participação, a CPT teve sua participação, de cunho organização. Eu acho que isso é um elemento essencial que acho que ajudou a organizar uma Federação de agricultores (E09 - PQ).

Esse depoimento do entrevistado nos faz repensar as observações de Assis (2007) sobre a FETAGRI Regional Sudeste. Segundo o autor, foram os dirigentes dos seis sindicatos abrangidos pela FATA que tomaram a frente do processo de implantação da FETAGRI Regional¹⁰¹. Conforme já visto, a experiência da FATA era muito limitada do ponto de vista

¹⁰⁰ Em 1992 ocorreu uma tentativa de criação da FETAGRI Regional Sudeste, porém não se concretizou.

¹⁰¹ Entretanto, é preciso deixar claro que não foi, exclusivamente, por causa da FATA que se criou a FETAGRI regional. Pode-se pensar também que essas lideranças envolvidas eram dirigentes ativos e, por isso, participavam em diversas iniciativas no âmbito sindical.

geográfico, pois, por determinação da coordenação do programa no qual a FATA estava inserida e, de comum acordo com certo número de dirigentes sindicais, a área de atuação da Fundação deveria permanecer restrita aos seis municípios que a fundaram. Entretanto, a nova dinâmica regional apontava para uma amplitude maior do espaço territorial.

Hébette (1997) relatou que, nesse período, o sindicalismo da região de Marabá desenvolveu uma maior autoconfiança e extrapolou na região o quadro da FATA e do CAT. Um dos resultados desta “desinibição” foi justamente a participação ativa do presidente de um dos STRs e Conselheiro da FATA na criação, com sede em Marabá, de uma Coordenação Regional da FETAGRI, abrangendo dezoito municípios. Esse mesmo Conselheiro da FATA foi também escolhido para presidir esta Coordenação.

Evidências empíricas indicaram também que o fato dos agricultores já terem o hábito de se articular nas reuniões da FATA facilitou a articulação da FETAGRI Regional e também de outras manifestações naquela região:

Daí tu vê quando chegou a FETAGRI, quem montou a FETAGRI foi todos [...] quem era força, era os sindicatos da FATA. Quando tu vê quando começou logo depois aqueles acampamentos de assentados¹⁰², quem estava mais presente? Os agricultores que representavam esses sindicatos que era da FATA, porque eles estavam acostumados a entender que tinha que se deslocar, tinha que se manifestar (E15 - AS).

Como reflexo desse processo, os STRs concentraram também a sua ação política em nível local no fortalecimento da organização e na luta pela renovação de suas diretorias, na qual a FATA não intervinha. Progressivamente e muito cautelosamente, os STRs tornaram-se presentes em algumas prefeituras, como Jacundá e Itupiranga, nas quais a FATA já tinha algum tipo de articulação; convocaram prefeitos e órgãos estaduais e federais para implementar suas políticas. Tinham, para fazê-lo, o peso de suas realizações e da sua atuação nas comunidades e nas delegacias sindicais.

Segundo Hébette (1996a), foi a partir da tentativa de atender a demandas mais imediatas dos agricultores que a FATA chegou, por meio dos seus STRs, a ocupar um espaço público mais amplo e estes o fizeram sem se distanciar de esfera sindical. Tinha também para estimular e orientá-los, o apoio eficiente das entidades locais de assessoria educacional e política popular como a FASE e o CEPASP.

Apesar dos relatos acima apontarem para uma participação direta entre a atuação do Programa CAT e o crescimento da organização em diversas frentes, constatamos que não se pode fazer essa afirmação de maneira generalizada, pois, a partir do momento em que surgiu a FETAGRI Regional Sudeste, criou-se também uma dinâmica regional complexa, com uma mudança na relação que se tinha com os sindicatos. Segundo o entrevistado nº 9, a atuação do CAT foi fundamental para essa mudança, no sentido de uma nova configuração que surge com o aumento da importância das associações de trabalhadores rurais no lugar das delegacias sindicais. No entanto, o entrevistado ressalta que todas essas mudanças não foram, exclusivamente, devido à atuação do CAT, mas sim fruto da própria dinâmica que estava se dando na região de Marabá desde meados da década de 1990:

A FATA no começo, quando não tinha Federação, tinha uma relação sindical muito mais forte, porque o ator principal era a delegacia sindical, não era

¹⁰² Referindo aos acampamentos realizados em frente à sede do INCRA em Marabá, na segunda metade da década de 1990, que foram organizados pelos sindicatos em conjunto com o MST e outras entidades de apoio.

nem o sindicato, era a delegacia que estava lá na comunidade. Quando entra a FETAGRI, e o hoje a FETAGRI ela trabalha até numa lógica mais profissional, não é a delegacia sindical, são as associações dos assentamentos. O CAT ajudou a fortalecer essas delegacias, mas a própria dinâmica mudou um pouco isso, você não tem mais delegacia sindical, aquela delegacia que tá ali por conta também de questões ideológicas [...] é diferente de tu pensar uma associação. A associação tem uma pessoa jurídica, vai dar conta do crédito de habitação, vai ver se o cara tá construindo, é uma lógica mais profissional do que um cunho político ideológico. Então, é difícil racionar se ajudou a ampliar, na verdade não ampliou porque mudou o contexto político também na região (E09 - PQ).

De acordo com Assis (2007), as associações às quais o entrevistado se referiu voltaram à cena política na região sudeste do Pará na década de 1990. Uma característica similar ao contexto das associações nas décadas anteriores foi a permanência pela disputa da representação dos pequenos produtores. Para o autor, dentre os fatores que mais contribuíram para a criação de associações destaca-se o crédito para a produção. As políticas de crédito tais como PROCERA e depois PRONAF ou FNO vinculavam a liberação de recursos à existência de entidades legalmente constituídas que pudessem responder juridicamente pelos financiamentos. Essa exigência visava atender às instituições bancárias, que buscavam mecanismos de garantia dos financiamentos. Para as entidades sindicais, no entanto, tornava-se mais complexo o processo organizativo. Segundo o autor, havia uma inadequação das delegacias sindicais para responderem juridicamente pelos projetos de financiamento do FNO-Especial. Nesse sentido, as associações de produtores, pelo seu estatuto jurídico, podiam desempenhar esse papel. Nesse sentido, políticos, representantes das agências do Estado, lideranças sindicais e os próprios agricultores passaram a incentivar a criação de associações, dando início a uma disputa pelo seu controle. Dentro desse contexto, o número de associações cresceu em um ritmo acelerado, principalmente a partir de 1996, quando aumentou o número de recursos para os projetos relacionados à agricultura familiar na região (ASSIS, 2007).

Essas associações foram criadas no espaço das comunidades e assentamentos, sobrepondo-se à estrutura tradicional da organização sindical, que era a delegacia sindical. Dessa forma, as associações, pela sua natureza jurídica e poder de representar os agricultores em diferentes situações, tirou o sentido das delegacias sindicais, base de sustentação do sindicalismo nas comunidades e assentamentos. Como as associações emergiram de forma explosiva e estimuladas por diferentes atores, portadores de interesses diferenciados, acabou-se quebrando um elo da teia de relações estabelecida ao longo de muitos anos pelos STRs.

No que se refere a pesquisas sobre temas que envolvem a agricultura familiar e o campesinato, os entrevistados apontaram um crescimento visível durante a vigência do Programa CAT, mesmo com algumas dificuldades na relação FATA-LASAT, conforme já mostramos anteriormente, principalmente no âmbito do PAF. Segundo eles, a acumulação de pesquisa se deu na área de Ciências Sociais e também na parte técnica-agronômica, que foi mais evidenciada na segunda metade da década de 1990, quando se teve uma atuação maior do Estado na área do crédito rural e da assistência técnica.

A dinâmica de atuação do Programa CAT, dentro de um contexto de desmonte da assistência técnica estatal e de surgimento de propostas de descentralização desse serviço no governo Fernando Henrique Cardoso (1995 – 2002), contribuiu também para a consolidação das cooperativas de assistência técnica em diálogo com os movimentos sociais. Mais especificamente estamos nos referindo à criação, em 13 de novembro de 1998, da Cooperativa de Prestação de Serviços (COOPSERVIÇOS), com o objetivo de realizar o serviço de

assistência técnica e extensão rural aos projetos de assentamento ligados ao sindicalismo. Segundo Miranda (2008), a proposta da COOPSERVIÇOS é atuar numa concepção de assessoria voltada para a realidade da agricultura familiar e para a reforma agrária na região, sem absorver os princípios difusionistas e produtivistas da Revolução Verde, mas considerando as características próprias deste campesinato em sua esfera social, cultural, ambiental e econômica. Em 2008, a cooperativa com sede em Marabá, atuava em mais de 100 projetos de assentamentos, envolvendo 16 municípios do sudeste do Pará, num total de 9.760 famílias conveniadas (famílias oficialmente inseridas no convênio entre a ONG e o INCRA), mais outras dezenas não conveniadas.

Outro aspecto significativo da atuação do Programa CAT que foi apontado pelos entrevistados refere-se à criação do espaço da FATA. Nesse espaço havia um ambiente propício para o debate coletivo e para interação entre sindicalistas, agricultores, pesquisadores e técnicos.

Essa aproximação do movimento sindical com a Universidade também trouxe diversos benefícios para a região de Marabá, não só pela estrutura física que ficou do Centro de Convivência da FATA, mas também pelo clima de diálogo que se estabeleceu a partir daí com diversos pesquisadores e estudantes. Esse ambiente tornou o espaço da FATA um laboratório de debates e discussões para o movimento sindical da região, forme relataram um dos informantes:

Mas eu acho a grande vantagem no fim das contas é que raros eram os eventos, de que tudo que se tem aqui na FATA, sem ter alguém da Universidade presente, ou por interesse ou por escutar ou até para ele ser o facilitador da discussão etc. Principalmente eu chamaria assim, o primeiro tempo da FATA, os estágios de base, os estágios temáticos [...] fez com que a FATA fosse um centro de idéias, debates e de discussão extremamente interessante. Naquele tempo, ela participou, no fim das contas, de toda a força do pensamento e da ideologia do campesinato da região (E15 - AS).

Esses espaços de participação coletiva dos agricultores em conjunto com sindicalistas e pesquisadores se constituíram em locais onde os diferentes mediadores faziam os exercícios de tradução, interpretação e adaptação do conhecimento, visando alcançar seus diferentes objetivos e mobilizando os diferentes capitais que faziam parte da disputa neste jogo social.

Entretanto houve ganhos para ambos os lados, pois não só o movimento sindical da região foi favorecido como também a Universidade Federal do Pará em seus diversos aspectos:

Por outro lado foi muito bom, imagine para a Universidade, o que começou a vir de pesquisa, de TCC (Trabalho de Conclusão de Curso), era muito da agricultura familiar [...] E se a gente ver a força, vamos dizer que todo o conceito, toda a vida que se tem aqui da Universidade aqui de Marabá [...]

Então você acha que para Universidade o CAT acaba sendo também um laboratório?

Sim, e no fim das contas eu acho que a Universidade, com esses pesquisadores do LASAT que frequentava a FATA, também mudou a Universidade (E15 - AS).

Nesse contexto, constatamos que houve uma disputa pela apropriação dos benefícios materiais e simbólicos gerados durante a vigência de todo o Programa CAT. Os ganhos dos

sindicalistas/agricultores estavam mais fortemente vinculados aos benefícios econômicos e políticos dessa proposta, enquanto que, no caso dos pesquisadores, seus lucros estariam direcionados para a aquisição de bens simbólicos. Da mesma forma se presumia que a presença de agricultores, com características de liderança, almejavam outros capitais que viriam reforçar seu poder simbólico junto aos outros agricultores de sua comunidade ou às outras instâncias de representação política na região.

Os sindicalistas/agricultores foram extremamente pragmáticos e, por mais que tenha havido um discurso denso sobre questões ideológicas, o que predominou de fato e os mobilizou diz respeito às questões políticas e, principalmente, econômicas, para o fortalecimento agrícola. Do outro lado, os pesquisadores estavam em um nível dessa rede onde os bens que mais lhes agregavam poder eram os do tipo simbólicos (reconhecimento acadêmico, capacidade de divulgar a pesquisa em revistas científicas, em cursos de graduação superior), mas também a capacidade de associar-se a organizações públicas de pesquisa e ensino que tinham afinidade com as linhas de pesquisa criadas a partir das percepções e de práticas de cada grupo científico, e, em certo sentido, recursos para a mobilização de pesquisas, fortalecendo também a instituição no qual representavam – visibilidade da UFPA tanto nacional quanto internacionalmente. Nesse sentido, as disputas travadas, tanto entre os próprios sindicalistas quanto entre sindicalistas e pesquisadores, estava na interseção entre estes dois conjuntos de interesses (GUERRA & CASTELLANET, 2005).

Segundo Guerra & Castellonet (2005), o acesso a financiamentos públicos e internacionais foi motivo de forte competição entre as organizações camponesas e as equipes de pesquisa-ação. Segundo eles, o movimento sindical dependia desses recursos externos para seu financiamento, mas contava igualmente com eles para ampliar sua base e ganhar popularidade. As equipes de pesquisa-ação também dependiam de recursos externos, mesmo seu funcionamento sendo, em parte, assegurado pela Universidade ou outra instituição de pesquisa:

Os dois recorrem frequentemente aos mesmos financiadores. A relação com os parceiros externos e imagem pública de cada grupo é um atributo importante para garantir financiamentos externos. Tudo isso contribuiu para agravar o conflito entre organizações camponesas e as equipes de pesquisa-ação (GUERRA & CASTELLANET, 2005: 345).

Também foi apontado que o CAT se artificializou num espaço de parceria regional, por meio da junção de alguns sindicatos, deixando de fora outros atores presentes como, por exemplo, a CPT e a FASE, que estavam refletindo e construindo as lutas dos pequenos agricultores há algum tempo. Devido a isso, alguns temas estratégicos para a região foram deixados de lado na implementação das atividades.

Segundo o entrevistado nº 2, tentou-se fazer uma articulação para que o Conselho Diretor da FATA englobasse outras organizações, já no fim da década de 1990. Entretanto, essa questão não era algo simples, devido à diversidade de entidades e às transformações pelas quais passava a região de Marabá naquela época:

Acho que umas das dificuldades que o CAT teve foi, a partir de um certo momento, incluir no seu conselho esses outros atores que interagem na região, que se expressavam através de estratégias, digamos assim, clandestinas, onde sabia-se que tinha reunião regular do conselho da FATA. Então, as pessoas articulavam-se para jogar propostas lá dentro, e essas propostas chegavam. Propostas do CEPASP, da FASE, da CPT [...] não

chegavam por eles, mas chegavam pelos sindicalistas que interagiam também com eles (E02 - PQ).

Outra dificuldade que foi apontada para a não inclusão de outros atores no CAT, principalmente de novos sindicatos, era a escassez de recursos por qual passava o Programa naquele período.

Sem dúvida a falta de recursos era um motivo bem plausível para a não inclusão de novos sindicatos, pois, expandir o Programa necessitaria também de expandir o volume de recursos captados. Porém, estavam implícitas nessa discussão as disputas por poder e as condições de exercer a mediação quando novos agentes (outros sindicatos e entidades de apoio) entrassem no jogo de forças sociais e nas disputas pela representação política dos agricultores.

O problema da articulação e da inclusão de novos atores foi parcialmente equalizado, posteriormente, quando se criou a Fetagri Regional Sudeste, e quanto também o Estado veio a se fazer mais presente na região (criação de uma Superintendência Regional do INCRA em Marabá, programas de crédito para agricultura familiar, crescimento do número de assentamentos rurais, etc.). Nesse sentido, a interação entre os diversos atores acabou acompanhando a dinâmica da região.

4.3.2 As atividades do Programa CAT e o fortalecimento da agricultura familiar

A primeira ação do Programa CAT, juntamente com as ações de outras entidades, que resultou no fortalecimento da agricultura familiar da região de Marabá foi o surgimento da organização da produção e a comercialização dos produtos que eram gerados pelos agricultores (por exemplo, projeto da comercialização do arroz). Para alguns entrevistados, essa fase de ação só foi possível porque já se tinha alcançado um maior nível de organização política dos sindicatos, anteriormente à chegada do Programa CAT.

Segundo o entrevistado nº 15, houve também uma mudança significativa na forma de pensar o estabelecimento agrícola familiar com a criação da FATA, com a participação dos técnicos agrícolas e com o aumento da regularização fundiária na região, pois, a partir daí, os agricultores começaram a pensar o desenvolvimento agrícola de outra forma, exigindo, ao mesmo tempo, condições melhores de transporte, saúde e educação para o meio rural.

Como já demonstramos, houve muitos debates e alguns projetos realizados no âmbito da FATA com o intuito de discutir com os agricultores um novo modelo de agricultura sustentável que fugisse do padrão de pecuarização que estava se dando de forma intensa no sudeste do Pará. Nesses espaços, tentava-se colocar para os agricultores a importância da diversificação da produção no lote e o investimento em outras culturas. Entretanto, a forte presença da pecuária permanecia como questão importante:

Na região de atuação, a principal cultura, se a gente entrar nos lotes, é o capim, é o pasto, é leite, é o gado. Então, por uma série de fatores, nós não conseguimos fazer com que aquela iniciativa dos plantios se transformasse de fato, se desenvolvesse para virar plantio dos agricultores, em pomares e tal. Então foi importante, poderia ter se tornado uma política, mas não avançou (E03 - SD).

Mesmo assim, alguns entrevistados consideraram que houve indicações de algumas mudanças positivas no sentido de pensar um novo padrão de alimentação para as famílias que participaram dos projetos na FATA e nas comunidades que foram atendidas, em torno de três mil famílias. Atualmente, existem também alguns agricultores que continuaram com plantações de frutíferas e deram continuidade às experiências de diversificação, mesmo depois de terem acabado os projetos de apoio: “mas, na verdade, nós temos daqui e acolá, pinta um agricultor que continua plantando fruta, colhendo a fruta já, fazendo polpa, botando no mercado, então que tudo isso é resultado daquele trabalho que a gente fazia” (E13 - SD).

As indicações dos entrevistados reafirmam alguns dados que foram discutidos por Solyno Sobrinho (2004)¹⁰³. Segundo esse autor, apesar do significativo volume de recursos aplicados nos últimos 20 anos em projetos de apoio ao desenvolvimento e diversificação da agricultura familiar na região de Marabá (entre eles o Programa CAT), hoje, mais do que nunca, predomina a pecuária extensiva nos estabelecimentos familiares¹⁰⁴. Segundo ele:

Apesar das preocupações e do conseqüente interesse ambiental pela região, a despeito do valioso apoio internacional, do entusiasmo das ONGs, e do notável esforço dos agricultores, os projetos agroambientais implementados na década de 1990 não alcançaram os efeitos esperados em termos de mudanças nos sistemas de produção dos estabelecimentos familiares trabalhados, e menos ainda, no que se refere ao almejado efeito demonstrativo para uma maior área de abrangência (SOLYNO SOBRINHO, 2004: 08).

Ele ainda comenta que, no final da década de 1990, a maioria dos consórcios de culturas permanentes que foram financiados estavam abandonados, remanescendo apenas aqueles que escaparam do fogo e os que estavam bem situados em relação ao mercado, razão pelo qual os agricultores passaram a dedicar-lhes uma maior atenção. Também influenciando a baixa performance na manutenção desses plantios, não prosperaram as iniciativas de beneficiamento e comercialização, que poderiam incentivar a manutenção e ampliação dos plantios com um melhor retorno dos agricultores. Nesse sentido:

Até o ano 2000, nenhuma das unidades de beneficiamento de frutas implantadas havia conseguido funcionamento regular, seja pela dificuldade de legalização das micro-indústrias frente a uma legislação inadequada para empreendimentos industriais de pequeno porte, pela ausência de padrões de qualidade estabelecidos para a comercialização de frutas regionais¹⁰⁵ e, em

¹⁰³ Solyno Sobrinho teve uma participação essencial em dos projetos do CAT. Em sua dissertação de Mestrado (SOLYNO SOBRINHO, 2004), analisou o ambiente institucional que orientou a exploração dos recursos na região de Marabá, particularmente no que diz respeito aos impulsos que deram suporte à pecuária bovina como atividade principal da economia rural da região, e seus efeitos nas unidades de produção familiar. Devido à importância e a abrangência de sua análise, utilizarei daqui para frente alguns elementos utilizados por ele para entender a atuação do Programa CAT na agricultura familiar dessa região.

¹⁰⁴ Em que pese o uso de tecnologia muito elevada (como o uso de insumos), ela vem obtendo índices elevados de produtividade.

¹⁰⁵ Somente em 1999, com ajuda do Departamento de Química da UFPA, o Ministério da Agricultura estabeleceu os padrões técnicos exigidos para a comercialização da polpa de açaí (fino, médio e grosso), cupuaçu e outras frutas regionais. No entanto, até hoje esse padrão não é atendido, por falta de fiscalização eficiente, na grande maioria da polpa de frutas exportada do Pará para o Rio de Janeiro, São Paulo e outros estados do sudeste e nordeste brasileiro.

decorrência dessas indefinições, por problemas técnicos na implementação das plantas industriais ou no funcionamento das usinas; por deficiências administrativas na condução das cooperativas, desconhecimento do mercado para derivados de frutas tropicais e, principalmente, pela falta de organização da produção familiar para abastecimento regular de matéria-prima para as usinas de beneficiamento (SOLYNO SOBRINHO, 2004: 08-09).

O autor ainda relatou que, em relação aos pretendidos efeitos demonstrativos em uma grande área de abrangência (um dos objetivos fundamentais do CAT), não se conseguiu deter o ímpeto do sistema de corte e queima sobre a floresta. Segundo dados do IBGE o desmatamento sobre a área total dos municípios da região aumentou de 5,84% em 1975; para 13,7% em 1985; 22,8% em 1995; até 27,8% em 2000. Assim, o desmonte das florestas continuava crescendo paralelamente à ampliação das pastagens para a criação de gado, chegando ao ano 2000 com gramíneas forrageiras ocupando 58% da área total do conjunto de estabelecimentos da região (SOLYNO SOBRINHO, 2004).

Por sua vez, a área cultivada com culturas permanentes decaiu no período de 1985 a 2000, interrompendo a tendência de crescimento registrada no período anterior, que se apresentava como possibilidade de substituição do sistema de corte e queima por sistemas de produção perenes e diversificados. Já em relação às culturas temporárias, o autor relatou que estas assumiram uma tendência de aumento da área cultivada por todo o período, coerente com o aumento do número de estabelecimentos entre 1975 e 1995, entretanto, incongruente com o declínio das capoeiras, insinuando uma rápida conversão dessas áreas para ampliação das pastagens, sem que se deixe um período de descanso para a implantação da segunda roça.

Os estabelecimentos com mais de 200 hectares foram os maiores responsáveis pelo aumento de pastagens na região de Marabá por toda a década de 1990. Entretanto, em 1995 já se tinha verificado uma participação dos estabelecimentos com menos de 200 hectares em 12% da área total cultivada com pastagens no conjunto dos estabelecimentos da região¹⁰⁶. No mesmo ano, 40% da área total cultivada pelos agricultores já estava tomada por gramíneas forrageiras:

Apesar de não existirem dados disponíveis no ano 2000, para avaliar a participação dos camponeses na formação de pastagens na região, é bastante provável que ela tenha crescido e que os pastos tenham assumido o predomínio absoluto da área cultivada pelos camponeses, em função do acesso desta categoria ao crédito rural, cujos financiamentos estiveram voltados preferencialmente para a aquisição de gado bovino (SOLYNO SOBRINHO, 2004: 10-11).

Desta maneira, segundo o autor, ocorreu uma rápida expansão da pecuária extensiva na década de 1990 na região de Marabá, “arrastando consigo a agricultura familiar para o absoluto domínio das pastagens, uma monocultura que inviabiliza outros possíveis usos da

¹⁰⁶ Para uma diferenciação dos diferentes tipos de estabelecimentos rurais na região, Solyno Sobrinho (2004) fez o uso da classificação sugerida por Costa (1992; 1993; 1995; 1998), considerando como *Camponeses* os estabelecimentos com menos de 200 há, onde a força de trabalho familiar é predominante; como *Fazendas* os estabelecimentos com área entre 200 e 5.000 há, onde a força de trabalho familiar é reduzida com a presença de trabalho assalariado; e como *Latifúndios Empresariais* os estabelecimentos com mais de 5.000 há, onde a força de trabalho assalariado é predominante (SOLYNO SOBRINHO, 2004).

terra, e qualquer possibilidade de desenvolvimento sustentável baseado na diversidade (Ibidem: 11).

Alguns entrevistados apontaram que o principal fator que ocasionou essa não consolidação das políticas de diversificação da agricultura familiar e fortalecimento da pecuária foi o crédito agrícola, que não se adequou aos projetos que estavam sendo debatidos e realizados no âmbito do Programa CAT:

Pois o crédito ele induziu muito mais o agricultor sair para compra do gado, a compra do gado era o suporte mais seguro para o banco, porque na verdade todos os PRONAFs que saiam na região, a parcela do gado que é pouco mais de 25%, é a parcela que paga todo o resto [...] o crédito foi um empecilho para o avanço da agricultura familiar diversificada (E13 - SD).

As observações dos entrevistados nos fazem refletir alguns dados de Solyno Sobrinho (2004) sobre a atuação do crédito agrícola nessa região. Segundo o autor, o FNO, administrado pelo Banco da Amazônia (BASA), foi a principal fonte de recursos disponível na década de 1990 para o desenvolvimento rural no estado do Pará, responsabilizando-se por 60,99% do total dos financiamentos liberados diretamente aos produtores rurais no período de 1989 a 1999, sendo os principais beneficiários os pequenos agricultores.

Se em nível estadual o FNO liberou o financiamento da produção rural no Pará por toda a década de 1990, na região de Marabá esta liderança se confirma somente na primeira metade da década, quando os agricultores passaram a ter acesso aos financiamentos do fundo no BASA, como resultado da luta do movimento sindical pelo crédito da agricultura familiar. Já na segunda metade da década, Solyno Sobrinho (2004) observa que o PRONAF assumiu a dianteira dos financiamentos nessa região, dado a prioridade do Programa para os objetivos de reforma agrária, a grande concentração de assentamentos na região¹⁰⁷ e a facilidade de acesso de recursos para os agricultores assentados. Criado em 1996, este programa disponibilizou recursos do próprio FNO e do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e da exigibilidade bancária, em modalidades de financiamento¹⁰⁸ facilitadas para os assentamentos rurais, o que provocou uma verdadeira corrida dos agricultores familiares para esta nova fonte de financiamentos na região

Segundo Solyno Sobrinho (2004), além das facilidades de acesso e do menor risco de inadimplência, o PRONAF superou as dificuldades do FNO destinando recursos a fundo perdido para infra-estrutura e serviços de assistência técnica, possibilitando inclusive a montagem de organizações independentes dedicadas à extensão rural nos assentamentos rurais¹⁰⁹. Por outro lado, o PRONAF valorizou as organizações dos agricultores nas negociações junto ao poder público local para a execução do Programa, promovendo uma maior participação destes nos Conselhos de Desenvolvimento Rural, considerados como fóruns de formulação de políticas e proposição de alternativas que atendessem seus interesses.

¹⁰⁷ Em 1997, haviam 118 Projetos de Assentamentos em execução na área de atuação do INCRA em Marabá, envolvendo 43.226 famílias em uma área de 2,4 milhões de hectares (SOLYNO SOBRINHO, 2004).

¹⁰⁸ Modalidades de crédito do PRONAF: Custeio Especial para instalação da família no lote (moradia e alimentação no 1º ano), Custeio produtivo, Investimento de longo prazo, Crédito Rural Rápido (desburocratizado), Investimento Especial para Agroindústria, Crédito Coletivo para Cooperativas, Financiamento Integrado da Propriedade Familiar (múltiplas atividades), incluindo atividades de renda não-agrícola.

¹⁰⁹ Com o Projeto LUMIAR criado em 1997, o INCRA passou a financiar os serviços de assistência técnica aos agricultores assentados em projetos de reforma agrária, de forma que as próprias organizações camponesas pudessem contratar esses serviços de maneira autônoma, sem uma dependência da EMATER.

Nesse contexto, a região de Marabá foi privilegiada com recursos de toda ordem, juntamente com algumas poucas regiões do Brasil consideradas áreas especiais¹¹⁰, por suas características de levado grau de tensão relacionado à posse e uso da terra.

Para o autor, mais do que uma simples mudança nas formas de financiamento, o PRONAF abriu espaço para a criação de um novo ambiente institucional na região de Marabá, com a descentralização das ações ao nível dos municípios, o fortalecimento das organizações dos agricultores, e a valorização dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural. No entanto, no que diz respeito à tendência de pecuarização da agricultura familiar, inicialmente incentivada pelo FNO, nada mudou. Segundo Solyno Sobrinho (2004), ao final da década de 1990 os dois tipos de financiamento haviam aplicado 67% dos recursos no financiamento da aquisição de gado, enquanto os recursos destinados à diversificação das atividades agrícolas ficaram reduzidos a 33% do valor dos financiamentos. Apesar dessa política aumentar o risco de especialização na pecuária, certamente conhecido pelos agricultores, as condições de financiamento, segundo o autor, pareciam colaborar para reduzir esta incerteza, pois, além de contar com alta taxa de subsídios sobre o principal juro, o PRONAF tinha sido caracterizado também pela certeza por parte dos assentados de que não era para ser pago. Segundo ele:

Começando pela alta taxa de subsídio concedido (inclusive sobre o principal), continuando pela falta de punição pelo não-pagamento da dívida por parte do assentado, temos aí toda uma cadeia de causalidade que transforma o PRONAF em grande esponja, capaz de absorver os riscos da pecuarização na agricultura familiar (SOLYNO SOBRINHO, 2004: 118).

Desta maneira, estavam dadas as condições institucionais que estimularam a pecuária extensiva como opção preferencial de desenvolvimento da agricultura familiar na região de Marabá, condenando as experiências de desenvolvimento sustentável a “meros ensaios pontuais e isolados da realidade mais abrangente da região, com poucas chances de viabilidade econômica em um mercado que se organiza em escala somente para os produtos da pecuária” (Ibidem).

Nessa circunstância, o autor concluiu que seria:

Ingenuidade pensar que os simples experimentos pontuais estimulados pelo PPG7 na década de 1990 em Marabá pudessem provocar uma revolução ambientalista na maneira de produzir dos camponeses. Quando se analisa o papel da pecuária na história econômica da região de Marabá, verifica-se que a atividade tem origens congênicas, inclusive na formação do campesinato na região, que ocupando áreas de difícil acesso, ou mesmo áreas já tomadas por pastagens no caso da ocupação de fazendas improdutivas, não vê outra opção melhor que a pecuária para alcançar uma certa estabilidade do padrão de reprodução da família (SOLYNO SOBRINHO, 2004: 122).

Por outro lado, ele enfatizou que as soluções agroecológicas introduzidas na região pelos projetos de cunho ambientalista (o PAF, por exemplo), se caracterizam pelo experimentalismo, razão pelo qual não se mostraram tão replicáveis nas condições que se encontrava a região, principalmente pela fragilidade do mercado para produtos agroflorestais alternativos. Além disso, condicionados à exigência de um conhecimento ecológico local (que

¹¹⁰ Outras regiões do Brasil, consideradas pelo INCRA como áreas especiais: Médio São Francisco, Zona da Mata de Pernambuco e Alagoas, Triângulo Mineiro, Distrito Federal e entorno, Pontal do Paranapanema em São Paulo, e partes dos estados do Paraná e Mato Grosso do Sul.

não se encontra entre os agricultores – a maioria migrantes, vindos do nordeste), e às restrições de cada tipo de estabelecimento, foram raros os exemplos de práticas agroecológicas que puderam se reproduzir em larga escala.

Os entrevistados ainda apontaram a falta de uma assistência técnica de qualidade que permitisse dar sequência aos projetos:

Mas o problema é a assistência técnica e financiamento, isso atrapalhou, não teve. A falta da assistência técnica e o financiamento, eles direcionaram o financiamento para a pecuária e desprezou a agricultura e desvirtuou, muita coisa atrapalhou por causa disso (E12 - SD).

A pesquisa de Solyno Sobrinho (2004) foi além das nossas evidências empíricas, apontando ainda outros fatores que influenciaram a continuidade das experiências de fortalecimento da agricultura familiar dentro de uma lógica sustentável. Para ele, uma resposta deve ser também buscada nas dificuldades de comercialização das culturas permanentes, em função das restrições de demanda por produtos poucos conhecidos além do mercado local, da precariedade das vias de escoamento e sistemas de transporte, e da ausência de uma estrutura industrial para o desenvolvimento desses produtos em escala comercial. Nessas condições, a comercialização dos produtos dessas culturas torna-se um verdadeiro desafio para os agricultores, levando muitas experiências ao fracasso e abandono dos plantios.

A pecuária bovina, por sua vez, era uma atividade tradicionalmente utilizada na abertura de áreas pioneiras na Amazônia, com um mercado bem estruturado e uma demanda garantida para o produto *in natura*, principalmente com os bovinos (gado de corte), uma vez que era uma mercadoria capaz de se locomover com as próprias pernas, dispensando, portanto, uma indústria estabelecida, uma estrutura viária e de transportes eficientes (SOLYNO SOBRINHO, 2004). Vivendo esta situação em uma área de fronteira agrícola como a região de Marabá, era “natural que os camponeses tenham uma visão de curto prazo. Mais preocupados com a reprodução familiar que a conservação do meio ambiente, eles optaram pelas facilidades comerciais da pecuária” (Ibidem: 15).

Para o autor, configurava-se nessa região um processo de pecuarização¹¹¹ cujo propulsor era a consolidação de um mercado de carne em Marabá, com a organização de uma cadeia produtiva que influenciava as estratégias de produção das unidades familiares. Com o preço estável garantido e a possibilidade de vendas de animais em qualquer época do ano, o gado assumia um papel de poupança na economia dos agricultores, fosse ela utilizada como reserva para atender casos de doença na família, para enfrentar momentos de crise da produção vegetal ou para obter capital para investimentos futuros.

Por fim, é preciso ressaltar que mesmo sem “provocar uma revolução ambientalista na maneira de produzir dos camponeses”, conforme afirmou Solyno Sobrinho (2004), constatou-se que alguns projetos desenvolvidos pelo Programa CAT ajudaram o desenvolvimento da agricultura familiar da região de Marabá pelo fato de ter gerado um aumento da reflexão sobre a questão ambiental por parte dos agricultores e sindicalistas: “acho que isso tem ajudado a reflexão do ponto de vista ambiental dos sindicalistas, começar a enxergar a floresta não só como reserva de nutrientes, cinza para produzir, mas propor a renda, ampliar a visão do ponto de vista ecológico” (E09 - PQ).

¹¹¹ É preciso relativizar esse tipo de pecuarização quando nos referimos aos pequenos agricultores, pois para eles o gado entra como um componente de um sistema que também possui outros elementos (arroz, mandioca, milho, feijão, cupuaçu etc.).

Segundo alguns entrevistados, houve um avanço no debate sobre a questão ambiental e a diversificação da produção, no sentido do discurso e da influência nas políticas públicas que chegaram à região a partir de meados da década de 1990. Mas também ressalta que isso não foi um mérito só do CAT, mas de outras instituições que atuavam nesse contexto:

Eu acho que a gente poderia dizer que não foi só a FATA, o CEPASP estava aqui, a CPT [...] mas eu acho que foi o centro do debate da questão da diversificação e do meio ambiente e influenciou, pelo menos no discurso também, essa questão dentro dos sindicatos. Os sindicalistas falaram com muita frequência, habilidade e falar sobre essa questão do meio ambiente, com intenção de influenciar as políticas públicas (E15 - AS).

No entanto, para Solyno Sobrinho (2004), o debate sobre a importância do desenvolvimento sustentável na região de Marabá ainda está longe de alcançar níveis satisfatórios. Pois, embora a expressão seja usada de forma cada vez mais frequente entre as organizações camponesas e entidades de apoio à agricultura familiar, ela não se estende do discurso para ações concretas, seja pela dificuldade de realização na prática, ou pela urgente prioridade de recomposição do padrão produtivo das famílias, para a sobrevivência imediata dos agricultores nessa região de fronteira.

Por isso, os vários ângulos da noção de sustentabilidade dos sistemas agrícolas enfrentam ainda muita dificuldade de integração na região de Marabá, já que “a sustentabilidade é percebida pelos agricultores em termos de sobrevivência imediata, e interpretada pelas políticas públicas de maneira restrita ao viés econômico” (SOLYNO SOBRINHO, 2004: 122).

CAPÍTULO V AS ATIVIDADES DE FORMAÇÃO NO PROGRAMA CAT

Nesse capítulo, apresentaremos as diferentes atividades de formação realizadas no âmbito do CAT – política, sindical, técnica, cursos para pesquisadores e extensionistas – mostrando as diferenças formas, estratégias, tensões e dificuldades que permearam essas experiências.

5.1 A Formação no Programa CAT.

Tanto a FATA como o LASAT tinha como um dos objetivos a formação. Porém, mesmo atuando juntas em vários espaços, existiam diferenças entre a concepção de formação de cada uma dessas entidades. A FATA estava mais atenta às questões que envolviam a formação sindical e política, às discussões dos problemas sociais e às atividades natureza cultural que envolviam sindicalistas e agricultores. Já o LASAT, mesmo participando de muitos desses espaços da FATA, estava mais voltado à pesquisa científica, à formação de novos pesquisadores e extensionistas (cursos de especialização e graduação) e apoio tecnológico dos agricultores.

5.1.1 A formação no âmbito da FATA

Foram desenvolvidas diversas atividades de formação junto aos sindicatos, que contavam com apoio financeiro da FATA. Destacamos as seguintes:

- 1) Seminários sobre temáticas como sistema de produção agrícola e meio ambiente, no qual os pesquisadores do LASAT tratavam de questões referentes ao clima, solo, e vegetação. Também houve em Belém, no NAEA, um curso sobre campesinato especialmente volta para agrônomos em 1989;
- 2) Seminários em conjunto com outras instituições como a FASE, CEPASP, SAGRI e EMATER. A direção da FATA desenvolveu e intensificou ao longo dos anos os contatos com um leque de entidades populares ou de órgão comprometidos com o desenvolvimento rural;
- 3) Apoio às diversas atividades dos sindicatos e manifestações dos agricultores: assembleias gerais de Sindicatos, reuniões de diretorias com os delegados sindicais, reuniões nas próprias delegacias, cursos de formação sindical, encontros diversos, comemoração do Dia do Trabalhador e visitas a outros projetos. Para cada uma dessas atividades, os STRs apresentavam uma previsão do número de participantes e uma proposta de financiamento para transporte¹¹²;

¹¹² Eram excluídos os gastos com alimentação que ficavam a cargo do STR e com a contribuição dos participantes. Eram excluídas também as atividades relacionadas às eleições sindicais, por não caber à FATA intervir em assuntos internos dos Sindicatos-membros, principalmente na escolha de seus dirigentes.

- 4) Às vezes a FATA ajudava a financiar eventos promovidos por outras instituições, como alguns encontros da CUT, quando os trabalhadores membros dos quatro sindicatos deles participavam. Porém, esse tipo de contribuição aconteceu menos frequentemente.
- 5) Diversos encontros, cursos e debates abordando assuntos de natureza geral¹¹³: conjuntura política, sindicalismo, participação da mulher, política econômica, impacto dos grandes projetos na região, meio ambiente e o pequeno agricultor, reforma agrária, saúde alternativa, treinamento administrativo geral, contabilidade e administração dos sindicatos, organização sindical, formação sindical, questão ambiental, sistemas de produção, política agrícola e agrária, pequena agricultura, meio ambiente e reforma agrária, tendências políticas do movimento sindical rural, entre outros.
- 6) Articulação e formação de monitores: no segundo semestre de 1996 a equipe de formação da FATA planejou o seu trabalho de forma articula com os STRs filiados à Fundação objetivando formar um grupo de monitor-agricultor. No primeiro semestre de 1997 a equipe técnica de formação da Fundação, em parceria com outras entidades que desenvolvem trabalhos no meio rural, promoveu cursos temáticos com os monitores-agricultores (Ata da 9ª Assembléia Geral Ordinária da FATA, 1996).
- 7) O LASAT organizou com o apoio da FATA, um Seminário sobre redes de comercialização de produtos regionais com a participação de diversas entidades locais: CEPASP, CAT, FASE, ASSEMA (Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão), diversos STRs do Pará (Relatório Anual da FATA, 1993).

Ainda no campo da formação de militantes, a FATA promoveu, juntamente com outras entidades, um espaço que ficou conhecido como “Escola Sindical”. Nessa época, a difusão das oposições sindicais rurais por praticamente todo o território nacional, sua articulação por meio da CUT e a criação, no interior dessa central sindical, da Secretaria Nacional de Trabalhadores Rurais (transformada, no final dos anos 1980, em Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais) propiciaram espaços de discussão e encontros, onde o tema da formação de lideranças foi considerado importante¹¹⁴.

Segundo documentos da época, a proposta da Escola Sindical implementada pela FATA tinha como objetivo “melhorar o movimento sindical, pois muitos companheiros não entendem o movimento: querem o STR para ganhar terra e depois não participam, ter aposentadoria; eles tem que sentir que o movimento representa a luta deles” (Ata da 23ª Reunião Ordinária do Conselho Diretor da FATA, 23 de setembro de 1992). A Escola Sindical funcionou com base em um curso para as direções (com 45 pessoas, três dias, três vezes ao ano), organizado por uma Comissão composta pela FASE, CEPASP, FATA, CUT e CPT. Havia também a formação sindical de base, com 40 pessoas, três vezes ao ano durante três dias, reunindo somente delegacias e sócios dos sindicatos.

¹¹³ Nesses cursos, que eram realizados nos municípios integrantes da FATA, os sindicatos recebiam da Fundação dinheiro para o transporte dos administradores do curso como também despesas para alimentação e material didático.

¹¹⁴ Segundo Medeiros (2007), essa experiência também ocorreu em diversos outros pontos do país, quer nas escolas sindicais que se constituíam voltadas para atender às necessidades dos trabalhadores urbanos (como é o caso do Instituto Cajamar, que passou a funcionar em 1987), quer naquelas que já nasceram fortemente marcadas pela presença dos rurais, como é caso da Escola Sindical Margarida Alves, no sul do país, criada já 1983; da Escola Sindical do Alto Uruguai; da Escola Quilombo dos Palmares (Equip), no Nordeste; da Fundação Nativo da Natividade em Goiás e, já nos anos 90, da Escola 7 de Outubro em Minas Gerais e da Escola Sul da CUT em Santa Catarina, entre outras (MEDEIROS, 2007).

O que se pode notar por meio dessas diversas atividades é que os sindicalistas e/ou agricultores que buscavam se consolidar nesse espaço social foram submetidos a um intenso processo de formação e cumprimento de normas para que pudessem adquirir um conjunto de capitais que lhes proporcionasse assumir a função de lideranças ou que lhes servisse como fundamentos técnicos para implementação de novas práticas agrícolas. Portanto, uma “nova liderança sindical”, para se valer dos benefícios materiais e, sobretudo, simbólicos que este título propicia, teria que passar por um processo de iniciação, que lhe permitisse adquirir os capitais valorizados no espaço sindical e demonstrar que era digno de tal identidade.

Nesse sentido, esses sindicalistas que, na maioria das vezes, não tinham formação alguma para assumir os sindicatos, foram adquirindo um aporte de conhecimentos (capitais) por meio das lutas e dos diversos espaços de formação ocorridos na FATA:

Eles trabalhavam um pouco a questão da conscientização, a formação política do sindicalismo, porque todos nós fomos pegos a laço para entrar no sindicato, ninguém sabia que bicho era, entrou porque precisou e a gente se dispôs. Mas foi com o tempo que a gente foi aprendendo, mas o CAT contribuiu muito nesse sentido também da nossa formação, para gente compreender a importância do sindicato, isso nos ajudou bastante (E18 - SD).

Esses espaços de formação eram também utilizados pelos mediadores (fossem eles pesquisadores ou sindicalistas) como lugares importantes para fazerem as traduções (interpretações e adaptações) ao transpor uma informação de uma parte à outra, sendo o capital simbólico bastante valorizado neste espaço social. Nesse sentido, deve-se considerar que essa espécie de capital supõe a existência de pesquisadores e lideranças sindicais constituídos, em seus modos de pensar, de tal modo que conheçam e reconheçam o que lhes é proposto e creiam nisso, isto é, em certos casos, rendam-lhe obediência e submissão da grande maioria dos agricultores que representavam (BOURDIEU, 1996).

5.1.2 A formação no LASAT

De acordo com Reynal *et al.* (1995), a proposta de trabalhar com a formação de profissionais e pesquisadores de nível superior dentro do Programa CAT provém da constatação, não só a partir da realidade do ensino agrônomo na Amazônia, mas também do resto do país, da incapacidade deste ensino em responder aos problemas enfrentados pelo desenvolvimento rural. Se essa incapacidade provém do próprio ensino, que segmenta os conhecimentos, ela é também em grande parte derivada do modo como a pesquisa agrônoma trabalhava, de maneira distante das situações e necessidades dos agricultores. Segundo os autores, o ensino agrônomo se pautava em formar agentes capazes de transferir os pacotes tecnológicos desenvolvidos por essa pesquisa. Ao se depararem com o mundo camponês, com um estabelecimento agrícola de gestão familiar com seus animais e produtos agrícolas diversos, conduzidos pela lógica da própria família, com os problemas apontados pelas organizações representativas desses agricultores, o agrônomo, que recebia uma formação compartimentalizada e pouco globalizante, era “incapaz de analisar, refletir e, sobretudo, atuar sobre tamanha complexidade” (REYNAL *et al.*, 1995: 65). O trabalho com a formação feito pelo LASAT propunha-se a superar estas questões.

Para os autores, a acumulação de conhecimentos científicos, técnicos e organizacionais no próprio local de atuação aparecia como uma condição indispensável para o êxito do processo de fortalecimento dos agricultores. Esse processo de formalização e de elaboração de conhecimentos científicos levaria em conta as realidades, de maneira a permitir um reajustamento constante das orientações, atento aos problemas do desenvolvimento e do uso de recursos naturais.

Simões & Oliveira (2003) levantaram os mesmos problemas da formação superior no ensino agrônomo, pautando as seguintes questões: “se a agricultura familiar é motor do desenvolvimento rural porque os profissionais formados nos currículos tradicionais das Ciências Agrárias simplesmente não conseguem trabalhar com esta categoria? A emergência deste ator social e político impõem mudanças no ponto de vista da formação profissional?” (SIMÕES & OLIVEIRA, 2003: 160). Em relação à última pergunta, compreendiam que sim, pois a própria existência inicial do Programa CAT no uso da abordagem de PDSP demonstrava isso. Estes autores também verificaram que os profissionais formados no currículo tradicional de Ciências Agrárias e, portanto, no paradigma produtivista-tecnicista, tornavam-se impotentes ao se depararem com a realidade, eram incapazes de compreendê-la em sua complexidade e, conseqüentemente, ineficientes para tratar e responder aos problemas oriundos dela e que afetavam o desenvolvimento rural. Nesse sentido, não era possível caminhar com o Programa CAT sem capacitar profissionais para atuarem na proposta. Os autores ainda destacam:

A formação superior constitui um dos elementos importantes para a acumulação científica e técnica regional necessária para a reprodução ampliada do procedimento; de fato, por sua função de acumulação, de síntese e de sistematização tanto dos resultados quanto da metodologia, o ensino superior possibilita a apropriação do procedimento pelos diferentes parceiros, garantindo assim a reprodutibilidade da experiência e a perenidade do trabalho desenvolvido, além dos limites de espaço e do tempo do projeto (REYNAL *et al.*, 1995: 59).

A partir dessa reflexão foi criado o DAZ (Curso de Especialização em Agriculturas Familiares Amazônicas e Desenvolvimento Sustentável) em 1991. Entretanto, observamos que havia também outras problemáticas envolvidas na criação do DAZ.

Para Henchen (2002), do lado dos profissionais do LASAT, havia o interesse de serem reconhecidos tanto pelos agricultores familiares, quanto pelos técnicos e pesquisadores das outras instituições de pesquisa, assistência técnica e extensão rural da região, e, é claro, pelos agentes de desenvolvimento de um modo geral, enquanto portadores de uma *distinção*¹¹⁵, uma *novidade* que forçaria os outros atores a adotarem novas posições ou a redefinirem suas posições anteriores, pois que, agora, se viam diante de uma *novidade metodológica*, Pesquisa-Desenvolvimento em Sistemas de Produção sob ótica participativa, e a ela não poderiam ficar indiferentes. Em função da entrada de um novo ator no campo da pesquisa, a luta para definir quem estava à *frente* neste campo tenderia a aumentar (BOURDIEU, 1983). Lembrando sempre que o saber acadêmico tende a estar à frente dos outros atores na disputa pelo campo.

¹¹⁵ O lucro da distinção é o lucro que é proporcionado pela diferença, pelo distanciamento, que separa do comum. E este lucro é acrescido por um lucro suplementar, ao mesmo tempo subjetivo e objetivo, o lucro do desinteresse: o lucro que se tem ao se ver, e ao ser visto, como quem não está buscando o lucro, como quem é totalmente desinteressado (BOURDIEU, 1983:09).

O LASAT se apresentava também como entidade habilitada para introduzir esse tipo de metodologia. Mas, diferentemente dos sindicatos, a autorização social apresentada pelo LASAT era fruto de uma *delegação* recebida para reproduzir uma *novidade metodológica*.

Por isso, esses especialistas na busca de distinção desejam assegurar-se de que não seriam confundidos com outros, precisando, ao mesmo tempo, estabelecer um confronto com estes, na definição do espaço no campo do conhecimento, visando demarcar sua posição filosófica-política e formar novos quadros de especialistas para garantir a reprodução da sua proposta (HENCHEN, 2002).

Sendo assim, os especialistas portadores desta distinção¹¹⁶ precisam mobilizar boa parte de seu capital social – o conhecimento acadêmico/científico – na constituição destes *novos quadros*, mesmo quando este esforço significa em gasto adicional de capital – econômico, político, social, cultural etc. Em certo sentido e guardando as devidas proporções que a análise requer, pode-se considerar

a constituição do DAZ como uma destas tentativas visando garantir a reprodução do projeto filosófico-político da novidade metodológica da P-F-D, porque os alunos daí egressos recebiam uma certa *procuração*, falando assim, enquanto *porta-vozes autorizados*¹¹⁷, porque constituídos enquanto um novo *grupo de especialistas* (HENCHEN, 2002: 83).

Neste caso, segundo Bourdieu (1998: 141), “o *mandatário legítimo* precisa definir claramente a diferença entre a sua posição de especialista e a posição dos outros, além de caracterizar as outras posições como profanas, assegurando, dessa forma, o monopólio do saber de uma prática sagrada” (grifo do autor).

Para a operacionalização do DAZ havia a necessidade de uma estruturação acadêmica dentro da UFPA. Segundo o entrevistado nº 2, a idéia inicial era fazer isso encampando a Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA) pela UFPA, mas houve resistência desta. Dessa forma, o curso foi criado inicialmente no NAEA, em agosto de 1991. Com a criação, em 1994, do Centro Agropecuário (CAP) na UFPA, ao qual se associaram o LASAT e o Laboratório de Agroecologia da Transamazônica (LAET¹¹⁸), o DAZ passou a funcionar dentro desse novo Centro.

Segundo REYNAL *et al.* (1995), o DAZ foi criado com o objetivo de preparar técnicos de alto nível, capazes de elaborar e implementar ações de desenvolvimento concebidas a partir da realidade agrária e ecológica local. Dentro do curso, o papel dos

¹¹⁶ Inúmeros problemas, discussões, críticas, polêmicas, conceitos, métodos, construções teóricas, etc., derivam suas razões de ser da busca pela distinção. Também outra estratégia tem como princípio gerador a concorrência pelo monopólio da legitimidade científica: o reconhecimento mútuo da legitimidade, pacto provisório da não-agressão ou acordo duradouro, só se torna possível entre os agentes que não se encontram colocados em situações de concorrência direta. Por isso, deve-se perceber também que, as problemáticas e as temáticas, sem falar das escolhas epistemológicas e metodológicas, derivam muito mais do que parece ser a primeira vista, das relações que seus autores mantêm, em função de sua posição no campo, com a hierarquia vigente dos temas, problemas, etc., e ainda mais, em função do tipo de estratégia política que não pode dissociar-se (BOURDIEU, 1998: 174).

¹¹⁷ O poder de impor as outras mentes uma visão, antiga ou nova, das visões e divisões sociais depende da autoridade social adquirida nas lutas anteriores, porque o capital simbólico é um crédito, é o poder atribuídos àqueles que obtiveram reconhecimento suficiente para ter condições de impor o reconhecimento: assim, o poder da construção, o poder de fazer um novo grupo, através da mobilização, ou de fazer existir por procuração, falando por ele, enquanto porta-voz autorizado, só pode ser adquirido ou obtido ao término de um longo processo de institucionalização, ao fim de qual é instituído um mandatário, que recebe do grupo o poder de fazer o grupo, isto é, de representá-lo (BOURDIEU, 1990: 167 in HENCHEN, 2002: 83).

¹¹⁸ Localizado em Altamira, região oeste do Pará.

estágios de campo era fundamental. Dos 11 meses de duração do curso, três eram passados no acompanhamento de um estabelecimento da região de Marabá, em épocas chave do ano agrícola. Os estágios de campo formavam a espinha dorsal do curso, em torno do qual se articulavam as diferentes disciplinas.

Os autores ainda relatam que a pedagogia do curso alternava as aulas com seminários em sala, que objetivavam ministrar os conhecimentos necessários à compreensão e realização do trabalho de investigação, observação de campo (no lote do agricultor ou na localidade) e a análise (execução dos protocolos de pesquisa e posterior redação de documentos de síntese). Dessa forma, os conhecimentos transmitidos nas disciplinas teóricas eram tanto melhor assimilados quanto melhor correspondiam às interrogações e preocupações intelectuais surgidas no confronto com a realidade. No estágio de campo final, os estudantes realizavam em grupo um trabalho de investigação que abrangia a localidade e que se constituía em um exercício de proposição de alguma ação de desenvolvimento. Também no final do curso era realizado um seminário onde os estudantes apresentavam o produto de seu trabalho aos agricultores. Esses seminários faziam parte integral do ensino “pesquisa-desenvolvimento”.

A especialização no DAZ formou cerca de 85 profissionais na perspectiva da abordagem sistêmica. A principal crítica a esta formação, que tinha por base o estudo do funcionamento dos estabelecimentos agrícolas familiares e da localidade (vista como um sistema agrário), foi “o predomínio das abordagens agro-econômicas (quantitativas), numa lógica “hard system” em detrimento de abordagens mais qualitativas” (SIMÕES & OLIVEIRA, 2003: 160). Segundo os autores, a busca pelo diálogo com as Ciências Sociais levou à estruturação de uma linha de pesquisa, em nível de PFD, que atuasse na interface entre as Ciências Agrárias e as Ciências Sociais, buscando aproximar estes diferentes campos de conhecimentos. Três seminários foram realizados neste sentido: a) Relações pesquisadores e agricultores em 1995; b) A construção social local dos territórios da agricultura familiar em 1997, c) Métodos e experiências de pesquisa-desenvolvimento em 1998.

Para Henchen (2002), a pretensão quanto à verdade metodológica impulsionada pelo DAZ e a extensão territorial do programa CAT acabaram refletindo, em certo sentido,

um sentimento *imperialista* dentro do CAT e que demarcava claramente o sentimento de superioridade com o qual, algumas vezes, certos pesquisadores ‘estrangeiros’ tratavam seus pares dentro do Programa, ou mesmo de outras instituições locais, com os quais esperavam construir relações em novas bases (grifo do autor) (HENCHEN, 2002:80).

Para o autor, essa posição não favorecia a constituições de formas inovadoras de relações entre pesquisadores e técnicos, que tanto se defendia anteriormente.

Henchen (2002) ainda ressalta que, mesmo que não fosse essa a intenção dos pesquisadores do LASAT:

Criou-se um espaço diferenciado, associado ao prestígio e ao status, a partir de definição de quais pesquisadores estariam aptos a realizar apenas *pesquisa*, quais poderiam, além da pesquisa, atuar na *formação* e relegou-se, com raras exceções, aos trabalhadores rurais e suas organizações a realização do *desenvolvimento*, porque estes eram, na visão dos pesquisadores, os agentes do desenvolvimento local e regional, agentes estes que não estariam autorizados a fazer pesquisa ou mesmo realizar atividades de formação (grifo do autor) (HENCHEN, 2002: 80).

Assim, a formação de um espaço diferenciado entre pesquisadores e lideranças convergia mais uma vez para a conclusão de que a relação entre estes agentes estava condicionada a um jogo de poder, no qual se sobressaem aqueles possuidores dos capitais valorizados neste mercado social em vista do contexto no qual se processa esta relação. Evidências discutidas neste trabalho apontam, portanto, que alguns pesquisadores desempenharam um papel de maior poder dentro desse espaço social no qual se configura tal relação (NEVES, 2008). Entretanto, este poder é cambiante e não estava estática e nem homoganeamente atribuído aos mediadores. Nesse sentido, as atividades de PFD, que deveriam ser integradas, foram, em muitos casos, desenvolvidas de forma fragmentada.

Para além destas questões, Henchen (2002) apontou outros aspectos que também merecem referência, relacionados à dedicação destes especialistas para se solidarizarem com uma categoria social que, historicamente, não recebeu atenção tanto do Estado, quanto dos agentes de desenvolvimento e pesquisadores. Estes pesquisadores se colocaram disponíveis, por vezes, mesmo conscientes de sua fragilidade, para enfrentar situações que lhes pareciam bastante adversas, em comparação com todas as possibilidades, em termos de instalações e recursos, oferecidas aos que se dispunham a servir instituições do próprio Estado.

Outra questão que merece destaque é que muitos desses pesquisadores que atuaram nessas experiências tiveram uma formação diferenciada e carregam, até hoje, várias metodologias e filosofias que foram utilizadas nas atividades do CAT, tentando construir, dentro do LASAT, a pesquisa científica articulada com organizações sociais.

5.1.3 O NEAF e os cursos de graduação

Posteriormente, na mesma linha do DAZ, criou-se em Marabá e Altamira o curso de Agronomia e o curso de Licenciatura em Ciências Agrárias, que tinham como um dos objetivos formar professores para atuarem nas Escolas Familiares Agrícolas. As primeiras turmas de graduação que surgiram em Marabá e Altamira foram uma turma de Licenciatura em Ciências Agrárias, cuja intenção era formar metade da turma em Pedagogia e metade em Agronomia. Depois se viu que era melhor mudar essa configuração, pois estava havendo dificuldades de inserção das pessoas formadas no mercado de trabalho, pois os formandos não eram nem agrônomos e nem exatamente pedagogos. Nesse sentido, acharam que era mais interessante ter um curso de Agronomia voltado diretamente para a agricultura familiar, ou seja, faltava um trabalho que levasse ao reconhecimento da profissão pela sociedade, desde os próprios estudantes que almejavam ter o credenciamento no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREA), até as instituições de ensino que deveriam prever essa formação em seus editais de seleção.

Segundo o entrevistado nº 2, o pessoal do LASAT nessa época estava interessado em discutir essa horizontalização da formação acadêmica nos cursos de Ciências Agrárias. Inicialmente, passou-se a especializar agrônomos recém formados, numa visão de funcionamento do estabelecimento da agricultura familiar (experiência do DAZ). Aí se viu que muito pouca gente estava se formando. Para formar mais profissionais nessa perspectiva, existiam duas alternativas: 1) fazer a Faculdade de Ciências Agrárias do Pará (FCAP) trabalhar nessa linha, produzindo agrônomos com sensibilidade para trabalhar com a agricultura familiar, uma proposta original que se tentou, sem sucesso, implementar; 2) criar cursos de Ciências Agrárias em Marabá e Altamira, mais próximos da realidade da agricultura familiar.

Para o entrevistado nº 2 a segunda idéia acabou sendo mais viável. Mesmo a idéia do DAZ sendo utilizada no início e rendendo alguns resultados:

Porque você formar gente aqui [em Belém] e depois levar lá para uma especialização, e nós fizemos isso, os primeiros estágios, o próprio DAZ ele surge lá em Marabá com o pessoal fazendo estágio na casa dos agricultores, era muito duro, as pessoas não agüentavam [...] o pessoal sofria muito, pois vinham de um estilo de vida urbano, não agüentavam morar nas condições que um agricultor mora na Transamazônica¹¹⁹ [...] os que ficaram foram praticamente os que ficaram depois no próprio NEAF¹²⁰ (Núcleo de Estudos em Agricultura Familiar) (E02 - PQ).

Com o desenvolvimento desses cursos de Agronomia em Marabá e Altamira e a criação do Centro Agropecuário, podemos afirmar que o NEAF acabou sendo um dos desdobramentos das atividades de formação implementadas pelo LASAT:

Então o NEAF vai surgir como um dos desdobramentos desse trabalho no LASAT?

Exatamente, mas a questão toda é assim, dentro do CAT você tinha o LASAT e a FATA, aí dentro do LASAT você tinha formação, pesquisa e extensão. A formação era isso, formar quadros para assumir isso que foi aberto [...] então isso aqui é reflexo desse trabalho do CAT (E01 - PQ).

De acordo com Oliveira & Simões (2003), o curso de Licenciatura em Ciências Agrárias foi criado em 1997¹²¹ e resultou de uma leitura da problemática da agricultura familiar de fronteira agrícola amazônica fomentada pelos trabalhos de Pesquisa-Desenvolvimento associadas ao NEAF – o LASAT e o LAET, da crítica ao curso do DAZ e da reflexão acumulada em torno do desafio interdisciplinar, que se ampliava no sentido de fazer interagir mais um campo do conhecimento, o das Ciências da Educação. Dentro do Programa da PFD, este seria mais um passo a ser dado no sentido de contribuir para um processo de mudança no perfil e na postura dos profissionais que deveriam atuar sobre o desenvolvimento rural.

É preciso ressaltar também que a criação do curso de graduação foi resultado de um demorado e ampliado processo de discussão com as organizações de trabalhadores rurais, entidades e instituições ligadas ao setor rural. De acordo com os autores, o curso foi implementado numa perspectiva de contribuir para

uma maior aproximação da Universidade com a sociedade para qual trabalha, buscando identificar a partir dessa relação quais suas prioridades de ação, além de considerar a prática do NEAF em estabelecer diálogo permanente com os agricultores através do trabalho em parceria com suas organizações (SIMÕES & OLIVEIRA, 2003: 161-162).

¹¹⁹ Cabe aqui ressaltar que estava implícita nessa metodologia a idealização de formar Agrônomos no mesmo estilo de vida dos agricultores ou de formar filhos de agricultores em Agrônomos.

¹²⁰ Hoje conhecido como Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural.

¹²¹ Em 1997, o curso foi criado em Altamira e, em 1999, foi implantado em Marabá. Essas duas regiões foram escolhidas por estarem aí instaladas equipes de Pesquisa-Desenvolvimento (LAET e LASAT), onde os docentes pesquisadores do NEAF realizam suas atividades de P-F-D em parceria com as organizações de trabalhadores, entidades e instituições locais.

Segundo os autores, a primeira turma concluiu em 2000 e a segunda em 2003, sendo um total de 30 alunos formados nessa proposta. Mesmo sem dados exatos, o acompanhamento dos alunos deu indicações de que a grande maioria desses novos profissionais se inseriu, com certa qualidade, em atividades de pesquisa, desenvolvimento e/ou mesmo na pós-graduação ligada ao campo da agricultura familiar.

Mas, apesar da iniciativa ter um grande potencial,¹²² ela esbarrou em certas dificuldades. Além da falta de recursos que atingia a maioria das Universidades brasileiras na época, principalmente aquelas consideradas periféricas, um dos principais obstáculos na implementação da proposta foi a rigidez da estrutura organizativa-funcional da UFPA, pois “a forma de atuação do NEAF, a partir do funcionamento descentralizado, ‘em rede’, como foi chamado, tem sido pouco compreendida pelas unidades que compõem tal estrutura (SIMÕES & OLIVEIRA, 2003: 165).

Para os autores, conceber uma unidade como o NEAF, sediado em três regiões geográficas distintas (Altamira, Marabá e Belém), foi difícil, às vezes, até para a administração superior, pois, como a UFPA é “multicampi”, considera-se que cada unidade (Centros com seus respectivos departamentos) deve ser sediada em um campus, sendo os campi do interior reconhecidos como unidades autônomas. Cada campus se estabelece num espaço geográfico que lhe é inerente, passando a funcionar como a Universidade local. É como se fosse uma nova instituição dentro da instituição.

Mas, se por um lado o trabalho em rede foi fundamental na implementação do programa de PFD e no curso de mestrado do NEAF¹²³, por outro, ele também foi responsável por uma das maiores dificuldades no que se refere ao projeto de graduação: efetivar a articulação entre professores envolvidos e fazer funcionar os espaços dos módulos. Segundo SIMÕES & OLIVEIRA (2003: 166), “a falta de recursos financeiros, e até mesmo humanos, limitava a integração e prejudicou o exercício da interdisciplinaridade, além de interferir no princípio do contato constante com a realidade uma vez que há restrições para a realização de estágios e das aulas práticas”. Outras dificuldades decorreram da falta de legitimidade da metodologia de PDSP, associada a abordagens qualitativas no quadro da relação com as organizações de agricultores. Os autores afirmam que foi uma opção filosófica, mas também política dos pesquisadores do LASAT. Apesar de muitos resultados positivos, na Europa em particular, constata-se que esta metodologia não conseguiu se impor na maioria dos centros de pesquisa agrônoma e também nem sempre demonstrou os resultados esperados quando foi testada em países em desenvolvimento.

Nessa perspectiva, os pesquisadores do NEAF tiveram que se adaptar também a um trabalho realmente interdisciplinar, em que o biólogo, o agrônomo, o economista, o sociólogo, o antropólogo e o pedagogo deveriam participar de um esforço comum. Isso se tornou uma experiência inicialmente difícil e conflituosa entre pesquisadores acostumados a ficarem no seu círculo de colegas da mesma disciplina. Outra dificuldade foi que a atuação profissional no campo do desenvolvimento exigiu muito tempo, e isso limitava a produção acadêmica das

¹²² O Curso foi reconhecido pelo MEC (Ministério da Educação e Cultura) em 2003 obtendo conceito A.

¹²³ O curso de Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável (MAFDS) foi criado a partir da relação de pesquisadores, professores estudantes universitários com agricultores em processo recente de instalação, em região de tumultuado campo de disputa pela terra e definição de políticas públicas. Essa empiria de quase duas décadas permitiu a formação de um grupo de profissionais baseados em Marabá, Altamira e Belém, atuando em rede como mobilizadores de competências que fazem investimentos em pesquisa, formação e ações de desenvolvimento. O programa vem se consolidando, não apenas pelas ações no nível da pós-graduação, mas também pelos cursos de Agronomia criados e em funcionamento em Marabá e Altamira desde 2001 (GUERRA & MENEZES, 2007: 81-82).

peessoas. Artigos sobre resultados de pesquisa com esse enfoque metodológico dificilmente eram aceitos em revistas especializadas. Em outras palavras:

Para se envolver na PDSP numa perspectiva de intervenção co-construída entre os diversos atores sociais, os profissionais necessitam de motivação, de ver uma possibilidade de reconhecimento e de carreira na sua própria instituição. Contudo, o desafio se ampliava, na medida em que a maioria das instituições de pesquisa e ensino adotaram há muito tempo os critérios de avaliação acadêmica da ciência normal [no sentido empregado por Kuhn (1996)], privilegiando o número de publicações em revistas especializadas e indexadas e os títulos acadêmicos com base na progressão profissional. O impacto do trabalho destes profissionais em termos de resultados concretos para os agricultores raramente é avaliado e dificilmente conta na avaliação de suas carreiras no âmbito de suas respectivas instituições (CHAMBERS *et al.*, 1989 in SIMÕES & OLIVEIRA, 2003: 167-168).

Pode-se dizer, então, que, ao mesmo tempo em que o programa de formação do LASAT/NEAF era inovador e potencialmente fértil, foi também extremamente frágil e vulnerável, pois exigia um tratamento e cuidados específicos.

5.2 A Escola Família Agrícola

Em outubro de 1993 ocorreu um encontro de jovens agricultores e filhos de sindicalistas no Centro de Convivência da FATA para tratar de assuntos como educação rural, inserção dos jovens no movimento sindical etc. De acordo com Hébette & Navegantes (2000), esse encontro estabeleceu o marco inicial de um processo que levou à implantação da Escola Família Agrícola (EFA) no interior do Programa CAT. Sobre esse encontro um dos sindicalistas ressaltou:

Foi a proposta mais rica que o encontro de jovens tirou: criar uma escola onde os jovens passassem 15 dias e 15 dias com os pais, ela deve funcionar aqui no CAT e não se construir (Ata da 32ª Reunião Ordinária do Conselho Diretor da FATA, 17 e 18 de novembro de 1993).

Na reunião do Conselho Diretor que ocorreu posteriormente ao encontro de jovens, vários sindicalistas justificaram a criação da EFA dizendo que se tratava de “fazer alguma coisa para qual o STR tem autonomia e que contribua para o movimento sindical que, às vezes, tende a cair”. (Ata da 33ª Reunião Ordinária do Conselho Diretor da FATA, 07 e 08 de fevereiro de 1994). Durante essa reunião ainda houve diversos questionamentos sobre como e onde vai funcionar a escola, o papel dos STRs e da FATA, o apoio do Programa CAT, os aliados da iniciativa, a autonomia sobre eles, responsabilidades da coordenação, financiamentos etc. Sobre o funcionamento da escola, as principais dúvidas eram: se o objetivo era preparar os jovens para o trabalho na roça ou para o mercado de trabalho.

Havia também diferenças de concepção entre os agricultores, alguns pensando mais em dar aos filhos o acesso à formação superior com base numa educação formal, e outros em dar aos seus filhos melhores condições de viver bem na roça, se vestir bem, ter uma casa boa etc. Nessas discussões, chegou-se a uma conclusão que era importante esclarecer primeiro o que se quer com uma escola, refletir e chegar a uma visão comum, mesmo que demore um tempo, antes de visitar as delegacias sindicais para falar da EFA, porque poderia se criar entre

os jovens expectativas que poderiam não se realizar. Ao final da reunião foi formada uma Comissão para tratar os assuntos referentes à EFA.

Depois dessa reunião houve uma visita ao Maranhão, para ver o funcionamento da Escola Família Agrícola localizada no município de Poção das Pedras. Após a visita, se concluiu que a idéia da escola na FATA era um pouco diferente, pois pensavam atuar com jovens analfabetos e não a partir da 4ª série, conforme se viu nessa visita. Entretanto, havia temas em comum como a realização de aulas práticas e teóricas, o regime de alternância entre um tempo na escola e outro na comunidade e a exclusividade para filhos de agricultores.

Após algumas reuniões de articulação, montou-se uma comissão com os pais e alunos interessados em participar da Escola. Essa comissão fez reuniões em vários locais. A decisão de criar a EFA seria tomada num encontro com a FATA e municípios interessados. Os STRs estavam se empenhando muito, pois as Escolas municipais eram consideradas fracas e insuficientes. Entretanto, em alguns municípios a discussão estava se arrastando e havia certa insatisfação das pessoas que pensavam que se tratava de uma escola tradicional. Nessa conjuntura, houve a tentativa do prefeito de Itupiranga em repassar um terreno para ser a sede da Escola, mas os STRs não aceitaram:

Quando a gente rodava nos municípios, a gente colocava a questão do regimento interno com o pensamento da gente em relação à Escola; o STR não deve ser dono da escola, não é o pai da escola, mas não pode dizer que o sindicato não serve mais para nada. Quando se falou da reunião em Itupiranga, deve ter cuidado de que quando um político se interessa é em busca de votos (Ata da 34ª Reunião Ordinária do Conselho Diretor da FATA, 21 e 22 de março de 1994).

O grande debate nesse momento era discussão sobre o local de funcionamento da EFA. Em uma das reuniões debateu-se que a Escola deveria ser autônoma e ter sua própria direção e propôs-se estabelecer entre a Escola e a FATA uma articulação semelhante à que a FATA tinha com a COCAT.

Durante a 6ª Assembléia Geral da FATA, ocorrida em agosto de 1994, a EFA novamente entrou em pauta. Nessa ocasião, alguns sindicalistas consideraram que estava havendo falta de vontade política em relação à escola. Nessa assembléia ficou decidido que, na próxima reunião do Conselho Diretor, seria discutida a cessão em comodato, da FATA para a EFA, de uma parte do terreno da Fundação. Em relação a isso, reafirmou-se que não havia problema na cessão do terreno em comodato, já que a criação seria a complementação do que aconteceu em 1987, com o encaminhamento da criação da própria EFA; declarou-se também que essa iniciativa teria que ser assumida por todos os STRs e colocada em primeira prioridade. No entanto, somente em 11 de março de 1995 constituiu-se a Associação dos Pais Escola Família Agrícola (APEFA), que se tornou o local principal das discussões sobre a criação da EFA.

Todos esses debates e articulações resultaram na criação da Escola Família Agrícola (EFA), em regime de alternância e funcionando também nas estruturas que foram construídas para o Programa CAT. Segundo Oliveira (2008), a EFA foi inspirada principalmente nas experiências desenvolvidas nos estados do Maranhão e Espírito Santo, como também em outras desenvolvidas na França. Deste modo:

A EFA iniciou seu funcionamento no dia 18 de março de 1996, com uma primeira turma de 22 alunos, que iniciaram a partir da 5ª série até 8ª série do ensino fundamental, esta turma concluiu o curso em dezembro de 1999 com

13 alunos. Em abril de 1998 deu início a formação de uma nova turma com 22 alunos, atualmente 15 alunos estão em formação. Negociação com os órgãos públicos parceiros iniciará a partir de agosto de 2000 a formação de uma nova turma com 25 alunos, provenientes dos 17 municípios de abrangência da FETAGRI-Regional Sudeste (Projeto pedagógico da escola família Agrícola – EFA, 2000, p. 07 *in* OLIVEIRA, 2008:13).

Nesse sentido, a EFA se constituiu como uma associação de famílias, profissionais e entidades que juntas buscavam a promoção do desenvolvimento do meio rural através da educação, utilizando a Pedagogia da Alternância¹²⁴. O objetivo principal da EFA era:

Promover o desenvolvimento sustentável do meio rural, estimulando o espírito de solidariedade através da formação do(a) jovem agricultor(a) que, possuidor de um saber técnico aliado a um saber universal, pudesse contribuir para esse desenvolvimento, fortalecendo a identidade do agricultor familiar e revitalizando as práticas culturais desses sujeitos na sua realidade local (Ibidem).

No primeiro ano de funcionamento da EFA houve o apoio forte da FATA, dos STRs e de algumas entidades e ONGs estrangeiras. Houve também algumas dificuldades administrativas e, principalmente, falta de recursos. Porém, havia perspectivas de apoio da Secretaria de Educação do Estado do Pará (SEDUC) e de algumas ONGs.

A partir de 1997, a FATA deixou à disposição da EFA uma área de dimensão entre um e cinco hectares para funcionamento das atividades educativas e produtivas. Foi decidido também que esta cessão não implicava em direito, por parte da Escola, de cobrar indenização pelas benfeitorias feitas. A Direção da FATA cedeu também transporte e outros meios materiais para o funcionamento da Escola.

Houve também discussões sobre a autonomia e regularização da EFA e a busca por mais recursos da FATA para a EFA, pois até que aquele momento havia uma parceria entre FATA e EFA, que foi importante para o funcionamento da Escola, mas não havia ainda uma proposta clara sobre até onde iria a FATA e até onde iria a EFA. As propostas dos sindicalistas e responsáveis pela Escola foram no sentido de reforçar os contatos com as prefeituras e na tentativa de apoio com a SEDUC e AIMFR (Associação Internacional dos Movimentos Familiares de Formação por Alternância) para financiamento de projetos para a EFA. No final da década de 1990 a EFA passava por um momento difícil, pois houve até reuniões com pais dos alunos para verificar as condições de funcionamento da Escola.

No ano 2000, a Escola ainda passava por muitas dificuldades para se manter funcionando. Nessa época, uma avaliação constatou que a APEFA não vinha conseguindo articular os STRs para a importância do aspecto educacional, e os próprios sindicatos também falharam tanto no aspecto político como na ajuda econômica que deveriam dar à Escola. Diante dessa conjuntura surgiu a ideia de que a FATA assumisse a EFA enquanto setor de

¹²⁴ No Estado do Pará, a gênese da Pedagogia da Alternância – representada pelas Escolas Famílias Agrícolas (EFA) e as Casas Familiares Rurais (CFR) – esteve vinculada a pelo menos três matrizes propositivas. O objetivo comum entre elas estava em discutir e oferecer oportunidades para o futuro dos jovens do meio rural e, consequentemente, discutir e propor alternativas para o futuro da agricultura familiar. São eles: i) a emergência de um movimento social organizado que passou a questionar a diminuição do aparato do Estado e a propor políticas públicas para o meio rural; ii) a implantação, em 1989, do Programa CAT, aprovado pelo Conselho Superior de Ensino e Pesquisa da UFPA; iii) os organismos internacionais de cooperação que, alinhados na nova ordem global de produzir sem devastar, passaram a apoiar ações que objetivavam reduzir o impacto da agricultura sob os recursos florestais. (RIBEIRO, 2002 *in* MEDEIROS & RIBEIRO, 2006).

educação básica no campo, deixando de existir a APEFA. Posteriormente, essa ideia foi encaminhada pelas direções da APEFA e da EFA e aprovadas numa Assembléia extraordinária da FATA. A partir de 2001 a EFA passou a funcionar como um setor educação e de formação ligados à FATA e a FETAGRI Regional Sudeste¹²⁵.

Depois de 2001, os recursos necessários à manutenção e funcionamento da EFA vieram de várias fontes. Alguns materiais didáticos e a remuneração dos profissionais/monitores originam-se de acordos firmados com a Secretaria Municipal de Educação de Marabá (SEMED)¹²⁶. Parte dos recursos alimentícios era também de responsabilidade dos jovens e suas famílias, através da cota financeira estabelecida pela escola a ser repassada pelos jovens, ou, quando estes não dispunham deste recurso em espécie, poderiam fazê-lo com produtos alimentícios produzidos pela família. Quando necessário, a alimentação era complementada por outros recursos como aquele proveniente do aluguel do auditório e outras instalações do Centro de Convivência, para eventos de particulares. Outra fonte de manutenção da EFA por um determinado tempo decorreu de um projeto de financiamento estabelecido entre a FATA e governo belga. Mesmo não estando vinculado diretamente à manutenção da EFA, esta acabou sendo beneficiada, uma vez que, é com esse recurso que é garantido o funcionamento geral do Centro de Convivência da FATA. Existiam também recursos provenientes de outro Projeto celebrado entre a EFA e a União Nacional de Escolas Famílias Agrícolas – UNEFAB (SILVA, 2003)

Segundo Silva (2003), desde o ano 2000 estavam em desenvolvimento ações voltadas a estabelecer um canal de negociação com outras instâncias governamentais, tais como a Secretaria de Estado de Educação (SEDUC), visando garantir o reconhecimento e o apoio – financeiro e institucional – necessário à efetivação e expansão das experiências que se baseiam na Pedagogia da Alternância, atualmente denominadas no Pará de Centros Familiares de Formação por Alternância – CEFFAS.

Além de oferecer o ensino fundamental, outros projetos se estabeleceram no âmbito da EFA. Como fruto das reivindicações feitas pelos movimentos sociais e a partir da articulação de parceria institucional com os colegiados dos cursos de Pedagogia e Ciências Agrárias da UFPA, tem sido realizado, desde 1999, um conjunto de projetos financiados pelo Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), voltado ao atendimento da demanda educacional dos agricultores residentes em assentamentos. Um deles foi o “Projeto de Formação de Técnicos Agropecuários em Nível Médio (PRONERA)” (MEDEIROS & RIBEIRO, 2006), que foi fruto de uma parceria entre a FETAGRI, a UFPA e o INCRA, tendo como gestor dos recursos a Fundação de Amparo Desenvolvimento da Pesquisa (FADESP).

Nesse sentido, foi a partir desse processo inicial da criação da EFA, ainda dentro da FATA, que ela se tornou, durante a primeira década do século XXI, um espaço fundamental da discussão da educação do campo na região de Marabá:

¹²⁵ Dentro desse contexto é importante notar o grau de imbricamento institucional que foi se criando na região de Marabá formando um emaranhado de instituições, em que o Programa CAT estava inserido.

¹²⁶ O 1º Ato Público em Defesa da Educação Rural, realizado em Marabá dia 19 de junho de 2000, resultou em um Acordo com a Prefeitura Municipal de Marabá, para pagamento dos monitores (professores) da EFA de Marabá. No processo deste evento foi sistematizado o Programa de Educação Básica do Campo em Alternância para as Regiões Sudeste e Sul do Pará, que tem como objetivo principal fortalecimento e expansão das EFA's (SILVA, 2010).

A gente tá envolvida agora, na educação do campo, agroecologia; se você pegar o histórico dessas experiências, ensino fundamental na FATA, ensino médio, que é PRONERA, o curso de Agronomia aqui. Todas essas formações voltadas para a agricultura familiar têm uma essência no programa CAT. Essa relação das organizações e da realidade dos agricultores, com a pesquisa, com os educandos e os educadores tem uma essência e isso é reconhecido nos fóruns. O germe de reflexão, de concepção dos Projetos Políticos Pedagógicos (PPP), que aproxima a realidade rural da agricultura familiar com as organizações, com as entidades, Casas Familiares Rurais/CFR, a EFA, tem uma essência importante na experiência do CAT (E09 - PQ).

Segundo Medeiros & Ribeiro (2006), nestes últimos anos a EFA vem se movimentando no intuito de “re-significar a experiência para além da prática cotidiana”. Isto implicava a reflexão e a sistematização desta prática a partir de uma rede de parceiros, buscando seus próprios caminhos (e seus caminhos próprios) no fazimento de uma idéia de agricultura e de desenvolvimento, que privilegie *os de baixo*, e do processo educativo necessário para tal. Nesta rede, contendo um forte imbricamento institucional, além da FETAGRI, FATA-EFA, dos Colegiados de Pedagogia e Ciências Agrárias da Universidade Federal do Pará (UFPA-CSSP), estão envolvidos o NEAF, o Núcleo de Educação Ambiental (NEAM-UFPA), o Núcleo de Educação Rural (NUER-UFPA), o LASAT, a COOPSERVIÇOS e a CPT.

Para além da escolarização formal, Medeiros & Ribeiro (2006) afirmam que o movimento sindical tem defendido como objetivo fundamental dos projetos realizados na EFA, “um processo educativo de escolarização e formação profissional continuada, que possibilitasse a *potencialização* da capacidade crítica e criativa dos sujeitos educadores e educandos do campo” (MEDEIROS & RIBEIRO, 2006: 03). Para os autores, isso permitiria aos agricultores o acesso a informações/conhecimentos e instrumentos/mecanismos que os auxiliasse na ampliação da compreensão crítica da realidade sócio-cultural (de sua condição/situação existencial individual e coletiva e das relações sociais e produtivas) que vivenciavam no contexto do campo e da luta pela terra, possibilitando “pensar de forma autônoma a elaboração/produção/implementação de propostas/ações que venham contribuir para a transformação de tal realidade segundo seus interesses, desejos e necessidades como comunidade com características e identidade próprias” (Ibidem).

Dentro da perspectiva, as atividades dos Projetos na EFA se orientavam pelo princípio de que:

Não basta assegurar a oferta da escolarização “no” campo e “para” populações do campo, mas no sentido de garantir o direito a uma educação “do” campo, construída com/pelos sujeitos deste contexto sócio-cultural e afirmando um currículo que considere tal contexto e suas características como conteúdo fundante do processo de formação (Ibidem).

Para Silva (2003), esse investimento que vem sendo feito na educação de jovens na região de Marabá, desde a criação da EFA no interior da FATA, tem se mostrado válido e, um dos primeiros aspectos que denotam essa positividade foi a articulação de inúmeras entidades representativas de segmentos sociais da região. Segundo a autora, a criação e desenvolvimento dos trabalhos na EFA tem se dado em meio a muitas discussões que envolvem atores sociais diversos:

Tal empreendimento se espalha por setores que se localizam no âmbito não só de organizações representativas de agricultores, indo até aquelas que se enquadram nos programas acadêmicos de pesquisa/desenvolvimento e mais recentemente, estendendo-se às esferas estatais executoras de políticas públicas educacionais (SILVA, 2003:85).

Outra contribuição de acordo com Silva (2003), é que a EFA tem se constituído em um espaço de sociabilidade, de ampliação da visão de mundo dos jovens, contribuindo para que possam ver os problemas locais e a importância de sua participação nos diversos espaços em que a vida social se materializa. Sendo, nesse sentido, fundamental para a atuação desses jovens tanto nas organizações sindicais quanto para o desenvolvimento da agricultura familiar.

Alguns entrevistados ressaltaram que as atividades realizadas no âmbito da EFA ajudaram muito a se fazer uma reflexão em conjunto dos problemas com os movimentos e sindicatos atuantes na região de Marabá. Pois, segundo eles, até pouco tempo depois da fundação do CAT, essa articulação regional entre as entidades não existia, era artificializada. Entretanto, hoje existem os fóruns de discussão para o fortalecimento das organizações, como por exemplo, o Fórum Regional da Educação do Campo¹²⁷, que ajudou a fortalecer os espaços de articulação, formação e mediação já citados anteriormente.

Por fim, cabe ressaltar que esses espaços de formação no âmbito da FATA, do LASAT e da EFA foram importantes para o Programa CAT, na medida em que neles poderiam se reproduzir determinadas convicções e crenças, bem como determinados entendimentos inerentes ao funcionamento dos espaços de mediação. Também foram fundamentais para a formação de novos quadros institucionais para atuarem dentro de uma nova perspectiva de atuação da extensão rural e universitária.

Esses espaços de formações foram promovidos para satisfazer também, em parte, o exercício retórico de certos mediadores e para estabelecer disputas entre os próprios mediadores e, sobretudo, para adquirir (tanto os pesquisadores como os sindicalistas) capital simbólico (nomeadamente, um capital político). Por outro lado, o mercado lingüístico acionado nestes eventos colocava os agentes em situação de acentuada assimetria. Aquele que “fala bonito”, que apresentava maior desenvoltura em tal espaço, exercia um poder simbólico sobre os demais, que irá consistir exatamente numa atitude de renúncia à fala por parte daqueles que não detêm o capital lingüístico ali valorizado (os agricultores). Assim, “não só há pessoas que falam bem mais do que outras, como de maneira geral são sempre as mesmas. Os dirigentes organizam reuniões com a intenção de promover a participação de todos, mas acabam promovendo a visibilidade de alguns” (COMERFORD, 1999: 63). Para acumular esse tipo de capital, valioso nesse espaço, se demandaria incorporar uma série de códigos que por ali circulam e faz com que aqueles que discursam com desenvoltura se sintam como “peixes dentro d’água”. A trajetória do agente faz inscrever no seu *habitus* as marcas que lhe dificultam ou facilitam tal empreitada.

Quando se incorporam os códigos deste espaço, assimilando o discurso hegemônico, alguns sindicalistas foram alçados a uma posição de considerável destaque e se tornam referências exemplares na relação estabelecida com os demais agentes, especialmente aqueles

¹²⁷ O Fórum Regional de Educação do Campo (FREC) tem sido nos últimos anos um espaço aonde os diferentes atores locais têm se encontrado para debater os entraves e perspectivas da Educação no Campo e pautado, de certa forma, os espaços e políticas de formação que as entidades vêm desenvolvendo ou participando. As entidades que atualmente participam dele são: a EFA, a FETAGRI Regional Sudeste, o Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra, o LASAT, a Secretaria de Educação de Marabá e de outros municípios, e a 4ª URE (ALMEIDA, 2008).

atuantes em outros espaços sociais. Este agente, portanto, aumentava, de certa forma, a sua dotação de poder. Entretanto, este comportamento também tem um efeito de magnificar o próprio poder dos pesquisadores, uma vez que os discursos construídos por estes são escutados na fala dos sindicalistas. Nunca é demais lembrar que tal fala carrega um discurso que é híbrido, uma vez que é construída conforme a racionalidade dos sindicalistas.

Nesse sentido, deve-se considerar que o capital simbólico construído nesses espaços, notadamente o capital político, “supõe a existência de agentes sociais constituídos, em seus modos de pensar, de tal modo que conheçam e reconheçam o que lhes é proposto, e creiam nisso, isto é, em certos casos, rendam-lhe obediência e submissão” (BOURDIEU, 1996: 173).

CAPÍTULO VI AS TRANSFORMAÇÕES NO PROGRAMA CAT: CONTEXTO REGIONAL E CONFLITOS

O objetivo desse capítulo é fazer uma análise dos principais fatores que levaram às transformações no Programa CAT. Os anos de 1995 e 1996 foram importantes para o movimento sindical no Pará, que reavaliava suas estratégias e considerava que o momento histórico pelo qual passava o país, após anos de ditadura e da lenta transição para a democracia, postulava uma maior participação na construção das frágeis estruturas democráticas. Espaços institucionais tinham sido timidamente abertos com o fortalecimento estruturas governamentais à região de Marabá (criação da Superintendência Regional do INCRA, programas de crédito etc.). Conforme já visto, em Marabá foi organizada, em 1996, a Coordenação Regional da FETAGRI, que agregava 17 STRs, dentre os quais os seis que tinham se juntado na FATA/CAT. Por outro lado, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), mais recente na região, representava um dado novo no cenário regional, com suas estratégias mais agressivas, forçando resistências e com um novo repertório de ações coletivas.

Nesse contexto, a FETAGRI Regional Sudeste reorganizou em torno de si e sob sua liderança todas as organizações surgidas, ao longo dos anos, em apoio aos agricultores locais, num complexo organograma de relações, dependências, colaborações e alianças. Articulou entidades como STRs, Associações, Cooperativas, Caixas Agrícolas, FATA, EFA, CPT tornando-se uma força política incontestável. É dentro desse contexto que devem ser entendidas as mudanças no Programa CAT no final da década de 1990.

Para facilitar a compreensão dos fatos estruturei esse capítulo da seguinte forma: primeiro, descreveremos o processo interno de disputas que permearam a reestruturação da FATA no início dos anos 2000; a seguir, discutiremos os principais motivos que influenciaram essas mudanças; por fim, faremos alguns apontamentos sobre a situação em que se encontra a FATA e o LASAT nos últimos anos.

6.1 A Reestruturação da FATA

Os debates sobre a reestruturação da FATA, que já vinha ocorrendo internamente desde meados de 1999, se intensificaram no ano 2000. Infelizmente não tivemos acessos a todos os documentos do Conselho Diretor da FATA daquele ano, mas, a partir do que conseguimos e das entrevistas realizadas, tentaremos mostrar os principais debates e acontecimentos que marcaram esse período de mudança institucional no Programa CAT.

Na reunião realizada em junho de 2000, o diretor da FETAGRI Regional Sudeste expressou novamente o interesse da entidade em fazer espaços de formação política do movimento sindical em conjunto com a FATA. Segundo ele: “a preocupação da FETAGRI não diz respeito ao orçamento, mas sim ao conteúdo que será dado nos cursos de formação”. Nessa reunião, foi sugerido que se estabelecessem mecanismos de articulação entre as duas

entidades que passassem pelas estruturas da FATA (Presidência, Diretor Executivo, Conselho Diretor) e outras instâncias de discussão do movimento sindical (Ata da Reunião do Conselho da FATA, 28 de junho de 2000).

Na reunião seguinte, a direção da FETAGRI Regional trouxe uma proposta de reestruturação da FATA para que esta passasse a ter uma atuação mais ampla atingindo os 17 municípios da região onde a FETAGRI tinha atuação. A proposta também visava redefinir os conceitos de formação dos agricultores e precisar conteúdos. Assim a FATA teria um novo direcionamento político. Durante essa reunião surgiram alguns questionamentos e ponderações sobre esse assunto, justificando que a FATA não tinha avançado, do ponto de vista político, da mesma forma que evoluiu a conjuntura regional nos últimos anos, não conseguindo, dessa forma, uma atuação que viesse atender às demandas sindicais. Isso reforçava a necessidade de uma reestruturação interna. Como veremos mais à frente, o argumento exposto acima será um dos principais fatores responsáveis no processo de mudança do Programa CAT.

Segundo a direção da FETAGRI Regional Sudeste, em quatro anos de atuação da entidade (de 1996 a 2000) já havia 70 mil famílias assentadas e, para isso, houve contribuição dela em vários processos de ocupação e organização do movimento sindical¹²⁸. Nesse sentido, era preciso construir um projeto de desenvolvimento para estas famílias, promover a educação rural e a formação básica. No entanto, a região de Marabá se encontrava em uma nova dinâmica e haveria a necessidade de redefinir o papel das entidades visando o fortalecimento da agricultura familiar. Segundo alguns sindicalistas: “as entidades são parceiras, mas também são orgânicas uma vez que os objetivos e o público são os mesmos. É preciso juntar forças para falar a mesma linguagem; romper com uma dinâmica para construir algo diferente” (Ata da Reunião do Conselho da FATA, 09 e 10 de agosto de 2000).

Ainda durante essa reunião, surgiram diversos questionamentos sobre o futuro da entidade em termos de financiamento e formas de gestão. Para a direção da FETAGRI Regional estava claro que a FATA deveria trabalhar a formação sindical juntamente com essa entidade. A justificativa da proposta era baseada no fato de que nos últimos cinco ou seis anos, a FATA deixara de ser uma das principais referências para o agricultor. Com ela competiam, além do atravessador, outros programas e instituições governamentais como o BASA, a SAGRI, o PROCERA e o PRONAF. Diante dessa conjuntura, o interesse e a participação dos agricultores em atividades realizadas no âmbito de programas de apoio, como o CAT, deveria ser pensada em outros termos. Com essa constatação, a principal questão foi formulada pelos sindicalistas da seguinte maneira: “A questão não é o CAT estar “dando errado” e, sim, a atuação de outras entidades [ou programas governamentais] que acabou por dispersar os agricultores entre elas” (Ibidem).

Nessa mesma reunião de agosto de 2000, foi decidida a suspensão das atividades de formação da FATA até a Assembléia Geral da entidade que iria se realizar nos dias 30 e 31 do mesmo mês. Nesse espaço, que teria como pauta a reestruturação da FATA, se faria uma nova programação de formação, inclusive apontando os conteúdos e responsabilidades de cada entidade. Para discutir melhor essa nova proposta foi marcada para a data de 22 de agosto uma reunião do Conselho Diretor para tratar exclusivamente deste assunto. Uma equipe composta por representantes da FATA, FETAGRI, COCAT, LASAT e EFA se reuniu também no dia 16 de agosto na sede FETAGRI Regional para elaborar essa proposta de

¹²⁸ Todas essas conquistas não se deram exclusivamente devido a atuação do movimento sindical ou da FATA, e sim dentro de um contexto de mudanças e de atuação de diversos outros agentes nessa região (FASE, MST, CPT, CEPASP, UFPA, EFA).

reestruturação (Ibidem). É importante ressaltar que Jean Hébette não estava presente na reunião do Conselho Diretor na qual foram tomadas todas essas decisões.

Na reunião ordinária do Conselho Diretor da FATA marcada para o dia 22 de agosto de 2000, o presidente da FETAGRI Regional, representando a comissão que ficou responsável pela elaboração da proposta de reestruturação da FATA, fez a seguinte exposição:

Do ponto de vista do sindicalismo, o fórum de representação é o Congresso da FETAGRI. Hoje o movimento sindical não se restringe à ocupação de terras, mas se amplia pela luta por crédito e outros benefícios. Esta dinâmica leva a pensar um projeto político e como cada entidade se define. Este projeto passa pela questão da formação e aí entra a FATA, a partir de uma nova concepção de trabalho (Ata da reunião ordinária do Conselho Diretor da FATA, 22 de agosto de 2000).

Em seguida, apresentou a proposta de que a FETAGRI Regional tivesse uma Secretaria de Formação e o coordenador da FATA assumisse esse cargo. Assim, a área de abrangência da FATA seria a área de atuação da FETAGRI Regional Sudeste. Em termos de políticas de formação, isso representaria uma nova fase para FATA, pois seus espaços estariam ocupados exclusivamente por representantes sindicais, não tendo mais representantes da UFPA atuando diretamente nas suas decisões.

Ainda nessa reunião, os sindicalistas presentes se manifestaram dizendo que esta discussão deveria ser levada para as bases em forma de documento acessível à compreensão de todos. Foi ressaltado que essa nova estrutura já vinha funcionando, mas politicamente não precisava ter pressa, pois os outros STRs (demais sindicatos que não participavam do CAT) precisavam ser envolvidos no processo e todos deveriam ter a mesma compreensão. Outra questão lembrada dizia respeito ao aspecto financeiro, pois “é diferente se trabalhar com seis sindicatos e de repente ampliar para 17 – é preciso já começar a pensar a viabilização financeira e material para incorporar os demais”. Ao final da reunião foi sugerido que cada participante do Conselho Diretor tivesse uma cópia da proposta para ir explicando aos demais agricultores.

Na Assembléia Geral da FATA que ocorreu uma semana após essa reunião não houve a votação da proposta de reestruturação da FATA, argumentando a necessidade de mais tempo para se debater. Nesse mesmo evento, a comissão responsável pelas discussões apresentou a seguinte proposta de reestruturação:

1. A FATA e a FETAGRI, sendo instituições orgânicas do Movimento Sindical de Trabalhadores Rurais, seriam articuladas pelo mesmo Fórum político coordenado pela FETAGRI, cuja expressão política máxima se realiza atualmente no Congresso da FETAGRI Regional; portanto, precisava-se adequar a FATA a essa nova conjuntura e concepção do sindicalismo regional.
2. As duas entidades conservariam sua autonomia jurídica. Porém, organicamente e politicamente estariam ligadas pelo fato de que a Coordenação da FATA e a Secretaria de formação da FETAGRI Regional seriam assumidas pela mesma pessoa, além de que a FATA passaria a ter a mesma área de abrangência do que a FETAGRI Regional Sudeste.
3. A Assembléia seria o órgão máximo da FATA; a representação dos STR seria feita por cinco delegados de cada STR membro.
4. De três em três anos, coincidindo com o mesmo período do Congresso Eleitoral da FETAGRI Regional Sudeste, se realizaria uma Assembléia Eleitoral da FATA com a mesma representação de uma Assembléia Ordinária e elegeria um Conselho Fiscal

- composto de cinco efetivos e cinco suplentes, onde os fiscais não poderiam ser do mesmo STR. Essa mesma Assembléia elegeria também um Coordenador e um Vice.
5. O Coordenador seria o cargo máximo da FATA e ocuparia também o cargo de Secretário de Formação da FETAGRI Regional do Sudeste. Seria o cargo de representação política da FATA e o responsável de encaminhar o Plano de Formação do MSTR e responder por isso.
 6. O Gerente Executivo da FATA que seria cargo de confiança da Coordenação; seu papel era zelar pelo patrimônio e pelos registros da FATA e executar e fazer executar as atividades definidas pela Coordenação.
 7. A Coordenação poderia, conforme as necessidades, estabelecer setores de formação, que foram naquele período estruturados da seguinte forma: política sindical: para cuidar da formação administrativa assim como da formação política dos STRs, através de encontros, cursos, elaboração de material pedagógico etc.; educação básica rural: para desenvolver as propostas de formação alternativa do Campo; formação agroambiental: para assessorar os STR e associações filiadas nas questões de desenvolvimento sustentável da agricultura familiar, bem como organização, beneficiamento e comercialização de produtos agrícolas.

Com essas mudanças institucionais, o movimento sindical dessa região iria sofrer mudanças profundas no âmbito da formação sindical e da escolarização de jovens, pois teriam a partir daí a estrutura da FATA/EFA para realização de espaços de formação, e também todo um ganho político e simbólico que uma junção dessas poderia trazer para uma entidade que almejava ser a representação política incontestável de um grande número de agricultores.

Para efetivação dessas mudanças institucionais foi composta uma comissão de revisão dos estatutos da FATA pelo mesmo coletivo que estava no planejamento dos espaços de formação: FETAGRI Regional, COOPSERVIÇOS, LASAT, CPT, COCAT. A assembléia geral para alteração dos estatutos e a aprovação da proposta de reestruturação aconteceu em 12 de janeiro de 2001. Nessa data, foi aprovado um novo estatuto para a FATA, como também a proposta de reestruturação apresentada anteriormente.

6.2 O Afastamento entre FATA e LASAT

As transformações internas no Programa CAT começou a ocorrer em meados da década de 1990, juntamente com as transformações que estavam ocorrendo no LASAT. Nesse período começou a haver problemas com a descentralização das atividades no Programa. É o início do processo de ruptura entre as atividades do Laboratório e as da Fundação, conforme observamos no seguinte trecho:

Na verdade a ruptura com o LASAT, ela tinha acontecido já bastante antes. Eles continuavam participando do Conselho [Diretor da FATA], mas já tinha se tornado uma entidade autônoma de suas pesquisas, a gente já não mais direcionava as pesquisas para ele, já eram donos de suas cabeças (E13 - SD).

Conforme mostramos nos capítulo III, o LASAT foi criado para ser um fórum de discussão de pesquisadores interessados na agricultura familiar. Os recursos do LASAT eram captados via Programa CAT, por meio, principalmente, de Jean Hébette ou de projetos de pesquisa. Esse recurso era internalizado via Universidade, por meio da FADESP ou mesmo através da própria gestão da Coordenação do Programa CAT. Segundo o entrevistado nº 2, com o crescimento do LASAT e com a captação de recursos sendo feita pelos pesquisadores,

estes sentiram a necessidade de criação de uma entidade para internalizar e gerir esses recursos.

A partir desse momento, a atuação dos pesquisadores do LASAT começou a ser ambígua, pois, ao mesmo tempo em que estavam interessados em ter independência financeira em relação ao Coordenador do Programa CAT, se aproveitavam da presença dele para conseguir recursos:

Aí eu estou falando da emancipação do LASAT da liderança do Jean, ele se desvincula da liderança do Jean a partir de um certo ponto, embora tivesse uma certa ambigüidade; porque o LASAT ficou conhecido como parte do CAT. Então, tinha horas que valia a pena que o Jean fosse coordenador, tinha horas que não valia a pena. Então houve uma certa ambigüidade em relação a isso, o LASAT usava o CAT e o CAT usava o LASAT, era assim meio utilitarista um do outro (E02 - PQ).

Para o entrevistado, os conflitos envolvendo os pesquisadores do LASAT e o coordenador do CAT ocorreram também pelo fato do Laboratório ser formado por um grupo de agrônomos que, na maioria das vezes, tinha dificuldade de internalizar os pesquisadores da área das Ciências Sociais nas suas atividades de pesquisa:

Acabou que os agrônomos fazem uma abordagem mobilizando conhecimentos da área das Ciências Sociais e até hoje eu acho que não tem sociólogo dentro do LASAT, tem a [...] que é antropóloga, mas sempre teve uma dificuldade. A gente até brinca que o DNA do LASAT é até uma coisa bem agrônômica [...] somos agrônomos que mobilizamos conhecimentos da Ciência Social para compreensão das dificuldades que se tem para absorção de tecnologia, mas nós somos agrônomos, é uma coisa que tem que ficar clara, eu acho (E02 - PQ).

Esse desentendimento entre o LASAT e os outros componentes do CAT se deu de forma mais intensa entre 1995 e 1996. Para o entrevistado nº 9, não houve um rompimento, e sim uma mudança de estratégia do Laboratório, talvez explicada pela idéia de que se tinha de consolidar um curso de graduação em Ciências Agrárias em Marabá, conforme visto no capítulo V. Para que isso ocorresse, era obrigatório que o LASAT também tivesse um espaço dentro da Universidade em Marabá, sem que fosse ligado à estrutura do Programa CAT. Esse espaço era fundamental para o LASAT consolidar as pesquisas e efetivamente articular a criação do curso:

A gente tinha problema, por não estar dentro do espaço da Universidade, nunca era visto como ação da Universidade. Também porque eu sou lotado em Belém, a maior parte do LASAT, nós somos lotados em Belém, mas residimos em Marabá por opção do Núcleo, do dispositivo de concepção de pesquisa-desenvolvimento que o LASAT concebeu. Então, não tinha razão fazer pesquisa em relação à dinâmica da região sul e sudeste do Pará e estar em Belém (E09 - PQ).

O que podemos perceber, por meio de alguns documentos, é que a decisão do LASAT de se especializar no âmbito da formação, conforme tratado no capítulo V, não foi uma questão bem debatida no âmbito do Programa CAT e/ou no Conselho Diretor da FATA,

causando até certa surpresa para o Coordenador do Programa. Este, assim se expressou em ofício dirigido aos Conselheiros da FATA:

A Coordenadora do LASAT e Conselheira da FATA, [...] comentou a implantação do Centro Agropecuário na UFPA assim como a elaboração naquele Centro de um Projeto Integrado do qual, os pesquisadores irão participar na qualidade de professores visitantes do Centro Agropecuário. Chamou-me a atenção a declaração feita pela Conselheira e reforçada pelo pesquisador Vincent de Reynal de que cito “o LASAT vai ser subordinado ao Centro (Agropecuário)”, acrescentando “é nossa compreensão” e dizendo que vai manter a ligação com a FATA. Como Coordenador do Programa Agro-Ambiental do Tocantins, pergunto aos Senhores Conselheiros se foram informados dessa decisão do LASAT e qual é a sua compreensão do que isso significa para a ligação com a FATA que se pretende manter (Ofício de Jean Hébette aos Conselheiros da FATA, 10 de maio de 1995).

Em outra reunião do Conselho da FATA, Vincent de Reynal explicou como se daria o funcionamento do LASAT a partir daquela decisão. No entanto, descartou que o LASAT fosse pertencer, exclusivamente, ao Centro Agropecuário, e que estaria ainda ligado à FATA, porém como uma entidade autônoma¹²⁹:

O pesquisador Vincent de Reynal [...] disse: “Nós somos quatro agora, mas melhorou muito; hoje foi criado o Centro Agropecuário, [...] graças ao nosso trabalho. Não havia espaço suficiente na Universidade. Investimos muito na formação; temos que formar o pessoal e pagá-lo; uma das possibilidades é a Universidade. O LASAT não pertence ao Centro Agropecuário. É autônomo; o LASAT é ligado à FATA. No Centro Agropecuário criamos um departamento de agricultura familiar; o LASAT ficou com compromisso na região. Vamos ter a possibilidade de ter daqui a dois meses três pessoas pagas pela Universidade. Que fique claro para todos que nossa ligação não é com o Centro Agropecuário. Vamos ter mais condições de fazer mais pesquisas; estamos em parceria com os agricultores: os agricultores são autônomos; o LASAT também (Ata da 44ª Reunião Ordinária do Conselho Diretor da FATA, 17 e 18 de julho de 1995).

Depois dessa mudança de estratégia do LASAT, sua atuação na região mudou, porque a FATA deixou de ser o parceiro privilegiado para as pesquisas. Para o entrevistado nº 9, essa mudança tinha a ver também com a formação da FETAGRI Regional, criando condições para uma presença maior do Estado na região, como, por exemplo, com a instalação de uma Superintendência Regional do INCRA (SR-27). Ao serem criadas essas estruturas regionais, o movimento social começou também a repensar e consolidar outros mecanismos de atuação (Federação, Fóruns, Associações). A partir desse momento, o LASAT passou a ser parceiro da Federação e das representações regionais das quais a FATA fazia parte, ou seja, a FATA seria mais uma parceira do LASAT e não o único parceiro privilegiado para as pesquisas:

Então, em todos os Fóruns de que o LASAT continua participando, a FATA continua participando né, então isso alimentava o dispositivo de PFD. Os temas de pesquisa que o LASAT priorizava eram demandas concretas das

¹²⁹ O fato é que a criação do Centro Agropecuário, em 1994, foi o momento de explicitação de autonomia do LASAT e da FATA em relação à coordenação do Programa CAT, em especial à Jean Hébette.

organizações, não só mais a FATA. Lógico que a FATA ajudou muito nesse processo porque era um espaço de experiência de se pensar demandas regionais, mas ela passa a ser um dos parceiros do Fórum, que aí se criou o FERA – Fórum de Entidades Regionais, onde CPT, o LASAT, CEPASP, a FATA, a FASE, todos os parceiros, ONGs de assessoria ou sindicatos que são os que fazem parte desse fórum. Então muda a configuração né, passa a ter um caráter regional e o LASAT passa a atuar dentro desse caráter regional, por demandas regionais (E09 - PQ).

Outro aspecto que influenciou muito nessa mudança de estratégia do LASAT foi o fato de que, a partir do ano de 1992, o Projeto Agroflorestal (PAF) dotava a maior parte dos recursos da FATA. E, conforme vimos no capítulo IV, o LASAT não estava inserido nas atividades do PAF. Nesse sentido, aumentava a urgência do LASAT em submeter projetos de financiamento para manter suas atividades. Diante dessa conjuntura criou-se, em 1992, uma pessoa jurídica, chamada GRAAL (Grupo de Apoio a Agricultura Familiar de Fronteira), que teria a função de mobilizar e submeter projetos para fundos internacionais para bancar a equipe do LASAT.

O afastamento entre as entidades componentes do Programa CAT no final da década de 1990 esteve relacionada também, e conforme já apontado no depoimento do Presidente da FETAGRI Regional Sudeste no item anterior, com a própria mudança na dinâmica regional (surgimento da FETAGRI Regional Sudeste, aumento das políticas públicas para a agricultura familiar da região, consolidação de novos atores como o MST, criação dos fóruns regionais etc.), que acabou suplantando aquele modelo de atuação do CAT em seis municípios:

Como o CAT foi pensado meio que numa redoma, o CAT acabou construindo um balão, aonde a FATA, o LASAT, os sindicatos tentaram consolidar um programa não com muito rebatimento com os outros atores. A própria dinâmica fragmentou isso, quando você tem a necessidade de se criar uma Federação de agricultores, quando muda o cenário de política e você tem que se envolver com a discussão da política pública (E09 - PQ).

Eu acho que é justamente essa questão, demorou muito a integrar ele (o Programa CAT) às transformações, ele foi engolido, ele foi fagocitado pela dinâmica, eu diria que não se previa uma evolução regional tão rápida [...] ele teve dificuldade de se adequar às transformações (E10 - PQ).

De acordo com Neves (1997), a mudança na correlação de forças no campo da intermediação deve também ser entendida pelo papel ativo dos mediadores. A partir da incorporação de determinados saberes, recursos e qualidades pessoais dos mediadores (pesquisadores da UFPA), os sindicalistas e agricultores da região de Marabá conseguiram levar adiante um processo de fortalecimento do movimento sindical, a ponto de terem uma entidade (a FETAGRI Regional Sudeste) com legitimidade e força política para assumir a coordenação das principais mudanças em curso na região. Nesse sentido, mesmo que antes a participação dos pesquisadores da UFPA fosse considerada fundamental à objetivação e ao sucesso do Programa CAT, foram se tornando impotentes para justificar a autoridade que eles exerciam.

Depreende-se também desses fatos a constatação que o mediador social tem sua razão de existir somente enquanto produz um efeito de imprescindibilidade no grupo em que ele tem legitimidade (sindicalistas e agricultores). E isto se produz no instante em que convença e se autoconvença – o que ocorre nesse meio de forma predominantemente tácita, mas por

vezes explícita – de que o conjunto de capitais valorizados naquele espaço social é superior ao dos sindicalistas e agricultores. De outra forma, não produziria a sua “utilidade” e o seu reconhecimento dentro do conjunto das relações que estabelecem, levando-o a extinguir-se “naturalmente”. Como aponta Bourdieu,

[...] na lógica propriamente simbólica da distinção – em que existir não é somente ser diferente, mas também ser reconhecido legitimamente diferente e em que, por outras palavras, a existência real da identidade supõe a possibilidade real, juridicamente e politicamente garantida, de afirmar oficialmente a diferença – qualquer unificação que assimile aquilo que é diferente, encerra o princípio da dominação de uma identidade sobre a outra, da negação de uma identidade por outra (BOURDIEU, 1989: 129).

Podemos entender também esse processo a partir da constatação de que a relação de mediação entre agentes que pretendem promover um processo de emancipação social é estruturalmente contraditória e provisória. “Provisoriedade inerente à própria perspectiva temporal desta relação, porque ela se constitui com vistas a fazer aparecer, de um modo específico, o outro ou a construir, segundo certos objetivos políticos, os próprios representantes do grupo” (NEVES, 1997: 335). Nessa perspectiva, a exclusão dos mediadores institucionais do campo das relações sociais, ou seja, dos pesquisadores da UFPA, estava prevista enquanto princípio das relações de mediação, e também fazia parte das relações de poder e conflitos diversos que envolviam o campo da representação política. Para a autora, essa provisoriedade é derivada também da dinâmica da concorrência entre mediadores e entre estes e os mediados, da mesma forma elemento inerente à intermediação. Nesse caso, esse modo contraditório de constituição de relação faz ressaltar os conflitos em jogo, conflitos que operam na eclosão de formas de exclusão dos mediadores integrados para essa transição. Portanto, existe aí uma “provisoriedade dos agentes, das regras, das estratégias, dos mecanismos, do controle das conquistas alcançadas, das posições auferidas e das instituições” (NEVES, 1997: 335), que influíram direta ou indiretamente nesse processo de transformações do Programa CAT.

Para o entrevistado nº 5, a retirada dos pesquisadores da UFPA da coordenação do Programa CAT ocorreu dentro do que fora previsto: “Então desde o início nós prevíamos a nossa retirada, num determinado momento, num prazo desses e depois nós fomos percebendo que estava chegando a hora de sair mesmo” (E05 - PQ). Entretanto, mesmo sabendo da importância dos agricultores assumirem a liderança de determinados projetos, alguns entrevistados ressaltam que esse processo não foi muito bem discutido com os pesquisadores:

É um pouco um processo subterrâneo, eu estava em jogo, nunca vieram comigo para conversar os sindicatos, ele tinha força na época; precisa também dizer que o sindicalismo se tinha organizado, ou seja, tinha uma regional. Então a regional passou a assumir as discussões com os sindicatos, isso repercutiu um pouco, mas não muito. As reuniões foram feitas assim por trás, principalmente porque foi mal feito, porque quem coordenou isso não tinha capacidade de fazer isso aí, foi um cara que se impôs pessoalmente como coordenador. Não entendi porque foi eleito um cara desses. Mas nunca vieram comigo, não apareceu, bom eles não são bestas né, tem que reconhecer que você tem mais discurso que os camponeses tinham na época (E06 - PQ).

Algumas vezes que discordavam e tudo, só que o rolo compressor daquele momento, e a dispersão também que já estava começando a existir, não foi bem digerido e não foi bem também amadurecido, com essa dispersão e essa descentralização ela teria que ter uma questão [...] também a maneira de modo geral dos sindicalistas de resolver logo as coisas, na forma de rolo compressor, isso aqui não é de hoje que eu vi isso na FATA, quando derrepente [...] quer passar o rolo e não adianta conversar depois, se tu não tem uma visão histórica e rolo vem a vai apanhar tudo (E15 - AS).

No entanto, contrariando o argumento do entrevistado nº 15, em atas da reunião do Conselho da FATA de 1999¹³⁰ já havia relatos de alguns debates que estavam se dando no sentido de pensar um novo arranjo institucional para o Programa CAT. Por outro lado, a fala do entrevistado nº 6, em que ele observou que essa discussão estava sendo feita de forma “escondida” e por pessoas que “não tinham capacidade”, deve ser entendida por meio de um jogo no qual estes agentes disputavam, por meio dos espetáculos de representação política (desqualificação do adversário), a legitimidade como mediadores e os rumos que o Programa CAT deveria tomar. Esse discurso, que joga na sombra a relação de poder que vigora entre ele e os outros agentes do Programa CAT, nem sempre se expressa de forma dissimulada. É notável que em determinadas circunstâncias seu “ataque” chega a ser bastante explícito, pois são obrigados a enfrentar certos agentes (sindicalistas da FETAGRI Regional Sudeste) que dispõem de capitais que, em sua estrutura e seu volume, são relativamente equivalentes aos seus e, dessa maneira, chegam a produzir determinados efeitos que devem ser combatidos. Essa atitude se contrapõe frontalmente às intenções declaradas pelo próprio mediador de não interferir na dinâmica promovida pelos sindicalistas e agricultores.

É prudente, neste caso, observar que não se trata de colocar aqui uma polarização entre o Coordenador do CAT e os sindicalistas da FETAGRI Regional Sudeste e da FATA. Trata-se mais de expor, frente a tal constatação, uma relação de poder que se apresentava de forma mais explícita entre esses dois mediadores sociais legitimados que disputavam os rumos que a FATA deveria tomar. Além disso, expõe uma dimensão desse poder que estava expresso, de uma forma mais tácita, durante as reuniões do Conselho Diretor da FATA, local de efetivação dessa referida articulação junto aos demais sindicalistas do Programa. Ou seja, buscavam interferir de forma direta ou indireta (através de outros agricultores) nos rumos do jogo social, valendo-se tacitamente de seu poder sobre os demais.

O entrevistado nº 6 ressaltou ainda que já estava percebendo essa mudança na dinâmica do sindicalismo da região. Porém, enfatizou que isso se deu mais a nível das lideranças, que muitas das bases sindicais não concordavam com essa posição da FETAGRI Regional Sudeste em assumir a direção da FATA sem a participação da Universidade:

Eu percebi como iam as coisas, já sabia, e aí lá no final houve uma Assembléia que era claramente feita para a regional assumir. Nunca houve oposições, eu soube em discussões, que não era do Conselho, mas reuniões abertas em que eu participei. Tinha discussão sobre a modificação dos estatutos, e eu tive essa proposta antes da Assembléia. A Assembléia já estava definida, mas muitos da base eu acho que não concordavam, e aí assumiu como responsável uma militante de São Domingos. Foi uma coisa não dentro do CAT, mas dentro da regional, que era normal a regional se

¹³⁰ Possivelmente houve outros debates antes de 1999, porém tive acesso a poucas atas entre os anos de 1995 e 1999, que nos impediram de fazer uma análise mais completa dos acontecimentos que ocorreram nesse período.

tornou política, ou seja, uma questão de imposição no quadro das representações dos trabalhadores rurais (E06 - PQ).

Nesse conflito revelado na fala do entrevistado nº 6, fica visível que os mediadores, em sua prática, produzem efeitos diferenciados e nem sempre previsíveis ou controláveis. “Lidam com as desistências derivadas dos desacordos, dos desencontros de significados e de valores atribuídos a recursos materiais e simbólicos. Mesmo na aceitação, lidam com reinterpretações e reapropriações” (NEVES, 1997: 295). Sob quaisquer destas reações, era normal se esperar que o Coordenador do CAT (entrevistado nº 06) apontasse que essa desestruturação fosse uma imposição das lideranças sindicais, e não resultado de um contexto em que o próprio Programa CAT encontrava-se, ou seja, paralisado frente às diferentes demandas que surgiam. Inoperância que ele mesmo não parecia reconhecer, mas que outros pesquisadores já apontavam: “demorou muito a integrar ele (o Programa CAT) às transformações, ele foi engolido, ele foi fagocitado pela dinâmica” (E10 - PQ). Uma parceria, aliás, que nesse momento precisava ser reconduzida, pois, o conjunto dos interesses verificado nos tempos de luta pela terra tinha se dissipado, inclusive porque o movimento sindical se ampliou muito e o número de participantes, assim como seu grau de participação, evoluiu; surgiram novas lideranças e mudanças nas relações de poder. Inevitavelmente o movimento sindical foi se afirmando, procurando novo espaço no Programa.

Essa dinâmica revelou também uma das modalidades de expressão do exercício da mediação, ou seja, ela mesma produzindo novos mediadores, que eram, nesse contexto, as lideranças da FETAGRI Regional Sudeste. Esta operação se tornou possível pelas adaptações dos ideários dos mediadores (pesquisadores da UFPA) àqueles possíveis de serem absorvidos e aceitos pelo grupo que procura se reintroduzir socialmente (sindicalistas). Segundo Neves (1997), esse reconhecimento das lideranças sindicais é alcançada pela construção de mediadores oriundos do próprio grupo: “Estes sim capazes de melhor operar essa bricolagem simbólica; capazes desta adesão, facilitada pelo deslocamento de posição, pela desnaturalização do mundo social e pela ressocialização; e capazes em face da adesão necessária à objetivação de sua nova posição” (NEVES, 1997: 250).

O entrevistado nº 8 afirma que, depois que ocorreu essa cisão com a universidade, o sindicalismo na região de Marabá deu um passo importante para a conquista de sua autonomia, porém, ressalta que houve uma precipitação em acabar logo com o Programa: “nós deveríamos ter ido muito mais longe, não ter acabado a parceria naquele momento [...] acho o projeto deveria ter tido 20 anos, e não 10. Mas, a FETAGRI quis tomar uma decisão precipitada” (E08 - SD). Segundo ele, a decisão de acabar com o Programa CAT foi realmente vinda das direções sindicais e não dos pesquisadores da Universidade. Ao perguntar o porquê dos sindicalistas tomarem essa decisão, ele responde:

A FETAGRI, eles começaram a conquistar vários espaços e acharam que já podiam fazer tudo por conta, eles esqueceram que quem tinha mais condições [...] para buscar recursos lá fora era Jean Hébette, era a pesquisa, a Universidade que fazia isso. Eles esqueceram que para manutenção daquele Centro precisa pelo menos 50 mil mensais [...] eu acho que foi uma precipitação, na minha avaliação o projeto teria que ter andado 20 anos (E08 - SD).

O que podemos apreender, com base nos documentos e nas entrevistas, é que existiam muitas divergências entre os próprios sindicalistas (e também uma oposição da coordenação do Programa CAT) para que a FATA não se subordinasse completamente à FETAGRI

Regional Sudeste, ou seja, se entendia a necessidade de se fazer um novo arranjo institucional para dar conta das demandas que surgiam, mas defendia-se que a FATA e a FETAGRI continuassem como entidades autônomas. Essa tensão se revelou nas atas da FATA:

Jean Hébette não concordou com a afirmação de que a FATA não é mais o carro chefe. Acho que não é bem assim. Acho que em alguns momentos a FATA é o carro chefe, o princípio, o ponto de partida. É entender que a FETAGRI e FATA são instituições diferentes e cada um tem sua autonomia. A FETAGRI é representante legal em nível da região. A FATA representa uma parte e nós devemos responder por esses agricultores. A FATA deve se referir à FETAGRI já que é uma instituição forte – não significa que tudo seja igual – senão a FATA vai se entregar à FETAGRI. Não é porque tem uma mudança na direção da FETAGRI que a FATA tem que mudar também. A FETAGRI não pode se aproveitar de uma representatividade para retirar recursos da FATA. Existe uma tendência da FETAGRI de se aproveitar da FATA sem ter, no entanto, critérios claros e um planejamento conjunto. Não se pode afirmar que a FATA vai fazer formação e FETAGRI não. Acho que as coisas devem ser discutidas. Acho difícil que a FETAGRI tenha condições de fazer o que faz a FATA e o LASAT – porque a FATA foi feita para isso. Já fizemos o papel de estar na linha de frente das políticas públicas - hoje não é nossa função. Se nós estamos trabalhando numa área de seis municípios, temos que definir bem a nossa ação. Por isso o nosso papel (a FATA) é de fazer formação e trabalhar pelo desenvolvimento e preservação, esta é a nossa diretriz de trabalho. Se algum STR propor inclusão na FATA, vamos estudar a proposta. Não vamos nos entregar para a FETAGRI (Ata da Reunião do Conselho Diretor da FATA, 20 e 21 de julho de 1999).

Nesse conflito por um novo arranjo institucional estavam em jogo, obviamente, disputas por recursos simbólicos e materiais que esses agentes (pesquisadores e sindicalistas) valorizam nesse espaço social, como também pelo poder de direção dos agricultores. Os coordenadores do CAT já postulavam, desde o início, o interesse dos sindicalistas nos recursos financeiros que a FETAGRI Regional teria ao comandar uma entidade como a FATA - reconhecida nacional e internacionalmente e financiada por vultosos recursos vindos do exterior. Nesse sentido, incorporar a FATA à FETAGRI Regional Sudeste era um meio de se apropriar de todos esses ganhos (materiais, simbólicos, políticos) sem ter a interferência ou vigilância dos pesquisadores. Por outro lado, os pesquisadores sabiam que, ao se integrar totalmente à FETAGRI Regional Sudeste, perderiam seu poder de atuação e, conseqüentemente, todos os ganhos simbólicos (reconhecimento acadêmico e poder de decisão) e de certa forma materiais (recursos para a pesquisa) que estavam em jogo¹³¹.

Diante desses conflitos, não se pode perder de vista também que o exercício da mediação se estrutura em relações amistosas e hostis, em reciprocidade e concorrências, em confianças e desconfianças; referencia-se em sonhos, projeções, decepções e efeitos perversos (NEVES, 1997). Tanto o mediador como o mediado, que aí obtêm existência social, não se equivalem ao reciprocamente desejado. Um e outro se constituem pela idealização e pelo

¹³¹ Conforme já apontado no capítulo IV, o acesso a financiamentos públicos e internacionais foi motivo de forte competição entre as organizações camponesas e as equipes de pesquisa-ação. Segundo Guerra & Castellanet (2005), o movimento sindical dependia, em grande parte, desses recursos externos para seu financiamento, mas contava igualmente com eles para ampliar sua base e ganhar popularidade. As equipes de pesquisa-ação também dependiam de recursos externos, mesmo seu funcionamento sendo, em parte, assegurado pela Universidade ou outra instituição de pesquisa.

abandono mútuos. Se as relações do mediador com o mediado se fundamentam numa possessão, ela supõe, como condição, a despossessão. De uma presença imprescindível, os pesquisadores, que antes significavam uma presença fundamental, se deslocaram para uma ausência desejável. Por tudo isso, a avaliação moralizante dos desdobramentos é inadequada à compreensão dos processos que deram origem ao afastamento entre FATA e LASAT. Subentende-se que pesquisadores e sindicalistas estavam comprometidos no mesmo Programa, mesmo tendo compreensões e posições diferentes. Ambos interagiram por ensaio e erro na construção das diversas atividades. Ambos tomaram as experiências anteriores como fonte de saber e as introduziram no jogo de construção mútua. Ambos produziram e reproduziram efeitos uns sobre os outros e sobre si mesmos (NEVES, 1997).

Por outro lado, é preciso ressaltar também que existiam outras questões em jogo. O entrevistado nº 11 aponta dois fatores que foram importantes para as transformações no Programa CAT. Primeiro: os criadores do Programa, principalmente do lado dos sindicalistas, foram se afastando do CAT: “com o tempo eles foram se afastando, por causa da hierarquia, você não pode ser padroeiro do Projeto, ficar lá para sempre, tem que ir botando as pessoas que você vai achando que estão preparadas para ir assumindo” (E11 - SD). No entanto, ele ressaltou que as pessoas que foram assumindo as atividades não deram continuidade aos projetos que foram pensados desde o início: “essa juventude que assumiu, é uma juventude que pensava muito mais no processo de vaidade, do que no Programa como um objeto de continuidade, de crescimento para transformação” (E11 - SD). Na verdade, essa visão do entrevistado, tenta encobrir o processo de disputas entre as próprias lideranças sindicais em relação ao modo de desenvolvimento que o sindicalismo de trabalhadores rurais estava tomando, e o papel que o Programa CAT teria nesse processo. Nesse sentido, colocar a culpa nas lideranças mais jovens fazia parte das estratégias do jogo (onde cada um procura defender seu lugar e desqualificar o outro) e das disputas por poder que faziam parte desse conflito; ao mesmo tempo em que se configura uma disputa pela mediação nos termos de representação política (desqualificação do adversário). Como aponta Neves:

Para compreender o papel do mediador, a análise não deve estar restrita ao seu papel criador ou viabilizador da criação de outras representações do mundo e de colaborar na desnaturalização da autoridade tradicional. É preciso reconhecer que sua participação na construção da identidade social o é também de outra forma de dominação, de seus aliados e da desqualificação dos que se contrapõem àquelas proposições (NEVES, 1997: 250-251).

O segundo fato que o entrevistado nº 11 ressaltou foi a questão partidária que começou a “tomar conta” do sindicalismo rural e interferir no equilíbrio político que existia entre os sindicatos, principalmente a partir da disputa de tendências internas do Partido dos Trabalhadores (PT) no processo de consolidação das oposições sindicais no Pará. Sobre esse aspecto, Assis (2007) comentou:

O conjunto de forças que ajudou a alçar a oposição sindical ao comando da Fetagri Estadual no final dos anos oitenta não tinha uma visão unificada de como prosseguir no processo organizativo e no fortalecimento do sindicalismo no estado. Segundo o entrevistado “[...] passava pelo debate, que era o processo que tinha a *CUT pela base*, todo esse negócio [...] tinha a briga com os Ganzer, com a Maria de Jesus aqui que era ligada ao Paulo Rocha...” (Entrevista no 12). As correntes internas da CUT disputavam a orientação política do sindicalismo de trabalhadores rurais em nível regional,

reflexo do embate entre as tendências internas do PT pela hegemonia do processo de implantação da CUT na região (ASSIS, 2007: 110).

Segundo o entrevistado nº 11, essa interferência do PT no sindicalismo de trabalhadores rurais, que se estendeu por toda a década de 1990, acabou provocando uma disputa partidária entre as lideranças sindicais, dificultando o diálogo com os pesquisadores e o afastamento das bases:

Quando começou a entrar esse pessoal que estava na FETAGRI, começaram a dirigir, começaram a brigar com algumas direções, com alguns sindicatos que não se afinavam né, aí começou haver um confronto dos sindicatos e isso começou a esvaziar [...] então os agricultores começaram a se chocar entre eles por causa da questão partidária (E11 - SD).

Entretanto, essa questão não deve ser vista de maneira simplista, ou seja, como uma interferência do PT na desestruturação da FATA. Deve-se levar em consideração o quadro político regional daquele período. Conforme já visto anteriormente, o grupo de militantes sindicais que deu origem à FATA era bastante heterogêneo, existiam dirigentes sindicais ligados politicamente ao PSB e também militantes petistas que eram alinhados em tendências internas diferentes. O elemento que dava coesão era a luta dos posseiros, contra os grandes projetos e a busca por alternativas para os que já tinham a terra garantida. Outro fator importante é que a FATA nasceu com total autonomia financeira em relação à FETAGRI Estadual (mas dependente de recursos externos), portanto, livre de amarras burocráticas e da pressão dos diferentes grupos internos.

Outra questão, apontada por Assis (2007), que interfere diretamente nesse contexto é que a própria fundação da FATA pode ter influenciado a dinâmica de discussão para implantação da CUT a nível regional. Pois um grupo de dirigentes sindicais de grande expressão regional se aglutinou em torno da criação da FATA, esvaziando a discussão da CUT regional que foi assumida por outros segmentos como os trabalhadores na educação e alguns assessores, ligados às tendências marxistas do PT. A CUT pela Base¹³² e a FATA buscavam uma articulação regional sem se preocupar com a relação em nível do estado. A CUT pela Base, por entender que o sindicalismo devia se organizar de baixo para cima e considerando a diversidade dos processos organizativos locais. A FATA, não se propunha a ser uma instância de decisão política e sim um espaço de discussão regional sobre o desenvolvimento agroambiental em prol dos agricultores.

Nesse sentido, apesar da FETAGRI Estadual diagnosticar os problemas causados pela falta de uma atuação mais próxima das realidades regionais, não conseguiu implementar ações para solucioná-los. Essa fragilidade da FETAGRI permitiu que várias iniciativas com características locais e sob a coordenação dos STRs das regiões comessem a emergir. Segundo Assis (2007), a FATA, sem abandonar a luta pela terra, “centralizou sua ação em torno das condições técnicas e agroecológicas de permanência das famílias camponesas na terra. Essa decisão tem um significado importante por indicar uma mudança nas prioridades das lutas sindicais” (ASSIS, 2007: 111). Nesse sentido, a luta pela terra, que até então era a principal reivindicação do sindicalismo de trabalhadores rurais foi cedendo lugar a

¹³² O processo de implantação da CUT na região sudeste era hegemonizado pela tendência CUT pela Base Essa tendência mantinha, desde o início da década de 1990, um discurso classista e de construção da CUT a partir da base, ou seja, um sindicalismo “de baixo para cima”. No III Congresso Nacional da CUT em 1988, as teses defendidas pelo movimento dos seringueiros do Acre e de alguns sindicatos paulistas foram incorporadas aos princípios norteadores dessa tendência. Era considerada a 2ª força nacional dentro da CUT (ASSIS, 2007).

reivindicações por políticas públicas de apoio à produção, políticas sociais e melhorias da infra-estrutura interna dos municípios. Para o autor, isto mostrou um determinado grau de independência de pensamento dos dirigentes sindicais da época em relação à condução do processo de luta no nível local. Mas, significou também um

desencontro entre a proposta política de estruturação da CUT regional “por dentro” do sindicalismo de trabalhadores rurais. Os princípios cutistas de atendimento às especificidades regionais e a luta pela autonomia sindical, eram interpretados de forma diferente pelos grupos locais, gerando conflitos entre esses mesmos grupos (ASSIS, 2007: 112).

As causas das transformações no Programa CAT também estiveram relacionadas com a escassez de recursos financeiros oriundos do exterior que estava se dando bem antes de ocorrer o rompimento com a Universidade. Para alguns entrevistados, muitos dos resultados práticos esperado pelas ONGs estrangeiras que investiam em alguns projetos do CAT não estavam sendo satisfatórios, ocasionando um arrefecimento no volume de recursos que eram repassados ao Programa. A fala do seguinte entrevistado reflete essa questão:

Além de a grana ter encurtado, o volume de recursos e o resultado apresentado, que não é tão palpável assim, do ponto de vista que eles queriam uma coisa mais material, não aparecia. Então o que eles queriam ver? Os caras estavam jogando para, de certa forma, reduzir o desmatamento, e o desmatamento foi crescendo¹³³. Então isso, na cabeça dos ingleses, que apoiaram pensando nisso, isso pirou [...] como que você mensura se ao mesmo tempo que tem o CAT, você tem uma evolução nas políticas públicas, então isso dificultou um pouco, e na cabeça dos consultores que vieram avaliar o Programa, os caras piravam, era como se não tivesse resultado nenhum (E10 - PQ).

Para o entrevistado nº 15, os sindicalistas e pesquisadores que comandavam o CAT deveriam, a partir do momento que notaram a escassez de recursos do exterior, ter feito uma reflexão mais aprofundada sobre como sustentar o Programa com recursos próprios. O entrevistado cita como exemplo a reflexão feita em torno do Projeto LUMIAR¹³⁴. De acordo com o entrevistado, mesmo entendendo as dificuldades que a FATA teria para administrar os recursos desse programa (riscos quanto à administração de pessoal envolvendo o pagamento de salários encargos sociais, recursos e equipamentos poucos disponíveis na FATA etc.), se a proposta do LUMIAR tivesse sido aprovada, teria sido um passo fundamental para conseguir recursos provenientes do Estado e tornar o CAT menos dependente de ONGs estrangeiras:

Por exemplo, eu estava suspeitando uma coisa em 97, eu fui derrotado, inclusive por gente do LASAT também, quando eu fiz a proposta que a gente assumisse o LUMIAR [...] Eu acho que a gente errou, e eu tava certo

¹³³ Nesse ponto é preciso relativizar o comentário do entrevistado em relação ao desmatamento e a implantação espécies florestais e frutíferas. Pois, caso os agricultores se firmassem nas terras ocupadas pela pecuária, isto não obrigaria ela a avançar, pois já tinha uma cadeia consolidada e um mercado garantido, sobre novas terras e, possivelmente, intensificar o desmatamento.

¹³⁴ Programa de assistência técnica aos assentamentos. Com o Projeto LUMIAR, criado em 1997, o INCRA passou a financiar os serviços de assistência técnica aos agricultores assentados em projetos de reforma agrária, de forma que as próprias organizações camponesas pudessem contratar esses serviços de maneira autônoma, sem dependência da EMATER (SOLYNO SOBRINHO, 2004).

naquele dia, agora eu fui derrotado [...] não é em 2000 que foi a ruptura, já tava cheirando grandes problemas, primeiro problema é depois do dinheiro de fora, o que a gente vai fazer? Onde vai tirar fundos para sustentar?

Essa reflexão faltou então?

Faltou¹³⁵. Então tinha que entrar progressivamente, eu imaginava com dinheirinho do LUMIAR, primeira vez era responsabilidade do Estado ter assumido isso aqui, nem a EFA queria saber de dinheiro de governo nenhum, e por quê? O dinheiro do DFID era melhor que o dinheiro do governo do PSDB¹³⁶? Sei lá. Mas era gente do LASAT que tinha essa visão também, não era só sindicalista não [...] Eu acho que isso aqui é o miolo da questão, não é só a questão do partido, política e tudo, ponto central do negócio foi também a grana (E15 - AS).

Outros entrevistados também enfatizaram a dependência dos recursos externos, e, conseqüentemente, uma não articulação com os recursos do Estado, como um fator determinante para as transformações que ocorreram no Programa CAT.

A partir de 2001, depois que foi aprovada a reestruturação da FATA, a coordenação do Programa CAT ainda continuou, por alguns anos, repassando os recursos de alguns convênios que estavam em curso com ONGs estrangeiras. Entretanto, ressaltou-se que o dinheiro estava sendo usado para outras atividades que não faziam parte dos contratos dos projetos, como, por exemplo, as eleições sindicais. Ao fim dos contratos, o afastamento de Jean Hébette e de outros pesquisadores das atividades de coordenação e de colaboração no Conselho Diretor e na Assembléia Geral da FATA se deu de forma definitiva.

Durante o período 1989-2000 a FATA se sustentou, principalmente, a partir de recursos externos, beneficiada por uma conjuntura internacional favorável ao apoio à agricultura familiar organizada na Amazônia. No período 2000-2010, e principalmente nos governos Lula, a FATA se sustentou, a duro custo, por meio de convênios apoiando a educação do campo, principalmente com as atividades de formação/capacitação desenvolvidos no âmbito da EFA (WAMBERGUE, 2010).

Segundo o entrevistado nº 2, os pesquisadores previam que essa desarticulação acontecesse em torno de 25 anos, mas isso aconteceu em 10 ou 12 anos. Ele considerou esse fato com uma “emancipação do movimento sindical”. Depois que ocorreu essa ruptura no Programa CAT, fez a seguinte análise sobre a conjuntura do movimento sindical e da FATA:

A mobilização de recursos já não acontece, aí você tem uma degradação física dos prédios, dos próprios projetos não é, que uns avançam, que capta recurso do FNO, capta recurso de não sei onde. Tem sindicato que faz isso muito bem, que se apropria desse recurso, que canaliza a apropriação desse recurso de uma maneira muito saudável, têm outros que não (E02 - PQ).

Para outro entrevistado o Programa deu sua contribuição de forma propositiva e sua desintegração foi de forma natural e inevitável, devido à conjuntura em que se encontrava a região de Marabá:

¹³⁵ Faltar uma reflexão maior nesse período não quer dizer que ela foi ausente durante todo o Programa CAT. Observamos que em algumas atas foi pautado a autonomia financeira da FATA, onde era apontado a necessidade de se garantir recursos para o funcionamento da FATA no futuro sem a dependências de recursos estrangeiros, ou até mesmo nacionais.

¹³⁶ Em 1997 o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) governava o Brasil (Fernando Henrique Cardoso).

Então se pensou 20 anos numa dinâmica de fronteira, então talvez a gente pode avaliar de que esses 10-12 anos do CAT contribuíram muito para a mudança dessa dinâmica, porque o Estado se fez mais presente pela pressão dos movimentos sociais. Então o CAT tem um papel fundamental, porque ele ajudou a consolidar, a fortalecer os movimentos sociais. Então, o movimento social com a experiência do CAT não se limitou a ser combativo, ele foi propositivo, ele evoluiu para ser um movimento social que, além de cobrar, ele propõe. Então muda a dinâmica, perde um pouco o sentido de tu teres um programa com um alcance um pouco mais limitado do ponto de vista regional, eu acho que seria natural, eu não avalio do ponto de vista negativo (E09 - PQ).

A entrevistada nº 01 também acha que o CAT teve seu tempo certo, mas ressalta que se tivesse durado um pouco mais, o movimento sindical teria se estruturado melhor:

Então, essa foi a discussão, 10 anos eram muito pouco? Acho que não, se tivesse mais uns dois ou três anos eu acho que movimento poderia ter tido mais ferramentas para não ter acontecido uma desestruturação tão grande como alguns acham que teve. Eu acho que não teve, porque se você chegar na FATA hoje tem um monte de criancinha lá estudando, é uma super estrutura, é deficiente, mas esse era um dos objetivos, a formação (E01 - PQ).

Para alguns sindicalistas foi um erro o encerramento da parceria naquele período, pois os sindicatos ainda não estavam maduros politicamente para tocar um Projeto tão grande e complexo sozinhos. Foi também observado que, devido a esse processo, começou um período de desestruturação da FATA e com várias disputas políticas internas que prejudicaram muito o movimento sindical da região.

Para alguns entrevistados, essa separação entre FATA e LASAT foi efetivamente o fim do Programa CAT. Para outros, o Programa CAT ainda continua ativo, porém, com outro arranjo institucional. Veremos agora os termos deste debate.

6.3 O Programa CAT após o Fim da Parceria entre FATA e LASAT

Para alguns entrevistados, o Programa CAT não existe mais desde o ano 2000, quando se esgotou o modelo de gestão que foi elaborado inicialmente, ou seja, a articulação entre a FATA e o LASAT. Segundo o entrevistado nº 2, a partir daquele momento, a FETAGRI Regional Sudeste assumiu o Conselho Diretor da FATA, e Jean Hébertte praticamente não participou mais da coordenação do Programa: “o Jean é praticamente excluído do Conselho. Quem deveria ir seriam os pesquisadores do LASAT em Marabá, mas aí os sindicalistas não mobilizam, não chamam mais” (E02 - PQ).

Ele ressaltou também que, no final da década de 1990, foi feito um trabalho de consultoria pago pelo governo inglês. Essa consultoria fez uma avaliação do Programa CAT, inclusive com algumas discordâncias da visão da Coordenação do CAT na época, mas que não o impediu de fazer a seguinte análise:

A proposta que eu faço no final da consultoria é de repensar o CAT não como unidade, como um ator único na região, mas como um ator que

interagia com os outros. E a forma era a ampliação do Conselho [Diretor da FATA]. Em parte eu acho que o CAT literalmente acabou naquela época [...] e isso é a principal discordância do Jean [...] isso causou certa turbulência na época. Eu assumi o que todo mundo, que o próprio Jean, mas isso criava uma certa dificuldade na captação de recursos em nome daquilo que na verdade não estava existindo mais, o CAT quanto programa. Existia o LASAT, existia a FATA, existia o Jean enquanto pesquisador que guardava e guarda até hoje a memória de todo esse processo, e a mobilização de algumas lideranças e alguns pesquisadores para esse tipo de discussão. Mas o CAT enquanto programa, enquanto dispositivo agregador que foi, não existia mais (E02 - PQ).

Para outros, o Programa CAT não deixou de existir, e sim houve alterações nos espaços de articulação entre a FATA e o LASAT. Segundo o entrevistado nº 9, no que se refere à filosofia do Programa, o LASAT continuou com as mesmas idéias e os mesmos princípios de parceria autônoma com entidades sindicais e movimentos sociais em prol da agricultura familiar. Para ele, a FATA continua com o perfil para o qual foi criada, ou seja, relacionada com a formação:

Porque na época que existia o programa CAT não existia o ator, o técnico, a assessoria técnica, e ele tentava dar conta de um ator fundamental. Hoje esse ator já existe, são as cooperativas de assistência técnica, então, naturalmente, se fosse pensar numa perspectiva de médio a longo prazo, a FATA teria que se consolidar como espaço de formação, porque ele sempre foi vista pelos agricultores como espaço de formação. Então, eu acho que ela cumpriu, o CAT cumpriu o objetivo no médio e longo prazo que foi concebido, de ser um espaço de formação (E09 - PQ).

Para o entrevistado nº 05, mesmo existindo em unidades diferentes e separadas, a proposta e o espírito do Programa CAT são, atualmente, bem diferentes da proposta que foi pensada inicialmente:

Eu acho que o espírito não é mais o mesmo, o espírito de unidade do CAT que englobava as duas situações, a da FATA e do LASAT, da pesquisa, essa unidade não existe mais [...] o LASAT existe, tem intercâmbio com o movimento sindical, mas já não é com aquele espírito unitário (E05 - PQ).

Com a desestruturação do Programa CAT novos arranjos de poder entraram em cena na região de Marabá. Por um lado, o movimento sindical por meio, principalmente, da FETAGRI Regional Sudeste e da FATA, pode levar adiante suas estratégias de fortalecimento da agricultura familiar em um contexto diferente daquele da década de 1990, sobretudo depois de 2003, quando o Governo Lula iniciou um maior investimento institucional e financeiro no fortalecimento dos agricultores familiares (maior volume de crédito disponível, fortalecimento do Ministério do Desenvolvimento Agrário etc.). Por outro, a UFPA, campus de Marabá, nos últimos 10 anos iniciou várias parcerias com organizações ligadas à agricultura familiar do sul e sudeste paraense, apoiando, entre elas, projetos ligados à educação rural e ao ensino técnico-profissionalizante (via PRONERA), de forma participativa e integrada, reafirmando um processo histórico de cooperação entre a UFPA (grupos de docentes-pesquisadores) e as organizações sociais ligadas à agricultura familiar regional.

De acordo com alguns pesquisadores do LASAT, o Laboratório tentou acompanhar essa mudança da dinâmica regional que se deu nos últimos anos. Nesse sentido, o órgão vem atuando em outras prioridades, diferente da atuação que tinha no Programa, mas ainda com inspiração em algumas filosofias do CAT:

Acho que nós preservamos princípios importantes, primeiro: que essa estreita relação com as organizações de ouvir, de dialogar, obviamente a gente tem críticas [...] eu acho que hoje é muito mais confortável esse diálogo do que no período do CAT. Confortável no sentido de que a gente tem mais autonomia, porque no CAT, de certa maneira, existia quase uma obrigatoriedade de fazer as coisas juntos [...] e hoje é o seguinte a gente faz se rolar o papo, faz se o diálogo avançar, se não, não se faz [...] então hoje, essa autonomia nossa no diálogo eu considero hoje muito maior (E10 - PQ).

Outros informantes observaram que, mesmo o CAT tendo uma atuação considerável em vários aspectos da vida política e econômica na região de Marabá, ele foi sendo esquecido pelo movimento sindical:

A tendência é esquecer, se tu for hoje na região, ninguém fala do CAT, porque ele não teve continuidade, inclusive a estrutura grande que ficou lá, está lá parada, até a destinação da estrutura que foi construída está camuflada, ela podia ser melhor utilizada, inclusive para mostrar a importância que o CAT teve para região (E19 - AS).

No entanto, desde 2010, o movimento sindical vem debatendo propostas internamente e com seus aliados históricos (CPT, CEPASP, UFPA etc.) no sentido de apontar futuros caminhos para a FATA, tentando recolocá-la como um dos atores importantes para o fortalecimento do movimento sindical e da agricultura familiar nessa região.

Pudemos constatar nas páginas anteriores que os processos que envolveram as transformações no Programa CAT foi marcado por diversos acontecimentos inerentes tanto a questões internas do Programa (investimento do LASAT no campo da formação, escassez de recursos), como por demandas relacionadas ao contexto em que se encontrava a região de Marabá (surgimento da FETAGRI Regional Sudeste, disputas políticas no sindicalismo rural). Entretanto, a questão que se destacou foi o fortalecimento do sindicalismo rural, por meio da FETAGRI Regional, que se achava apta a assumir o processo de coordenação da FATA e diminuir o nível de intervenção dos pesquisadores até o controle da instituição pela FETAGRI Regional em 2001. Esta questão não foi mero detalhe. Essa entidade conseguiu aglutinar as principais entidades da região em torno de ações de massa, unificação de lutas e de espaços como do Fórum das Entidades em Defesa da Reforma Agrária (FERA): FETAGRI (direção), CPT (questão fundiária e trabalho escravo), FATA/EFA (educação do campo), COCAT (organização e comercialização), COOPSERVIÇOS (assistência técnica e extensão rural), CEPASP (comunicação, comercialização, produção e formação), LASAT (pesquisa e agricultura familiar), tendo uma visibilidade e reconhecimento indiscutíveis na região. No entanto, há de se reconhecer também as debilidades que a mesma enfrentou durante os últimos 10 anos, tanto é que os principais projetos se deram no âmbito da formação/capacitação via PRONERA e outros convênios relacionados a projetos de educação do campo. Outra questão a ser ressaltada é o declínio da estrutura física da FATA, que carece de uma manutenção e revitalização. Apesar desses problemas, o movimento sindical, em conjunto com seus parceiros históricos, vem nos últimos dois anos refletindo e apontando

caminhos para que a FATA/EFA voltem a ser protagonistas no processo de construção coletiva para o alcance do desenvolvimento regional sustentável.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa mostrou a diversidade de processos que envolveram a criação e a atuação do Programa CAT na região de Marabá, bem como a presença e atuação de múltiplos atores institucionais que participaram ativamente nesse contexto. Apontou também para novas posturas de um sindicalismo de trabalhadores rurais preocupado em trabalhar questões como a gestão do estabelecimento agrícola, captação de crédito para fomento da produção e a formação de agricultores, técnicos e pesquisadores para atuarem dentro de uma nova concepção de extensão rural.

Esta região se transformou por meio de processos complexos envolvendo um conjunto de atores sociais que disputavam o acesso a recursos materiais e simbólicos. A possibilidade de acumular riqueza com a exploração dos recursos materiais e a ausência de domínio particular sobre as terras estimularam a ocupação do espaço regional e influenciaram a migração de pessoas de várias partes do país, em especial do nordeste, em diferentes condições sócio-econômicas. Formou-se, dessa maneira, uma economia com base no extrativismo que influenciou o ritmo de boa parte dos acontecimentos sociais, econômicos e políticos nas décadas seguintes.

Até a década de 1970 não existia organização camponesa institucionalizada e a agricultura tinha um papel econômico muito secundário, com exceção do cultivo de arroz e da criação de gado, que tinham cadeias de comercialização mais consistentes. A atividade produtiva sobre a qual se tinha estruturado a sociedade ao longo dos séculos e que sustentava a economia, era o extrativismo nas suas diversas expressões (látex, castanha, caça de animais silvestres e mineração). Os trabalhadores viviam na dependência de patrões e de oligarquias locais.

Foi durante as décadas de 1970 e 1980 que a fisionomia econômica e social dessa região se transformou radicalmente. A mudança iniciou-se na década de 1960, quando pequenos agricultores oriundos do Maranhão penetraram espontaneamente nessa região pelo município de São João do Araguaia, não mais, desta vez, apenas para trabalhar nos castanhais e no garimpo, mas para ocuparem terras “livres” (que já estavam ocupadas por povos indígenas) e formar lavoura. Esta mudança se acelerou e ampliou fortemente com a abertura oficial da fronteira amazônica durante o regime militar, que decidiu, em 1970, a implantação da rodovia Transamazônica e a ampliação da infra-estrutura regional (hidrelétricas, rodovias, etc.), atraindo migrantes de diversas partes do país.

A abertura daquela fronteira carregou consigo a marca do regime autoritário que a estimulou. A violência que costuma acompanhar a penetração organizada em “novos territórios” foi reforçada pela violência dos órgãos de repressão (GETAT, Conselho Nacional de Segurança), cuja lembrança e referência é fundamental para a compreensão dos processos sociais na região de Marabá (HÉBETTE, 1996a).

Foi também no bojo desse processo de colonização oficial e/ou espontânea que os posseiros começaram sua organização política. Na ausência de um órgão legitimamente representativo de seus interesses, os agricultores tiveram que criar suas próprias estratégias de defesa de seu direito à terra, em que predominaram os laços de parentesco, de conterraneidade e vizinhança. Essas estratégias forneceram as bases para a constituição das CEBs, estimuladas nos anos 1970 por religiosos adeptos da Teologia da Libertação que recuperaram, num nível

político mais elaborado e mais consistente, a inspiração dos movimentos de esquerda e a sensibilidade do clero progressista originário da Ação Católica. Nessa época, pesquisadores do NAEA, alguns dos quais também exercia um trabalho de assessoria, começaram a ter os primeiros contatos com esses migrantes, por meio de espaços de formação organizados por religiosos locais.

A luta pela terra constituiu-se como um campo de encontro de todos – agricultores, clero, militantes sociais e políticos, advogados, assessores, pesquisadores e estudantes – que se opunham ao regime militar e se posicionavam a favor dos posseiros, muitos dos quais encontravam em organizações das Igrejas Católica e Luterana e, em particular, na CPT, um espaço institucional ao abrigo da repressão. É dentro desse campo de forças muito diversificado e, de certa forma, contraditório – onde a vida política, sindical e em parte religiosa estiveram tão imbricadas em medida e formas diferentes - que os trabalhadores encontraram seus primeiros “mediadores sociais”.

É desse complexo campo de luta e resistência que surgiram também as lideranças camponesas que, no final da década de 1970, foram peças fundamentais na criação dos STRs – ou porque os conquistaram, tirando-os das mãos de dirigentes pouco ativos, ou porque os criaram. Portanto, foi por via do sindicalismo que as lideranças locais iniciaram sua luta com maior autonomia e começaram a elaborar um projeto coletivo regional. Além da CPT, muito participativa e dinâmica, contavam com o apoio do MEB, de pesquisadores engajados e de entidades como a FASE, CEPASP e SPDDH. A atuação dessas lideranças nos conflitos por terra consolidou as entidades sindicais como representantes da maioria dos agricultores na região de Marabá.

Entretanto, a forma de uso da terra tinha sido, desde a década de 1980, uma das preocupações dos agricultores e, no âmbito do debate em torno de possibilidades, surgiram novas organizações e projetos orientados para a busca de soluções especificamente técnicas e econômicas aos problemas, e, portanto, voltadas diretamente para a questão da produção e das trocas comerciais.

Dentro do contexto de abertura política, a partir de 1985, pesquisadores do NAEA e sindicalistas dos municípios de Itupiranga, Marabá, Jacundá e São João do Araguaia, legitimados pelos seus históricos de lutas, consolidaram uma parceria institucional entre os STRs e a UFPA, dentro do âmbito da cooperação franco-brasileira. Para a efetivação dessa parceria, foi fundamental a participação de pesquisadores da Universidade das Antilhas e das Guianas, que já tinham experiências em projetos de cooperação na região do Caribe.

Evidências empíricas também apontaram a contribuição fundamental de Jean Hébette na consolidação do CAT, devido, em grande parte, a seu capital simbólico e de seu carisma, adquirido durante a sua participação como assessor e pesquisador em vários anos de pesquisa nessa região. O Programa CAT repercutiu rapidamente na região, provocando questionamentos, curiosidade e perplexidade por parte de agricultores e entidades de apoio.

Esse espaço social, no qual atuaram os diversos agentes, foi considerado como um campo de forças e como um campo de lutas (BOURDIEU, 1989), no interior do qual esses agentes se enfrentaram, com meios e fins diferenciados conforme sua posição na estrutura do campo, contribuindo assim para a conservação ou a transformação de sua estrutura e do *modus operandi* vigente ou, mais especificadamente, para os rumos do Programa CAT.

Esses atores, agora parceiros, pareciam sabedores de que o processo participativo que estavam para efetivar em conjunto no CAT exigia uma definição clara do papel de cada um, do funcionamento da parceria, das regras que estabeleciam os rumos da relação entre si, notadamente, da gestão do poder. Como bem destaca D’Incao (2000: 105-145), “a participação de cada um dos atores envolvidos na parceria era, antes de tudo, uma adaptação a

uma simulação já existente que os atores se mostravam dispostos a transformar conjuntamente”.

Neste sentido, a participação não deveria resultar da imposição, porque, segundo a autora citada logo acima, “não existe uma única forma de participar e é a forma de conduzir o processo participativo que define, de certo modo, as chances de avanço ou bloqueio do diálogo”, já que a parceria, assim como as relações sociais em geral, não podem ser definidas como uma espécie de *decreto lei*, porque, efetivamente, “estas regras do jogo social só se constituirão enquanto regras observadas se as mesmas forem negociadas entre os vários atores sociais envolvidos” (ibidem). A negociação significa, acima de tudo, “estar aberto para rever as posições adotadas, a visão de mundo assumida, a decisão tomada etc.” (HENCHEN, 2002: 23).

O programa CAT teve objetivos imediatos e regionais, sua proposta foi considerada original e pioneira na época e pensada em termos de ações que envolvessem ações de pesquisa, formação e desenvolvimento. Sua estrutura base foi constituída por duas entidades fundamentais FATA e LASAT, que se articularam para pensar conjuntamente as diversas atividades a serem realizadas. Outras entidades foram criadas no Programa à medida que avançaram as questões de comercialização – COCAT- e de formação e escolarização de sindicalistas e jovens agricultores – EFA.

No entanto, algumas atividades ocorreram sem a comunicação preconizada entre sindicalistas e pesquisadores. O exemplo que mais desenvolvemos foi o PAF – o maior projeto do CAT e que foi perpassado por conflitos entre sindicalistas, pesquisadores do LASAT, a coordenação do CAT e financiadores estrangeiros.

O projeto envolveu também a construção, em um sítio a 8 km de Marabá, de uma estrutura contendo vários prédios e com uma área experimental para a realização de atividades produtivas e de lazer, considerada por alguns “grande demais” para ser apropriada pelos agricultores. Essa estrutura encontra-se hoje degradada, devido, em parte, à falta de recursos para a manutenção e conservação dos prédios, principalmente a partir de 2001, quando a FATA se integrou a FETAGRI Regional Sudeste. Atualmente, o movimento sindical faz um debate com outras entidades da região no sentido de resgatar o valor simbólico, material e político do Centro de Convivência da FATA, para além dos espaços de formação e escolarização que acontecem ali por meio da EFA.

A formação de pesquisadores e técnicos de nível superior foram outras atividades que tiveram grande visibilidade durante o Programa, principalmente no LASAT. Essas atividades tiveram início com o DAZ e se consolidaram com a criação do NEAF, em 1994, dentro do Centro Agropecuário da UFPA. Posteriormente, foram criados cursos de graduação em Marabá e em Altamira e um Programa de Pós-Graduação, ajudando na disseminação da metodologia de pesquisa participativa preconizada pelo LASAT. Atualmente, este órgão mantém parcerias com outras organizações sociais (não só os sindicatos ligados à FATA) para elaborar temas de pesquisa.

Para efetivação das atividades do CAT, decidiu-se, desde o início, formar equipes permanentes de pesquisadores instalados na região, que trabalhariam em parceria contínua com as organizações sindicais. O fato de residir na região era condição imprescindível à integração e ao acompanhamento das ações de desenvolvimento. Quanto à duração, por tempo indeterminado, dos trabalhos da equipe, ela foi fundamentada na constatação de que uma intervenção de desenvolvimento sustentável só poderia ganhar consistência a médio e a longo prazo, sobretudo na escala considerada, bem como no interesse em integrar a formação superior como um dos componentes principais do projeto.

As equipes de pesquisa eram formadas por pesquisadores e técnicos nomeados, na sua maioria, por instituições ligadas ao projeto. Os objetivos principais dessa pesquisa-ação eram negociados periodicamente e os temas debatidos em espaços como os Estágios de Base e Temáticos. Os pesquisadores consideraram implicitamente, no início dos trabalhos, que a aproximação entre a demanda dos sindicalistas e a oferta dos pesquisadores se faria progressivamente, graças à renegociação periódica das bases da pesquisa-ação, depois de avaliações conjuntas dos resultados e dos métodos empregados. Essa negociação periódica deveria também esclarecer, paulatinamente, as estratégias das instituições parceiras, de forma a identificar melhor os campos de cooperação, permitindo, assim, um benefício recíproco.

Os pesquisadores esperavam que esse tipo de metodologia permitiria reforçar as dinâmicas democráticas e a capacidade de os agricultores influenciarem o desenvolvimento, elaborando, em parceria com os pesquisadores, o conhecimento da realidade, a busca de alternativas e a aplicação das soluções. A pesquisa participativa deveria atuar sobre os processos de transformação da sociedade de acordo com os agricultores familiares. Isso condicionava o estabelecimento de uma verdadeira parceria com os agricultores, baseada em respeito e confiança mútua.

As dificuldades entre pesquisadores e sindicalistas podem ser explicadas pelas diferenças que estes agentes e pela própria diversidade de formação, cultura, funções e interesses em jogo. Os sindicalistas, na maioria das vezes, identificaram-se com base em critérios políticos e pela defesa de uma categoria social ampla. Sua militância sindical foi definida em termos de alianças táticas e procuram orientar os resultados de sua atividade de maneira a favorecer seus aliados e a desenvolver sua base, a partir das demandas que envolviam o fortalecimento econômico dos agricultores. Os pesquisadores, por sua vez, qualquer que seja seu engajamento político, para sobreviverem profissionalmente, deveriam obter reconhecimento no campo científico, o que supõe produtos científicos reconhecidos e, portanto, tipos de intervenção compatíveis com esse objetivo (GUERRA & CASTELLANET, 2005).

A existência de campos de interesse e de poder extremamente diferentes, de concepções de desenvolvimento e do papel do pesquisador igualmente diversos, tornou difícil a elaboração de uma aliança equilibrada, em que cada um se beneficia do outro sem ameaçá-lo (GUERRA & CASTELLANET, 2005). Pode-se concluir que a elaboração de uma estratégia conjunta entre dois grupos sociais muito diferentes requer muito mais do que o estabelecimento de um diálogo e do compartilhamento das regras do jogo.

Nessa visão reconhece-se também a posição subordinada que, no espaço social, ocupavam os agricultores e, portanto, entendia-se que uma melhoria significativa na qualidade de vida deles implicava importantes transformações sociais e culturais, e também uma modificação nas relações de poder, ou seja, uma mudança “na forma de agir para fora” dos agricultores, fato que também implicaria transformar seu sistema de valores, representações e lógicas de socialização com mediadores no qual estavam se articulando.

Reconhecer que todas as relações sociais, em particular as de mediação, envolvem posições de poder, implica também assumir que a assimetria na disponibilidade de recursos é um componente constitutivo do vínculo e, portanto, condicionante das lógicas de ação dos agentes e da capacidade de imporem sua visão de mundo (COWAM ROS, 2008). No caso analisado, a diferenciada origem social dos participantes explica a existência de uma dotação e composição diferente de *recursos* ou *capitais* entre mediadores e mediados. Os pesquisadores provêm, geralmente, de uma condição social mais elevada e são profissionais universitários, isto é, possuem os reconhecimentos específicos da profissão e o reconhecimento que outorga o título – capital cultural objetivado e institucionalizado,

respectivamente. Destarte, têm o domínio da linguagem escrita e de certa forma de oralidade que os capacita para lidar com a burocracia institucional de promoção social¹³⁷. Essas habilidades somadas a sua trajetória militante, à cadeia de vínculos que possuem por terem circulado por diferentes universos sociais e à capacidade de criar novos vínculos possibilitaram que se constituam em mediadores sociais no espaço territorial em foco.

Os beneficiários dos serviços e bens propostos pelos pesquisadores ocupam as posições mais desfavoráveis no espaço social daquela região. De fato, sua condição de agricultores, desvalorizada na visão de mundo hegemônica, somada à carência de recursos econômicos e ao escasso domínio da linguagem oral e escrita exigida pelas instituições financeiras, coloca-os numa posição subordinada entre os agentes externos ao universo social do campo, com os quais frequentemente devem articular-se e negociar. Entre os agricultores existe uma dotação de recurso diferencial, que intervém na posição ocupada na hierarquia do campo de mediação.

Através dessa análise das relações de poder percebemos como as mudanças implicaram lutas sociais, conflitos de interesses e ideias entre grupos distintos na realização dos interesses no qual almejavam os pesquisadores e sindicalistas. Pressupõe também a conquista de certas formas de autonomia da capacidade de ação entre grupos sociais envolvidos, possíveis a partir de maneiras próprias de pensar, agir e produzir.

Parece-nos, entretanto, que foi possível chegar a um equilíbrio negociado nessa relação, a partir da identificação rigorosa de campos de interesses comuns bem definidos e, por contraste, de campos reservados, em que cada parceiro entende preservar sua supremacia e sua demanda, incitando o outro a minimizar sua interferência. Pode-se imaginar também as regras que permitiriam minimizar as zonas de fricção e de competição e maximizar as áreas de cooperação e de interesse mútuo. Isso passaria por uma negociação sobre o controle e a autolimitação tão caros aos pesquisadores, que não poderiam aceitar a renúncia a um certo número de seus direitos e de sua prática científica, em particular não aceitar não se imiscuir na política interna das organizações e respeitar a obrigação de confidencialidade em relação a certas informações consideradas estratégicas para as organizações de agricultores (GUERRA & CASTELLANET, 2005).

Dessa forma, a co-construção de novos conhecimentos, juntando o saber local e dos pesquisadores não foi uma tarefa simples, pois o relacionamento é uma construção social. Diálogo, parcerias, alianças não são instituídas a partir da definição de responsabilidades, direitos, deveres e regras do jogo bem redigidas no papel, e sim resultantes da forma como um percebe o outro e na suas ações, atitudes, comportamento ao longo do cotidiano e do reconhecimento de alteridades (HÉBETTE, 1996b). Nessa perspectiva, a necessária oposição de saberes tornou-se a base de uma metodologia educacional de troca, em que os conhecimentos e práticas existentes se confrontaram e se transformaram em novos conhecimentos e práticas, instrumentos que potencializaram a produção e possibilitaram um maior espaço de afirmação dos agricultores na cena política da região de Marabá, principalmente na segunda metade da década de 1990.

Treze anos depois do início dessa experiência, resultados significativos para a região foram obtidos por ambas as partes. Os sindicatos beneficiaram-se principalmente com o fortalecimento de sua imagem de liderança e com a dinamização do organismo sindical. A parceria permitiu ativar os debates sobre temas como a importância das culturas permanentes, o potencial e os riscos do desenvolvimento da pecuária por produtores familiares e o melhor

¹³⁷ Faz-se referência às capacidades para formular projetos segundo os formatos propostos pelas instituições financiadoras, realizar relatórios, elaborar contabilidade, negociar com representantes de instituições, entre outros aspectos.

aproveitamento dos recursos madeireiros nas discussões sobre agricultura familiar. Isso também se manifestou na implantação de vários zoneamentos municipais participativos e na proposta de criação de florestas comunitárias e municipais, duas novidades no estado do Pará. Intervenções efetivas ocorreram no âmbito de diversos temas técnicos, com efeitos modestos, até o momento, na escala regional, mas que tendem a crescer, em particular na área do desenvolvimento dos cultivos perenes e de apoio a sistemas agroflorestais. No domínio da transformação, da industrialização e da comercialização dos produtos agrícolas, foram constituídas entidades do tipo cooperativo voltadas para o desenvolvimento, conservando uma perspectiva de luta sindical (COCAT), e no plano da assistência técnica a COOPSERVIÇOS. No plano da formação e escolarização de jovens agricultores, a criação e consolidação da EFA foi considerado, por atores regionais, um dos passos mais significativos, pois, atualmente, há uma visibilidade da EFA em diversos municípios, com a possibilidade de criação várias escolas nesse mesmo ramo de atuação.

Embora seja difícil comprová-la por fatos precisos, não nos parece exagerado pensar na hipótese de uma possível influência na evolução da problemática do desenvolvimento rural em toda a região sudeste do Pará. Essa referência faz sentido quando notados a inserção do campo socioeconômico no pensamento e na política do sindicalismo dos trabalhadores rurais, e a afirmação da capacidade de auto-organização dos trabalhadores no campo em parceria com setores engajados da universidade. O CAT se constituiu também numa experiência “piloto” para a implantação de qualquer programa de gestão ambiental e fortalecimento da agricultura familiar na sua área geográfica.

Porém, foi ressaltado que o CAT não atuou sozinho. Nessa região diversas entidades e programas governamentais contribuíram significativamente para todas essas mudanças apontadas acima. Entretanto, faz-se necessário um investimento maior no estudo de outros atores regionais (CEPASP, CPT, FASE, MEB, SPDDH, UFPA e EFA) para verificar melhor a contribuição deles nessa dinâmica.

Os ganhos dos pesquisadores estavam mais relacionados aos bens que mais lhes agregam poder, que são os do tipo simbólicos (reconhecimentos acadêmico, divulgação de pesquisas, inserção regional e reconhecimento pelos movimentos sociais) e, em certo sentido, recursos para a realização de pesquisas, fortalecendo também a instituição no qual representavam – visibilidade da UFPA tanto nacional quanto internacionalmente. O trabalho com as organizações sindicais permitiu também aos pesquisadores uma penetração em diversos níveis nas comunidades dos agricultores, alcançando até os povoados mais distantes dos municípios. Essa proximidade permitiu constatar que a ação sindical, apesar de seu impacto real na vida destes, não fez com que deixassem de existir agricultores que resistem ao engajamento em razão de posições políticas contraditórias com o discurso dessas entidades, ou de afinidades com outras forças não-alinhadas a esse tipo de trabalho. Relações de clientelismo, paternalismo, distância geográfica ou outros interesses impediram a inserção completa da massa de agricultores no seio dessas organizações, que não escaparam à regra e reproduziram freqüentemente relações da mesma natureza.

Segundo Guerra & Castellanet (2005), os representantes sindicais são particularmente sensíveis às críticas formuladas em público diante de sua base. O que, *a priori*, parece aos intelectuais como uma simples manifestação de um ponto de vista diferente, podendo fazer avançar a discussão pública, é sentido como um ataque político direto. Deve-se dizer que as discussões entre sindicalistas obedecem a códigos bem particulares, em que a crítica se exprime freqüentemente sob a forma de ironia ou de uma parábola aparentemente sem relação com as discussões que ocorriam nas reuniões do Conselho Diretor e da Assembléia Geral da FATA.

Evidências empíricas indicaram que era raro que verdadeiros debates ocorressem em alguns espaços, principalmente nas Assembléias Gerais da FATA. Tratava-se, muitas vezes, de confirmar os acordos preparados anteriormente. Discussões sobre a representatividade dos sindicatos ou os modos de designação de seus responsáveis foram encaradas como interferências inaceitáveis dos pesquisadores nas organizações camponesas, motivo pelo qual foram cada vez menos convidados a participar das reuniões.

O momento de maior conflito se deu a partir da consolidação da FETAGRI Regional Sudeste como o grande fórum articulador das políticas sindicais no final da década de 1990, contribuindo significativamente para as transformações que ocorreram no Programa CAT. Nesse sentido, os pesquisadores foram mantidos à distância do funcionamento das organizações sindicais, bem como na interferência na gerência dos recursos disponibilizados, principalmente no âmbito da FATA.

Por fim, deve-se considerar que as características das relações analisadas nesse trabalho, desde uma perspectiva crítica, não elimina a constatação de que todos estes agentes estiveram guiados por uma utopia que é a construção de uma nova realidade social. Realidade esta que seja regida por valores de justiça, igualdade social entre os seres humanos numa região historicamente marcada pelo contexto da exploração e da violência. E é assim, mirando este ideal que os pesquisadores, sindicalistas, agricultores e assessores de diversas entidades lutam por uma transformação político e social na região de Marabá.

Chega-se ao final desta dissertação com algumas respostas às motivações iniciais que obviamente não são definitivas e muito menos as únicas. Várias outras respostas podem ser encontradas para as mesmas questões, bastando para isso mudar o ângulo a partir do qual se analisa o mesmo objeto de estudo. Deve-se considerar, no entanto, que boa parte do conteúdo destas respostas não se apresenta como afirmações categóricas. O que nasce em grande quantidade ao longo de todo um trabalho de pesquisa são novas questões que vão sendo deixadas pelo caminho com a promessa de tratá-las em outro momento. Destaco três questões. A primeira se refere ao papel de Jean Hébette (também como agente assessor/religioso) na constituição e consolidação do Programa CAT. Está clara a importância que este pesquisador/assessor teve durante todo o processo, mas não foi suficientemente explorada a relação de poder entre este agente e os demais, principalmente entre ele e os pesquisadores da UFPA. A segunda questão aponta para um processo de disciplinamento pela qual os sindicalistas passaram durante a participação tão próxima dos pesquisadores, principalmente nos espaços de articulação (Conselho Diretor da FATA e Assembléias Gerais). A terceira refere-se ao impacto que as ações do CAT causaram diretamente nas delegacias sindicais na qual o Programa atuou, que, pelas limitações desta pesquisa, não puderam ser averiguados. Estes são alguns dos questionamentos, dentre muitos outros, que nasceram desta pesquisa.

Finalmente deve-se dizer que uma dissertação é fruto de um conjunto de decisões. Logo de início, ao se fazer a opção por algumas questões, está se descartando muitas outras. Neste sentido, escrever uma dissertação é não escrever outra. É justamente isto que torna fascinante a busca pelo conhecimento. Este é como um horizonte: pode-se caminhar em direção a ele, mas nunca se irá alcançá-lo plenamente. Da mesma forma ocorre com o conhecimento. Porém, ao longo dessa caminhada, ele se oferece em doses suficientes a todo indivíduo, de maneira que este nunca se sinta um total ignorante ao mesmo tempo em que nunca poderá se arrogar possuidor de um conhecimento ilimitado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, A. W. B. de. *Conflitos e Mediação. Os Antagonismos Sociais na Amazônia Segundo os Movimentos Camponeses, as Instituições Religiosas e o Estado*. Rio de Janeiro. Tese de Doutorado.UFRJ. Vol. I, 1993.
- ALMEIDA, L. L. *Contribuição ao estudo de formação a partir de uma análise no sudeste do Pará*. Relatório de Iniciação Científica CNPq. CPDA/UFRRJ, 2008.
- ALMEIDA, M. L. P. *A academia pública e o papel do intelectual orgânico em Gramsci*. Congresso Nacional da Sociedade Brasileira de História da Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2002.
- ASSIS, W. S. de. *A construção da representação dos trabalhadores rurais do sudeste paraense*. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ. Tese de Doutorado, 2007.
- ASSIS, W. S. de; OLIVEIRA, M.; HALMENSCHLAGER, F., *Dinâmicas territoriais e as complexidades das áreas de fronteira agrária na Amazônia oriental*. Estudos: Sociedade e Agricultura, CPDA, Rio de Janeiro, vol. 16, n. 02, outubro de 2008.
- BECKER, H. S. *Métodos de pesquisa em ciências sociais*. São Paulo: Editora Hucitec, 1997.
- BOURDIEU, P. *Questões de Sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.
- _____. *O Poder Simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.
- _____. *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- _____. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas: Papirus, 1996
- _____. *A economia das trocas lingüísticas: o que falar quer dizer*. São Paulo: EDUSP, 1998.
- _____. *Contrafogos 2: por um movimento social europeu*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- _____. *A produção da crença: contribuição para uma economia dos bens simbólicos*. São Paulo: Zouk, 2002.
- CARVALHEIRA, D. M. P. *Momentos históricos e desdobramentos da ação católica brasileira*. Revista Eclesiástica Brasileira., ano 1, v. 43, nº 169, p. 10-28, mar./ 1983.
- COMERFORD, J. C. *Fazendo a luta: sociabilidade, falas e rituais na construção de organizações camponesas*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia Política, 1999.
- _____. *Como uma família: sociabilidade, territórios de parentesco e sindicalismo rural*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, 2003.
- COSTA, F. de A. *Grande empresa e agricultura na Amazônia: dois momentos, dois fracassos*. Novos Cadernos do NAEA. Belém: NAEA, Vol. 1 nº 1, junho de 1998.
- _____. *Formação agropecuária da Amazônia: os desafios do Desenvolvimento Sustentável*. Belém: UFPA/NAEA, 2000.
- COWAN ROS, C. *Mediação e conflito: lógicas de articulação entre agentes de promoção social e famílias camponesas, no norte da Província de Jujuy, Argentina*. In: NEVES, D. P.

(Org.). *Desenvolvimento social e mediadores políticos*. Porto Alegre: Editora da UFRGS: Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural, 2008.

DIAS, M. J. F. *Cultivando conhecimentos para colher sustentabilidade: experiência de formação da Escola Família Agrícola de Marabá para a busca de alternativas produtivas para a região*. Marabá: Curso de Especialização em Agricultura Familiar e Educação do Campo, 2007. (Monografia).

D'INCAO, M. da C. *A construção de uma estratégia de desenvolvimento sustentável para a agricultura familiar na Amazônia: o Projeto Agroflorestal no Centro Agro-Ambiental do Tocantins*. In: HÉBETTE, J., NAVEGANTES, R. da S. (Orgs.) *CAT – Ano décimo: etnografia de uma utopia*. Belém: UFPA/CAT, 2000.

_____. *Clientelismo e democracia nas organizações dos agricultores familiares na microrregião de Marabá: a Associação dos Pequenos Agricultores da Consulta*. Agricultura Familiar: Pesquisa, Formação e Desenvolvimento, Belém: UFPA/CAP, v. 1, nº 2. 2000a.

ELIAS, N. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994

EMMI, M. F. *A oligarquia do Tocantins e o domínio dos castanhais*. 2ª ed. Belém: UFPA/NAEA, 1999.

FAVARETO, A. da S. *Agricultores, trabalhadores – Estudo sobre a representação sindical dos agricultores familiares brasileiros organizados na CUT*. Campinas: Universidade Estadual de Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2001. (Dissertação de Mestrado).

FIGUEIRA, R. R. *A justiça do lobo: posseiros e padres do Araguaia*. Petrópolis: Vozes, 1986.

GONÇALVES, R. F. *Universidade e sociedade: faces da extensão na UFPA*. Belém: NAEA/UFPA. 2004. Dissertação de Mestrado.

GUERRA, G. A.D. e CASTELLANET, C. *Pesquisadores engajados e líderes camponeses na pesquisa-ação: uma cooperação conflitante. Reflexões a partir dos programas CAT e Paet na Amazônia brasileira*. Cadernos de Ciência & Tecnologia, Brasília, v. 22, nº 2, p. 333-347, maio/ago. 2005.

GUERRA, G. A.D.; MENEZES, M. de N. A.; *Agricultura familiar na pós-graduação no Brasil e na Universidade Federal do Pará (UFPA)*. R B P G, Brasília, v. 4, n. 7, p. 66-86, julho de 2007.

HÉBETTE, J. *Grandes projetos e transformações na fronteira*. Texto apresentado no Seminário *Repensando o Brasil Pós-60: as mudanças na dinâmica regional e suas perspectivas* promovido pelo NERU, em São Paulo, 14-16/06/1984. In: _____. *Cruzando a fronteira: 30 anos de estudos do campesinato na Amazônia*. Belém: EDUFPA, 2004c. Vol. III.

_____. *A resistência dos posseiros no grande Carajás*. XI Encontro do PIPSA – UNESP/Botucatu, 1985. In: _____. *Cruzando a fronteira: 30 anos de estudos do campesinato na Amazônia*. Belém: EDUFPA, 2004c. Vol. III.

_____. *Carajás: realidades e perspectivas – em busca de caminhos políticos*. Fala de abertura do Seminário *Carajás, realidade e perspectivas* realizado no NAEA/UFGA em 02/10/1986. In: _____. *Cruzando a fronteira: 30 anos de estudos do campesinato na Amazônia*. Belém: EDUFPA, 2004c. Vol. III.

_____. *A colonização na Amazônia brasileira: um modelo para uso interno*. Anais, Seminário Internacional sobre Economia Camponesa y Pobreza Rural, promovido pelo Fondo de Desarrollo Rural Integrado, Ministério da Agricultura, Paipá, Boyacá, Bogotá, junho de 1987. In: HÉBETTE, J. *Cruzando a fronteira: 30 anos de estudos do campesinato na Amazônia*. Belém: EDUFPA, 2004b. Vol. II.

_____. *A luta sindical em resposta às agressões dos grandes projetos*. Texto apresentado no 46º Congresso Internacional de Americanistas, em Amsterdam, 04-08-1988. In: _____. *Cruzando a fronteira: 30 anos de estudos do campesinato na Amazônia*. Belém: EDUFPA, 2004c. Vol. III.

_____. *A resistência dos posseiros*. Travessia. Revista do Migrante. São Paulo: CEM, jan/abril de 1989. In: _____. *Cruzando a fronteira: 30 anos de estudos do campesinato na Amazônia*. Belém: EDUFPA, 2004b. vol. II.

_____. *Os grandes projetos e o despertar popular da consciência ambiental*. X General Conference of the International Federation of Social Sciences Organization, Brasília, 1991a. In: _____. *Cruzando a fronteira: 30 anos de estudos do campesinato na Amazônia*. Belém: EDUFPA, 2004c. Vol. III.

_____. *O centro Agroambiental do Tocantins: propostas e desafios*. Texto publicado in Proposta. Rio de Janeiro, XV (48): 32-37, mar. 1991b. In: HÉBETTE, J. *Cruzando a fronteira: 30 anos de estudos do campesinato na Amazônia*. Belém: EDUFPA, 2004d. vol. IV.

_____. *Além dos pequenos e dos grandes projetos: o papel da Universidade*. Texto apresentado no Seminário Grandes Projetos e Reorganização do Espaço, promovido pela UFGA, NAEA e ANPUR, em Belém, em 1995. In: HÉBETTE, J. *Cruzando a fronteira: 30 anos de estudos do campesinato na Amazônia*. Belém: EDUFPA, 2004d. Vol. IV

_____. *Reprodução social e participação política na fronteira agrícola paraense: o caso da Transamazônica*. Texto apresentado no painel Movimentos Sociais Contemporâneos da BRASA Third Conference, em Cambridge, 07-10.09.1996a. In: _____. *Cruzando a fronteira: 30 anos de estudos do campesinato na Amazônia*. Belém: EDUFPA, 2004d. vol. IV.

_____. *A relação pesquisadores-agricultores: diálogo, parceria, aliança? Uma análise estrutural*. Texto apresentado no seminário Pesquisas para o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar amazônica, promovido pelo NEAF em 1996b. In: _____. *Cruzando a fronteira: 30 anos de estudos do campesinato na Amazônia*. Belém: EDUFPA, 2004d. Vol. IV.

_____. *Movimentos sociais contemporâneos no campo paraense*. Texto apresentado no Painel *Rural Social Movements in the Contemporary Brazilian Amazon* da BRASA. Trird Conference, em Cambridge de 7 a 10/08/1996c. In: _____. *Cruzando a fronteira: 30 anos de estudos do campesinato na Amazônia*. Belém: EDUFPA, 2004b. vol. II.

_____. *Movimento sindical e ações de desenvolvimento rural: a construção de um nível regional de ação em parceria*. Texto publicado no Seminário A construção local do território na Amazônia Oriental. Elementos para a construção de uma parceria entre organismos regionais em vista de um desenvolvimento, promovido pelo NEAF/UFPA, em Marabá, 19-21.03.1997. In: HÉBETTE, J. *Cruzando a fronteira: 30 anos de estudos do campesinato na Amazônia*. Belém: EDUFPA, 2004d. vol. IV.

_____. *A dinâmica social do desmatamento para o Sul do Pará: alternativas de desenvolvimento para o meio rural*. DIEGUES, A. C. (Org.) *Desmatamento e Modos de Vidas na Amazônia*. São Paulo, UNRISD, NUPAUB/USP, 1999. In: _____. *Cruzando a fronteira: 30 anos de estudos do campesinato na Amazônia*. Belém: EDUFPA, 2004c. Vol. III.

HÉBETTE, J.; ACEVEDO, R. E. *Colonização espontânea, política agrária e grupos sociais: reflexões sobre a colonização em torno da rodovia Belém-Brasília*. NAEA/UFPA, 1977. In: HÉBETTE, J. *Cruzando a fronteira: 30 anos de estudos do campesinato na Amazônia*. Belém: EDUFPA, 2004a. Vol. I.

_____. *Colonização e Fronteira: articulações no nível econômico e no nível ideológico. Colonização para quem?* Belém:UFPA, NAEA, 1979. In: HÉBETTE, J. *Cruzando a fronteira: 30 anos de estudos do campesinato na Amazônia*. Belém: EDUFPA, 2004a. Vol. I.

HÉBETTE, J., NAVEGANTES, R. da S. (Orgs.) *CAT – Ano décimo: etnografia de uma utopia*. Belém: UFPA/CAT, 2000.

HÉBETTE, J. et al. *Cruzando uma zona de fronteira em conflitos: o leste médio do Tocantins*. Relatório do subprojeto II do módulo de pesquisa *O Vale do Tocantins e suas articulações com a expansão do capitalismo* desenvolvido no NAEA/UFPA em 1982 e 1983, com apoio do CNPQ. In: HÉBETTE, J. *Cruzando a fronteira: 30 anos de estudos do campesinato na Amazônia*. Belém: EDUFPA, 2004b. Vol. II.

HENCHEN, M. J. *O diálogo como relação entre agricultores e pesquisadores: a experiência do PAET na Transamazônica.*, Programa de Mestrado em Sociologia - Universidade Federal do Pará, 2002. Dissertação de Mestrado.

LATOURE, B. *A esperança de Pandora: ensaios sobre a realidade dos estudos científicos*. Bauru – SP: EDUSC, 2001.

LEROY, J.-P. *Da Fronteira sem Lei nem Direitos a uma Democracia em Construção: o campesinato da região de Marabá nos anos 80 e a criação do CAT*. In: HÉBETTE, J. NAVEGANTES, R. (orgs). *CAT – Ano décimo: etnografia de uma utopia*. Belém: UFPA, CAT, 2000.

MAGALHÃES, S. B. *Introdução*. In: HÉBETTE, J. *Cruzando a fronteira: 30 anos de estudos do campesinato na Amazônia*. Belém: EDUFPA, 2004d. vol. IV.

MARRE, J. L. *História de vida e método biográfico*. *Cadernos de sociologia*. Porto Alegre, v.3, n.3, p. 89-141, jan./jul. 1991.

MARTINS, J. de S. *Os Camponeses e a política no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1995.

MEDEIROS, L. S. *História dos movimentos sociais no campo*. Rio de Janeiro: Fase, 1989.

_____. *Movimentos Sociais, disputas políticas e Reforma Agrária de mercado no Brasil*. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ e UNRISD, 2002.

_____. *Movimentos sociais e a luta política: uma análise dos processos de formação de militantes*. Projeto aprovado pela Faperj por meio do programa Cientistas do Nosso Estado e apresentado ao CNPq. 2007.

MEDEIROS, E.; RIBEIRO, B. F. *Articulação de tempos-espacos e saberes na proposta de formação de jovens camponeses no sudeste do Pará.. In: Seminário Nacional Juventude Rural em Perspectiva*. Rio de Janeiro. Seminário Nacional Juventude Rural em Perspectiva. Rio de Janeiro: NEAD/MDA/INCRA/CPDA/UFRRJ, p. 1-17. 2006.

MELLO, A. F. de. *Extensão como Perspectiva da Relação Universidade-Sociedade*. In: HÉBETTE, Jean. NAVEGANTES, Raul (Org.). *CAT – Ano décimo: etnografia de uma utopia*. Belém: UFPA, CAT, 2000.

MIRANDA, J. R. da S. *A Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária (ATES): a Copserviços no sudeste do Pará*. Viçosa: UFV, 2008 (Dissertação de Mestrado).

NEVES, D. P. *Assentamento Rural: reforma agrária em migalhas*. Niterói: EDUFF, 1997.

_____. *Mediação social e mediadores políticos*. In_____ (Org). *Desenvolvimento social e mediadores políticos*. Porto Alegre: Editora da UFRGS: Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural, 2008.

_____. *Organização comunitária e ação política: os ribeirinhos e o Movimento de Educação de Base*. In_____ (Org.). *Desenvolvimento social e mediadores políticos*. Porto Alegre: Editora da UFRGS: Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural, 2008a.

NOVAES, R. R. *Continuidades e rupturas no sindicalismo rural*. In: BOITO JR., A. (Org.). *O sindicalismo brasileiro nos anos 80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

OLIVEIRA, M. R. D. *Dos programas oficiais para a educação rural aos projetos de educação do campo dos movimentos sociais*. Revista eletrônica Labor, v. 1, p. 1-22, 2008.

OLIVEIRA, V. L. de. *A impossível simetria: distinção, interdependência e poder na relação entre agricultores ecologistas e mediadores sociais*. Porto Alegre: Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2004. (Dissertação de Mestrado).

REYNAL, V. de et al. *Agriculturas familiares e desenvolvimento em frente pioneira amazônica. Agricultures familiales et développement en front pionnier amazonien*. Paris: GRET; Belém: LASAT/CAT/UFPA; Pointe-à-Pitre: DAT/UAG, 1995. (Bilingue: Français/Português), 1995. 69p.; 74 p.

ROY, G. *A experiência do Centro Agro-Ambiental do Tocantins: o diagnóstico agro-sócio-econômico e o desencontro entre sindicalistas e pesquisadores*. In: HÉBETTE, J. NAVEGANTES, R. (Org.). *CAT – Ano décimo: etnografia de uma utopia*. Belém: UFPA, CAT, 2000.

SILVA, M. F. da. *Pensar o trabalho é pensar a vida: as dimensões na formação na pedagogia da alternância da Escola Família Agrícola de Marabá-PA*. Belém: NEAF/UFPA, 2003. (Dissertação de Mestrado).

SIMÕES, A. *Os (des)caminhos da intervenção de desenvolvimento: agricultores e pesquisadores no processo de co-construção da demanda social*. Belém: NEAF/UFPA, 2002. (Dissertação de Mestrado).

SIMÕES, A.; OLIVEIRA, M. C. C. de. *O enfoque sistêmico na formação superior voltada para o desenvolvimento da agricultura familiar*. In: SIMÕES, A. (Org.) *Coleta Amazônica: iniciativas em pesquisa, formação e apoio do desenvolvimento rural sustentável na Amazônia*. Belém: Alves Ed., 2003. 326 p.

SOLYNO SOBRINHO, S. A. *Constrangimento institucional para o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar na região de Marabá*. Dissertação de Mestrado, NAEA - Universidade Federal do Pará. 2004.

SOUZA, D. D. L. de. *Organizações Não-Governamentais: um estudo de caso da Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional (FASE)*. Porto Alegre: UFRGS, Programa de Pós-graduação em Educação, 2005 (Tese de Doutorado).

TOURAINÉ, A. *Crítica da modernidade*. Rio de Janeiro: VOZES, 1994.

VEIGA, I. *Saber e participação na transformação dos sistemas de produção da agricultura familiar amazônica*. In: SIMÕES, A. (Org.) *Coleta Amazônica: iniciativas em pesquisa, formação e apoio do desenvolvimento rural sustentável na Amazônia*. Belém: Alves Ed., 2003. 326 p.

VELHO, O. G. *Frente de Expansão e Estrutura Agrária: estudo do processo de penetração numa área da Transamazônica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

_____. *Capitalismo Autoritário e Campesinato – um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento*. 2ª ed. Rio de Janeiro/São Paulo: DIFEL, 1974.

WANDERLEY, M. N. B. *Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidades*. Estudos Sociedade e Agricultura nº 21, Rio de Janeiro, 2003.

WEBER, M. *Economia e Sociedade: Fundamentos da Sociologia Compreensiva*. 3ª edição. Brasília: editora da UNB, 1994.

Documentos Consultados:

• 1988

Ata da reunião de discussão e aprovação dos Estatutos da FATA – 04/03/1988.

Ata da I reunião da Junta Constitutiva da FATA – 10/09/1988.

Ata da II reunião da Junta Constitutiva da FATA – 07/10/1988.

Ata da III reunião da Junta Constitutiva da FATA – 25/11/1988.

Síntese das deliberações e decisões da Junta Constitutiva da FATA.

• 1989

Ata da 1ª reunião ordinária do Conselho Diretor da FATA – 24/01/1989.

Anexos da 1ª reunião do Conselho Diretor da Fata.

Ata da 2ª reunião ordinária do Conselho Diretor da FATA – 15/03/1989.

Ata da 3ª reunião ordinária do Conselho Diretor da FATA – 22/05/1989.

Ata da 4ª reunião ordinária do Conselho Diretor da FATA – 27/07/1989.
Ata da 1º reunião de avaliação das atividades técnicas e econômicas do Programa CAT – 28/07/1989.
Ata da 5ª reunião ordinária do Conselho Diretor da FATA – 24/08/1989.
Convocação da Assembléia Geral ordinária.
Ata da 1ª Assembléia Geral da FATA – 23 e 24/08/1989.
Anexos da Assembléia Geral do dia 23 e 24/01/1989.
Parecer e prestação de contas da 1º Assembléia Geral.
Ata da 6ª reunião ordinária do Conselho Diretor da FATA – 23 e 24/10/1989.

• 1990

Ata da 7ª reunião ordinária do Conselho Diretor da FATA – 29 e 30/01/1990.
Ata da 8ª reunião ordinária do Conselho Diretor da FATA – 06/04/1990.
Ata da 9ª reunião ordinária do Conselho Diretor da FATA – 08 e 09/07/1990.
Ata da 10ª reunião ordinária do Conselho Diretor da FATA – 09/08/1990.
Ata da 2ª Assembléia Geral ordinária da FATA – 09 e 10/08/1990.
Anexo 1 – Relação dos participantes da 2ª Assembléia Geral da FATA (2 documentos) – 09/08/1990.
Programação de reuniões, encontros e cursos – 09/08/1990..
Parecer da comissão financeira – 09/08/1990.
Nota sobre reuniões realizadas em São Domingos e no Castanhal Araras nos dias 07 e 08/10/1990.
Ata da 11ª reunião ordinária do Conselho Diretor da FATA – 26/10/1990.
Ata da 12ª reunião ordinária do Conselho Diretor da FATA – 20 e 21/12/1990.
Ofício do STR de Marabá.

• 1991

Ata da 13ª reunião ordinária do Conselho Diretor da FATA – 21/01/1991.
Ata da 14ª reunião ordinária do Conselho Diretor da FATA – 09 e 10/04/1991.
Ata da 15ª reunião ordinária do Conselho Diretor da FATA – 21/05/1990.
Ata da 16ª reunião ordinária do Conselho Diretor da FATA – 22 e 23/07/1990.
Ata da 1ª reunião extraordinária do Conselho Diretor da FATA – 20/08/1991.
Ata da 2ª reunião extraordinária do Conselho Diretor da FATA – 30/08/1991.
Parecer da Comissão de Programação sobre a execução da programação do exercício 1990-1991 – 03/08/1991.
Termo de acordo sobre as instalações da FATA – 03/08/1991.
Ata da 17ª reunião ordinária do Conselho Diretor da FATA – 14 e 15/10/1991.
Ata da 3ª reunião extraordinária do Conselho Diretor da FATA – 06 e 07/12/1991.
Ata da 3º Assembléia Geral Ordinária da FATA – 30/08/1991.
Programação de Reuniões, cursos e encontros da FATA – 30/08/1991.
Ata da 18ª reunião ordinária do Conselho Diretor da FATA – 18/12/1991.
Relação de participantes da 3ª Assembléia Geral ordinária da FATA.

• 1992

Ata da 19ª reunião ordinária do Conselho Diretor da FATA - 28 e 29/01/1992.
Ata da 20ª reunião ordinária do Conselho Diretor da FATA – 01/04/1992.
Ata da 1ª Assembléia Geral extraordinária da FATA – 01/04/1992.
Ata da 21ª reunião ordinária do Conselho Diretor da FATA – 01 e 02/06/1992.

Ata da 22ª reunião ordinária do Conselho Diretor da FATA – 13/07/1992.
Ata da 4ª reunião extraordinária do Conselho Diretor da FATA – 15 e 16/08/1994.
Prestação de contas do exercício 1991/1992 – 15/08/1992.
Ata da 4ª Assembléia Geral ordinária da FATA – 16/08/1992.
Parecer da Comissão de Finanças sobre a proposta de orçamento para o exercício 1991-1992 – 30/08/1991.
Parecer sobre a programação do exercício fundacional 1991-1992 – 30/08/1992.
Lista de presença da 4ª Assembléia Geral ordinária da Fata.
Ata da 23ª reunião ordinária do Conselho Diretor da FATA – 23/09/1992.
Ata da 24ª reunião ordinária do Conselho Diretor da FATA – 16 e 17/11/1992.

• 1993

Ata da 25ª reunião ordinária do Conselho Diretor da FATA – 16 e 17/02/1993.
Ata da 26ª reunião ordinária do Conselho Diretor da FATA – 16/03/1993.
Ata da 27ª reunião ordinária do Conselho Diretor da FATA – 17 e 18/05/1993.
Ata da 28ª reunião ordinária do Conselho Diretor da FATA – 17/07/1993.
Ata da 29ª reunião ordinária do Conselho Diretor da FATA – 06/08/1993.
Ata da 5ª Assembléia Geral ordinária da FATA – 07/08/1993.
Documento sobre os cinco anos de CAT.
Apresentação e caracterização da FATA.
Relatório de Praia Alta – 15/09/1993.
Ata da 30ª reunião ordinária do Conselho Diretor da FATA – 15 e 16/09/1993.
Ata da 32ª reunião ordinária do Conselho Diretor da FATA – 17 e 18/11/1993.
Relatório Anual da FATA.

• 1994

Ofício nº 05 do CAT – 11/01/1994.
Avaliação dos 06 meses de trabalho na FATA – 07/02/1994.
Ata da 33ª reunião ordinária do Conselho Diretor da FATA – 07, 08 e 09/02/1994.
Ata da 34ª reunião ordinária do Conselho Diretor da FATA – 21 e 22/03/1994.
Documento sobre a Sistematização de dados e análise preliminar das atividades do Projeto Agroflorestal/PAF, maio de 1994.
Ata da 35ª reunião ordinária do Conselho Diretor da FATA – 18 e 19/05/1994.
Ata da 36ª reunião ordinária do Conselho Diretor da FATA – 06/08/1994.
Ata da 6ª Assembléia Geral da FATA – 06/08/1994.
Parecer da Comissão Financeira e Econômica da FATA – 06/08/1994.
Relação de eventos realizados no CECON/FATA.
Ata da 37ª reunião ordinária do Conselho Diretor da FATA – 12/09/1994.
Ata da 39ª reunião ordinária do Conselho Diretor da FATA – 22/11/1994.

• 1995

Ata da 40ª reunião ordinária do Conselho Diretor da FATA – 26 e 27/01/1995.
Parecer da comissão de finanças – 21/02/1995.
Ofício de Jean Hébertte aos Conselheiros da FATA – 10/05/1995.
Ata da 43ª reunião ordinária do Conselho Diretor da FATA – 17 e 18/07/1995.
Ata da 44ª reunião ordinária do Conselho Diretor da FATA – 17 e 18/07/1995.

Ata da 45ª reunião ordinária do Conselho Diretor da FATA – 25 e 26/08/1995.
Nota anexa a ata da 45ª reunião ordinária do Conselho Diretor da FATA.
Decisões do Conselho da FATA de 25 e 26/07/95.

- **1996**

9ª Assembléia Geral ordinária da FATA.

Ata da reunião entre o Diretor Executivo, os funcionários do escritório da FATA, o senhor Carlos que trabalha nas obras da entidade – 05/01/1996.

Relatório financeiro anual, ano funcional 1995-1996.

Relatório de atividades da FATA.

- **1997**

Ata da 49ª reunião ordinária do Conselho Diretor da FATA – 16 e 17/01/1997.

Entrevista a Vincent de Reynal, Marabá – 15/04/1997.

Edital de convocação da Assembléia Geral – 07/08/1997.

Memória da Assembléia Geral da FATA – 29 3 20/08/1997.

Ata da reunião ordinária do Conselho Diretor da FATA dia 10/10/1997.

Ata da reunião ordinária do Conselho Diretor da FATA dia 07/11/1997.

- **1998**

Ata da reunião ordinária do Conselho Diretor da FATA dia 27/01/1998.

Ata da reunião ordinária do Conselho Diretor da FATA dia 22/07/1998.

Ata da 10ª Assembléia Geral da FATA – 20 e 21/08/1998.

Ata da reunião ordinária do Conselho Diretor da FATA nos dias 19 e 20/11/1998.

- **1999**

Ata da reunião ordinária do Conselho Diretor da FATA nos dias 20 e 21 de julho de 1999.

- **2000**

Ata da reunião ordinária do Conselho Diretor da FATA em 28/03/2000.

Ata da reunião ordinária do Conselho Diretor da FATA nos dias 27 e 28/04/00.

Relatório da reunião de planejamento 10 e 11/05/2000.

Ata da reunião ordinária do Conselho Diretor da FATA no dia 25/05/00.

Ata da reunião ordinária do Conselho Diretor da FATA dia 28/06/2000.

Ata da reunião ordinária do Conselho Diretor da FATA nos dias 09 e 10 de agosto de 2000.

Ata da reunião ordinária do Conselho Diretor da FATA no dia 22/08/00.

Ata da reunião ordinária do Conselho Diretor da FATA no dia 30 e 31/08/2000.

Ata da Reunião Ordinária do Conselho Diretor da FATA mais representação dos STRs e FETAGRI, 18 de outubro de 2000.

Ata da reunião ordinária do Conselho Diretor da FATA no dia 19 de outubro de 2000.

Ata da reunião ordinária do Conselho Diretor da FATA no dia 05/12/2000.

Prestação de contas.

Contas diversas.

Diversos Ofícios entre Jean Hébette e os sindicalistas da FATA.

- **2010.**

WAMBERGUE, Emanuel. **Da sustentabilidade da FATA.** 13 de maio de 2010.

- **Documentos sem data**

Relatório da pesquisa para a CEE.

Contas a pagar.

ANEXO 01

PERFIL DOS ENTREVISTADOS

Entrevistada nº 01:

Formada em Agronomia pela Faculdade de Ciências Agrária do Pará (FCAP) em 1976. Trabalhou na segunda metade da década de 1970 na EMATER, na região da Transamazônica (Rurópolis, Santarém) e na rodovia Santarém-Cuiabá, depois voltou para Belém onde permaneceu na EMATER até 1980. Trabalhava nessa época com cooperativismo, associativismo e também com o PRONACOR (Programa Nacional de Cooperativismo). No final de 1981 foi fazer o mestrado na Universidade Federal de Viçosa (UFV) na área de Extensão Rural, com ênfase em Sociologia Rural. Voltou em 1985 para trabalhar na EMBRAPA Amazônia Oriental em Belém. Em 1986 foi convidada para trabalhar no NAEA, onde participou das discussões iniciais do Programa CAT, nele permanecendo até 1991. Em seguida foi para a França, onde fez mestrado em História e Civilização na École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS), mesma escola onde, logo depois, fez doutorado em História Agrária. É professora da UFPA desde 2002. Atualmente é docente do Programa de Pós-graduação em Agriculturas Amazônicas, curso de Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável do Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural da UFPA/Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Amazônia Oriental/EMBRAPA.

Entrevistado nº 02:

Engenheiro Agrônomo, formado pela Universidade Federal da Bahia em 1976. Veio, em 1986, para Belém trabalhar na EMBRAPA Amazônia Oriental, na articulação pesquisa e extensão. Em 1987 entrou no NAEA para fazer mestrado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido. Em 1989, durante o mestrado, foi convidado pela equipe de Jean Hébette para participar do processo de implantação do CAT. Porém, já tinha participado da discussão em 1987 e 1988, para aprovação do projeto no NAEA. Trabalhou no Programa CAT até fevereiro de 1993, depois foi para a França fazer doutorado na EHESS. É professor da UFPA desde 2002 e atualmente é docente do Programa de Pós-graduação em Agriculturas Amazônicas, curso de Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável do Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural da UFPA/Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Amazônia Oriental/EMBRAPA.

Entrevistado nº 03:

Nascido em Grajaú, no Maranhão, filho de família de agricultores, migrou para a região em 1979 para uma comunidade denominada Santa Rita, hoje localizada no município de Brejo Grande do Araguaia. Seu tio, entrevistado nº 11, já estava na região há bastante tempo e coordenou a oposição sindical em municípios da região. Em 1983 participou de uma ocupação numa área chamada Castanhal Consulta, que hoje é o Projeto de Assentamento Veneza, em São Domingos do Araguaia. Os pais eram sindicalizados desde o Maranhão e participavam das atividades da CEB. Muito jovem começou a participar das atividades da CEB e da delegacia sindical de sua comunidade, chegando a ser o mais novo delegado sindical do STR de seu município. Defendia que os jovens agricultores (com menos de 18

anos) tivessem o direito de se associar. Foi secretário do STR de São João do Araguaia, presidente do STR de São Domingos do Araguaia (após a divisão dos municípios em 1988) e primeiro Coordenador Regional da Fetagri Regional Sudeste. A partir de 1995 passou a ser Conselheiro da FATA. Atualmente (2011) é vice-presidente da FETAGRI estadual.

Entrevistado nº 04:

Padre missionário da ordem dos Oblatos de Maria Imaculada. Chegou à região de Marabá em 1979, atuando mais especificamente no Arraias, hoje município de Jacundá. Seu trabalho era ligado à CPT, vinculada à Diocese de Marabá. O início do trabalho foi de apoio à luta pela terra ao mesmo tempo em que incentivava a criação dos sindicatos. Tinha uma convivência próxima aos pesquisadores do NAEA que faziam pesquisa e davam assessoria aos trabalhadores rurais naquela região. Na época de criação do Programa CAT fez duras críticas a ele, por achar que não representava a luta dos trabalhadores. Permaneceu na região de Marabá até 1992. Atualmente continua exercendo seus trabalhos como padre e está vinculado à CPT de Belém.

Entrevistado nº05:

Advogado formado em 1966. Começou a trabalhar num escritório pequeno em Belém defendendo os sindicatos de trabalhadores urbanos. Em determinado momento passou a ser consultor da federação das indústrias do estado do Pará. Em 1974 entrou no curso de mestrado no NAEA. Ainda em 1974 recebeu uma bolsa de estudos da ONU para estudar em Roma e em Genebra, onde passou alguns meses. Retornou a Belém em 1975 para terminar os estudos no NAEA. Nesse mesmo ano foi convidado para trabalhar na Secretária de Planejamento do governo estadual, mais especificamente na direção do Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento, o IDESP, onde permaneceu até 1979. Nesse ano, entrou para o quadro de professores da UFPA. De 1980 a 1985 esteve na França complementando seus estudos. Em 1985 volta para atuar no NAEA. Participou ativamente das discussões e da implantação do Programa CAT, onde esteve atuando até o final da década de 1990, principalmente nas articulações institucionais e burocráticas em Belém. Saiu do NAEA em 1992. Depois ficou vinculado ao campus de Marabá e em seguida ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFPA, Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais (Sociologia e Antropologia), dedicando-se a um grupo de estudos sobre violência. Atualmente está aposentado.

Entrevistado nº 06:

Nasceu em um pequeno povoado no sul da Bélgica em 1925. Filho de camponeses, estudou em regime de internato num colégio religioso, ordenando-se padre em 1949. Em seguida esteve fazendo trabalhos missionários por três anos no Congo Belga. Chegou a Belém do Pará em 1967 para trabalhar como religioso com mais três companheiros. Tinha acabado de entrar numa congregação missionária e se interessou muito pelas informações que recebiam dos movimentos de transformação política e revolução que estavam ocorrendo na América Latina. Começou no trabalhar diretamente com atividades eclesiais dos missionários, trabalho nas paróquias, desenvolvimento ministerial e liturgia, mas no sentido de despertar a consciência política dos meios operários. A idéia inicial era trabalhar operários fabris, mas viu que as cidades do Pará não tinham esse perfil e passou a trabalhar com prostitutas e empregadas domésticas na periferia de Belém. Em 1970 entrou no curso de Economia na UFPA. Em 1973 entra como estudante de especialização do NAEA e, ao término do curso foi contratado como pesquisador pela UFPA (1974). Nesse período teve a oportunidade de conhecer o interior do Estado, principalmente a região de Marabá, onde alguns de seus colegas assumiram

responsabilidades em alguns cidades (Itupiranga, São João do Araguaia, Palestina, São Domingos do Araguaia). Começa a freqüentar a região constantemente e a desenvolver um trabalho junto aos sindicatos e às CEBs, dedicando-se também a um intenso trabalho de pesquisa sobre migração e campesinato na fronteira amazônica. Foi o principal articulador do Programa CAT, e esteve na sua coordenação geral durante toda a sua existência. Atualmente está ligado ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFPA, no Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais (Sociologia e Antropologia), onde ainda desenvolve alguns trabalhos de pesquisa.

Entrevistado nº 07:

Formado em História pela UFPA em 1962. Durante a graduação participou da juventude da Ação Católica. Depois atuou em escolas públicas e particulares de Belém. Em 1972 entrou no quadro de professores da UFPA, depois de um processo conturbado para assumir o cargo, por ser considerado pela ditadura militar um comunista. Em 1974 foi para a Universidade de Brasília fazer mestrado e, quando voltou, em 1977, o NAEA estava abrindo seu curso de Mestrado *stricto sensu*, onde passou a atuar como professor e pesquisador. Na primeira metade da década de 1980 esteve no Rio de Janeiro fazendo Doutorado no Museu Nacional da UFRJ. Voltou para o NAEA em 1985 e foi coordenador do Núcleo na época de articulação do Programa CAT. Saiu do NAEA em 1992 e passou a atuar no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, no Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais (Sociologia e Antropologia). Atualmente é professor emérito da UFPA.

Entrevistado nº 08:

Nasceu em Grajaú, no Maranhão. Filho de agricultor, começou trabalhos de dirigente de comunidades católicas em 1976, no seu local de origem. Em 1979 foi eleito delegado sindical de sua comunidade, vindo a ser posteriormente da diretoria do STR. Envolveu-se na luta pela terra através da Igreja Católica que atuava em Grajaú. Migrou para a região de Marabá em 1983. Trouxe consigo uma carta de recomendação do sindicato de Grajaú, o que lhe permitiu se integrar imediatamente na vida sindical em Marabá. Sua migração, assim como a de muitos, foi motivada pela esperança de conseguir terra. Chegando em Marabá, logo se integrou a um processo de ocupação de uma área da Companhia Industrial Brasileira (CIB), onde se tornou delegado sindical e mentor da ocupação. Por duas gestões foi secretário do STR de Marabá, de 1989 a 1994. Em 1994 foi eleito presidente do STR, quando a oposição sindical assumiu a direção. Em 1996 saiu do STR de Marabá para presidir a FATA. Foi diretor da FETAGRI Regional sudeste na segunda gestão (1998 – 2000). Em 2000, em função de divergências internas, deixou a FETAGRI Regional Sudeste, se desfilou do PT e se integrou à Central de Associações de Marabá. Em 2003, já bastante integrado ao movimento das Centrais de Associações, elegeu-se presidente da FECAP. Em 2005 integrou-se à discussão da Federação de Agricultores Familiares (FETRAF), passando a ser o elo local com a discussão nacional. Em 2006, a FECAP foi extinta para dar lugar à FETRAF-Pará, tendo o entrevistado como articulador estadual. Atualmente está na direção da FETRAF no sudeste do Pará.

Entrevistado nº 09:

Engenheiro Agrônomo formado pela Universidade Federal do Amazonas em 1992. Incentivado por um amigo veio estudar, em 1992, no Curso de Especialização em Agriculturas Amazônicas e Desenvolvido Sustentável/DAZ, ligado ao Programa CAT, tendo um contato com os agricultores da região de Marabá. Em seguida foi convidado para

trabalhar no PAF. Trabalhou nele de 1993 a 1995. De 1995 a 1998 esteve em Santarém, juntamente com outros pesquisadores, para estudar a agricultura familiar e trabalhar a ideia no que seria o laboratório agroecológico do Baixo Amazonas, que posteriormente não foi criado. Em 1999 retornou para a equipe do LASAT em Marabá. De 2000 a 2002 fez o curso de Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável na UFPA e, de 2005 a 2008, o Doutorado em Agronomia na Universidade Federal de Pelotas. Atualmente é docente-pesquisador e vice-coordenador da equipe de pesquisa do LASAT em Marabá.

Entrevistado nº 10:

Engenheiro Agrônomo, começou o curso no Rio Grande do Norte, mas se formou pela Universidade Federal Rural da Amazônia em 1985. Em Belém teve contato com as pessoas que trabalhavam com a SPDDH, tendo também militância no movimento estudantil e no movimento de agricultura alternativa. Depois de formado, foi trabalhar em Tucuruí em um projeto de prestação de assistência técnica a agricultores desalojados devido à construção da barragem. Trabalhou lá até 1987 e foi para o Amapá, onde trabalhou como agricultor durante dois anos. Em seguida, voltou para o Pará, município de Paragominas, onde foi assessor do Sindicato de Trabalhadores Rurais de 1989 até 1994 e trabalhou num projeto de implantação de sistemas agroflorestais. Em 1994 entrou para o DAZ, ligado ao Programa CAT, e logo em seguida cursou o Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável na UFPA. Ao término do Mestrado continuou trabalhando na equipe do LASAT. No período de 2002 a 2007 esteve fazendo doutorado no Curso de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade CPDA/UFRRJ, com uma tese que mostra toda dinâmica regional das entidades de representação dos trabalhadores rurais no sudeste paraense. Atualmente é docente do Programa de Pós-graduação Agriculturas Amazônicas, curso de Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável do Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural da UFPA/Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Amazônia Oriental/EMBRAPA.

Entrevistado nº 11:

Nascido em Montes Altos, no Maranhão, filho de uma família de agricultores sem terra que trabalhava como *agregada* (morava na terra/prestava serviços) de um fazendeiro. Após passagens por Minas Gerais, Goiás e Manaus, estabeleceu residência em Marabá. Trabalhou como peão (derrubada), vaqueiro, mariscador (caçador de animais para comércio da pele), auxiliar de prospecção na Serra dos Carajás, operador de máquinas pesadas, venda de produtos da Zona Franca de Manaus e como empregado de barcos que transportava castanha para o comércio de Belém. Quando se instalou na comunidade Santa Rita, município de São João do Araguaia, começou a trabalhar como animador de comunidade nas CEBs. Filiou-se ao STR de São João e em 1984 se tornou presidente pela oposição sindical. Neste período sofreu ameaças de morte e foi muito perseguido pelos fazendeiros da região. Ajudou no processo de oposição sindical da Federação dos Trabalhadores na Agricultura (Fetagri) da qual foi vice durante 1986 a 1989. No seu 2º mandato do STR de São João do Araguaia, participou das discussões de formação do Programa CAT, sendo um dos seus principais articuladores e foi o 1º presidente da FATA, do ano fundacional até 1992. Após a fundação da COCAT, foi o 1º presidente até dezembro de 1995. Recentemente desempenhou a função de Secretário de Agricultura do município de Palestina do Pará. Logo após, findado seu mandato, por motivos de saúde, se aposentou como trabalhador rural.

Entrevistado nº 12:

Cearense, foi em 1958 para o Maranhão com sua família. Do Maranhão foi, em 1972, para o município de Itupiranga, onde ocupou lotes de terra na região da Transamazônica que foram distribuídos pelo INCRA. Em 1978, no âmbito de vários conflitos pela posse de terra na região, iniciou a luta para a criação do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Itupiranga, que foi fundado em 1979. Durante um bom tempo o sindicato esteve na mão de forças conservadoras de região, sendo retomado pelas lideranças progressistas em 1986. Participou ativamente do processo de discussão e criação do Programa CAT, sendo Conselheiro da FATA até 1991. Depois atuou como vice-presidente da FATA até 1995. Quando saiu da FATA, atuou na FETAGRI Regional Sudeste, permanecendo até 2005. Engajou-se na política partidária, sendo candidato a vereador e vice-prefeito no município de Itupiranga. Atualmente é agricultor nesse mesmo município.

Entrevistado nº 13:

Maranhense, veio com sua família para a região do Bico do Papagaio em 1979 como agricultor e nela, permaneceu até 1984. Em 1985 veio para Cajazeiras, município de Itupiranga, onde permanece até os dias de hoje (2011). Ingressou no Sindicato de Trabalhadores Rurais de Itupiranga em 1986, ainda com o sindicato nas mãos de um interventor imposto pela FETAGRI estadual. Em 1989 participou da diretoria do Sindicato como 1º secretário, em 1992 foi eleito como Tesoureiro. Em 1995 concorreu à eleição para presidente do STRs, perdeu, porém, um ano e três meses depois o atual presidente renunciou o cargo, e ele tomou posse. Nesse período, ficou fora do Sindicato e trabalhou na caixa agrícola do município. Em 1997 foi eleito presidente da FATA, ficando no cargo até janeiro de 2001. Quando saiu da FATA, foi trabalhar roça pois, em 1999, ele sido assentado. Ficou na roça por três anos. Em seguida voltou novamente a ser diretor do STRs de Itupiranga. Atualmente, ocupa o cargo de tesoureiro no STR do município.

Entrevistado nº 14

Nascido em Teresina, Piauí, seus pais migraram para Marabá em 1956, onde seu pai passou a trabalhar como encarregado de castanhais, uma espécie de gerente de produção, que organizava desde as turmas de coleta na mata até o embarque da castanha para transporte até Marabá e Belém. Morou em vários castanhais acompanhando os pais. Aos sete anos veio para Marabá estudar e, nas férias escolares, retornava aos castanhais. Estudou o segundo grau em Belém e se graduou em Agronomia, em 1977. No seu retorno para Marabá, em 1978, já graduado, ingressou no MEB. Por pressão da família, que temia pela sua vida, saiu de Marabá ainda em 1978. A família conseguiu um emprego na Companhia de Desenvolvimento Agrícola do Piauí para onde o mandaram. Por descontinuidade do projeto da Companhia, retornou a Marabá após alguns meses. Aproximou-se de militantes de esquerda e fez parte do PRC (Partido Revolucionário Comunista) que, na época, atuava na clandestinidade. Ajudou a fundar o MDB (1979) e depois o PMDB, partidos que alguns militantes clandestinos utilizavam para participar oficialmente da política. No retorno a Marabá, foi trabalhar numa empresa de agrimensura que prestava serviços ao INCRA. Nesse trabalho tomou contato com as áreas de conflito, principalmente em São Geraldo do Araguaia. Em 1984, fez concurso para a SAGRI. Foi aprovado e permaneceu trabalhando na região de Marabá. O trabalho na SAGRI permitia uma aproximação com as organizações dos agricultores e com os grupos de apoio e assessoria. Nesse período, envolveu-se com a discussão dos impactos dos grandes projetos na região, principalmente a construção da hidrelétrica de Tucuruí e o Projeto Carajás. Foi fundador do Centro de Estudo e Pesquisa e Assessoria Sindical e Popular (CEPASP), em

1984. Após a abertura, filiou-se ao PT e foi eleito vereador pelo município de Marabá. Na década de 1990 se formou em Ciências Sociais no campus da UFPA em Marabá. Atualmente, continua atuando no CEPASP e não é mais filiado ao PT.

Entrevistado nº15:

Nascido na França, filho de uma família camponesa, tanto seu pai quanto o seu avô participaram ativamente de organizações camponesas. Sendo o filho mais velho, acompanhava o pai em diversas atividades, inclusive em ações coletivas como fechamento de estradas, despejo de esterco na casa do governador etc. Segundo as informações do próprio entrevistado, seu pai e seu avô eram sindicalistas com tendência anarquista, porém muito católicos. Com 16 anos resolveu ser padre. Sua determinação em trabalhar “no meio do povo” o levou a fazer a opção por uma congregação religiosa, os Oblatos de Maria Imaculada. Estudou nessa congregação dos 15 aos 25 anos, onde fez dois anos de Filosofia Escolástica. Saindo do período de estudos, foi trabalhar em cooperativas de agricultores na França. Em 1973, um padre que residia em Marabá, em viagem à França, fez o convite ao entrevistado para trabalhar na região, que de pronto aceitou e fez uma única exigência: trabalhar entre os agricultores. Após estágios de alguns meses no Rio de Janeiro para se adaptar à língua, foi direto para Palestina, um dos municípios onde a repressão do regime militar era forte devido à proximidade da área da Guerrilha do Araguaia. Permaneceu em Palestina de 1975 a 1981. Chegando à região, integrou-se à equipe de pastoral de São João do Araguaia e Palestina e começou a atuar junto às CEBs. O entrevistado foi o primeiro coordenador da CPT na região. Preso várias vezes pelos policiais do DOPS, manteve uma postura firme de defesa dos posseiros e lutou incansavelmente contra a violência praticada contra trabalhadores rurais. No final da década de 1980 participou ativamente de todo o processo de implantação do Programa CAT, trabalhando na FATA e em alguns projetos do CAT durante toda a década de 1990. Atualmente é coordenador de uma prestadora de serviço na área de ATES.

Entrevistado nº 16:

Biólogo francês, formado em 1981 na Universidade de Paris VII, e com Especialização em Desenvolvimento Agrícola na Universidade de Paris I. Na segunda metade da década de 1980 veio para a região de Marabá fazer mestrado no LASAT e em conjunto da École Nationale Supérieure de Agronomie de Rennes (ENSAR), França. Sua área de atuação foi sobre pecuária na agricultura familiar e agroecologia de pastagens. Em 1990, enquanto fazia o Mestrado em Marabá, foi contratado para iniciar, em 1991, como agrônomo do LASAT, sendo pago pela cooperação francesa até 1995. Depois trabalhou como professor visitante da UFPA até 1997. Saiu do projeto em final de 1997 para fazer o Doutorado no Institute National Agronomique de Paris Grignon, (INA-PG), França. Voltou em 2001 como professor visitante da UFPA. Retornou para a França em outubro 2002 onde permanece como pesquisador até os dias de hoje. (Entrevista realizada por email).

Entrevistado nº 17:

Mineiro do município de Governador Valadares, veio para Pará em 1972, para o município de Bom Jesus do Tocantins. Em 1973 participou de uma ocupação de terras que estava ocorrendo em áreas devolutas nas margens da PA-150 e na PA – 70 (hoje BR – 222). Sofreu perseguição de grileiros, contando com a ajuda da CPT e de missionários. Permaneceu nessa região até 1980. Em seguida foi para o município de Jacundá, onde participou da criação da Associação de Trabalhadores de Nova Jacundá (ADETUNI). Em 1983 participou de re-fundação STR de Jacundá que estava nas mãos de um padre. Participou do sindicato até 1995, ocupando

diversos cargos. Nesse período foi Conselheiro da FATA por alguns anos. Depois virou funcionário público, trabalhando como vigia noturno. Atualmente, trabalha em seu sítio que fica nos arredores da cidade de Jacundá.

Entrevistada nº 18:

Nascida em Barra do Corda, no Maranhão, veio para a região sudeste do Pará no final de 1980. Filha de agricultores, entrou para o convento das Franciscanas Capuchinhas com a intenção de ser freira e ajudar os pobres do campo. Apesar de gostar do ensino religioso, pretendia uma ação mais ligada à vida do povo, o que a fez deixar o convento e se aproximar das pastorais que atuavam nas CEBs. Chegando à região de Marabá, identificou-se logo com o trabalho desenvolvido pelo Pe. Paulo, Pe. Humberto e a Irmã Dorothy Stang (assassinada em 2005). O município de Jacundá, onde fixou moradia, era uma região de conflitos fundiários muito intensos. O trabalho nas CEBs, sua coragem no enfrentamento dos conflitos existentes, sua ação educativa no campo sindical, e sua condição de filha de agricultor, a transformaram numa liderança entre as comunidades rurais. Em 1984, a entrevistada se associou ao STR de Jacundá e concorreu na chapa para eleição do sindicato. Foi eleita secretária do STR e um ano depois, devido ao afastamento do presidente, se tornou a primeira mulher a assumir a presidência de um STR no estado do Pará. No final da década de 1980 participou do processo de implantação do CAT. Atuou como conselheira da FATA por alguns anos. Após anos de militância sindical, entrou para a militância partidária, elegendo-se vereadora em Jacundá. Atualmente, é vice-prefeita desse município.

Entrevistado nº 19:

Paraense do município de Oeiras, nesse local foi liderança sindical e trabalhou na Igreja. Em 1983, já como membro do PRC, foi transferido para atuar como militante político na região sudeste do Pará. Sua atividade principal no início foi participar da tomada dos sindicatos por lideranças progressistas em diversos municípios (Itupiranga, Jacundá etc.). Em 1985, participou da criação do Conselho Nacional dos Seringueiros. Na época da criação do CAT era diretor do CNS, permanecendo até 1992. De 1992 a 1995 atuou como presidente do CNS. Atualmente, é diretor estadual e faz parte da Coordenação Nacional do CNS.

Entrevistado nº 20:

Graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte em 1971. Depois fez uma Especialização em Planejamento Agrícola pela UFPA em 1975. No fim da década de 1980 foi fazer mestrado no Curso de Pós-graduação em Desenvolvimento e Agricultura, da Fundação Getúlio Vargas (atualmente Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro). Logo em seguida foi fazer doutorado em Economia na Freie Universität Berlin, FU-Berlin, Alemanha. Quando voltou ao Brasil, em 1987, começou a trabalhar no NAEA. Na época de criação do Programa CAT fez parte de um grupo de pesquisadores que questionaram vários aspectos do Programa. Dedicou-se à pesquisa sobre a formação do campesinato na Amazônia, bem como esteve envolvido com projetos sobre Ecologia e Desenvolvimento Sustentável na região nordeste do Pará. Atualmente é docente no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) e do Programa de Pós-graduação em Economia do Departamento de Economia da UFPA. É pesquisador ativo da Rede de Pesquisa em Sistemas e Arranjos Produtivos e Inovativos Locais (RedeSist, UFRJ) e da Rede Temática de Pesquisa em Modelagem Ambiental da Amazônia (Projeto GEOMA).

Entrevistado nº 21:

Engenheiro Agrônomo formado pela Faculdade de Ciências Agrárias do Pará em 1979. Trabalhou com extensionista na EMATER e nas terras da sua família no plantio de seringueira. Em seguida trabalhou para uma empresa multinacional no plantio de dendê, no garimpo de Serra Pelada e na Secretária de Agricultura do estado do Pará. Depois decidiu entrar no mestrado no NAEA, tendo como orientador um dos pesquisadores responsáveis pelo Programa CAT, entretanto não conseguiu concluir o curso. Trabalhou no PAF de 1991 a 1995. A partir de 1997 começou a trabalhar como consultor técnico e assessor da FASE na Amazônia, onde permaneceu até 2006. Em 2002 retornou ao NAEA para cursar novamente o Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento, concluindo-o em 2004. Desde 2006 trabalha no Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (CENSIPAM). Atualmente é doutorando no Programa de Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido no NAEA/UFPA.

ANEXO 02

ROTEIROS DE ENTREVISTAS

1- Pesquisadores do NAEA-UFPA.

- a) Qual a sua trajetória antes de chegar ao NAEA? De onde veio?
- b) Qual a sua formação acadêmica?
- c) Teve alguma formação política? (participação no Movimento Estudantil na Universidade, militante de partido político, etc.)
- d) Como chegou ao NAEA?
- e) O que era o NAEA?
- f) Em que contexto o NAEA se encontrava na época do início do diálogo com sindicalistas do sudeste paraense?
- g) Havia algumas pesquisas sendo feitas com os sindicatos ou o diálogo se dava mais no campo da militância política?
- h) Como surgiu a idéia de criação do CAT? Quem trouxe essa idéia? A partir de quais experiências ela foi formulada?
- i) Durante qual período esteve participando do CAT?
- j) Como se deu o processo de formação dessa parceria? Quais foram os momentos fundamentais no âmbito da articulação?
- k) Como a UFPA colaborou com viabilização da proposta? Só a ajuda da UFPA bastava ou tinha convênios com outras instituições?
- l) Como foi possível viabilizar um projeto de tamanha ambição? De onde vinham os recursos financeiros? Qual o tipo de relação que o NAEA tinha com esses financiadores?
- m) Que tipo de conhecimento o CAT pretendia construir na região do sudeste paraense, ou seja, qual o tipo de intervenção técnica, social, econômica ou ambiental do Programa?
- n) Como era feita a parceria e como se relacionou o CAT com as outras entidades de pesquisa como a EMBRAPA, o IDESP, a EMATER, etc.?
- o) Como se deu a relação entre o NAEA e os pesquisadores e sindicalistas do CAT ao longo da parceria?
- p) Como você avalia os resultados dessa intervenção do CAT hoje?
- q) Qual a contribuição que a experiência do CAT trouxe para o NAEA e para a extensão universitária da UFPA?
- r) Por que o CAT acabou?
- s) O que aconteceu com os pesquisadores depois que acabou a experiência do CAT?

2- Pesquisadores do CAT/LASAT

- a) Qual a sua trajetória antes de chegar ao CAT/LASAT? De onde veio?
- b) Qual a sua formação acadêmica?

- c) Teve alguma formação política? (participação no Movimento Estudantil na Universidade, militante de partido político, etc.)
- d) O que foi a experiência do CAT?
- e) Durante qual período esteve participando do CAT?
- f) Como foi possível a aproximação entre pesquisadores e sindicalistas?
- g) Como foi o processo de diálogo com os sindicalistas para a constituição da parceria?
- h) Por que foi escolhida aquela região e aqueles sindicatos para implantar o Programa?
- i) Como foi possível viabilizar um projeto de tamanha ambição? De onde vinham os recursos financeiros? Qual o tipo de relação os pesquisadores do CAT tinha com esses financiadores?
- j) Qual foi a atuação do LASAT e o papel dos pesquisadores no Programa?
- k) Como se dava a relação entre pesquisadores e sindicalistas no âmbito do Programa?
- l) Quem pautava as questões e como eram decididas as ações do Programa?
- m) Que tipo de conhecimento o CAT pretendia construir na região do sudeste paraense, ou seja, qual o tipo de intervenção técnica, social, econômica ou ambiental do Programa?
- n) Como era feita a parceria e como se relacionou o CAT com as outras entidades de pesquisa como a EMBRAPA, o IDESP, a EMATER, etc.?
- o) Como você avalia os resultados dessa intervenção do CAT hoje?
- p) Como foi a relação com o NAEA e outros departamentos da UFPA durante a vigência do Programa?
- q) Qual a contribuição da experiência do CAT para a extensão da UFPA?
- r) Por que o CAT acabou?
- s) Qual foi o seu destino depois de extinta a parceria?

3- Sindicalistas participantes da FATA.

- a) Qual a sua trajetória antes de entrar para o sindicato? Veio de qual região?
- b) Como foi o processo de estabelecimento na região? Tinha filhos? Quais os motivos que o fizeram a vir para a região de Marabá?
- c) Como foi a sua trajetória sindical?
- d) O que foi a experiência do CAT?
- e) Durante qual período esteve participando do CAT?
- f) Como se deu aproximação com os pesquisadores da UFPA?
- g) Como foi o processo inicial da constituição da parceria? Que contexto se encontrava os STRs?
- h) Os sindicalistas que participaram do CAT já eram lideranças consolidadas ou foram escolhidas pelo grupo para participarem das reuniões com os pesquisadores?
- i) Como o restante dos trabalhadores participava das decisões no CAT? Como eles reagiam às decisões do Programa?
- j) Por que foram escolhidos aqueles sindicatos para implantar o Programa?
- k) Como vocês sentiram a proposta do CAT no primeiro momento?
- l) Como se dava a relação com os pesquisadores no âmbito do CAT?
- m) Como era a participação dos sindicalistas? Quem pautava as questões?
- n) Como era feita a tomada de decisões?
- o) Como se apresentou a capacidade de auto-organização dos trabalhadores rurais nessa parceria?
- p) Como você avalia as ações do CAT na região? Ajudou no fortalecimento dos pequenos agricultores?

- q) Qual o papel que a FATA teve no CAT? E qual a atuação da FATA hoje no sindicalismo rural do sudeste paraense?
- r) Por que o CAT acabou?
- s) Qual o destino dos sindicalistas depois que acabou o CAT? E os seus filhos, como estão hoje?

4- Participantes no Programa CAT de forma indireta.

- a) De que instituição você fazia parte?
- b) Qual a sua trajetória até chegar a essa instituição?
- c) Qual a sua formação acadêmica?
- d) Teve alguma formação política? (participação no Movimento Estudantil na Universidade, militante de partido político, etc.)
- e) Qual era a atuação de sua instituição nessa região de atuação do CAT?
- f) Como você via a idéia de criação do CAT?
- g) Qual a sua atuação no CAT?
- h) Porque não participar do CAT?
- i) Se atuar no CAT, como se deu o processo de formação dessa parceria? Quais foram os momentos fundamentais no âmbito da articulação?
- j) Como foi possível viabilizar um projeto de tamanha ambição? De onde vinham os recursos financeiros?
- k) Para quem estava de fora, como você avalia o tipo de conhecimento o CAT pretendia construir na região do sudeste paraense, ou seja, qual o tipo de intervenção técnica, social, econômica ou ambiental do Programa?
- l) O CAT procurava outras entidades para a parceria?
- m) Como você vê a relação entre os pesquisadores e sindicalistas do CAT ao longo da parceria?
- n) Como você avalia os resultados dessa intervenção do CAT hoje?
- o) Quais críticas eram feitas ao Programa?
- p) Por que o CAT acabou?